



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



SIMONE SOARES BATISTA DE JESUS

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE
SÃO FELIPE (BA): AGRICULTURA FAMILIAR E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS (PRONAF, PAA E PNAE) 1999 a
2015**

**Salvador - BA
Abril de 2017**

SIMONE SOARES BATISTA DE JESUS

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE
SÃO FELIPE (BA): AGRICULTURA FAMILIAR E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS (PRONAF, PAA E PNAE) 1999 a
2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Noeli Pertile

**Salvador - BA
Abril de 2017**

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

JESUS, Simone Soares Batista de Jesus
PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE (BA):
AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS (PRONAF, PNAE e
PAA) 1999 a 2015 / Simone Soares Batista de Jesus JESUS. --
Salvador/BA, 2017.
230 f.

Orientadora: Noeli Pertile PERTILE.
Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Geografia) --
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2017.

1. São Felipe/BA. 2. Espaço Agrário. 3. Produção Agrícola. 4.
Agricultura Familiar. 5. Políticas Públicas. I. PERTILE, Noeli
Pertile. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE
(BA): AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
(PRONAF, PNAE e PAA) 1999 a 2015**

SIMONE SOARES BATISTA DE JESUS

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Noeli Pertile
Doutora em Geografia
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil



Prof. Dr. José Antônio Lobo dos Santos
Doutor em Geografia
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



Prof. Dr. Wodis Kleber Oliveira Araujo
Doutor em Geografia
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, UEFS, Brasil

Aprovada em Sessão Pública de 24 de abril de 2017.

[...] opções diante da vida! Confiemos em nós mesmos, sejamos capazes de mudar os nossos destinos, modificando as nossas atitudes, orando, pedindo forças. Aquele que ora, com fé, mesmo que tenha muitos problemas, muitos débitos, faz em torno de si um enorme halo de luz, que afasta as entidades perturbadoras. E, afastando as entidades perturbadoras, a pessoa se torna dona de si mesma, dona das suas emoções e das suas reações e se liberta, enfim, para viver uma vida mais digna, mais pacífica, mais produtiva. Que Jesus nos ampare!

Bezerra de Menezes

AGRADECIMENTOS

Ao pai Celestial (Deus) força suprema criador de todas as coisas, a Jesus governador do planeta Terra, a Maria Santíssima consoladora dos aflitos, aos bons espíritos de luz orientadores fiéis. A todas as almas encarnadas que me conduziram até aqui, e conduzem sempre, o meu caminhar; enquanto ser encarnada. Em especial ao meu anjo guardião (estrelinha de luz) presente de Deus por acreditar em me e incentivar a minha evolução sempre me conduzindo para o bem e a realização de boas ações que possibilitam crescimento intelectual e moral para o bom desempenho profissional em auxílio ao crescimento e desenvolvimento social. Aos meus pais Salomão Batista (*in memorian*) e Julia Soares (*in memorian*) por terem me trazido ao planeta Terra dando-me oportunidade de reparação aos erros de outrora e ter me dado à vida. Eternos agradecimentos e minha gratidão! Aos meus tios/pais adotivos Eleutério Bispo e Anisia Soares (*in memorian*) por terem me dado amor, proporcionado os estudos e minha primeira formação Técnica ao Magistério despertando-me a necessidade de estudar cada vez mais para formação acadêmica. Ensinaram-me a compartilhar sempre com meu próximo, valor fundamental para a minha formação moral e crescimento intelectual. Aos meus filhos Edmundo Neto e Maria Julia por me apoiarem mesmo contra vontade muitas vezes nas minhas decisões de busca incansável pelo conhecimento quando ausente em viagens de campo e com as leituras, mesmo próxima, mas distante nas atenções familiares. A Sra. Perpetua Correia, minha ex-sogra e terceira mãe que me acolheu em seu lar em Salvador através do acolhimento solidário. A minha irmã Solange Soares e seu esposo Paulo Santana pelo carinho e apoio. Aos meus sobrinhos Luzia, Carlito, Emerson e Matheus pelo acolhimento em seu lar, no Sítio Mariquita pertencente a nossa família proporcionando-me refletir o trabalho dos camponeses e as dificuldades de produzir em uma unidade minifundiária. As amigas Maria Suzana Vieira e Celeste Santos pelo apoio dedicado enquanto saía a campo. Ao apoio da Fundação do Amparo ao Pesquisador do Estado da Bahia (FAPESB), o qual possibilitou o desenvolvimento da pesquisa. As minhas amigas e colegas em especial Fábria Antunes Zaloti pela construção dos mapas com suas maravilhosas aulas no laboratório do NERA/UFBA a você minha amiga querida; eterna gratidão! A colega Andreia Alcântara pelas discussões a conceitos e troca de experiências pertinentes à pesquisa. Aos grupos de pesquisa do IGEO/UFBA NERA e GeograFar

pelos materiais de pesquisa consultados. Aos professores da Pós-Graduação em Geografia da UFBA por colaborarem com cada dose de palavras e conteúdos abordados em sala de aula, nos corredores e em outros espaços da UFBA para a construção do conhecimento. A minha querida orientadora Dra. Noeli Pertile por ter aberto a primeira porta após avaliar minhas intenções no processo seletivo para ingressar como aluna especial na disciplina Organização do espaço agrário, o que me deu coragem para continuar os estudos, participar de mais duas disciplinas (Organização do espaço Regional com o professor Dr. Antonio Ângelo que proporcionou uma viagem pela região Nordeste, onde reafirmou a necessidade de aprender mais sobre o homem que vivi no/do campo; e com a disciplina Comunidades Tradicionais ministrada pela magnífica professora Dra. Guiomar Germani, a qual me fez conhecer outras realidades de comunidades tradicionais, história do camponês e suas lutas fazendo refletir o conhecimento que adquirir na UFRB sobre agricultura familiar despertando em mim a busca incansável pelas minhas origens camponesas. Após essas duas experiências como aluna especial os estudos foram intensificados com mais apropriação de conhecimentos e participei do processo seletivo do Mestrado em Geografia na UFBA no final de 2014 como aluna regular, sendo aprovada e ingressei em 2015. Ao professor Dr. Antonio Lobo pela aceitação de fazer parte da minha banca e ter colaborado com suas orientações na construção deste trabalho. E ao professor Dr. Wodis Kleber por ter mostrado tamanha dedicação ao meu trabalho e também por ter disponibilizado um material extraordinário que muito colaborou nas leituras e término deste trabalho. Aos dois minha eterna gratidão! A todos os meus colegas e amigos que saborearam dos meus Biscoitos da Amizade nos momentos difíceis da ausência do auxílio Bolsa estudos. Aos agricultores familiares do município de São Felipe/BA por abrirem suas portas e receberem a pesquisadora e sua equipe ou permitirem nossos questionamentos nos seus espaços de trabalho (casa de farinha e na roça) minha eterna Gratidão, sem esse acolhimento a construção deste trabalho ficaria pela metade. Agradeço ao secretário e as técnicas da Secretaria de Agricultura do município de São Felipe/BA, aos presidentes das associações rurais no município e ao presidente e técnicos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Felipe/BA pela disponibilidade e atenção com a pesquisa. Ao Sr. Itanajara da Secretaria da Pós-graduação do IGEO/UFBA que sempre me atendeu com seu sorriso acolhedor, palavras otimistas orientando-me e resolvendo as solicitações dos

recursos para apresentação de artigos em outro Estado e a todos que colaboraram para o desenvolvimento de mais uma etapa edificante na minha vida acadêmica. Aos funcionários da biblioteca do IBGE na cidade de Salvador, UFRB no município de Cruz das Almas/BA e da UFBA pelo bom trabalho desenvolvido e atenção. Aos funcionários efetivos e terceirizados do IGEO/UFBA pelo trabalho desenvolvido no dia a dia dando condição de encontrarmos sempre o espaço limpo e acolhedor para o desenvolvimento da pesquisa durante esses dois anos de construção. Obrigada meus queridos amigos aproximados por uma onda de energias positivas, permitida pela força suprema do universo “Deus”, oportunidade necessária para minha evolução acadêmica enquanto ser encarnada. A todos minha eterna Gratidão!

O Silêncio

É no silêncio do Ser
Que encontro o Ser
Cansado de buscar o Ser

Se penso o Ser ele quer Ter
Ter para entender o Ser
O Ser que o Ter conseguiu Ser

O Ser é a alma, o Ser é espírito
O Ser ama, o Ser vive, o Ser existe
O Ser produz o Ter no mundo

Simone Soares

(Poema criado pela autora nas aulas da disciplina
Fenomenologia da Paisagem em 2015 no IGEO/UFBA)

JESUS, S. S. B. de. **Produção do espaço agrário do município de São Felipe (BA): Agricultura Familiar e as Políticas Públicas (PRONAF, PAA e PNAE) 1999 a 2015.** 2017. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, [2017].

RESUMO

Esta pesquisa analisa o espaço agrário do município de São Felipe-BA a partir da produção agrícola, entre os anos de 1999 a 2015, buscando entender a influência dos agentes na organização desse espaço identificando as possíveis potencialidades da Agricultura Familiar, as particularidades dos agricultores familiares em algumas localidades rurais e as políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE). Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se como metodologia o estudo de caso; levantamento bibliográfico e outros dados secundários subsidiaram a estruturação da coleta aos dados primários a partir do estudo exploratório em campo através de entrevistas e uso de questionários. O município de São Felipe/BA, desde a sua ocupação territorial em 1678 e com as primeiras lavouras de mandioca, fumo, cana-de-açúcar e cereais iniciou uma pequena produção rural. Sendo que alguns dos cultivos agrícolas deixaram de ser cultivados e outros deram novo dinamismo socioeconômico e político ao município. Porém, a concentração de terras no município de São Felipe/BA dificulta o desenvolvimento na organização dos agricultores familiares que são, na sua maioria (98,1%) minifundiários, produzem em quantidade suficiente para suprir a alimentação familiar e a venda. Os agricultores familiares (90,7%) nas localidades rurais pesquisadas se identificaram como lavradores com fortes características camponesas. O Estado através da EBDA a partir de 1998 incentivou a organização associativista dos agricultores familiares desse município para o acesso ao PRONAF favorecendo algumas das associações rurais no município de São Felipe/BA dependentes de agentes políticos que as estruturaram. Diante dos dados analisados foi possível perceber que ainda é baixo o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE), mas os que acessaram o PRONAF e tiveram assistência técnica, ocorreu certo dinamismo na produção agropecuária favorecendo a compra de áreas para o plantio e, conseqüentemente, melhorando um pouco a vida dos agricultores familiares. A maior satisfação dos agricultores familiares nas localidades rurais foi com relação ao Bolsa Família e a Aposentadoria Rural; essas foram as políticas públicas de cunho assistencialista que vem satisfazendo e melhorando a vida das famílias dos agricultores no campo nesse município. Os resultados mostram que vários problemas estão impedindo que o PRONAF, PAA e o PNAE possa garantir o desenvolvimento da agricultura familiar no município de São Felipe/BA e a concretização de melhores condições de vida para as famílias dos agricultores familiares do município.

Palavras chave: São Felipe/BA. Espaço Agrário. Produção Agrícola. Agricultura Familiar. Políticas Públicas.

JESUS, S. S. B. de. **Production on agrarian space in São Felipe (BA) municipality: Family Agriculture and Public Policies (PRONAF, PAA and PNAE) from 1999 to 2015. 2017. 230 f.** Dissertation (Master in Geography) - Institute of Geosciences. Federal University of Bahia, Salvador, [2017].

ABSTRACT

This research analyzes the agrarian space São Felipe-BA municipality considering the agricultural production between 1999 and 2015, trying to understand the influence of the agents in the organization of this space, identifying the potential of Family Agriculture, the particularities of family farmers in some rural areas and public policies (PRONAF, PAA and PNAE). Case study methodology was used in the development of the research together with bibliographic survey and other secondary data subsidized the structuring the collection of primary data from the exploratory study in the field through interviews and questionnaires. The municipality of São Felipe / BA began a small rural production since its territorial occupation in 1678 with the first crops of manioc, tobacco, sugar cane and cereals. Since then some of the agricultural crops were no longer cultivated and others gave new socioeconomic and political dynamism to the municipality. However, the concentration of land in the municipality of São Felipe / BA makes it difficult to develop family farmers, who are mostly (98.1%) minifundiaries, produce enough to supply their family food and commercialize their products. Family farmers (90.7%) in the rural areas surveyed identified themselves as farmers with strong peasant characteristics. The State has encouraged associative organization of the families through EBDA since 1998, in order to access PRONAF favoring some of the rural associations in the city of São Felipe / BA dependent on political agents that structured them. Through the analyzed data analyzed, it was possible to perceive that family farmers' access to public policies (PRONAF, PAA and PNAE) is still low. However those who accessed PRONAF and had technical assistance added certain dynamism to agricultural production favoring the purchase and planting of new areas, consequently, improving the life of family farmers. The greatest satisfaction of family farmers in rural areas was in relation to Bolsa Família and Rural Retirement; these were the welfare-oriented public policies that have been satisfying and improving the lives of farmers' families in rural areas. The results show that several problems are preventing PRONAF, PAA and PNAE from guaranteeing the development of family farming in the São Felipe / BA and the achievement of better living conditions for the families of family farmers in the municipality.

Keywords: São Felipe/BA. Agrarian Space. Agricultural production. Family farming. Public policy.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Área experimental na localidade Chaves com plantio de mandioca melhorada pela Embrapa.....	76
Foto 2	Sede da localidade do Barlavento do município de São Felipe/BA.....	97
Foto 3	Agricultor Familiar realizando trabalho fora de sua propriedade para complementar renda familiar na localidade do Barlavento.....	99
Foto 4	Agricultora Familiar realizando trabalho artesanal.....	100
Foto 5	Localidade do Bom Gosto.....	107
Foto 6	Agricultores Familiares da localidade do Bom Gosto.....	108
Foto 7	Agricultor Familiar prestando serviço para outro agricultor no Bom Gosto.....	109
Foto 8	Agricultora familiar da localidade Bom Gosto na cantina da UFRB em Cruz das Almas/BA.....	111
Foto 9	Agricultor familiar da localidade Caboclo.....	117
Foto 10	Agricultor familiar da localidade Caboclo desenvolvendo serviço em engenho de produção de melão.....	119
Foto 11	Agricultor familiar da localidade Caboclo fornecedor de melão para alambique em São Felipe/BA.....	119
Foto 12	Reunião da Associação Rural na localidade Chaves em 09/03/2009....	125
Foto 13	Agricultores familiares sendo entrevistados na localidade Chaves.....	126
Foto 14	A localidade Fazenda Velha.....	132
Foto 15	Agricultora da localidade Fazenda Velha que presta serviço fora do estabelecimento rural para ajudar na renda familiar.....	135
Foto 16	A Localidade Pitinga.....	142
Foto 17	Área de agricultores familiares com relevo acidentado na localidade Pitinga.....	144
Foto 18	Localidade Vila Caraipe.....	147
Foto 19	Concentração de terra em mão de dois fazendeiros na Vila Caraipe.....	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Valores de Financiamento concedido a produtores e cooperativas - Região Geográfica, PRONAF em 1999.....	181
Gráfico 2	Números de contratos concedidos a produtores e cooperativas - Região Geográfica, PRONAF em 1999.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Brasil: Distribuição do total do valor da produção em 2006 (em %)...	49
Tabela 2	São Felipe/BA: Classificação dos estabelecimentos Rurais em 2006.....	50
Tabela 3	São Felipe/BA: População Urbana e Rural, 1991, 2000 e 2010.....	87
Tabela 4	São Felipe/BA: Classificação dos Estabelecimentos Rurais de 1950 a 2006.....	88
Tabela 5a	São Felipe/BA: Estrutura Fundiária (1950 a 1970).....	90
Tabela 5b	São Felipe/BA: Estrutura Fundiária (1980 a 2006).....	90
Tabela 6	Número de pessoas nas famílias dos agricultores nas localidades rurais em 2016.....	94
Tabela 7	Idade dos agricultores nas localidades do município de São Felipe/BA em 2016.....	95
Tabela 8	Gênero dos agricultores familiares em São Felipe/BA em 2016.....	96
Tabela 9	Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Barlavento em 2016.....	98
Tabela 10	Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Bom Gosto em 2016.....	109
Tabela 11	Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Caboclo em 2016.....	118
Tabela 12	Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Chaves em 2016.....	127
Tabela 13	Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Fazenda Velha 2016.....	133
Tabela 14	Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Pitinga em 2016.....	142
Tabela 15	Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Vila Caraipe em 2016.....	152
Tabela 16	Produção Agrícola permanente em São Felipe/BA por tonelada (t) de 2004 a 2014.....	164
Tabela 17	Produção Agrícola temporária em São Felipe/BA por tonelada (t)	

	de 2004 a 2014.....	165
Tabela 18	Pecuária em São Felipe/BA por cabeça (c) de 2004 a 2014.....	166
Tabela 19	Município de São Felipe/BA: financiamento concedido a produtores e cooperativas, PRONAF, 1999 a 2002.....	183
Tabela 20	Município de São Felipe/BA: financiamento concedido a produtores e cooperativas, PRONAF, 2003 a 2009.....	184
Tabela 21	Município de São Felipe/BA: financiamento concedido a produtores e cooperativas, PRONAF, 2010 a 2016.....	186
Tabela 22	Brasil: Resumo dos recursos da execução do PAA de 2011 a 2015.....	193
Tabele 23	São Felipe/BA: Evolução do PNAE de 2011 a 2015.....	195

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	São Felipe (BA): Localização do município.....	26
Mapa 2	São Felipe (BA): Limite da Vila São Felipe em 1883.....	83
Mapa 3	São Felipe (BA): Limite após desmembramento.....	84
Mapa 4	São Felipe (BA): Localidades rurais.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Procedimentos metodológicos da Pesquisa.....	29
Quadro 2	Pluriatividade e significado a partir dos termos <i>part-time farming</i> e <i>pluriactivité</i>	47
Quadro 3	Brasil: Mudanças no PRONAF, 1997 a 2009.....	57
Quadro 4	Brasil: Processo de criação do PNAE, 1930 a 2009.....	59
Quadro 5	Brasil: Evolução da Previdência Rural (1963-1996).....	62
Quadro 6	Instituições criadas e políticas públicas reformuladas em 1960 a 1970 para a modernização da agricultura brasileira.....	169
Quadro 7	Tipo de organização que o Agricultor Familiar no município de São Felipe/BA participa.....	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAB	Agência de Defesa Agropecuária da Bahia
AP	Aposentadoria Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BF	Bolsa Família
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEGJ	Colégio Estadual Governador João Durval Carneiro
CF	Constituição Federal
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
COOAFATRE	Cooperativa da Agricultura Familiar do Território Recôncavo
COMASFE	Cooperativa Agrícola dos Produtores Rurais de São Felipe
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERRECÔNCAVO	Cooperativa Agroindustrial do Recôncavo da Bahia
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DF	Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EIVI	Estágio Interdisciplinar de Vivências e Intervenções em Áreas de Reforma Agrária na Bahia
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPESB	Fundação do Amparo ao Pesquisador do Estado da Bahia
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEOGRAFAR	Geografia dos Assentamentos na Área Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBC	Instituto Biofábrica de Cacau
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEC	Instituto Nordeste Cidadania
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	Ministério da Educação
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MP	Ministério Público
MS	Ministério de Saúde
ONGs	Organização Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Agricultura da Bahia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIAB	Sistema de Informação de Atendimento Básico
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i>
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	37
1.1 ESPAÇO.....	37
1.2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	39
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	51
2 UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO: BAHIA E RECÔNCAVO.....	67
2.1 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DA BAHIA E DO RECÔNCAVO.....	67
2.2 MODELO DE PRODUÇÃO TRADICIONAL E CONVENCIONAL.....	72
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA.....	80
3.1 O PROCESSO FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA.....	80
3.2 POPULAÇÃO RURAL E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA.....	85
3.2.1 A estrutura fundiária do município de São Felipe/BA.....	88
3.3 LOCALIDADES RURAIS DE SÃO FELIPE/BA.....	92
3.3.1 Localidade Barlavento.....	96
3.3.2 Localidade Bom Gosto.....	106
3.3.3 Localidade Caboclo.....	116
3.3.4 Localidade Chaves.....	124
3.3.5 Localidade Fazenda Velha.....	132
3.3.6 Localidade da Pitinga.....	141
3.3.7 Localidade da Vila Caraipe.....	147
3.3.8 Conclusão da análise das localidades.....	157
3.4 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA...	161

3.5	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA.....	167
3.6	AS POLÍTICAS PÚBLICAS (PRONAF, PAA, PNAE) E IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO RURAL EM SÃO FELIPE/ BA.....	180
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
	REFERÊNCIAS.....	205
	APÊNDICES - A.....	219
	APÊNDICES – B.....	224
	APÊNDICES – C.....	225
	APÊNDICES – D.....	226
	APÊNDICES – E.....	227
	APÊNDICES – F.....	228
	APÊNDICES – G.....	229
	APÊNDICES – H.....	230

INTRODUÇÃO

Compreender a produção do espaço agrário de um município no Recôncavo baiano a partir da agricultura familiar e das políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o desafio desta dissertação. Entender como esse espaço foi organizado, em seu processo histórico de formação com seus habitantes e seus cultivos, no desenvolvimento das políticas públicas para o campo, remete a pensar na produção agropecuária, entre outros. A produção do espaço é resultado da ação do homem nas diferentes sociedades que foram organizando suas atividades rurais e urbanas.

O Brasil, desde a colonização portuguesa, teve suas vastas terras ocupadas com cultivos agrícolas que possibilitaram o desenvolvimento e ampliação de relações comerciais, estimulando o surgimento dos espaços rurais e urbanos, inicialmente na região Nordeste, na Bahia, com destaque para o Recôncavo.

Ao longo do tempo, no Brasil, a agricultura passou por muitas mudanças, como da produção de subsistência para a produção de larga escala. As mudanças possibilitaram uma produção cada vez mais industrializada, tecnificada, especificada, concentradora de renda, prejudicial à saúde humana e ao meio ambiente com usos de produtos químicos na agricultura (PORTO GONÇALVES, 2004) para atender o sistema de produção que se estruturou no mundo (RIBAS; MATSUMURA, 2009).

Essas mudanças foram promovidas pelo modelo capitalista agrário desde a Revolução Verde, a produção de gêneros alimentícios até o grande consumo de máquinas e agroquímicos, além do mercado consumidor de produtos agropecuários nos centros urbanos. Nesse sentido, como o Brasil estruturou sua agricultura a partir do modelo colonial (com concentração de terra e produção para a exportação) e depois com a modernização e permanência do latifúndio empurrou e expulsou grande parte da população rural para os grandes centros urbanos, de forma desordenada em busca de trabalho e melhoria de vida. O resultado disso foi o crescimento econômico e mais concentração de renda e de terras, mas não o desenvolvimento (ANDRADE, 1979).

Nessa revolução da agricultura brasileira, o Estado foi o principal agente financiador da modernização, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-

Oeste do país a partir da Segunda Guerra Mundial. Em 1970, intensificou-se suas ações com a incorporação do pacote tecnológico na agricultura e o direcionamento de políticas públicas favoráveis aos produtores de grande e alguns de médio porte, estimulando o acúmulo de capital por meio de crédito rural de longos prazos, dificultando a pequena produção da agricultura familiar. As regiões Nordeste e Norte não foram contempladas da mesma forma com a modernização agrícola, ou seja, a modernização foi desigual e excludente para uma grande parte de agricultores familiares (pequenos agricultores e camponeses) (AGRA; SANTOS, 2001; AQUINO; SANTOS, 2002; DELGADO, 2010).

Nesse sentido, as políticas agrícolas direcionadas para o campo se desenvolveram em um cenário que favoreceu a concentração de terra e de renda para o acúmulo do capital de uma pequena parcela da população; ampliando as desigualdades sociais entre as regiões do país e excluindo os agricultores familiares do processo de produção. Nesse cenário, a posição do Estado em beneficiar o modelo de produção capitalista por meio do pacote tecnológico contribuiu também para separar o trabalhador do campo, do seu meio de produção (a terra) e de seus instrumentos tradicionais (enxada, foice, tração animal, entre outras), substituindo-os por máquinas e insumos industriais. O que contribuiu para que esses trabalhadores fossem marginalizados e dependentes de um processo de modernização que precarizou as condições de trabalho.

Para a análise da produção do espaço agrário e das políticas públicas voltadas ao campo no município de São Felipe/BA, Recôncavo baiano, utilizaremos os conceitos de Espaço, Agricultura Familiar e Políticas Públicas. A partir de fatores históricos é possível compreender e refletir os processos e as relações da produção do espaço agrário na Bahia, no Recôncavo e no município de São Felipe/BA para, assim, entender a forma de produção da agricultura familiar e as políticas públicas, PRONAF, PAA e o PNAE, como a Aposentadoria Rural (AR) e o Bolsa Família (BF) existentes no espaço rural.

O município de São Felipe/BA (Mapa 1), desde a sua ocupação em 1678, apresentava produção de mandioca, fumo, cana-de-açúcar e cereais, formando a produção rural. Com o passar do tempo alguns dos cultivos agrícolas foram substituídos: alguns deixaram de ser cultivados e outros novos foram surgindo, como a laranja, inhame, banana e hortaliças, atribuindo novo dinamismo econômico ao município de base agrícola. Analisar a produção agrícola é de fundamental

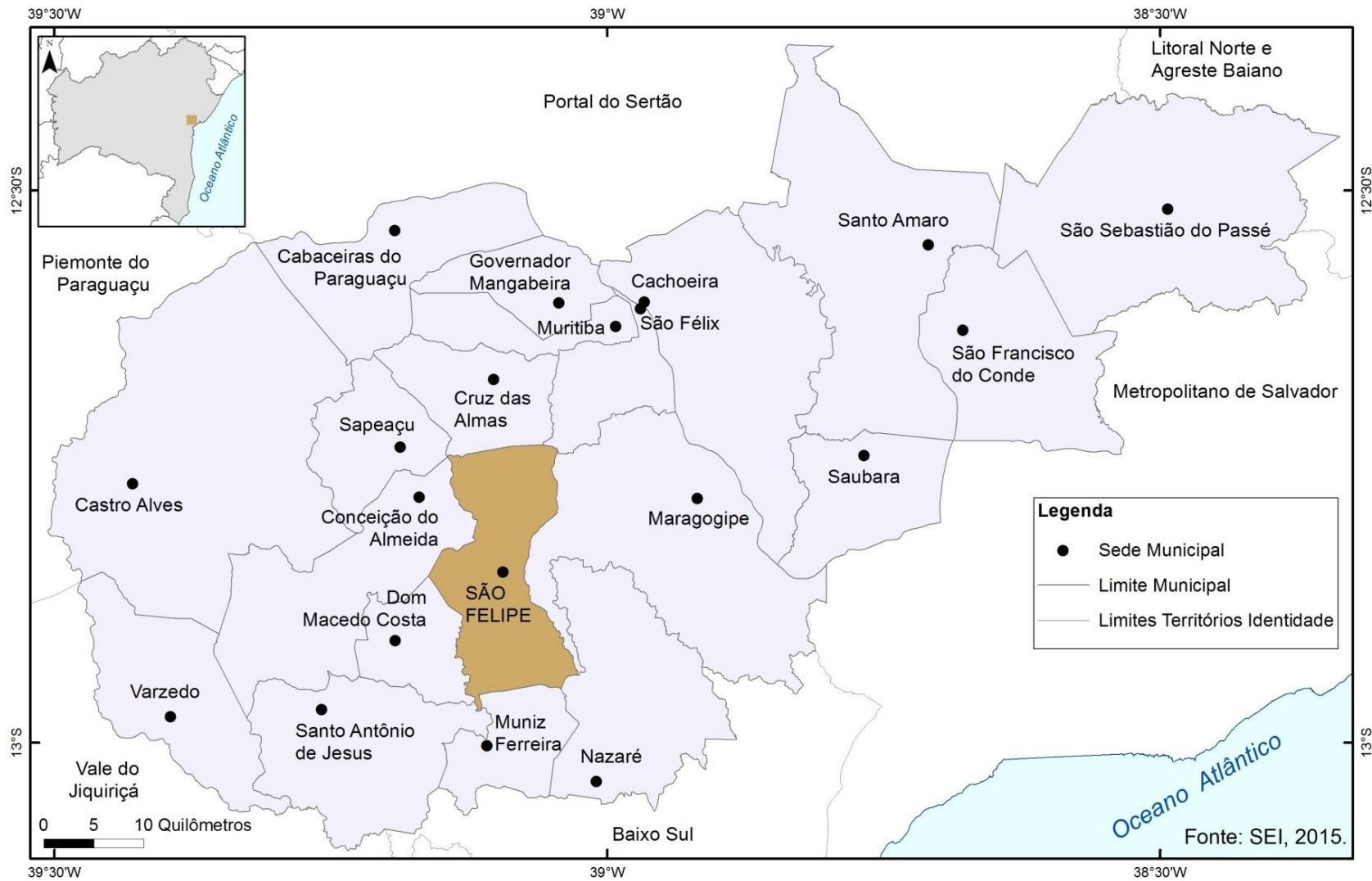
importância para compreender o espaço agrário, as políticas públicas em questão e as potencialidades da Agricultura Familiar nesse município.

Considerando sua base agrícola, se pergunta: De que forma as políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE) voltadas para o fortalecimento da produção e comercialização agrícola influenciam na produção do espaço agrário do município de São Felipe/BA? Diante desse questionamento apresentam-se os objetivos desta pesquisa. O objetivo Geral é analisar a produção do espaço agrário do município de São Felipe-BA, no período de 1999 a 2015 a partir da agricultura familiar. E das políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE) buscando entender a influência dos diferentes agentes na produção desse espaço. Para tanto, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: analisar a produção agrícola e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar a partir de 1999, identificando as especificidades das práticas agrícolas, a condição do produtor e a estrutura fundiária no município de São Felipe/BA; observar a existência de relações interescares nas escolhas da produção agrícola, na produção/comercialização agropecuária e seu resultado na organização espacial no município e se existem formas de organização coletivas (Associação, Cooperativa e Sindicato dos Trabalhadores Rurais), em que medida o produtor rural está inserido.

Na construção de uma dissertação ao demarcar um período de tempo, considera-se os acontecimentos históricos pertinentes para chegar à análise que se propõe. Os cultivos agrícolas de mandioca, cana de açúcar, fumo e cereais foram os primeiros produtos cultivados que possibilitaram povoamento e desenvolvimento ao município de São Felipe/BA no século XVII. Esses cultivos dinamizaram o Recôncavo e a Bahia para estruturar um sistema capitalista com uma função comercial para os séculos posteriores.

A escolha desta análise espacial e temporal ao município de São Felipe/BA entre 1999 a 2015 estrutura-se na compreensão das mudanças ocorridas nesse espaço por meio da produção agrícola e das ações dos agentes que atuam nesse espaço e ao fato de a pesquisadora possuir vínculos empíricos: vivências com o lugar. Diante dessa ligação entre a pesquisadora e o objeto da pesquisa, existe necessidade de cuidados epistemológicos para manter fidelidade nas análises estabelecidas dentro dos parâmetros teóricos e dos procedimentos metodológicos utilizados neste estudo.

Mapa 1 - São Felipe (BA): Localização do município



Fonte: Elaborado por ZALOTI, F. A. e JESUS, S. S. B. de. Com base em SEI (2015)

Nesse sentido, com o percurso da formação acadêmica em Geografia e por ser filha de camponeses (origem descoberta no decorrer desta pesquisa) desenvolveu-me a necessidade de compreender a diferença entre agricultor familiar e camponês, quais são suas relações no campo e na cidade para entender as diferenças e complexidades das relações de produção do agricultor familiar do município de São Felipe/BA. Para isso com o ingresso na Pós-Graduação em Geografia na UFBA na área da Geografia Agrária, apoio da Fundação do Amparo ao Pesquisador do Estado da Bahia (FAPESB), o qual possibilitou o desenvolvimento da pesquisa e com apoio da Secretaria da Pós-Graduação foi possível participação em eventos¹ para publicação de artigos. Esses encontros possibilitaram compreender melhor as leituras realizadas a partir das discussões abordadas nesses espaços sobre a questão agrária e agrícola no país.

Assim como, a participação no IX Estágio Interdisciplinar de Vivências e Intervenções em Áreas de Reforma Agrária na Bahia (EIVI - Bahia), junho de 2016 no município de Santo Amaro/BA com apoio da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Foi no processo de formação e construção de conhecimento com a vivência em uma localidade rural (Poços, do município de Capim Grosso), a qual possibilitou conhecer povos tradicionais (camponeses).

Espera-se através dos dados levantados que esta pesquisa colabore com os estudos da área agrária e afins na compreensão desses sujeitos e suas relações de produção para o processo de reprodução do agricultor familiar e do camponês, não só no município de estudo, mas também para o Recôncavo.

Para analisar o espaço agrário do município de São Felipe/BA a partir da produção agrícola e das políticas públicas. Utilizou-se o estudo de caso fundamentado no marco teórico, na contextualização história da organização agrária e produção agrícola no Brasil, na Bahia e no Recôncavo, sendo elaborado um delineamento para identificar o problema e os objetivos da pesquisa, dialogando com os conceitos e os dados coletados em campo, compreendendo a influência dos diferentes agentes da organização do espaço agrário do município e a dinâmica desse processo. De acordo com Gil (2012), o estudo de caso parte de

¹ III Encontro Nacional e IX Fórum Estado, Capital, Trabalho “As (Ir) Racionalidades do Capital nos Tempos e Espaços da Barbárie”, agosto de 2015 e no XXIII ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária, novembro de 2016, ambos na Universidade Federal de Sergipe.

uma investigação profunda e exaustiva do objeto a ser pesquisado, onde explora, descreve e explica os dados coletados em campo.

Segundo Yin (2010) como método de pesquisa, o estudo de caso auxilia na compreensão dos fenômenos sociais complexos. Para o autor, ao utilizar o método é importante traçar o caminho metodológico que auxiliará o questionamento e os objetivos da pesquisa. Este possibilita a utilização de outros métodos sem considerar uma hierarquia nas fases exploratória, descritiva e explanatória na coleta e análise aos dados, para a evidência empírica, mas o momento certo para a utilização, evitando desajustes grosseiros sem perder a característica do método: estudo de caso (YIN, 2010).

Nesse sentido, foram definidas quatro etapas para o desenvolvimento do estudo de caso, utilizando procedimentos metodológicos, fundamentados em outros métodos de pesquisa para apropriação dos dados teóricos e do trabalho de campo, sem perder a característica do método definido.

Na primeira etapa foi traçado um planejamento (Quadro 1) para o levantamento de trabalhos referentes ao município de São Felipe/BA, sendo selecionado três trabalhos relevantes (elaborados por dois professores de história e um de geografia do município) um referente ao cooperativismo rural no município (CHAVES, 2010)²; outro tratando do Plano Diretor e espaço ambiental (OLIVEIRA, 2012)³. Um relacionando a crise agrícola no Recôncavo Baiano (1890-1910) com o município de São Felipe/BA (SANTOS, 2013)⁴. Os citados trabalhos não contextualizaram a produção do espaço rural na dinâmica em que se propõe analisar, mas abordaram a influência de agentes políticos no processo de desenvolvimento local pertinentes à pesquisa. A proposta da pesquisa estrutura-se na necessidade de compreender a produção do espaço agrário do município de São Felipe-BA, construído no espaço de tempo histórico e contemporâneo, no período de 1999 a 2015 a partir da agricultura familiar das políticas públicas PRONAF, PAA e PNAE, buscando entender a influência dos diferentes agentes nesse espaço.

² Cooperativismo e Desenvolvimento Local: Análise do Cooperativismo Agrícola dos produtores de mandioca de São Felipe/BA.

³ O Plano Diretor do município de São Felipe e a questão ambiental: Uma análise da Barragem da Copioba e Serra da Copioba – 2001-2012. 2012.

⁴ Crise Agrícola no Recôncavo Baiano (1890-1910): Município de São Felipe/Bahia. 2013.

Quadro 1 - Procedimentos metodológicos da Pesquisa

ETAPAS DA PESQUISA	PROCEDIMENTOS	FONTES
Levantamento bibliográfico	Seleção de trabalhos sobre o município de São Felipe: Conceitos: Espaço; Agricultura Familiar; Políticas Públicas.	Publicações em artigos científicos, dissertações e teses sobre Agricultura Familiar, Políticas Públicas e município de São Felipe. Livros sobre a produção do Espaço, Agricultura Familiar e Políticas Públicas.
Pesquisa documental	Levantamento sobre a produção do Espaço Agrário do Brasil, Recôncavo baiano e do município de São Felipe. Análise das políticas públicas PRONAF, PAA, PNAE. Mapeamento do Recôncavo baiano formação histórica, produção agrícola e das políticas públicas, voltadas para o campo em São Felipe.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), Prefeitura Municipal de São Felipe e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
Pré-campo	Levantamento de documentos históricos do município; Entrevistas semi-estruturadas.	Prefeitura Municipal; Participação na II Feira da Agricultura Familiar do município e Leituras no Jornal Escudo Social de São Felipe na década de 1930.
Trabalho de campo	Entrevista com Secretário, Técnicos e Coordenadores da Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Comércio de São Felipe; Presidente e Técnico Agrícola do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Presidentes de Associações Rurais e Cooperativas no município; alguns funcionários públicos na zona urbana que contribuíram indiretamente para o desenvolvimento do agricultor familiar no município. Aplicação de questionários a agricultores familiares.	Prefeitura Municipal; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Associações Rurais; Cooperativa Agropecuária do Município; Algumas famílias urbanas e Localidades Rurais.

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de, 2016

Os conceitos de espaço foram discutidos a partir de Santos (2002) que trabalhou a produção do espaço pelo trabalho e relações sociais com a natureza

em diferentes épocas. De modo complementar Silva (1991) aborda o espaço concebido de totalidades capitalistas e não capitalistas produzidos pelo homem. E ainda, Lefebvre (2006) que, a partir de uma análise de diferentes períodos do que foi identificado por vários filósofos e teóricos do que seria o espaço, propõe uma reflexão complexa partindo do espaço construído pela sociedade a partir de diferentes períodos. A análise a esses estudos possibilitaram melhor entendimento das relações de produção do espaço agrário no município de São Felipe/BA.

Esses conceitos são importantes para sequenciar as discussões relacionadas à modernização da agricultura e políticas públicas que estão sendo discutidas com autores que analisaram as mudanças ocorridas na agricultura familiar a partir da modernização da agricultura. Nesse sentido, Schneider (2003) explica o processo da agricultura familiar como uma categoria legitimada pelo Estado a partir de 1996 e as atividades pluriativas desenvolvidas no campo. As discussões trazidas por Veiga (2001) sugerem o fortalecimento da agricultura familiar através de uma política agrária de subsídios para atender agricultores familiares.

Os estudos de Lamarche (1993), Abromovay (1998), Fernandes (2002), Wanderley (2013) fundamentam as diferenças e semelhanças entre o campesinato e a agricultura familiar, assim como, os fatores que impulsionaram o camponês a categoria de agricultor familiar; discutem as mudanças ocorridas no meio rural a partir de 1970 com o avanço desenfreado do processo de modernização agrícola que excluiu essa classe de agricultores.

Na segunda etapa foram realizados dois pré-campos no município de São Felipe/BA com intuito de planejar o trabalho de campo. O primeiro ocorreu em outubro/2015 e constituiu-se de uma busca por materiais históricos do município na prefeitura, documentos e diálogos com alguns representantes na Secretaria de Agricultura do município de São Felipe/BA, sendo que não foi possível fotografar e gravar os diálogos. Nesse momento, percebeu-se que alguns servidores da prefeitura e representante do prefeito apresentar desconfiança sobre qual seria a intenção da pesquisa, confundindo-a como favorecimentos⁵ à política partidária. O

⁵ Esse favorecimento entende-se pela percepção da pesquisadora referente às articulações dos partidos para a eleição de prefeito ocorrida em novembro de 2016. Sendo que no município as ligações de confiança entre eleitores e seus representantes são muito fortes e, na maioria das vezes, obrigatórias pela troca (votos) por favores (empregos, materiais e outros). Tendo essa percepção se confirmado em campo na localidade da Pitinga um mês antes da eleição na aplicação dos

que dificultou o acesso às informações e documentos necessários a pesquisa. Em outro momento, o representante do prefeito esclareceu que a prefeitura não possuía documentos históricos. Mas afirmou ter posse, em sua residência, de alguns documentos (históricos e mapas do município). Porém, precisava organizá-los para disponibilizar. Ao percebermos as dificuldades impostas, foi decidido não utilizar os referidos documentos na pesquisa.

O segundo pré-campo (novembro/2015) foi realizado na II Feira da agricultura familiar do município de São Felipe/BA, sendo possível ter contato com agricultores familiares do município, agentes políticos e representantes: da Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Comércio do município de São Felipe/BA, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), ex. técnicos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o prefeito do município. Na ocasião, foram apresentados os objetivos⁶ da pesquisa e aplicado uma amostra do questionário semi-estruturado para a coleta de informações. Nesse pré-campo, também foi entrevistada a professora Dra. Tatiana Veloso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que informou que o município de São Felipe/BA foi o primeiro município do Recôncavo a acessar o PAA. Ainda nesse pré-campo foi informado por uma serventuária (a Sra. Perpetua Rita de Moraes Correia) da justiça (aposentada) que exercia a função de escrivã dos feitos cíveis e comerciais da Comarca do município. A existência de uma coleção de jornais antigos contendo publicações do Jornal Municipal Escudo Social da década de 1930 sobre acontecimentos sociais, econômico e político do município de posse particular de um morador (Sr. Murilo) auxiliou na reflexão da influência das ações dos agentes políticos na produção agrícola do município.

questionários, quando uma agricultora familiar respondia às perguntas pediu licença à pesquisadora para ir ao encontro de seu candidato a vereador e receber alguns materiais de construção prometido aos seus eleitores na localidade. O que isso é considerado crime segundo o art. 41^a da Lei nº 9.504/1997 (BRASIL, 1997). Nesse momento, pode ser visto um candidato a vereador em um carro com um som alto de sua propaganda chamando a atenção de todos os moradores chegando à localidade com um caminhão cheio de materiais de construção. O qual estacionou na praça e adentrou em um pequeno estabelecimento comercial pagando bebidas e abraçando seus eleitores. Esse mesmo candidato foi reeleito nas eleições de 2016.

⁶ Nesse momento pode-se perceber que, foram desconstruídas as impressões da primeira visita em busca de dados na prefeitura, o que facilitou outras visitas e aplicação dos questionários em campo.

Ao realizar o pré-campo utilizou-se do método fenomenológico um dos instrumentos criado pelo fenomenólogo⁷ Husserl, a redução fenomenológica usando como procedimento, a suspensão de qualquer saber pré-concebido do objeto a ser analisado como estratégia para adquirir dados referentes ao município e não obter influência do conhecimento empírico da pesquisadora. Isso devido à pesquisadora ter vivenciado no município durante trinta e cinco anos, sendo que dez anos foram dedicados com trabalhos no ensino particular (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) cinco anos) e público (Colégio Estadual Governador João Durval Carneiro (CEGJ) - cinco anos) e também prestado serviços à prefeitura municipal na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de São Felipe, ocupando o cargo de Coordenadora de Agricultura e Meio Ambiente durante quatro anos⁸.

Ao utilizar a fenomenologia teve-se a preocupação de não descaracterizar o método de estudo definido na pesquisa, mas apenas como uma ferramenta metodológica para obtenção de bons resultados na coleta de dados quanto à percepção dos fatos pela pesquisadora. Entende-se que, por meio da fenomenologia é possível dar originalidade e forma ao pensamento construído após observar a realidade do objeto ou fenômeno. Sendo esse método utilizado apenas no processo de construção das buscas iniciais de dados do município na fase do pré-campo para a construção do campo.

Para Husserl (2000) a fenomenologia enquanto método é possível de ser instrumentalizada e utiliza a redução fenomenológica suspendendo qualquer saber pré-estabelecido do objeto ou fenômeno observado. Para o autor a redução oportuniza o entendimento do conhecimento adquirido com a vivência e pela observação do fenômeno. Mas desconstrói a transcendência apriorística para reconstruir o objeto ou coisa a partir do que ela apresenta. Nesse sentido, ao utilizar a redução (proposta por Husserl) do conhecimento existente pela pesquisadora a respeito das questões agrárias, a influência de agentes políticos e

⁷ Entre os fenomenólogos, Husserl considera a fenomenologia passível de ser instrumentalizada partindo do questionamento sobre a origem do conhecimento. Considera a fenomenologia como método e utiliza a redução fenomenológica como um instrumento para entender como a consciência funciona, construímos juízo de valor e o transcendente universal. Ao utilizar a redução fenomenológica ele usa como procedimento a suspensão de qualquer saber pré-concebido. Para ele não existe mundo sem conhecimento humano (HUSSERL, 2000 p. 22).

⁸ Período de março de 2009 a janeiro de 2013.

agricultor familiar no município, os mesmos ficaram em suspensão para uma reflexão ao contexto histórico e nas análises dos dados levantados em campo.

Com a apropriação do referencial teórico e metodológico, utilizando as observações de campo e análises dos dados secundários do município de São Felipe/BA, a análise da produção do espaço agrário (incluindo a produção agrícola) e as relações dos diferentes agentes que deram e dão significado a produção do espaço do município de São Felipe/BA tendo por base o trabalho familiar e as políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE) foram sendo compreendidos.

A pesquisa de base quantitativa utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (os dados históricos referentes ao município, produção agrária e população; o Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA; IBGE – Cidades); da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Agricultura da Bahia (SEAGRI); do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR); do Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (a estrutura fundiária) e da pesquisa de campo. Parte da pesquisa quantificada (dados) apresentam-se em tabelas, quadros e gráficos.

Segundo Minayo (2001) na pesquisa qualitativa o nível de realidade social que não pode ser quantificado em números dá sentido a um universo de significados como: motivos, valores e atitudes. Nesse sentido, os questionamentos abordados em campo consideram os motivos como as relações entre produtor e os demais agentes e as ações que foram sendo processadas no espaço agrário do município de São Felipe/BA dinamizando a organização desse espaço, os quais deram forma e sentido aos dados coletados.

Como a pesquisa foi iniciada e desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico utilizando dados secundários, sendo os dados levantamentos das fontes selecionadas cuidadosamente verificados. Nesse sentido, para Gil (2012) ao desenvolver a pesquisa bibliográfica a partir de dados secundários é preciso ter cuidado com as fontes, pois muitas vezes apresentam equívoco nos dados coletados ou processados prejudicando a qualidade da pesquisa.

O município de São Felipe/BA, de acordo com informações da Secretaria de Agricultura municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (2016) do município de São Felipe/BA possui cinquenta e cinco localidades rurais, trinta associações rurais

e uma cooperativa em atividade. Segundo dados da Secretaria de Saúde Municipal (2016) o município tem 2.910 famílias rurais cadastradas no Sistema de Informação de Atendimento Básico (SIAB) e, de acordo com os dados da Estrutura Fundiária, o município possui 2.856 estabelecimentos rurais (GeografAR, 2011). Diante da necessidade de coletar as informações e conhecer a realidade dos agricultores familiares as políticas públicas PRONAF, PAA e PNAE acessadas por esses agricultores utilizou-se como ferramenta de coleta de dados o questionário direcionado aos agricultores familiares cadastrados em associações rurais ou não considerando o modelo aplicado por Santos (2007).

O questionário foi composto de 59 perguntas divididas em 7 eixos com as seguintes questões: 1 - informações gerais; 2 - dados específicos sobre a organização da agricultura familiar e políticas públicas no município; 3 - assistência técnica; 4 - produção e mercado; 5 - ocupação da mão de obra; 6 - renda; 7 - melhorias das condições de vida e avaliação das políticas públicas. Das 59 perguntas, 37 foram de respostas fechadas e 22 de respostas abertas (Anexo A).

O trabalho foi desenvolvido nas localidades de Barlavento, Bom Gosto, Chaves, Caboclo, Fazenda Velha, Pitinga e Vila Caraipe distribuídas no espaço rural do município. Os questionários foram aplicados seguindo o princípio da técnica da amostragem com a utilização do procedimento aleatório simples, segundo Gerardi; Silva (1981, p. 14) “consiste na retirada casual de elementos da população” [...]. Considerando o número de estabelecimentos rurais no município de 2.856 com base na tabela de Gerardi; Silva (1981) que determina o tamanho da amostra a partir do tamanho da população pesquisada, sendo que, para as autoras, atendendo o tamanho da população entre 2.800 e 3.000 pessoas, o tamanho da amostra deve ser de 338. Assim, foram aplicados apenas 225 questionários devido a recorrência das respostas.

Na aplicação dos questionários nas localidades para facilitar o trabalho da pesquisadora foi necessário estruturar uma equipe com duas auxiliares⁹ de pesquisa

⁹ Uma graduanda do curso de Serviço Social da UFRB e a outra estudante do curso Técnico em Radiologia no CEMAM/Cruz das Amas ambas residentes na cidade de Cruz das Almas. As auxiliares receberam equipamentos adequados (camisas, canetas, pranchetas e um kit com alimentos) e treinamentos para o entendimento relacionado às questões abordadas no questionário e como se posicionar diante dos agricultores familiares antes da aplicação e nos primeiros dias de aplicação. A escolha pelas estudantes foi pautada: nas dificuldades que as mesmas estavam tendo em manterem os estudos, não serem do município de São Felipe/BA e por terem origens camponesas. Apesar de as auxiliares estarem passando por um processo de formação educacional em diferentes níveis considera-se que elas desenvolveram um excelente trabalho.

e um taxista¹⁰ para os deslocamentos da sede as localidades rurais. Os questionários foram aplicados pelas auxiliares e pela pesquisadora em sete dias no mês de agosto de 2016, cada uma entrevistava em média 16 ou 17 agricultores familiares por dia. Porém, percebendo a repetição nas repostas os questionários aplicados foram sendo diminuídos. Para verificar se ocorria repetição a pesquisadora fazia uma avaliação nas respostas dos questionários aplicados pelo grupo após seis horas de trabalho caso ocorresse um total acima de quinze repetições parava-se o trabalho e continuava-se no dia seguinte em outra localidade. Caso não ocorresse a repetição o trabalho era continuado por mais duas horas. Foi seguindo essa metodologia que os questionários foram sendo diminuídos.

Após a aplicação dos questionários em campo os dados foram sendo tabulados pela pesquisadora em um sistema de contagem a cada questionamento e organizados em arquivos por localidades. Depois os dados foram analisados e construídos as tabelas, quadros e gráficos que foram dialogando com os autores que discutem os temas propostos nos questionamentos.

A pesquisa foi estruturada a partir de três capítulos, sendo que na introdução uma contextualização foi apresentada da organização do espaço agrário brasileiro e as principais questões referentes ao desenvolvimento da agricultura e consequências. Apresenta a problemática da pesquisa, objetivos, justificativa, metodologia e os procedimentos metodológicos da pesquisa. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico com os conceitos de espaço, agricultura familiar e políticas públicas que fazem parte das discussões do estudo. O segundo capítulo apresenta uma abordagem contextualizada da organização agrária de fatos históricos do Brasil para entender esse processo de organização na Bahia, Recôncavo baiano e do município de São Felipe/BA. O terceiro capítulo apresenta uma análise da organização do espaço agrário do município de São Felipe/BA, atual formação socioespacial para entender o agricultor familiar, estrutura fundiária, a organização coletiva desses agricultores, a produção para a comercialização e as políticas públicas que impactam o desenvolvimento no campo, o processo de sua

¹⁰ O taxista foi do município de São Felipe/BA e foi escolhido por possuir nível fundamental completo, conhecimento as localidades rurais do município, ter prestado serviço a Secretaria de Agricultura do município de 2009 a 2016 e ser agricultor familiar, o que facilitou o acesso rápido às localidades diminuindo gastos e a não ocorrências de erros nos deslocamentos.

implantação no município de São Felipe/BA, a influência do Estado nesse processo e seus resultados. E, por fim, as considerações finais.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os conceitos de Espaço, Agricultura Familiar e Políticas Públicas importantes para entender a dinâmica da organização do espaço agrário e as políticas públicas voltadas para o campo no município de São Felipe/BA.

1.1 ESPAÇO

O homem durante muito tempo viveu aperfeiçoando formas de produção do seu espaço e a relação um com o outro em sociedade. As relações sociais foram se firmando a partir da coletividade e do processo de trabalho. A terra passou a ser propriedade privada e as relações de poder vão transformando o espaço agrário no mundo inteiro. O mercado consumidor vai ampliando e a produção agrícola necessita acompanhar esse processo, expandindo e aprimorando a produção.

A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras (SANTOS, 2002, p. 96).

Nesse sentido, o Brasil, ao passar pelo período de colonização teve suas terras dominadas e o espaço agrário reorganizado a partir da produção agrícola para exportação. O homem ao se apropriar da natureza por meio das técnicas e dos instrumentos de trabalho inicia o processo de produção e reprodução do espaço e percebe que pode controlar, por exemplo, parte da produção agrícola. Apropriação essa possível por meio do trabalho, vida em sociedade e das formas organizadas dos meios de produção em determinados períodos, que se modificam sempre com o ato de produção do espaço (SANTOS, 2002).

Nessa relação entre homem e natureza, ele começa a pensar e refletir as etapas do trabalho para estruturar a produção em conjunto com outros homens. Por meio desse movimento em diferentes partes do mundo o espaço vivido por diversos povos vão sendo transformados e reproduzidos. Para Santos (2002), toda produção do espaço depende do trabalho cooperado e da divisão de etapas em determinado espaço e tempo necessários para a produção, por mais simples que possa ser.

Para Silva (1991) o espaço produzido pelo homem depende das forças produtivas ou do modo de produção determinado por cada momento histórico em que o homem, de acordo com suas relações sociais subordinadas ao modo de produção, produz novas formas sociais. Ainda segundo a autora, o espaço é formado por totalidades capitalistas e não capitalistas em que a produção coisificada é realizada pelo trabalho humano que percorre os espaços do mundo possibilitando reprodução que será submetida à outra realidade social. O espaço produzido pelo homem em determinado tempo, a partir do trabalho realizado por ele, porém, o produto dessa produção dinamiza as relações capitalistas gerando o lucro para parte da sociedade. Nesse processo, apenas parte (pequena) resultado do trabalho realizado pelo homem volta ou fica com quem o produz, o trabalhador.

A ação do homem impõe novas organizações sociais ao espaço através das técnicas utilizadas, o homem a partir desse momento impõe a natureza socializada sua força por meio dos objetos técnicos criados, novas relações são processadas em um novo tempo que se superpõe e contrapõe ao tempo anterior (SANTOS, 2002).

Com base nesse entendimento de produção do espaço pela ação do homem, a produção agrícola passa a fazer parte das relações sociais de interesses políticos e econômicos em vários espaços do mundo. Nesse contexto, a produção agrícola desenvolvida no município de São Felipe a partir das organizações associativas da pequena produção familiar impulsionada pela política pública, o PRONAF anima as relações sociais, econômicas e políticas.

Na produção do espaço, o homem conduz suas ações de produção, por meio do trabalho, ações que muitas vezes são cheias de intencionalidades. O que para Santos (2002, p. 94), “[...] ações intencionadas podem conduzir a resultados não-intencionados, característica, aliás, muito comum no processo de mudança social ou de mudança espacial”. Na medida em que a necessidade humana muda, devido à divisão do trabalho que se intensifica e a produção para consumo se expande pelo mundo por meio do processo intencionado, os problemas sociais se instalam e se agravam. Os quais, muitas vezes, não foram previstos nesse processo intencionado de produção do espaço.

Segundo Lefebvre (2006) no processo inicial da produção do espaço social o espaço natural permanece como original. Os objetos naturais se valorizam e tornam-se símbolos. Entretanto, a natureza e os objetos tornam-se mitos quando o conjunto

das forças produtivas (natureza, trabalho e organização do trabalho, técnicas e conhecimentos) e as relações de produção de várias sociedades produzem seus espaços. Ainda para o autor nessa produção cada sociedade produz um espaço particular com relações próprias de reprodução (organização da família) e relações de produção (divisão e organização do trabalho) que vão se transformando ao longo do tempo com as relações sociais, econômicas, políticas e pelas lutas de classe, mas possíveis de serem identificadas pela prática espacial (vida cotidiana) e representações simbólicas presentes ou ausentes no espaço (LEFEBVRE, 2006).

Analisar o espaço necessita perceber o espaço dos sujeitos na tentativa de entender o que produzem e as relações que estabelecem entre a natureza e a sociedade, com seu trabalho. O que possibilita a identificação dos tipos de produtores (agricultores familiares e camponeses) no campo.

Na tentativa de compreender a organização do espaço agrário do município de São Felipe/BA por meio de sua produção, relações políticas, sociais e econômicas que deram relevâncias à sua formação territorial é possível perceber a transformação do espaço pela ação do homem em diferentes períodos. E compreender nesse espaço como as relações produtivas ao longo do tempo foram impulsionando o agricultor camponês ou lavrador à categoria de agricultor familiar e o não reconhecimento e entendimento do agricultor de origem camponesa pelos agricultores familiares do município de São Felipe/BA.

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Busca-se compreender o conceito de agricultura familiar sob a perspectiva de várias discussões de autores por tratar-se de um conceito que surge no Brasil a partir do Estado.

A produção formada por produtores familiares estruturou-se dentro e fora de uma propriedade rural a partir de relações de trabalho entre os membros da família ou vizinhança para desenvolver atividades de produção e comercialização. Essas relações foram importantes para determinar a agricultura familiar como uma categoria de produtores, legitimada pelo Estado a partir de 1996 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

A agricultura familiar, segundo Schneider (2003) desde a década de 1990 vem ocupando posição de destaque nas discussões da agenda das políticas públicas do Estado. Posição imposta pelas lutas dos movimentos dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais, fortalecidas pelo sindicalismo rural que passava por grandes desafios expostos pela economia brasileira na década de 1970, e apoiadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). O que possibilitou o reconhecimento do produtor rural pelo Estado para uma categoria de agricultura familiar, sendo uma legitimação forçada de baixo para cima.

Esse reconhecimento se caracterizou pelo triângulo das relações que se estruturaram entre a terra, o trabalho e a família em que apresenta especificidades e diferenças entre as regiões do país e participação de vários segmentos sociais rurais que participam da economia brasileira. Entretanto, essa participação por muitas vezes acabou sendo desacreditada por ter a participação apenas dos pequenos produtores ou trabalhadores rurais. A criação do PRONAF pelo Estado sustentou a iniciativa de políticas públicas cada vez mais específicas para essa categoria social do campo (SCHNEIDER, 2003).

A produção no meio rural foi se processando e intensificando a partir de 1950, com a modernização da agricultura, mas deixando a margem de produção vários agricultores, principalmente os camponeses que foram excluídos do novo modelo de atividade capitalista de produção. Conseqüentemente esse processo foi retalhando e dificultando agricultores a permanecer no meio rural. Na busca por mudança de padrões no funcionamento das unidades produtivas de base familiar para atender relações políticas, econômicas e sociais favorecendo a divisão do produtor rural em categorias (SILVA; JESUS, 2010).

Segundo Wanderley (2013) a partir de 1970 com a intensificação das mudanças no espaço agrário brasileiro promovidas com a modernização da agricultura, urbanização do meio rural e as relações que foram se estabelecendo entre o capital e o trabalho, possibilitou excluir o campesinato do novo processo de produção passando a ser alvo de subordinação forçando a sua integração às novas formas de relações econômicas e políticas. Entretanto, é preciso compreender as relações que se estabelecem na divisão de produção entre camponeses e agricultores familiares duas categorias distintas de produtor. Sendo que na relação

de produção familiar, a produção camponesa é familiar, mas nem toda produção familiar é camponesa (LAMARCHE, 1993; FERNANDES, 2002).

A forma de produção do camponês possui funcionalidades únicas e possíveis de serem identificadas pelas relações de equilíbrio com a natureza muitas vezes presente, a produção para consumo, segurança e soberania alimentar, onde não existe lucro ou salário, sendo que o mais importante é a relação de produção para o uso, ocorrendo também relações de trocas (produção, serviços e outras) entre os camponeses, porém com poucas relações capitalistas. O campesinato tem uma forma tradicional de organização social com características particular de relações de produção gerada pelas famílias possíveis de serem identificadas (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 2013). Na agricultura familiar as relações foram se estabelecendo pelo baixo valor de uso e de troca de produção entre os agricultores, sendo que o mais importante são as vendas da produção e as relações capitalistas (SILVA, O., 1999).

Apesar de existir diferentes formas de relações expressas na forma de produção tanto dos camponeses como dos agricultores familiares no Brasil, na Bahia e no Recôncavo, principalmente no município de São Felipe/BA, elas sofreram influências do processo de modernização da agricultura brasileira. Sendo que, quanto mais o camponês ou agricultor familiar estiver próximo das relações capitalistas de produção, mais difícil terá de reproduzir suas práticas tradicionais. Isso possivelmente fez com que os agricultores familiares no município de São Felipe/BA perdessem suas características de camponeses deixando de se reconhecer, enquanto camponês, mas não deixaram de ser camponeses.

A partir de 1960 a 1970, segundo Welch et al. (2009) surgiram no cenário nacional e internacional discussões sobre o camponês. Essas discussões trazidas por vários autores como: GUIMARÃES (1963)¹¹; QUEIROZ (1963)¹²; ANDRADE (1963)¹³; VELHO (1969)¹⁴; CARDOSO (1979)¹⁵ e outros que evidenciaram uma redescoberta aos camponeses por meio das características do modo de vida de pequenos grupos de produtores que possibilitaram a resignificação como uma classe.

¹¹ Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros.

¹² Uma categoria rural esquecida. Revista Brasileira.

¹³ As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo.

¹⁴ O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro.

[...] camponeses, como cultivadores comprometidos com uma forma particular de tratar o solo, produzir alimentos e garantir o sustento de suas famílias e a reprodução de trabalhadores, segundo uma cultura típica dos pequenos grupos e modos de vida, vieram a ser resignificados, em seu conjunto, como uma classe (WELCH et al., 2009, p. 23).

De acordo com Wanderley (2013), o campesinato por ter sido constituído historicamente como uma civilização ou como uma cultura, sendo que como civilização as relações econômicas, sociais, políticas e culturais estavam ligadas entre si. No entanto, quando ocorreram mudanças em uma delas todo o conjunto do tecido social foi afetado (MENDRAS, 1984 *apud* WANDERLEY, 2013). Ainda segundo o autor o campesinato pode ser entendido como um modelo social particular de organização da produção gerida pela família com práticas sociais específicas para a manutenção da família e da sua reprodução (WANDERLEY, 2013).

O campesinato foi estruturado como organização social através da divisão do trabalho desenvolvido pelos membros familiares (pais e filhos, tios e primos) que, dentro de suas propriedades, pequenas ou médias, produziam alimentos utilizando conhecimentos passados de uma geração a outra. Sendo que dentro do processo de produção para sobrevivência as relações de troca ocorreram entre os membros familiares (parentes), vizinhos e o mercado. O camponês quando busca o mercado tem como objetivo obter dinheiro com a venda de sua produção para a compra de mercadorias que não produz, sendo indispensáveis à reprodução da família (PAULINO, 2003).

Considerando que a maior parte (98,1%) dos estabelecimentos dos agricultores familiares do município de São Felipe possuem áreas menor que 5 e menor que 50 (ha) predominando o minifúndio¹⁶ (GeografAR, 2011) e que 80,44% desses agricultores desenvolvem suas atividades de produção com a família de maneira tradicional¹⁷, sendo que as práticas utilizadas foram passadas por gerações anteriores e parte (69,33%) das sementes utilizadas por esses

¹⁵ A brecha camponesa no sistema escravista.

¹⁶ Segundo o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), minifúndio significa o imóvel rural com uma dimensão de área inferior a área que é destinada ao imóvel rural da propriedade familiar para reprodução, ou seja, uma área abaixo de 1 módulo fiscal (BRASIL, 1964).

¹⁷ Modelo aqui entendido como os conhecimentos de prática agrícola passado pelas gerações anteriores que utilizavam mais saberes populares do que os convencionais ensinados por instituições do governo ou particulares.

agricultores foram guardadas/herdadas também de gerações anteriores (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Sementes essas que possivelmente possam ter resquícios dos primeiros povos (índios manacás, os irmãos Felipe e Tiago, escravos e outros agricultores camponeses) que ocupavam e ocuparam o sítio em 1678 ou também da troca entre vizinhos no decorrer dos séculos prevalecendo, assim, possibilidade da existência de um tipo de semente específica desse lugar, onde os agricultores familiares podem formar um banco de sementes crioulas no intuito de obter segurança e soberania alimentar. Isso poderá valorizar a produção para uma comercialização mais justa aumentando a renda dos agricultores familiares.

Foi possível perceber diante dos dados coletados em campo que pouco avanço tecnológico foi implementado na produção agrícola com o acesso ao crédito rural (PRONAF) a partir de 1999 por alguns agricultores (28,44%) do município com incentivo a venda de suas produções. E que na relação entre a terra, a família e o trabalho existem fortes características de relações camponesas¹⁸ expressas nos agricultores familiares. Porém, 71,5% desconhecem esse tipo de agricultor camponês.

No momento em que o capital foi adentrando nas relações de produção da agricultura no Brasil, estimulado pelo processo de modernização industrial, essa categoria de produtor foi forçada a mudanças em sua forma de produção e as novas técnicas de produção aumentaram o excedente, possibilitando relações de comercialização e impulsionando uma parte do camponês à categoria de agricultor familiar (FERNANDES, 2002; WANDERLEY, 2013).

Por isso, muitos agricultores, principalmente do município de São Felipe/BA, não se reconhecem como camponeses ou nem sabem da existência dessa categoria. Com isso percebe-se também um deslocamento entre a teoria e a prática, apesar de existir discussões de autores sobre agricultura familiar e o campesinato no Brasil. Essas discussões não chegam para os agricultores ou quando chegam é numa proporção baixa de informações para que os mesmos possam compreender, o que de fato ocorreu e vem ocorrendo na produção do

¹⁸ Realização da maior parte do trabalho desenvolvido nos estabelecimentos pelos membros familiares; para alimentação e venda, troca de sementes e saberes de produção entre vizinhos.

espaço agrário brasileiro que força, o agricultor de origem camponesa ser transformado em agricultor familiar.

No Brasil, segundo Santos (2012) os camponeses foram excluídos do processo político de decisões por fatores culturais, econômico, social e principalmente político. Mas não deixaram de resistir com lutas coletivas contra a exploração do trabalho, expropriação de renda e do não acesso a terra. Ainda de acordo com o autor os camponeses têm uma forma básica de produção que gera riqueza por meio de relações não capitalistas. Essas formas básicas se referem ao trabalho executado na propriedade pelos membros familiares sem relação contratual de trabalho, mas que também quando necessário para garantir a produção e reprodução do campesinato, contrata-se serviços autônomos de força de trabalho complementar (PAULINO, 2003).

Para Fernandes (2002), muitos autores discutem os conceitos de campesinato e agricultura familiar como iguais. No entanto, autores como Abromavay (1998) e Veiga (2001), discutem o fortalecimento da agricultura familiar e do campesinato pela inserção dos produtores nos espaços de discussões de políticas públicas voltadas para o rural. Produtores organizados em Associações e Cooperativas levantando suas necessidades para que as políticas públicas sejam implantadas de baixo para cima e não ao contrário.

Segundo Abromavay (1998) é da luta por políticas públicas específicas e da valorização dos produtos alimentícios produzidos no campo que a agricultura familiar e camponesa poderá ser fortalecida. A problemática que se estabelece no campo está diretamente ligada à questão agrária. A qual, ainda não foi resolvida, o que dificulta o agricultor de origem camponesa ou transformado em agricultor familiar a produzir e permanecer no campo (LACERDA, 1985).

As relações sociais estabelecidas no contexto tanto do campesinato como da agricultura familiar foram desenvolvidas pelos membros das famílias através da divisão das atividades domésticas na propriedade ao longo do tempo. O que proporcionou a essas duas categorias de produtores elementos próprios para sua identificação baseadas nas relações que se estabeleceram entre a terra, o trabalho e a família. Na atual conjuntura a unidade familiar vem desenvolvendo atividades agrícolas ou não agrícolas (diversas) para manter a sobrevivência e reprodução no campo.

Em estudos sobre agricultura familiar, Lamarche (1993), verificou que as explorações familiares na França, Tunísia, Brasil e Canadá (Quebec), a agricultura familiar organizou-se a partir do modelo camponês, sendo que o da França conservou traços socioculturais (transmitidos por seus antepassados) e o da Tunísia do modelo Colonial de produção mercantilista com trabalhadores externos na unidade de produção familiar. Entretanto, no Brasil e Canadá (Quebec) de um modelo de colonização ocidental que deu origem a sociedade agrária. Nesse sentido, o mesmo autor afirma que a agricultura familiar nas economias de mercado, quanto mais próxima estiver dos modelos externos, mais dificuldades de reprodução encontrará (LAMARCHE, 1993).

É possível perceber com as análises de Martins (2015) sobre a produção capitalista de relações não capitalista de produção que os camponeses brasileiros foram surgindo de três categorias de povos tradicionais: no primeiro momento os indígenas que aqui se encontravam antes da colonização, segundo momento alguns negros (em meados do século XIX era permitido o direito de cultivar nos domingos e dias santos em algumas fazendas) e no terceiro momento os camponeses imigrantes que vieram para o Brasil entre 1886 e 1914 trabalhar na cafeicultura no Sudeste (São Paulo) e Sul (Rio Grande do Sul) para se estabelecer em colônias. Foram dessas relações com a terra desenvolvida por esses povos a partir do trabalho em família ou mesmo individual como faziam alguns escravos. Mas que a renda obtida possibilitava, em um primeiro momento, antes de conquistar a liberdade realizar pequenas despesas com alimentação para a família, que o formato do agricultor camponês foi se materializando nos espaços regionais do país.

Segundo Grossi e Silva (2002), as transformações ocorridas na agricultura brasileira foram iniciadas a partir de 1950, na Revolução Verde, introduzindo no país indústrias produtoras de insumos para a agricultura (máquinas, adubos químicos e agrotóxicos) através de sistema de crédito rural seguindo, assim, o modelo da modernização agrícola mundial que se efetivou no país na década de 1960. Consequentemente, aspectos negativos apresentam-se para o agricultor familiar e o camponês dificultando suas atividades de produção, levando a venda de propriedades e a migração das famílias da zona rural para a zona urbana. E os que resistiram e resistem passam por grandes dificuldades para manterem suas origens (camponesas), atividades e propriedades.

Ainda de acordo com os autores, na década de 1970, o Brasil investiu em pesquisas agropecuárias e biotecnologia para melhorar a produção dos grandes e médios produtores no campo, aparecendo seus resultados em 1990. No entanto, mesmo com os incentivos do governo em aderir ao modelo capitalista de modernização, os investimentos não foram suficientes para solucionar problemas no campo brasileiro, pois a maior parte dos agricultores (pequenos) foi excluída das novas atividades de produção, pelo fato de os incentivos do governo não serem direcionados a essa classe de agricultor (SILVA, D., 1999).

Para Veiga (2001), para que a agricultura familiar brasileira se fortaleça será necessário uma política agrária com subsídios voltados para atender os agricultores e seus membros que desenvolvem trabalhos com ocupações agrícolas ou não agrícolas (pluriativas), mas que pertençam ao campo e proporcionem a volta dos que saíram do campo.

No que se refere às atividades pluriativas, Schneider (2003) aborda que desde 1970, vários cientistas sociais internacionais passaram a analisar o aumento de diferentes meios de obter renda e inserção profissional de membros das famílias dos agricultores sem utilizar apenas a terra como único meio de produzir a renda da família. Enquanto que, no Brasil as discussões sobre pluriatividade se estruturaram a partir de curiosidades ou do fato de entender que as atividades pluriativas são específicas em cada lugar do país.

Ainda segundo o autor, em meados de 1980, os termos *part-time farming* (agricultura em tempo-parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) eram analisados com o mesmo sentido sem explicar as diferenças entre ambas. Entretanto, a única diferença que existia entre os temas era ligada as análises realizadas pelos cientistas ingleses e franceses (Quadro 2).

No entanto, com o processo de modernização da agricultura e o crescimento industrial os espaços urbanos ofereceram novas oportunidades para as famílias dos agricultores que dispõem de pequenas áreas desenvolverem seus cultivos e obter renda suficiente para o sustento da família por meio de atividades não agrícolas.

De acordo com Schneider (2003), a partir da década de 1990 pesquisadores brasileiros vem analisando o conceito de pluriatividade atrelado às atividades não agrícola e discutindo o país com novas atividades rurais. E, que o termo *part-time farming* refere-se ao tempo de labor em que a família ou parte dela desempenha

em suas propriedades rurais ou fora delas. Enquanto, pluriatividade entende-se como as várias atividades desenvolvidas pelos membros das famílias fora ou dentro da propriedade rural.

Quadro 2: Pluriatividade e significado a partir dos termos *part-time farming* e *pluriactivité*

TERMOS	SIGNIFICADO	DIFERENÇAS
<i>Part-time farming</i> (usada pelos analistas ingleses)	Refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do gestor da unidade familiar ou algum membro da família	Trabalho ocorre em tempo-integral dedicado pelo gestor ou algum membro da família dentro e fora da propriedade
<i>Pluriactivité</i> (pluriatividade) (usado pelos analistas franceses)	Refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família	Ocorrência de trabalhos não agrícolas dos membros da família dentro e fora da unidade familiar, que são intensificados na geração de renda

Fonte: Organizado por JESUS, S. S. B. de. Com base em SCHNEIDER, 2003

Com a crescente necessidade de obtenção de renda pelas pessoas das famílias dos agricultores familiares e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família. Os centros urbanos tornaram-se locais de oportunidades de trabalho, sendo assim, as atividades desenvolvidas por essas pessoas estratégias para superar as dificuldades no campo. Dessa maneira o termo pluriatividade vem sendo utilizado para referenciar as atividades não agrícolas realizadas pelos membros das famílias dos agricultores dentro e fora de suas propriedades.

Nesse contexto, identificamos que, no município de São Felipe/BA nas localidades analisadas, os membros dos agricultores familiares passaram a praticar atividades não agrícolas (pluriativas) como estratégias para obtenção e complemento da renda familiar. Com isso diversas atividades vêm acontecendo dentro e fora da unidade familiar dos agricultores familiares com a produção de artesanatos ou serviços diversos que os agricultores ou pessoas da família realizam na própria localidade ou em outras localidades ou ainda na cidade. Sendo que alguns deles exercem cargos públicos (possuem cursos técnicos e/ou superior) exercendo sua profissão na cidade ou na própria localidade, mas não deixam de serem agricultores familiares.

A agricultura familiar ou camponesa tem potencialidades para a promoção de emprego e renda às famílias rurais, desenvolvimento das pequenas e médias cidades, contribuir para o não crescimento populacional dos grandes centros urbanos mantendo o homem no campo produzindo alimentos com baixos impactos ambientais e preços favoráveis aos consumidores. A potencialidade que tem a agricultura familiar de produzir fortalece os agentes sociais a exigir do governo brasileiro políticas públicas específicas e de acordo com as realidades regionais voltadas para o seu fortalecimento (AQUINO; SANTOS, 2002).

A agricultura familiar segundo os dados do último Censo Agropecuário da Agricultura Familiar (2006) é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, contrariando os grandes e médios produtores ruralistas do agronegócio (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA, 2016). Ainda de acordo com os autores que buscam responder a pergunta quem produz alimentos no Brasil? Considerando os estabelecimentos rurais de 0 a 200 hectares (ha) como pequeno e os de 200 a 1000 ha como médio como os maiores produtores de alimentos e animais. O Censo não revela que esses agricultores são representados também por agricultores camponeses.

Segundo a Lei 11.326/2006 da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais consideram que Agricultor Familiar ou o Empreendedor Familiar Rural como aquele que “não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais” (BRASIL, 2006). Nesse sentido, parece até desproporcional a consideração dos autores, porém foi mesmo que “arbitrária” segundo eles considerando o que as legislações Lei Agrária 8.629/93 e Lei 11. 326/2006 propõe para essa categoria de agricultor.

Se pensarmos no que se refere ao município de São Felipe/BA que tem como módulo fiscal trinta (30) hectares (INCRA, 2013), o que significa que o agricultor familiar no município é aquele que possui até 120 hectares de acordo a Lei 11. 326/2006. Esses agricultores de acordo a consideração dos autores fazem parte no que se referem aos pequenos (1,7%) estabelecimentos com áreas de 50 a 200 hectares, porém entre esses agricultores familiares no município, existem os que identificamos como minifundiários (98,1%) e não pequenos por possuírem estabelecimentos menores que 5 e menor que 50 hectares, o que nos parece desproporcional para essa consideração de pequeno estabelecimento.

No entanto, a partir das análises apresentadas por Mitidiero Junior; Barbosa (2016) é possível perceber a importância e a potencialidade que tem a agricultura familiar mesmo produzindo em pequenas áreas como os do município de São Felipe/BA que possuem o maior número de estabelecimentos (80,8%) menores que 5 ha predominando o minifúndio.

No que se refere às análises de Mitidiero Junior e Barbosa (2016), apresentadas na tabela 1 consideraram também os estudos de Oliveira (2003) que considerou 200 ha um limite aceitável para o pequeno estabelecimento rural no Brasil. Segundo os autores foi possível perceber com a opção metodológica trabalhada para avaliar a maioria dos cultivos e criações, que “quanto maior a propriedade menos produtiva ela é”, e que a agricultura familiar constituída de agricultores camponeses é responsável pela produção de alimentos no país.

Com base na tabela (1) percebe-se que os estabelecimentos da agricultura familiar considerados pela legislação com até 4 módulos fiscais fazem parte da representação dos estabelecimentos analisados de 0 a 200 ha como os 76,1% estabelecimentos responsáveis pela produção total de animais de grande porte e 52,1% do total da produção vegetal; alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros.

Tabela 1 – Brasil: Distribuição do total da produção em 2006 (em %)

Tipo de produção	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (de 200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha e mais)
Animal de grande porte	76,1	16,2	7,1
Animal de médio porte	80,7	9,3	9,1
Aves	75,7	20,3	2,5
Pequenos animais	58,8	18,5	15,4
Total da produção animal	76,1	16,5	6,2
Lavouras Permanentes	75,0	17,2	7,8
Lavouras Temporárias	41,9	18,6	39,2
Horticultura	93,2	4,0	0,8
Floricultura	85,6	13,1	0,9
Silvicultura	42,5	14,3	41,8
Extração Vegetal	64,6	7,3	3,5
Total da Produção vegetal	52,1	17,3	29,9
Agroindústria rural	64,1	6,7	26,0
Total geral da produção	57,5	16,9	24,8

Fonte: Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A. (2016) com base no Censo Agropecuário (2006)

E que os médios produzem 16,5% da produção total de animais e 17,3% da produção total vegetal; sendo que os grandes estabelecimentos produzem apenas 6,2% da produção total de animais e 29,9% do total da produção vegetal. Ou seja, estes estabelecimentos não produzem alimentos suficientes para abastecer a mesa dos brasileiros. O que isso fortalece a potencialidade da produção dos agricultores familiares e camponeses para abastecer a mesa da população brasileira, sendo que se os pequenos estabelecimentos dos agricultores familiares não plantarem e criarem animais a população da cidade não terá alimentos na mesa.

A partir dos dados coletados em campo junto aos agricultores familiares do município de São Felipe/BA e, de acordo com a estrutura fundiária analisada pelos dados do Censo Agropecuária de 2006 pelo GeografAR (2011) foi possível identificar a partir da tabela 2 que os estabelecimentos (98,1%) menores de 5 ha e menores que 50 ha são classificados como minifúndios e produzem: banana, batata-doce, milho, amendoim, mandioca, aipim, hortaliças, frutas (laranja, limão, coco-da-Bahia, mamão, café, maracujá, tangerina) e animais (bois, vacas, uma elevada quantidade de galinhas caipiras, porcos, carneiros, jumentos). Existem, ainda, alguns estabelecimentos com algumas casas de farinhas. Os agricultores familiares com renda familiar menor que um salário mínimo, recebe complemento da renda com o Bolsa Família ou alguma aposentadoria rural de um dos membros (pai, mãe, tios ou avós) mais velhos da família ou que possui alguma deficiência física ou mental (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Tabela 2 - São Felipe/BA: Classificação dos Estabelecimentos Rurais em 2006

Classificação	Hectares	%
Minifúndio	Menor que 5 e menor 50	98,1
Pequeno	de 50 e até 200	1,7
Médio	de 200 e até 500	0,2
Grande	de 500 e até 1000	0,03

Fonte: IBGE - Elaborado por JESUS, S. S. B. de, (2016) a partir dos dados do GeografAR (2011) elaborado com base no IBGE de 2006

Os pequenos estabelecimentos possuindo maiores plantações de mandioca, banana, cana-de-açúcar, laranja, limão, inhame, aipim, batata doce, uma maior quantidade de bovinos, carneiros, porcos, cavalos, galinha caipira, alguns engenhos de produção de melaço e casas de farinhas. Os médios produzindo cana-de-açúcar e criação de gado bovino já os grandes apenas com criação de

gado bovino. Vale salientar que os médios estabelecimentos são representados por apenas cinco (5) agricultores e existe um único grande estabelecimento no município. Observa-se concentração de terras nas mãos de poucos agricultores e a baixa produtividade de alimentos nessas terras, sendo que apesar dos 98,1% estabelecimentos rurais dos agricultores familiares representarem o minifúndio eles conseguem produzir alimentos para as famílias e também para venda, afirmando seu potencial para promover o desenvolvimento rural.

É possível perceber também que em cada região do país a agricultura familiar tem uma forma própria de produzir e o que é considerado como pequeno estabelecimento em um lugar se torna grande em outro. Para Mitidiero Junior e Barbosa (2016) é impossível considerar pequenos estabelecimentos ou imóveis rurais com 1000 ha ou mais, sendo que estabelecimentos com áreas maiores produzem menos. Em relação ao município de São Felipe/BA as propriedades aqui entendidas como minifúndios e pequenas (99,8%) do total dos estabelecimentos são as que produzem alimentos para a população local e outros centros, ou seja, as que abastecem a mesa de uma parte dos brasileiros.

A partir do conceito de agricultura familiar foi possível compreender que a mesma não parte apenas de uma simples categoria determinada pelo Estado, mas do processo histórico do campesinato, da relação entre a terra, o trabalho e a família e das transformações impostas pelos impactos do processo de modernização agrícola no campo.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para entender a realidade do produtor rural no município de São Felipe/BA além dos conceitos de espaço e agricultura familiar é preciso compreender o conceito de políticas públicas e a importância do PRONAF, PAA, PNAE, Aposentadoria Rural e o Bolsa Família para a população do município.

Políticas públicas tem sido tema de muitas discussões em diferentes áreas de estudos. Nesse sentido, Grisa (2012) analisa Política Pública como toda ação pública (Estado); um conjunto de medidas capazes de orientar comportamentos de determinados grupos sociais, indivíduos ou organizações. As políticas públicas com

objetivos de ações públicas, nem sempre são bem definidas, na sua construção e aplicação.

Souza (2006) definiu Política Pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

As políticas públicas como ação governamental são difíceis de serem pensadas sem intenções (de como? E, por quem são estruturadas?) e sem que apresentem aspectos conflituosos entre o Governo e as organizações sociais. Ou qualquer possibilidade de cooperação entre o Governo e grupos sociais. No entanto, os elementos que compõe uma política pública não devem desestimular os agentes sociais e públicos a uma construção de políticas públicas pautadas com integração da sociedade (GRISA, 2012).

Como ação governamental e direcionada para as mudanças de uma dada realidade ou resolução de problemas sociais e econômicos debatidas, definidas e formuladas apenas por agentes governamentais, as políticas públicas são compostas por decisões de natureza autoritária ou coercitiva, que transformam o espaço jurídico, econômico e social de maneira intencional e controladora. Sendo que na construção ou aplicação dessas ações em ordem local determina a força de uma liderança política em regular as relações conflituosas entre organizações (sociais e políticas) articulando interesses envolvidos, mas não de forma coletiva (LIMA, 2006).

Dessa forma não é política pública é política autoritária, sendo que, a política pública pode não ser somente do Estado, mas também desenvolvida fora dele por grupos dentro de uma comunidade que visualizam problemas em comum e buscam por respostas e soluções aos seus problemas, pressionando o Estado a formular uma política pública favorável a todos e com participação do povo e dos movimentos sociais. Exemplo do que ocorreu no Brasil, em meados da década de 1990, com a insatisfação dos pequenos agricultores familiares que não conseguiam acessar ao crédito rural que eram voltados para os grandes agricultores e, os que os acessavam acabavam endividados. Assim, a partir de vários debates dos

agricultores com o Governo forçaram a formulação de uma política pública de crédito rural específica como o PRONAF para que os agricultores pudessem ter direito ao crédito e promover o desenvolvimento rural.

Segundo Grisa (2012, p. 30) política pública como “tudo o que o Governo decide fazer ou não fazer”, ou como “uma ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico”, o que leva a uma definição de algo imposto e conduzido por uma força maior de poder. Onde o que prevalece não são as relações decididas com o envolvimento da sociedade para o bem-estar da mesma, mas o que melhor se decide (pelos agentes políticos) fazer para atingir o bem-estar econômico do país em determinados espaços locais e controlar manifestações populares.

Destarte mesmo que para a construção das políticas públicas no Brasil venham ocorrendo com a participação do povo e dos movimentos sociais, isso ainda não tem garantido que elas atinjam a todos. Pois vários são os problemas (políticos, econômicos e sociais) que ocorrem nas várias regiões do país que acabam impedindo que as políticas públicas, principalmente voltadas para o agricultor familiar sejam acessadas por eles. Como exemplo as implicações que vem ocorrendo no município de São Felipe/BA que não favorecem a um número maior de acesso de agricultores familiares as políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE) voltadas para o campo.

Após a Segunda Guerra Mundial com a polarização da Guerra Fria e o crescimento econômico, o mundo vivenciava um modelo de padrão civilizatório dos países desenvolvidos dominantes que influenciavam o modo de vida e comportamentos sociais. Acreditava-se que o desenvolvimento rural por meio de políticas governamentais revolucionaria e criaria possibilidades para as sociedades (NAVARRO, 2001). O Brasil segundo Mielitz Neto; Melo; Maia (2010) influenciado pelo processo colonial até 1930 de desenvolvimento externo de expansão comercial internacional com a produção de cana-de-açúcar, cacau e café permitiu um crescimento em extensão territorial, ocupação aos espaços internos com aumento de produção e povoamento com novos contingentes de população. Porém, encontrou dificuldades na transição da passagem da economia colonial para a economia nacional de dependência.

A partir da década de 1950 e final de 1970, o Brasil aumentou o processo industrial e diminuiu a importação de produtos agrícolas como estratégia para

alcançar a economia capitalista industrializada de outros países (NAVARRO, 2001; GRISA; SCHNEIDER, 2015). Nesse contexto, como o processo de desenvolvimento industrial alcançava os espaços do mundo, o Brasil necessitou articular políticas na expectativa de adentrar nas disputas econômicas e sociais.

Segundo Saron; Hespanhol (2012), a política agrícola brasileira foi planejada e articulada com a política macroeconômica para a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que a partir da década de 1960, concedia subsídios priorizando, médios e grandes produtores rurais do Centro-Sul do país. Esse tipo de crédito foi utilizado pelo governo como um instrumento para implantar o projeto de modernização técnica na agricultura, que durou até 1980¹⁹. De acordo com os autores o crédito rural subsidiado com aspecto conservador, excludente e seletivo²⁰ melhorou a base técnica da agricultura brasileira, mas não alterou a estrutura fundiária e social (SARON; HESPANHOL, 2012).

A partir de meados de 1980, com o processo de democratização e a liberação econômica, o Brasil foi moldando os espaços e as relações políticas internas e externas dinamizando a produção agrícola, industrial e social, principalmente com a Constituição Federal (CF) de 1988²¹. Nesse período, o país vivenciou fortes mudanças no cenário das relações sociais e das políticas públicas institucionais (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Relações essas em que o Estado e os produtores familiares representados pelo fórum de Agricultura Familiar mantiveram diálogos conflituosos para a criação de políticas específicas para o campo. O resultado desses diálogos processou exigências cada vez mais de uma política específica para os produtores familiares, assim como, participação das organizações sociais na construção das políticas públicas voltadas para o produtor familiar.

Nesse contexto, incansáveis lutas de várias organizações (nacionais) representativas da agricultura familiar pela democratização do Estado quanto aos

¹⁹ Entre 1960 e 1980 foi o período em que o Brasil e os países da América Latina sofreram crise econômica provocada pela elevação das taxas de juros da dívida externa (SARON; HESPANHOL, 2012).

²⁰ Os créditos eram ofertados aos médios e grandes produtores rurais. Os pequenos arrendatários, parceiros e meeiros, não tiveram acesso ao crédito, pois não possuíam garantias exigidas pelo sistema financeiro (HESPANHOL, 2008).

²¹ Segundo Grisa (2012), a Constituição de 1988 foi um marco importante para o Fórum da Agricultura Familiar, pois fortaleceu a criação das políticas específicas para a Agricultura Familiar. Com ela foi possível aprovação da necessidade de constituir a Lei Agrícola nº 8.171/91 e a Lei Agrária nº 8.629/93, além de regulamentar a previdência social.

direitos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais se intensificaram. Isso porque, até início de 1990, no Brasil não existia uma política pública específica, direcionada para os produtores familiares. O crédito rural existente era direcionado para os grandes e médios produtores. O produtor familiar para acessar o crédito rural era considerado, pelo Governo, como mini-produtor, termo contido no Manual de Crédito Rural (BELINK, 1999; SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Assim, concorria ao crédito rural segundo exigências bancária específicas para os grandes e médios produtores.

Entretanto, as representações da agricultura familiar lutavam pela criação de um crédito rural favorável às condições socioeconômicas do produtor familiar e ampliação do número de unidades familiares à geração de renda, ocorrendo a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) em 1994 pelo Governo Itamar Franco. Segundo Belink (1999), esse programa trabalhava com créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O PROVAP foi regulamentado pela Resolução nº 2.101 de 24 de agosto de 1994 do Conselho Monetário Nacional, sendo o primeiro esboço de uma política diferenciada para o produtor familiar, considerado um marco nas lutas dos movimentos sociais do campo, principalmente pelo Grito Terra Brasil que discutiu e negociou esse programa dentro do Ministério da Agricultura apesar de não ter sido na prática executado (GRISA, 2012). Esse crédito de custeio era direcionado ao produtor familiar que:

- a) pertencesse a uma cooperativa, associação, grupo ou condomínio de produtores rurais; b) possuisse área não superior a quatro módulos fiscais; c) apresentasse 80% de sua renda proveniente da agricultura; d) não possuisse empregados permanentes; e) não fosse beneficiário de financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais ou do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) para a mesma finalidade (BRASIL, 1994).

Após dois anos da implantação do programa, o mesmo foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 pelo Decreto 1.946, o qual possibilitou o reconhecimento da categoria de produtores rurais como agricultor familiar e executou o acesso a créditos rurais (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

O desenvolvimento de políticas públicas específicas para o fortalecimento da agricultura familiar pode ser entendido como um conjunto de políticas com

incentivos de créditos agrícolas, fortalecimento da extensão rural e melhor acesso às tecnologias, sejam convencionais ou sociais²², que expressam potencialidades locais. As políticas públicas estabelecidas para a agricultura familiar sistematizada e formuladas em documentos como leis, programas e linhas de financiamento propõe o envolvimento da sociedade com participação nas discussões para a elaboração dessas políticas. Mas nem sempre, as decisões processadas nesses diálogos entre organizações governamentais e, as sociais, são executadas e cumpridas como estabelecido nos programas.

No início da implantação do PRONAF, segundo Gazolla; Schneider (2013), o programa atuava em quatro áreas: financiamento do custeio e investimento agrícolas; fornecimento de infraestrutura rural; negociação e articulação de políticas públicas e formação de técnicos extensionistas e agricultores. No entanto, o desconhecimento da política pública (PRONAF) e as taxas de juros altas (12% a. a.), no processo inicial (1995/96) deixaram muitos agricultores das regiões do Nordeste e Norte sem acessar o programa. O que isso, não ocorreu com os agricultores da região Centro-Sul do país, pois os mesmos tiveram mais acesso ao programa por possuírem mais inserção nos mercados (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999).

A priorização do Governo na distribuição do crédito rural para a região Centro-Sul do Brasil foi articulada para a produção de *commodities* com a política de modernização agrícola. Entretanto, a produção familiar de pequena escala não alcançava os mercados frente à agricultura tecnificada, proporcionando consequências desastrosas com o aumento do grau de marginalidade e redução da competitividade para a agricultura brasileira (SARON; HESPANHOL, 2012).

De acordo com Grisa (2012), mudanças ocorreram no PRONAF (Quadro 3), desde a sua criação tendo afetado a política pública institucionalizada em 1995/96.

Na evolução do PRONAF a partir de 1999, segundo Gazolla; Schneider (2013), as taxas de juros foram reduzidas, os assentados da reforma agrária incorporados e o programa dividido em grupos, baseados na renda bruta anual

²² De acordo com Jesus (2012), tecnologia social é criada na interação com a população, ou, por uma pessoa considerando tradições, arranjos organizacionais, saberes locais, potencial regional, realidade econômica e social para solucionar problemas (miséria, desemprego, exclusão social, entre outros). É um modo de fazer e produzir conhecimentos de valores (participação, transformação das pessoas e da realidade social) para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. A Tecnologia Social se aproxima de “inovação social” (DAGNINO E GOMES, 2000). Reuni

familiar do agricultor. As mudanças ocorridas aumentaram o número de contratos, mas não ocorreu alteração no valor total de recursos. De acordo com os autores desde 2003 que o programa tem reduzido as taxas de juros como exemplo dos juros específico por faixa (PLANO SAFRA, 2009/2010 e 2010/2011) ampliado volumes de recursos, articulado o programa a outras políticas²³, reformulado os grupos antigos e criado novos grupos. Criou outras linhas de financiamento, modalidades²⁴ e atividades debatendo um novo rural brasileiro (envolvendo outros públicos-alvo) (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Quadro 3 - Brasil: Mudanças no PRONAF, 1997 a 2009

Ano	Mudanças no PRONAF
1997	Criação do PRONAF especial custeio (“Pronafinho”), direcionado aos agricultores menos capitalizados
1998	Criação do PRONAF Agroindústria
1999 e 2003	Classificação dos agricultores nos grupos A, B, A/C, C, D e E, de acordo com a renda, condição socioeconômica e se beneficiários da reforma agrária; PRONAF Alimentos, PRONAF Agroecologia, PRONAF Turismo Rural, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem Rural, PRONAF Semi-Árido, PRONAF Máquinas e equipamentos; Extinção do PRONAF-Infraestrutura; PRONAF Floresta
2007	PRONAF Eco
2008	Mais Alimentos; Reclassificação dos grupos C, D e E em uma única categoria nomeada “agricultores familiares”, os quais podem acessar diferentes valores com taxas de juros anuais diferenciadas
2009	PRONAF Sustentável

Fonte: Organizado por JESUS, S. S. B. de. Com base em GRISA (2012)

Outras mudanças ocorreram na política institucional como a transferência do Ministério da Agricultura e do Abastecimento para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)²⁵ em 2000; formação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) em 2000, e a criação da Secretaria de

desenvolvimentos como: *hardware*, *software* e tecnologia de gestão pública ou privada (FUNDAÇÃO BANDO DO BRASIL, 2004).

²³ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Assistência Técnica e Extensão Rural e o Seguro Rural (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

²⁴ Pronaf Agregar, Mulher, Agroecologia, Turismo Rural, Jovem Rural e Alimentos e outros (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

²⁵ O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi instituído e regulamentado pelo Decreto nº 3.338/2000, o qual foi revogado pelo Decreto nº 4.723/03, que definiu suas competências. Em 2016 através da Medida Provisória nº 726/2016, foi alterado e revogado os dispositivos da Lei nº 10.683/2003, extinguindo o MDA e transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social. Ainda em 2016 por meio de outro Decreto nº 8.780/2016, suas competências foram transferidas do MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República (MDA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>> Acesso em: 07 de Mar. de 2017).

Desenvolvimento Territorial (SDT). Mudanças que repercutiram na operacionalização do programa e originadas nos fóruns de produção de ideias (GRISA, 2012).

De acordo com Pinto (2012), o PRONAF, assim como o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), foi coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Onde suas ações foram executadas de maneira descentralizada com parcerias dos governos estaduais, municipais, organizações dos agricultores familiares, ONGs, cooperativas de crédito e de produção do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e outras entidades, com objetivos de fortalecer e desenvolver a produção da Agricultura Familiar com sustentabilidade focados nos princípios agroecológicos para a geração de renda.

O Governo passou a reconhecer as necessidades desse movimento e implantou políticas públicas, fortaleceu programas governamentais específicos e reformulou o direito a Aposentadoria Rural contribuindo para o desenvolvimento das esferas sociais do campo. Assim como, criou programas através da Lei nº 10.696/2003 baseados no Art. 19 como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e através da Lei 12.188/2010 a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (PINTO, 2012).

Segundo Grisa (2012), o PAA surgiu em 2003 das discussões em 1990 sobre a questão da segurança alimentar e nutricional intensificadas no final de 1980. Assim como, do reconhecimento do agricultor familiar que ganhou espaço com o governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) garantindo a comercialização dos produtos da agricultura familiar dispensando licitação para atender as necessidades nutricionais com o repasse dos alimentos a partir dos programas públicos e organizações sociais a população de baixa renda.

Outro programa que vem se destacando na região Nordeste no Estado da Bahia e Recôncavo pela sua especificidade em gerar renda a Agricultura Familiar é PNAE. A cerca do processo de criação desse programa, segundo Peixinho (2013) evoluções foram ocorrendo de 1930 a 2009 na efetivação desse programa considerado como uma política pública de maior longevidade no país (Quadro 4). Para essa análise nos apropriamos das pesquisas realizadas pela autora que foi Coordenadora Geral do PNAE de 2003 a 2016, no Brasil considerada uma das grandes referências no país na área de alimentação escolar.

O PNAE, segundo Peixinho (2013) é um programa de segurança alimentar e nutricional escolar considerado como uma política pública com maior período de instituição do mundo que teve suas primeiras formas embrionárias a partir de 1930, quando ações do Governo relacionadas à alimentação e nutrição reconheceram que a fome e a desnutrição populacional no país eram problemas de saúde pública.

Quadro 4 - Brasil: Processo de criação do PNAE, 1930 a 2009

1930	Reconhecimento da fome e desnutrição como problema de saúde pública
1940	Criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS
1945	Criação da Comissão Nacional de Alimentação - CNA
1955	Criação da Campanha Nacional de Merenda Escolar
1960	Segunda etapa do Programa de doações de alimentos
1970	Compra de gêneros alimentares nacionais
1976	Integração da Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - II PRONAN
1979	Denominação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PRONAF
1988	Direito universalizado à alimentação escolar a todos os alunos de ensino fundamental da rede pública
1994	Descentralização da administração da alimentação escolar
1997	Extinção da FAE e REFAE
1999	Nova modalidade de repasse de recursos financeiros do Governo Federal
2000	Obrigatoriedade do CAE
2003	Instituição do Programa Fome Zero
2005	Assinatura do Memorando de Entendimento com a FAO
2006	Realização da Pesquisa Nacional de Cardápios
2007	Parceria com as Instituições Federais de Ensino Superior e construção dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar - CECANE
2009	Publicação da Lei 11.947/2009

Fonte: Organizado por JESUS, S. S. B. de. Com base em PEIXINHO, 2013

Nesse cenário de reconhecimento ainda segundo a autora uma das medidas do Governo foi em 1940 com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS para atender a classe operaria proporcionando uma alimentação mais digna. Sendo essa medida considerada como a primeira política pública brasileira direcionada a alimentação. Em 1945 cria-se a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e em 1955 a Campanha Nacional de Merenda Escolar fortalecendo as ações de doações internacionais de alimentos ao país. A partir das iniciativas na década de 1950 do deputado e Presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Josué de Castro que alertava o mundo para o problema da fome e da miséria e que esses problemas poderia ser exterminados com meio de projetos e ações dos agentes políticos e da sociedade. Iniciativas que favoreceram outros países com programas

no combate a fome iniciadas em 1955 fortalecidas em 1960 com a presença dos Estados Unidos repassando alimentos para as escolas brasileiras através do Programa “Alimentos para a PAZ” financiados pela *United Nations Children’s Fund* (UNICEF), pela *United States Agency for International Development* (USAID), pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) e pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essas iniciativas se prorrogaram até 1970, quando o país passou a comprar internamente alimentos produzidos por empresas nacionais para alimentação escolar (PEIXINHO, 2013).

De acordo com Peixinho (2013), em 1976 ocorreu à integração da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), coordenado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) vinculado ao Ministério de Saúde (MS). A partir dessa integração o programa passou a priorizar a suplementação nutricional diária de 15% durante o ano letivo aos pré-escolares e escolares do ensino fundamental da rede pública priorizando regiões mais pobres do país e introduzindo várias inovações como adquirir produtos do pequeno produtor rural, porém não foram bem sucedidas por falta de apoio político e orçamentário. Assim, o II PRONAN em 1979 foi denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a partir de 1988 com a CF, a qual possibilitou grandes avanços ao programa assegurando o direito universalizado à alimentação escolar a todos os alunos da rede pública garantidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal (PEIXINHO, 2013).

Para a autora a partir desse novo período para o PNAE com a abertura política foi possível renovar as ideias propostas pelo programa. Sendo os frutos colhidos em 1994 com a promulgação da Lei nº 8.913/1994 que descentralizou a administração da merenda escolar favorecendo a logística, diminuindo custos na distribuição dos produtos e possibilitando uma alimentação de acordo aos hábitos alimentares dos escolares das diferentes regiões do país. Em 1997 os órgãos gestores do PNAE, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) nas esferas federais e estaduais foram extintas e os programas incorporados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Diante desses avanços em 1999 uma nova modalidade ocorreu com a transferência automática de recursos do Governo Federal para os Municípios, Distrito Federal (DF) e os Estados do país para a compra de gêneros alimentícios para as escolas. Porém em 2000 o Governo Federal exigiu a criação

do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) aos estados e municípios para o repasse dos recursos financeiros destinados para esses fins (PEIXINHO, 2013).

O PNAE a partir do governo de Luis Inácio Lula da Silva em 2003 com a instituição do programa Estratégia Fome Zero e a integração de vários programas e políticas ligados à assistência social, a reforma agrária e outros favorecendo avanços importantes nos critérios técnicos e operacionais do programa flexibilizando a gestão e responsabilizando o nutricionista como coordenador geral técnico pela alimentação escolar nos Estados, Municípios e DF. Com isso em 2005 foi assinado o Memorando de Entendimento com a FAO firmando apoio aos países da América Latina, Caribe, África e Ásia na colaboração e cooperação para implantação de programas similares ao PNAE. Já em 2006 foi realizado a Pesquisa Nacional de Cardápios pela Coordenação Geral do PNAE/FNDE, sendo executado pelos estados e municípios do país. No ano de 2007 novas parcerias com Instituições Federais de Ensino Superior, assim como, construiu os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), parcerias que foram firmadas com o intuito de ampliar e melhorar a execução do PNAE (PEIXINHO, 2013).

O maior avanço considerado ao PNAE foi em 2009 com a promulgação da Lei nº 11.947/2009²⁶, onde determina que, no mínimo, 30% dos recursos repassados ao FNDE determinados à alimentação escolar, sejam destinados à compra de produtos da Agricultura Familiar, organização empreendedora familiar rural de assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Com a promulgação dessa lei o programa foi estendido para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos (FATAESP, 2011; PEIXINHO, 2013).

Porém, as políticas públicas (PAA e o PNAE) no município de São Felipe/BA têm sido acessadas de forma tímida pelos agricultores familiares devido ao baixo número (7,4%) de agricultores familiares que disseram ter acessado as mesmas (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

²⁶ Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. (BRASIL, 2009).

Os agricultores que não assearam essa política disseram não ter interesse porque os valores pagos pelos produtos, eles consideram baixos; e por acreditarem que tem muita burocracia para a realização da venda. Além de que demora muito tempo para receber o valor correspondente com a venda. Ou ainda pelo fato também de alguns deles não apresentarem produção suficiente para a entrega dos produtos. Demonstrando assim que as informações não vêm sendo repassadas pelas organizações (Secretaria de Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações Rurais do município e outras) de maneira suficientemente esclarecedora para que os agricultores tenham confiança ao PAA e PNAE e vendam seus produtos por meio delas.

Existem ainda, outros programas de transferência de renda que possibilitaram impactos sobre a renda das famílias rurais brasileiras. Isso também ocorreu no município de São Felipe/BA com o acesso das famílias rurais a Aposentadoria Rural e o Programa Bolsa Família.

No Brasil, a evolução previdenciária rural (Quadro 5) ocorreu a partir de 1960 com as primeiras iniciativas para permitir cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais. Isso porque, desde 1923, a Lei Eloy Chaves que era institucional iniciou o seguro previdenciário com direito a aposentadoria e as pensões nas empresas ferroviárias sem a participação do governo.

Quadro 5 - BRASIL: Evolução da Previdência Rural (1963-1996)

Data	Evolução da Previdência Rural
1963	Criação do Estatuto do Trabalhador Rural e do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FAPTR)
1965	Reconhecimento do sindicalismo como organização; 1% de contribuição sobre os produtos rurais para o comprador; assistência médico-hospitalar; introduz o módulo rural que diferencia o Empregador Rural e o Trabalhador Rural
1969	Substituição do FAPTR pelo Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)
1971	Programa de Assistência Rural (PRORURAL) (aposentadoria de meio salário mínimo para homens e mulheres acima de 70 anos, desde que estas não fossem casadas, invalidez, pensão e auxílio funeral)
1988	Aposentadoria de um salário mínimo para idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural, redução da idade masculina de 65 para 60 e aposentadoria das trabalhadoras rurais a partir dos 55 anos de idade
1993	Salário-maternidade às mulheres trabalhadoras rurais (120 dias)
1996	Auxílio a idosos aos 67 anos e portadores de deficiência física

Fonte: Organizado por JESUS, S. S. B. de. Com base em BRUMER, 2002

Em 1930, o Estado comandou a administração dos Institutos de aposentadoria e pensões por categoria profissional e grande parte dos autônomos,

porém não incluiu os trabalhadores rurais. Até a década de 1950 quase todos os trabalhadores urbanos foram incluídos, mas algumas categorias profissionais (trabalhadores rurais, empregadas domésticas e os profissionais autônomos) continuaram de fora da cobertura (BRUMER, 2002).

Segundo Santos (1979 *apud* Brumer, 2002) o Estado ao criar as primeiras leis de proteção social dos trabalhadores a partir de 1965 centrava-se primeiramente na acumulação e também para que as camadas sociais futuramente não tornassem ameaçadoras ao Governo. A fragilidade de organização dos profissionais e o conformismo dos trabalhadores rurais justificavam-se a exclusão ao programa social (BRUMER, 2002).

Os trabalhadores rurais desde o processo de evolução dos direitos a Previdência Social têm tido dificuldades de acessar os seus direitos garantidos pelo Estado a partir de 1988 com a CF, direitos que foram conquistados pela mobilização dos movimentos sociais que representam a classe trabalhadora rural, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e outros movimentos. No entanto, os benefícios legais garantidos após a CF não efetiva a garantia ao acesso dos trabalhadores rurais aos direitos sociais, até que os mesmos comprovem que de fato exercem trabalho rural em regime de economia familiar e a situação (parceiro, meeiro, arrendatário, garimpeiro, pescador e artesanal) enquanto produtor rural (SCHLINDWEIN, 2011; BRUMER, 2002).

No que se refere ao município de São Felipe encontramos um expressivo número (30%) de agricultores familiares que permanecem no campo devido a renda familiar proveniente da Aposentadoria Rural de alguma das pessoas mais velhas ou de alguma necessidade especial. Esses agricultores familiares foram os que vivem mais satisfeitos nas localidades rurais do município.

Outro programa que vem mudando a condição de vida da população pobre no país, principalmente na zona rural é o Programa Bolsa Família. O Governo Federal a partir de 1990, focado em diminuir a pobreza no país tendo como objetivo eliminar o trabalho infantil e aumentar o nível de escolaridade de crianças e adolescentes deu ênfase aos programas de transferência de renda iniciando as primeiras experiências em municípios do Distrito Federal, Espírito Santo e São Paulo. Assim, a partir de 2001, o Governo intensificou essas iniciativas e criou os

Programas Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação e o Bolsa Alimentação, vinculado ao Ministério de Saúde. No entanto, para superar as dificuldades²⁷ que as famílias tinham para acessar os programas, o Governo resolveu unificar esses programas criando²⁸ o Programa Bolsa Família (MOCELIM, 2011).

O programa Bolsa Família de acordo com o Art. 1º da Lei 10.386 de 2004:

Tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Escola, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde – Bolsa Alimentação, do Programa Auxílio-Gás e do Cadastramento Único do Governo Federal (BRASIL, 2004).

O programa faz parte de uma estratégia integrada de inclusão social com iniciativas da política de valorização real do salário mínimo, os programas de fortalecimento da agricultura familiar, a defesa e proteção do emprego formal e a ampliação da cobertura previdenciária efetivada em 2003 pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 até 2010, sendo considerada uma experiência bem-sucedida e auxiliando cerca de 13,8 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social, correspondendo a um quarto da população brasileira (CAMPELLO; NERI, 2013).

No que se refere ao município de São Felipe, segundo Zimmerman e Espínola (2015), o acesso das famílias ao programa Bolsa Família tem se mostrado ascendente de 2,40% (2006) para 3,25% (2012). Em 2012 foram 3.248 famílias beneficiadas recebendo valor médio de R\$ 118,30, sendo que 34,01% dessas famílias beneficiadas desenvolveram atividades rurais para autossustentação ou para terceiros. Nesse sentido, 79,07% dessas famílias admitiram que o valor é insuficiente para a manutenção básica de suas necessidades. Contudo, 89,24% admitiram melhoras em suas vidas após o acesso ao programa (ZIMMERMAN, ESPÍNOLA, 2015).

Para os autores, mesmo sendo o valor transferido para as famílias considerado baixo, as mesmas utilizam a quantia para as necessidades básicas imediatas como alimentação (89,24%), medicamento (70,35%) e educação

²⁷ Os programas condicionavam o acesso das famílias a frequência dos filhos a escola e participação em ações de saúde pública (MOCELIM, 2011).

²⁸ Em 2003, por meio de uma Medida Provisória nº 132, sendo substituída pela Lei nº 10.386/2004 (PAIVA, FALCÃO, BARTHOLO, 2013).

(49,13%), favorecendo a uma melhora considerável, mas o grau de pobreza no município ainda é bastante expressivo necessitando de mais ações da gestão pública (ZIMMERMAN; ESPÍNOLA, 2015).

Em 2015 o número de famílias beneficiadas com Bolsa Família no município foi de 3.267 com o valor médio de R\$ 126,35, repassado pelo Governo para as famílias em situação de extrema pobreza (MDS, 2015). Observou-se que o número de beneficiários ao programa continuou crescendo passando de 3.248 em 2012 para 3.267, tendo o valor médio também aumentado de R\$ 118,30 para R\$ 126,35.

Percebe-se que o aumento do número de famílias recebendo o benefício confirma o que Zimmerman e Espínola em 2015 consideraram como ascendente entre os anos de 2006 até 2012 no município. O que isso demonstra que as famílias que passaram a receber o Bolsa Família foram estimuladas pelo governo municipal a melhorar a renda favorecendo a vida dos membros da família. Apesar de o valor repassado ser baixo, o mesmo possibilita auxiliar, as famílias beneficiadas adquirir alimentos e alguns objetos necessários para manter a sobrevivência das famílias. Entre o número das famílias que recebem o Bolsa Família no município, encontram-se também as famílias dos agricultores familiares das localidades pesquisadas.

Com base na pesquisa de campo (2016), encontramos um expressivo número de agricultores familiares com o Bolsa Família, representando 34% do total dos entrevistados (225) sendo um forte aliado na renda familiar e mantendo a sobrevivência dos agricultores e permanência dessas famílias na zona rural. O que isso demonstra que as políticas públicas PRONAF, PAA e o PNAE voltadas para promover o desenvolvimento rural e melhorar a renda das famílias no município de São Felipe/BA, não vem demonstrando bons resultados para que essas famílias não dependam do auxílio do Bolsa Família para se manterem na zona rural do município.

Com todas as mudanças em relação às políticas públicas voltadas para a zona rural incentivada pelo Governo Federal no que se refere ao fortalecimento da agricultura familiar ainda observa-se pouco o acesso dos agricultores familiares (28%) ao PRONAF, ao PAA (3,5%) e ao PNAE (4%) no município de São Felipe. Enquanto que, o Programa Bolsa Família (34%) e a Aposentadoria Rural (30,5%), que transferem renda as famílias rurais no município de São Felipe/BA tem

possibilitado impactos significativos nas famílias dos agricultores (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

2 UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO: BAHIA E RECÔNCAVO

Este capítulo trata do processo de organização do espaço agrário e a produção agrícola na Bahia e no Recôncavo, em uma abordagem histórica a partir do período colonial para compreender a influência política na organização do espaço agrário e na produção agrícola do município de São Felipe.

2.1 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DA BAHIA E DO RECÔNCAVO

A partir da colonização, as terras brasileiras foram repartidas considerando o sistema de sesmarias²⁹, permitindo com que o proprietário ou terceiros trabalhassem por tempo programado e com pagamento à Coroa da sexta parte da produção originando, assim, os latifúndios escravistas com funções básicas de produção para exportação e interesses da metrópole (SILVA, 1981; GERMANI, 2006). Isso estimulou a partir de 1530, a intensificação do processo de colonização pela Coroa portuguesa com o projeto da produção do açúcar, posteriormente o couro, o café e o cacau comercializados no mercado europeu sob o sistema das capitanias hereditárias, ocupação de suas terras e divisão das regiões (ANDRADE, 1979).

Segundo Silva (1981), com a presença da monocultura da cana-de-açúcar nos latifúndios, cabia aos pequenos produtores e aos escravos a produção de gêneros alimentícios para subsistência. A partir de 1850 o Brasil³⁰ não dependia mais de Portugal e com a proibição do tráfico de escravos e a criação da Lei de Terras³¹, modifica-se o sistema de propriedade da terra, modo de produção, abertura para imigração e monopólio das terras devolutas pelo Estado controladas por fortes fazendeiros (GERMANI, 2006).

²⁹ Sistema esse que, dividiu as terras brasileiras em doze setores lineares com larguras variando entre 30 a 100 léguas determinados pelos limites imaginários do Tratado de Tordesilhas (GERMANI, 2006). O que possibilitou torná-lo um país agrário e agrícola com atividades importantes para seu crescimento e desenvolvimento econômico, porém ignorando culturas e tradições nativas, dificultando a pequena produção camponesa e de agricultores familiares.

³⁰ Desde 1822 sob o regime governamental de Imperador Constitucional concedido por D. Pedro I. (GERMANI, 2006).

³¹ A Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras dispõe sobre as terras devolutas no Império do Brasil e sobre os bens que são possuídos por título de sesmaria sem cumprir as condições legais, assim como simples título de ocupação mansa e pacífica (GERMANI, 2006, p. 134).

A partir desse período, o espaço agrário brasileiro passa a concentrar, ainda mais, as terras em mãos de grandes latifundiários, possibilitando o crescimento da posse da terra para os pequenos agricultores e dificultando o acesso a terra para os trabalhadores (ex-escravos) do campo.

A Coroa, sofrendo pressões inglesas para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, com a conseqüente e inevitável abolição da escravidão, e para impedir que, com a futura abolição, os então trabalhadores ex-escravos se apossassem das terras, promulga, em 1850, a primeira lei de terras do país. Essa lei foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo, que já se ampliava. (STEDILE, 2012, p. 24).

Nesse período, como a Coroa Portuguesa era detentora de toda propriedade territorial do país e para implantar o modelo agroexportador no Brasil e atrair investidores capitalistas, ela concedeu o uso das terras com direito a herança, mas sem direito de vender ou comprar mais terras (STEDILE, 2012).

Com o fim da escravatura, alguns abolicionistas acreditavam que, as terras brasileiras seriam redistribuídas e os latifúndios enfraquecidos. No entanto, não foi o que aconteceu, a abolição só ocorreu no Brasil em 1888, quando já estavam implantados a estrada de ferro, navegação a vapor, o telegrafo elétrico, fábricas movidas por energia hidráulica e máquinas a vapor que, dependiam de força dos escravos para serem construídas. Assim, novos créditos foram concedidos aos latifundiários pelo Governo Republicano e mão de obra importada dos países mais pobres para o Brasil reestruturar a agricultura (GUIMARÃES, 1982). Não ocorreu, portanto, uma democratização agrária esperada pelos abolicionistas.

Para fortalecer a agricultura que necessitava de mão de obra, o Brasil criou a política de núcleo de colônias de pequenos proprietários para produzir gêneros alimentícios nas regiões do Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, São Paulo e, com pouca expressividade, no Nordeste (GERMANI, 2006). Porém, o número de imigrantes distribuídos nesses núcleos foram insignificantes comparados aos imigrantes-trabalhadores direcionados as fazendas de café no Sudeste do país. A partir desse contexto histórico é que as pequenas propriedades rurais vão se consolidando no território brasileiro.

O sistema de produção agrícola brasileiro implantado pelos colonos perdurou até o fim do século XIX como escravista. Entretanto, mudanças no sistema econômico por meio das novas técnicas agrícolas de produção e no processo industrial conduziram outras formas de relações de trabalho, mas deixava os trabalhadores dependentes das propriedades (ANDRADE, 1979).

Após a Segunda Guerra Mundial a agricultura possibilitou mudanças no espaço agrário nos países desenvolvidos e, a partir principalmente de 1950, nos países subdesenvolvidos a exemplo do Brasil. O modelo agrário e agrícola de desenvolvimento de monoculturas implantado no país a partir de 1950 deixou os pequenos agricultores dependentes de um sistema industrial-financeiro de alta concorrência. O qual aumentou as desigualdades sociais e vulnerabilidade alimentar no território brasileiro, principalmente na região nordeste (PORTO GONÇALVES, 2004).

Nesse sentido, grande parte dos trabalhadores rurais foram expulsos do campo pela implantação de monoculturas e modernização agrícolas formando uma grande massa de sem-terras, que migraram para as áreas urbanas e outras regiões, principalmente as de expansão agrícola (TEIXEIRA, 2005).

No entanto, nesse processo de desenvolvimento da modernização da agricultura brasileira, os produtores que não se enquadraram no processo de industrialização foram excluídos do processo de produção, gerando assim, separação dos trabalhadores do meio rural e substituição de mão de obra pela máquina, o que os deixou à margem da sociedade ou marginalizados³² (AQUINO; SANTOS, 2002). Com o processo de modernização da agricultura as regiões do Brasil foram se estruturando e os produtores rurais se adequando ou não as novas fases de produção e relações capitalistas.

No Estado da Bahia a produção do espaço agrário ocorreu a partir do período colonial no século XVI, com grande concentração de terras doadas sob o sistema das sesmarias. A Coroa Portuguesa tinha controle sob a terra brasileira tendo dividido o território da Bahia em quinze capitanias (grandes lotes) com doação de cada um a proprietários pertencentes a Corte Real. Estruturando, assim, o sistema fundiário da Bahia por grandes proprietários (LEÃO, 1987). Para Santos

³² O termo marginalidade refere-se a atividades ilegais como: vadiagem, furto e prostituição resultada do processo de expansão da agricultura moderna (ANDRADE, 1979).

(2008), na posição interior do país, a Bahia por possuir vegetação úmida, semiárida, floresta e caatinga, com áreas em que a população era densa e outras pouco povoadas, possibilitaram o desenvolvimento da agricultura voltada para o comércio e outras para a permanência da subsistência. Tendo áreas urbanas concentradas, áreas deprimidas e áreas com formas de transição múltiplas.

Essas características segundo Santos (2008), presentes nas regiões da Bahia foram fundamentais para determinar uma hierarquia voltada para a valorização de seu território. Para o autor as regiões úmidas, litorâneas e sublitorâneas desenvolveram cultivos como o cacau, cana-de-açúcar, café e fumo comerciais. Com população densa, as cidades com mais de 20 mil habitantes, apresentaram concentração das vias e meio de transportes para a circulação, entorno das cidades de Salvador e de Ilhéus. Na região seca predominou as culturas de subsistência, criação extensiva, apresentando população pouco densa, cidades pequenas e distantes com serviços de transportes precários. No entanto, as regiões como o Nordeste da Bahia introduziram outras culturas e o extremo sul transformou-se em uma área pioneira para o Estado (SANTOS, 2008).

Considerando a doação de terras no período das sesmarias no Brasil. No que se refere às doações realizadas pela Coroa portuguesa ao Estado da Bahia foi concedido ao armador-mor D. Álvaro da Costa, a capitania de Paraguaçu e a de Jaguaribe. A Ilha de Itaparica foi doada ao Conde de Castanheira (SILVA, D., 1999). O Sertão baiano permaneceu sob o domínio das famílias Antonio Guedes de Brito, Francisco Dias d'Ávila da Casa da Torre, bandeirantes e criadores de gado da Bahia (FREITAS, 2013). O desenvolvimento da pecuária no território baiano favoreceu a concentração de grandes propriedades.

No processo de desenvolvimento e ocupação territorial do Estado da Bahia, Leão (1987), analisa o Estado por três fases: a primeira iniciada de um longo período colonial (1500-1823) a sua independência política. Nessa fase o cultivo da cana-de-açúcar foi introduzido nas melhores terras baianas, os gêneros alimentícios eram produzidos em terras menos férteis e em pequenas propriedades que geravam um sistema ineficiente de abastecimento na cidade do Salvador.

A segunda fase de (1823-1930), ocorreu um isolamento econômico da Bahia a outras regiões do país com forte dependência do mercado externo. Com a independência e urbanização industrial da Europa ocidental e dos Estados Unidos à agricultura baiana foi beneficiada com o aumento da procura de seus produtos (café,

cacau, fumo). Para atender a demanda de produtos, a Bahia introduziu as estradas de ferro, indústrias de beneficiamento de matérias-primas (consideradas como inovações tecnológicas), incentivou aumento da população e expandiu as técnicas de culturas tradicionais para o interior e concentrou mais terras nas mãos de fazendeiros de gado nas fronteiras ocidentais e meridionais do Estado (LEÃO, 1987).

Por fim, surge a emergente economia nacional (1931 a 1970), em consequência da Grande Depressão de 1929-1930, um período de recessão econômica mundial que ocorreu a redução na procura externa e nos preços dos produtos agrícolas brasileiros. Assim, o Governo Federal criou a política de desenvolvimento setorial como tentativa de ampliar a autossuficiência industrial beneficiando a região Sudeste. De acordo com Leão (1987), o Governo aboliu as barreiras alfandegárias estaduais diminuindo o isolamento regional e implantando o sistema de transportes (ferroviários e rodoviários). Conseqüentemente houve o aumento da emigração da população para a capital da Bahia e principalmente para o Estado de São Paulo. E alterou o sistema de mercado da Bahia voltado para a exportação, desenvolvendo um novo sistema de múltiplos mercados nacional e internacional (LEÃO, 1987).

Percebe-se que, conforme aponta Brito (2008), a organização do espaço agrário no Recôncavo Baiano, evoluiu a partir do século XVI, com a influência da economia açucareira, produção de alimentos, criação de animais, abastecimento de alimentos para a população local, fomicultura e outras pequenas culturas. No Recôncavo, desde o século XVII, com a monocultura da cana-de-açúcar expulsou a criação do gado para áreas vizinhas com o aumento da produção e comercialização de seus produtos em Salvador, desenvolveu suas atividades econômicas a partir do século XVIII (SANTOS, 2008).

A criação de gado na Bahia desde 1530, segundo Freitas (2013) significava inovação e instrumento de conquista, era com o gado que os colonizadores se apropriavam da terra, desbravavam os sertões nordestinos. No Recôncavo foi associado aos canaviais e como força de trabalho nos engenhos, mas a partir da expansão da cana-de-açúcar de acordo com a autora:

Ao fazer uma leitura geográfico-espacial da Colônia no século XVIII pode-se afirmar que a Carta Régia de 1701 define duas macrorregiões, delimitando-as por uma linha, os dois espaços de produção de riqueza diferenciados pela forma específica como se dá

a reprodução do capital: Esta divisão resultou do conflito entre criadores de gado e latifundiários da cana-de-açúcar, pois os animais entravam nas plantações destruindo-as. As reclamações atravessaram o Atlântico e o rei atendeu a partir do princípio romano “dividir para reinar”: *regere* (FREITAS, 2013, p. 97).

O Recôncavo, em 1950 era formado por 22 municípios distribuídos na Baía de Todos os Santos (IBGE, 1950). O escoamento da produção agrícola desde 1930 era realizado por estradas internas³³ precárias de acesso que ligavam os municípios a cidade do Salvador dificultando a comercialização e circulação de pessoas (BRITO, 2008). No processo de ocupação territorial da Bahia e da fase de isolamento entre outras regiões do Brasil, a cidade do Salvador era considerada a maior do território americano pertencente a Portugal, onde as terras seguiam uma sequência de produção em torno desta cidade.

De acordo com Brito (2008), tendo o Recôncavo as águas da Baía de Todos os Santos como um limite a cidade do Salvador, pequenos portos internos e as estradas de ferro possibilitavam o escoamento da produção de alimentos com mais rapidez e segurança, assim como a circulação de pessoas com a capital da Bahia. Para o autor, desde o século XVI a XIX, a pequena produção de alimentos funcionava como “função acessória”, pois a produção dominante nas terras do Recôncavo era a cana-de-açúcar voltada para a exportação.

2.2 MODELO DE PRODUÇÃO TRADICIONAL E CONVENCIONAL

Após a Segunda Guerra Mundial, os países mais desenvolvidos para aumentar a produção e a produtividade das atividades agrícolas intensificaram o uso de insumos químicos, introduziram variedades genéticas melhoradas, irrigação e a mecanização desenvolvendo, assim, um modelo de produção convencional. Consequentemente, esse modelo contínuo de modernização originado pela Revolução Verde proporcionou crescimento econômico, desequilíbrio ambiental e desigualdades sociais causadas por práticas agrícolas inadequadas (ANDRIOLI; FUCHS, 2012).

³³ Termo utilizado como “via de circulação interna”, precária e demorada, dificultando a circulação de pessoas e mercadorias, principalmente entre os meses de março e junho, período de intensidade pluviométrica alta (BRITO, 2008, p. 38).

A produção agrícola antes dessa revolução era pautada em pequenas inovações adaptadas por povos tradicionais³⁴ que desenvolviam uma agricultura para garantir a sobrevivência praticada em vários espaços do mundo (PORTO-GONÇALVES, 2004). O modelo de agricultura tradicional foi originado de um sistema de práticas agrícolas (manejo do solo, tração animal, criatividade do agricultor) que decorreram de séculos de evolução biológica, cultural, conhecimentos empíricos e utilização apenas dos recursos naturais (ALTIERI, 2004).

Segundo Altieri (2004), os produtores tradicionais desenvolviam suas culturas criando estratégias por meio das variedades das plantas (policultivos e/ou padrões agroflorestais), as quais diminuíaam riscos de baixa produtividade e proporcionava diversidade alimentar obtendo retornos a médio e longo prazo. Utilizando pouca ou nenhuma tecnologia, preservavam os recursos naturais e a saúde.

Na produção tradicional, ainda hoje, segundo Wanderley (2013), os camponeses produzem utilizando diversificação produtiva e da aplicação do princípio da alternatividade para suas necessidades básicas. Estabelecendo equilíbrio entre a natureza e o esforço (trabalho) para a produção voltada para suprir as necessidades alimentares.

Nesse contexto, a ciência da agroecologia vem sendo alternativa de milhares de agricultores familiares e camponeses de vários países que utilizam conhecimentos indígenas conservando os recursos naturais, a agrobiodiversidade e a conservação do solo e da água garantindo soberania, segurança alimentar e preços juntos na produção de seus cultivos. Assim, organizações não governamentais, algumas instituições governamentais e acadêmicas tem fortalecido essa ciência como favorável aos cultivos dos produtores por meio de metodologias de melhoramento da qualidade do solo, uso de defensivos orgânicos, preservação de sementes crioulas e variedade de cultivos no mesmo espaço de produção obtendo plantas saudáveis, controlando pragas e doenças sem uso de produtos químicos ou melhoramento genético convencionais (ALTIERI, 2010).

Outra forma que vem garantindo a produção de agricultores camponeses em várias partes do Brasil tem sido por meio da mobilização dos conhecimentos desses agricultores para a conservação de suas sementes crioulas que carregam

³⁴ Camponeses, indígenas, afrodescendentes, matrizes de racionalidade distintas da racionalidade atomístico-individualista ocidental (PORTO-GONÇALVES, 2004).

conhecimentos de práticas e saberes das experiências do cotidiano onde o processo de manipulação obedece à lógica dos conhecimentos adquiridos através dos erros, acertos entre agricultores camponeses em selecionar sementes resistentes e adaptáveis à instabilidade climática (PEREIRA; SOGLIO, 2014).

Em várias regiões do país experiências de agricultores camponeses tem sido bem sucedidas na produção de seus cultivos a partir do uso de sementes crioulas manipuladas com recursos próprios contribuindo para a resiliência ao clima, garantindo segurança e soberania alimentar aos agricultores. Experiências que podem ser compartilhadas entre os agricultores familiares do município de São Felipe/BA agregando mais conhecimentos aos que eles já possuem em conservar e preservar suas sementes para, assim, possuírem sementes específicas do lugar.

Porém, o sistema de produção que vem sendo incentivado pelos projetos do governo brasileiro que visa ao agronegócio cada vez mais tende a diminuir as práticas tradicionais dos agricultores familiares, principalmente no município de São Felipe/BA no Recôncavo baiano em que os incentivos aos acessos as políticas públicas como PRONAF, PAA e PNAE de alguns agentes de extensão rural direcionam os agricultores a plantarem em suas pequenas áreas semente de mandioca melhorada pela Embrapa para garantir melhor quantidade e qualidade na produtividade, principalmente para garantir também a venda desse produto. E conseqüentemente o uso de insumos para manter essa produtividade a longo prazo também aumentará.

Os agricultores familiares do município de São Felipe/BA ao produzirem seus cultivos inicialmente para alimentação da família geram o excedente favorecendo trocas de produção com outros agricultores e a comercialização. A partir desse excedente o agricultor familiar tem sido estimulado por agentes externos a produzir a partir de sementes geneticamente melhoradas e do uso de insumos como forma de aumentar sua produção e alcançar o mercado seguindo a lógica do agronegócio brasileiro. Seguindo essa lógica de produção para alcançar o mercado o agricultor vem perdendo características camponesas substituindo saberes e práticas tradicionais por conhecimentos convencionais.

Segundo Andrioli (2012), em 1859 Darwin revolucionou o mundo com a descoberta da seleção natural das espécies no processo evolutivo; sendo combinada em 1930 com os estudos de Mendel das regras da hereditariedade e desenvolvido a teoria sintética da evolução. Para o autor a partir desses

conhecimentos a ciência desenvolveu a transgenia como um progresso para a criação de plantas e animais, sendo essa descoberta apropriada pelas multinacionais da indústria química que dominam o mundo com a produção de monoculturas e seus produtos industrializados provocando sérios problemas à saúde humana e ao meio ambiente deixando para traz os produtos da agricultura tradicional produzidos por camponês (ANDRIOLI, 2012).

Esse tipo de seleção natural era uma técnica utilizada pelos ancestrais dos produtores tradicionais. Após as espécies (plantas e animais) sofrerem mutações naturais, selecionavam-as para cultivar e adestrar as melhores plantas, sementes e animais. Assim, conhecimentos e diversidade genética foram preservados nas unidades de produção familiar desses produtores (ALTIERI, 2004; ANDRIOLI, 2012).

Os conhecimentos dos recursos genéticos tradicionais têm sido apropriados por grandes corporações, multinacionais nos Estados Unidos da América - EUA, União Europeia e Japão, apoiados pelos Estados que lhes reconhecem direitos de patentes e de propriedade intelectual individual que comercializam os produtos (sementes) melhorados por um processo de transgenia a preços de usura aos agricultores e consumidores (PORTO-GONÇALVES, 2004; ANDRIOLI, 2012).

Nesse processo de melhoramento genético, apenas para simplificar, a Embrapa Mandioca e Fruticultura tem buscado disseminar sementes (maniva) geneticamente melhoradas de mandioca (*Manihot Esculenta Crantz*) em alguns municípios do Recôncavo, principalmente no município de São Felipe/BA aos agricultores familiares na intenção de garantir qualidade e aumentar a produção para a comercialização. Isso demonstra que, as sementes geneticamente melhoradas poderão obter ao longo do tempo bons resultados para os agricultores, mas para manter essa produtividade eles terão também que utilizar alguns insumos, além de que, ficarão a espera de resultados das pesquisas da Embrapa e de suas orientações. Além disso, aos poucos todas as sementes tradicionais existentes nessas localidades deixarão de ser utilizadas pelos agricultores levando a perda desse material genético herdada dos seus antepassados. Como consequência desse processo, ocorrerá uma dependência cada vez maior dos agricultores ao mercado perdendo sua autonomia juntamente com seus saberes tradicionais.

Na localidade Chaves, em trabalho de campo (2016), encontramos um agricultor familiar com seu irmão e os membros da família que possuem uma área de 2,5 (ha) utilizando o sistema de irrigação produzindo 1 (ha) de mandioca (Foto 1)

com sementes modificada pela Embrapa do Projeto Reniva (Rede de Multiplicação e Transferência de Materiais Propagativos de Mandioca com Qualidade Genética e Fitossanitária para o Estado da Bahia, elaborado em 2012).



Foto 1 - Área experimental na localidade Chaves com plantio de mandioca melhorada pela Embrapa. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Pesquisa de campo (Agosto de 2016)

Segundo Silveira e Cardoso (2015), pesquisadores da Embrapa, esse projeto propõe a formação de uma rede de multiplicação de manivas (pedaços da rama da mandioca) com garantia de qualidade genética e fitossanitária utilizando variedades tradicionais, variedades da pesquisa, seleção visual de plantas saudáveis e técnicas de propagação não tradicional, formação do produtor profissional de material propagativo e trocas de saberes entre as instituições parceiras: Embrapa Mandioca e Fruticultura; Instituto Biofábrica de Cacau (IBC), das cooperativas Coopamido³⁵, Copatan³⁶ e Copasub³⁷ e a Fundação José Carvalho, através da Escola Rural Tina Carvalho; da Ceplac³⁸ e da EBDA (extinta em 2015), onde poderão indicar

³⁵ Cooperativa dos Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia – Coopamido (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. CATÁLOGO. COOPERATIVAS DO ESTADO DA BAHIA, 2012, p. 69).

³⁶ Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves – Copatan (Ibd., p. 92).

³⁷ Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia LTDA – Copasub (Ibd., p.153).

³⁸ Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

variedades adaptadas em varias regiões por diferentes sistemas para garantir um material de qualidade e com mais produtividade.

Para os autores a mandioca é alimento básico para quase um bilhão de pessoas em todo o mundo cultivada em dois milhões de hectares e apresenta tolerância à seca. O Brasil está na segunda posição no ranking de maior produtor mundial, com destaque para a região Nordeste do país. Entretanto, possui baixa produtividade que está associado: à baixa disponibilidade de sementes com garantia de qualidades para o plantio, baixa multiplicação essencial à planta e de um material livre de patógenos.

Apesar de ser avaliada pelos pesquisadores como um cultivo ainda com baixa produtividade que está associada a vários fatores explícitos acima, mas que garante posição na economia e na mesa dos brasileiros cultivada também por agricultores familiares do município de São Felipe/BA com 15.260 (t) em 2014, sendo considerada a segunda cultura temporária mais produzida no município (IBGE, 2014). A mandioca mesmo produzida de forma tradicional com pouca ou quase nenhuma técnica convencional consegue também produzir renda para os agricultores. O que mostra a potencialidade que tem a produção dos agricultores familiares que realiza a produção desse cultivo com práticas agrícolas tradicionais e que possuem mudas também tradicionais.

Segundo o agricultor familiar Sr. Edmilson de Oliveira Rocha, um dos proprietários da área experimental com mudas de mandioca melhoradas, o projeto tem a parceria do Estado, com o município e com a Cooafatre³⁹ que tem como objetivo distribuir mudas com maior resistência a pragas e maior teor de amido aos agricultores familiares no município para que produzam uma variedade de boa qualidade e tenha venda garantida. Essas mudas melhoradas foram inicialmente retiradas de mudas tradicionais de agricultores familiares das localidades do município e de outros na região do Recôncavo, foram modificadas na biofábrica da Embrapa onde foi realizada a transferência de tecnologia para serem adaptadas ao clima da região.

Após a produção das mudas na área do agricultor elas serão distribuídas aos agricultores familiares do município de São Felipe/BA e também de outros municípios. No inicio da implantação desse projeto em sua propriedade, segundo o

³⁹ Cooperativa da Agricultura Familiar do Território Recôncavo da Bahia–Cooafatre (Ibd., p.135).

agricultor Edmilson, muitos outros agricultores da localidade Chaves e de outras no município não acreditaram que as pequenas mudas pudessem dar bons resultados, o que isso ainda está para ser comprovado, pois o experimento ainda se encontra em andamento não houve colheita (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

O que isso demonstra certa resistência desses agricultores familiares a essa nova maniva apresentando ser um ponto positivo, pois esses têm dúvida do que significará essa nova rama em suas áreas de plantio, apesar de todos os benefícios para a melhoria da produtividade desse cultivo que, lhes foram apresentados pelos pesquisadores da Embrapa, pois esses agricultores familiares não as conhecem e nunca ouviram falar por seus antepassados.

O que confirma nesses agricultores fortes características camponesas pela resistência e desconfiança do novo. Isso também demonstra que para a implantação dessas pesquisas deveria ocorrer mais discussões e participação dos agricultores familiares do município de São Felipe/BA, na elaboração desse tipo de maniva. Pois o que lhes garantem que as sementes modificadas ao longo do tempo não lhes deixarão cativos para alimentar um sistema de produção intencionado, sendo que o melhoramento genético natural ocorreu a partir do processo evolutivo de transferência de genes entre as espécies por meio de mutações naturais. Após a modernização da agricultura e evolução tecnológica para a produção econômica as intenções do aumento na produção dos cultivos dos agricultores familiares favorece a produção do capitalismo e aumento de riquezas de poucos e o empobrecimento de muitos.

Os recursos genéticos cultivados por povos tradicionais em diversas partes do mundo, segundo Porto-Gonçalves (2004), deram origem a um banco de sementes melhoradas por genes de vários países, exemplo, do trigo cultivado no Canadá originou-se de 14 países diferentes; o milho nos EUA, do México e os pepinos cultivados da Birmânia foram da Índia e da Coreia, genes que foram usurpados dos povos sem contrapartida econômica. O que nos leva ao questionamento: de quem será a patente dessas mudas de mandioca melhorada e adaptada ao clima na região do Recôncavo? Dos agricultores familiares que cederam as sementes tradicionais para a Embrapa? Esses serão os verdadeiros patentes ou dos que as melhoraram?

Mesmo que os agricultores familiares venham a ser reconhecidos também como detentores das patentes dessas novas manivas, eles não foram informados de que suas manivas tradicionais ao longo dos anos serão substituídas por novas e melhoradas; tampouco discutiram que isso levará os agricultores a produzir cada vez mais para o mercado descaracterizando ainda mais suas origens camponesas.

Agricultores familiares em algumas regiões da África Ocidental, dos trópicos latino-americanos, do México, da Indonésia e do Brasil, cultivam alimentos pelo sistema de produção tradicional, o qual fornece o equivalente a 20% dos alimentos de boa qualidade alimentar no mundo, sem uso de agrotóxicos. Em pequenas áreas dessas propriedades são cultivadas de 80 a 435 espécies de plantas utilizadas na alimentação e também como medicamentos (ALTIERI, 2004). Com isso é possível perceber que cultivar sementes tradicionais é benéfico e rentável tanto para os agricultores familiares como para a população.

Algumas práticas tradicionais foram relatadas por alguns agricultores familiares do município de São Felipe/BA, como o exemplo do agricultor familiar, Técnico em Gestão de Cooperativas e servidor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município; o Sr. Juvenal da localidade Mutum. Ele explicou que as sementes de milho e amendoim plantadas em propriedade de sua família ainda existem uma pequena variedade de sementes que foram cultivadas por seus antepassados (avós, pais e tios). E, quando as sementes são plantadas pelos membros da família no cultivo da produção usa-se uma seleção de etapas para a colheita: primeiro escolhe a área da plantação que está com as melhores plantas e frutos essas são colhidas às sementes para garantir a próxima safra e as outras serão consumidas pela família ou comercializadas na feira-livre ou vendida ao atravessador. Essa prática, de acordo com o Sr. Juvenal, também é utilizada na plantação da mandioca para preservar as mudas de boa qualidade (PRÉ-CAMPO ENTREVISTA REALIZADA NA II FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO, 2015).

Porém, cada vez mais as práticas e sementes tradicionais no município de São Felipe/BA estão se perdendo no campo influenciadas por agentes externos que incentivam os agricultores aumentarem a produção com uso de sementes geneticamente modificadas doadas pelo Governo Estadual ou adquiridas em mercados, cuja origem de muitas delas são de grandes empresas multinacionais.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA

O presente capítulo tem como objetivo abordar a organização do espaço agrário do município de São Felipe/BA apresentando suas principais características sociais e econômicas.

Nesse contexto, o capítulo foi subdividido em partes: processo histórico de ocupação do espaço agrário que deu origem ao município de São Felipe/BA; a segunda que aborda a estrutura fundiária do município, as localidades rurais com suas conclusões; produção de alimentos na parte terceira, formação de organizações coletivas (Associação, Cooperativas e o Sindicalismo dos trabalhadores rurais) e por fim os impactos das políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE) para os agricultores familiares do município.

3.1 O PROCESSO FORMAÇÃO SOCIAESPACIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA

O município de São Felipe/BA, localizado na Zona Fisiográfica do Recôncavo e tendo os municípios de Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré e Santo Antonio de Jesus como limites e distância da capital do estado, Salvador 161Km (SEI, 2013). Atualmente possui área territorial com 205 Km² e uma população estimada de 21 mil habitantes (IBGE, 2014).

A partir do século XVII, o espaço agrário brasileiro ocupado pelo sistema das sesmarias expandia sua produção pelo projeto da cana-de-açúcar, o qual dividiram as regiões do país. Nesse processo, relações de parentescos com pessoas da Corte portuguesa davam direitos à apropriação de áreas no Recôncavo Baiano para implantar culturas com fins de exportação como a cana de açúcar e proporcionar a formação de vilas e cidades. Dessa maneira, em 1678⁴⁰, os irmãos Felipe e Tiago Dias Gato parentes de um grande fazendeiro Bartolomeu Dias Gato de Maragogipe, ocuparam um sítio atual município de São Felipe, nas proximidades do Rio Copioba

⁴⁰ [...]” pouco tempo depois de Baião Parente haver pacificado a nação Maracás ou Maracans, que habitava os vales dos rios Paraguaçu e Jaguaripe” [...] (IBGE, 1958).

e às margens do Rio Pequim, possibilitando o povoamento devido à fertilidade do solo (IBGE, 1958).

Segundo Guimarães (1963) nesse período grande massas humanas viviam oprimidas em volta das sesmarias, sendo que agricultores camponeses se agregaram aos engenhos e fazendas para ter acesso a terra e plantar pequenas ou médias plantações. Era comum fazendeiros conceder lotes de terra a esses agricultores para o sustento das famílias em troca da força de trabalho em seus latifúndios. Foi dessa forma que as pequenas propriedades foram se estruturando no município de São Felipe/BA.

A fertilidade do solo atraiu agricultores de outras localidades e camponeses sem terra para produzir, percebendo o aumento do número de habitantes, os irmãos Felipe e Tiago Dias Gato em 1681, ergueram uma cruz e uma Capela, tomaram como padroeiros do povoado os apóstolos São Felipe e São Tiago. A partir desse período o lugar ficou conhecido como Povoado São Felipe das Roças produzindo as primeiras lavouras de mandioca, fumo, cana-de-açúcar e cereais que se estruturavam em sua extensão territorial. Tempos depois, acreditam-se estudiosos que tendo a população verificado, que as Cabeceiras do Rio Copioba era próximo ao povoado passaram a identificar o povoado como São Felipe das Cabeceiras.

Em 1698, São Felipe fazia parte da Freguesia⁴¹ de Maragogipe. No entanto, a população foi crescendo o que a tornou uma Freguesia, em 1718, no governo de D. João V (1706-1750), tendo como arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide e o primeiro vigário o padre Pedro Fernandes de Azevedo. O aumento da população, da economia e o desenvolvimento local possibilitou ao povoado desmembrar-se de Maragogipe pela Lei nº 1.952, de 29 de maio de 1880 e passar para a condição de vila em 1883 (Mapa 2) com quatro distritos: São Felipe (a sede), São Benedito (vila Caraípe), São Roque (atual Dom Macedo Costa) e Conceição do Almeida (IBGE, 1958; SANTOS, 2013).

Com base nessa divisão territorial a vila São Felipe (Mapa 3), limitava-se com as vilas: de Cruz das Almas, São Felix, Maragogipe, Santo Antonio de Jesus, Nazaré das Farinhas e Castro Alves. Essas vilas com o passar do tempo foram

⁴¹ “Freguesia (atual distrito) - Denominação da sede e da área correspondente a uma circunscrição que contém um núcleo urbano (anterior povoado), porém dependente da administração municipal” (IGC, 2011, p. 11).

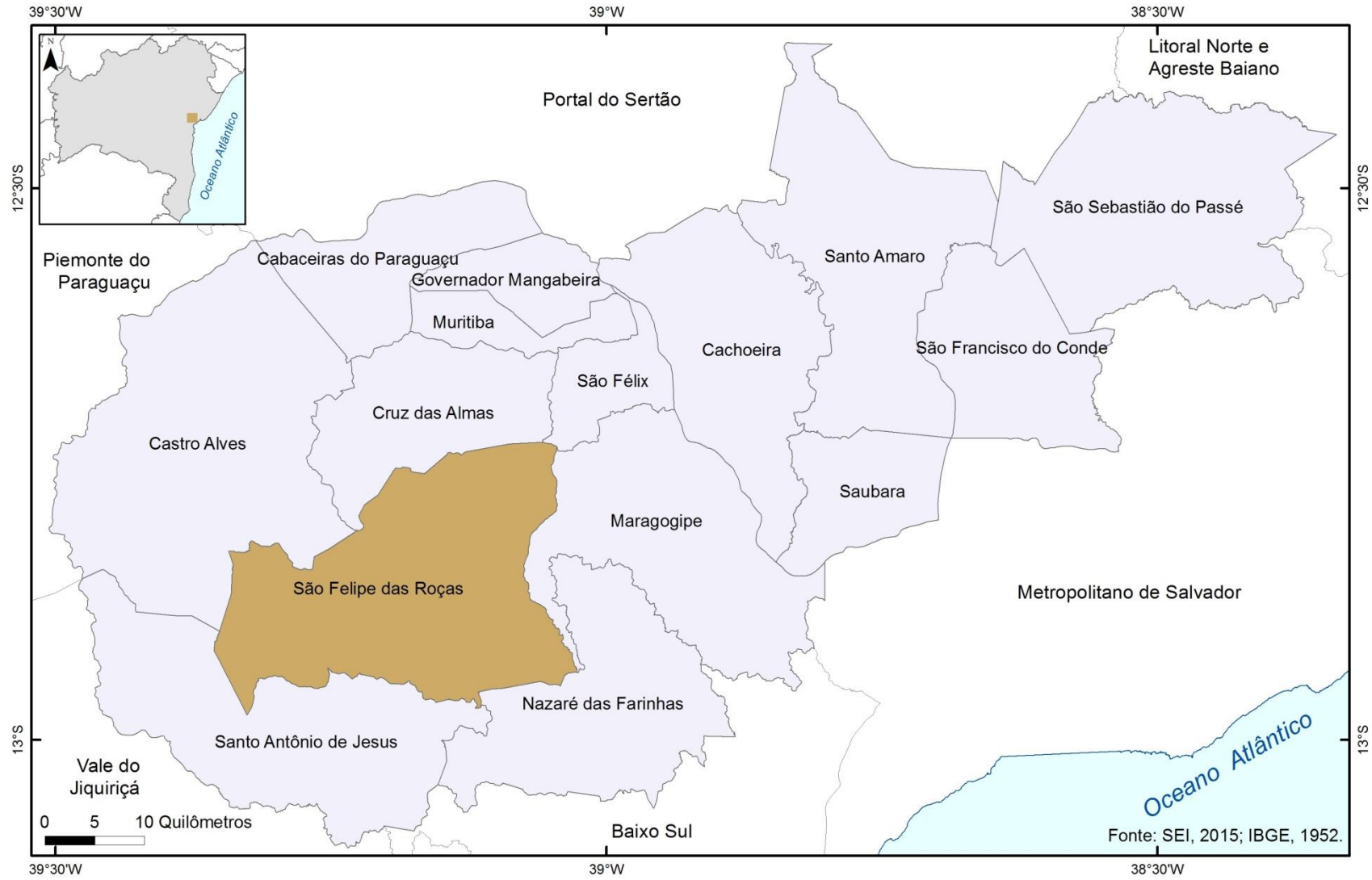
perdendo parte de suas áreas dando origem a outros municípios. A vila de Cruz das Almas teve sua área primitiva diminuída quando o distrito de Sapeaçu foi desanexado de seu território em 1953, pela Lei estadual número 549, de 27 de abril, tornando-se município autônomo com um distrito de Baixa do Palmeira. Nesse processo de desmembramento parte da população concentrada na região norte da vila São Felipe diminui relações comerciais com a vila de Castro Alves (IBGE, 1958, Volume XXI).

A vila São Felipe perdeu parte de seu território, quando o distrito Conceição do Almeida foi desanexado pelo Ato do Governo do Estado de 18 de julho de 1890, possibilitando a criação da vila Conceição do Almeida com quatro distritos: a sede (Conceição do Almeida), Comércio, Santana do Rio da Dona e Sururu. Em 1909 pela Lei estadual número 761 foi denominado município com o topônimo de Afonso Pinho mais tarde em 1944, por força do Decreto-lei estadual número 12.978, de 1º de junho tornou-se Conceição do Almeida (nome de origem) com apenas três distritos Conceição do Almeida (sede), Comércio e Rio da Dona, sendo o distrito de Sururu passado ao território do município de Castro Alves (IBGE, 1958, V. XXI). Com essa nova organização territorial São Felipe perde além de área os limites com o município de Castro Alves, mas continuou mantendo em menor intensidade relações comerciais com a vila.

Na condição de vila, o poder político local era organizado sem a figura do prefeito, o Juiz de Fora ou Juiz Ordinário autoridade máxima, a participação dos vereadores e um representante do povo na administração até 1930. A primeira Câmara administrativa da vila foi composta por quatro tenentes (tenente-coronel José Leandro Gesteira; os tenentes Marcolino de Almeida, Francisco da Fonseca Rocha e Rufino Correia Caldas) um padre (Francisco Manuel da Purificação) (SANTOS, 2013).

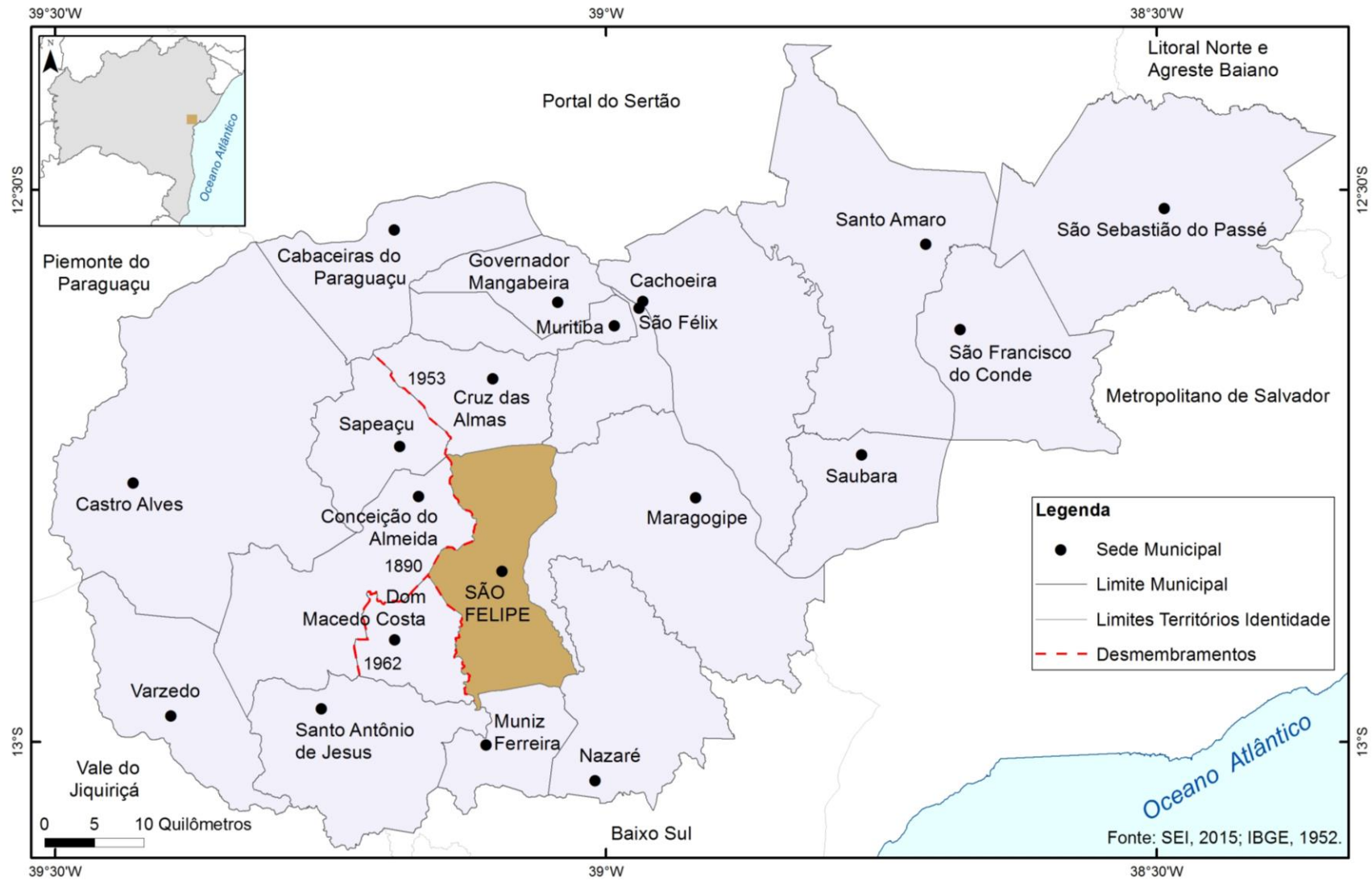
A presença militar e da igreja católica fazendo parte da administração da vila São Felipe nessa época, percebe-se a forte influência desses representantes sobre a vila. Para Santos (2013), a influência de pessoas com títulos militares remete a pensar que o coronelismo reinou também em sítios com pequenas lavouras, a exemplo do município de São Felipe/BA.

Mapa 2 - São Felipe (BA): Limite da Vila São Felipe em 1883



Fonte: Elaborado e adaptado por ZALOTI, F. A. e JESUS, S. S. B. de. Com base em SEI (2015) e IBGE (1958)

Mapa 3 - São Felipe (BA): Limite após desmembramento



Fonte: Elaborado por ZALOTI, F. A. e JESUS, S. S. B. de. Com base em SEI (2015) e IBGE (1958)

São Felipe na categoria de vila teve seu primeiro sistema de iluminação de energia a querosene com vinte postes, inaugurado em 1919 com um custo de 1:100\$ (mil e sem réis) pelo município de Maragogipe, sendo que esse sistema não alcançava a Zona Rural (IBGE, 1929).

Em 1938 obteve a categoria de cidade pelo Decreto-Lei estadual número 10.724, de 30 de março do mesmo ano e tendo como composição administrativa três distritos: São Felipe, Vila Caraipe e Dom Macedo Costa (IBGE, 1958). O distrito de Dom Macedo Costa foi desmembrado do município de São Felipe pela Lei Estadual nº 1652, de 04 de junho de 1962, sendo elevado a categoria de município (IBGE, 2016).

A partir desse contexto a organização do espaço territorial do município de São Felipe/BA foi sendo processado. Não se tem a intenção neste trabalho fazer uma análise de todo o contexto histórico de São Felipe, mas apenas uma reflexão ao seu período inicial de ocupação e produção para uma compreensão melhor nas análises temporal estabelecida e a influência política local na agricultura familiar.

3.2 POPULAÇÃO RURAL E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BAHIA

A ocupação no território do Recôncavo a partir do século XVI pelos portugueses com o processo das Sesmarias de Paraguaçu ou Paroaçu, doada a D. Álvaro da Costa, transformada em capitâneas em 1565 pela Sesmaria de Antonio Ribeiro concedida por Mem de Sá, possibilitou a partir do limite territorial com o municípios de Maragogipe, Cachoeira, São Felix, Nazaré, Castro Alves e Santo Antonio de Jesus ocupação ao sítio São Felipe (IBGE, 1958). O então sítio São Felipe, doado por Bartolomeu Dias fazendeiro de Maragogipe aos irmãos Felipe e Tiago Dias Gato, possuía solos férteis o que atraiu agricultores que desenvolveram os primeiros cultivos e criação de animais. Supõe-se que as práticas agrícolas tradicionais aplicadas no município de São Felipe/BA, tiveram fortes influências dos primeiros habitantes de Maragogipe, os índios “Marag-gyp” (que ocuparam as terras em meados do século XVI, povos que se dedicavam ao cultivo do solo e utilizavam como instrumentos arco, flecha e o machado pesado de pau-ferro – o chamado “tarayra”); dos índios Tupinambás (primeiros habitantes de São Felix) e dos índios Maracás ou Maracans, que ocupavam a área de Dom Macedo

Costa (IBGE, 1958).

A população que se estruturou na zona rural de São Felipe, segundo o IBGE (1950), foi formada por relações entre proprietários de terras, agregados, rendeiros, posseiros, arrendatários. A relação de agregados e rendeiros era comum no período colonial. Segundo Guimarães (1963) os agregados eram uma denominação dada a uma multidão de trabalhadores livres e miseráveis, os camponeses em sua primeira geração como classe após um intenso processo de espoliação antes da formação das pequenas propriedades a partir da introdução dos imigrantes que se incorporaram aos pequenos engenhos de açúcar.

No município de São Felipe/BA, a relação de agregados e rendeiros foi construída ao longo do tempo com a entrada de pessoas (parentes, compadres, comadres e afilhados) que saíam de outras regiões ou da migração de ex-escravos em busca de moradia e trabalho (SANTOS, 2013). Relações essas de dependência e trocas de favores que muitas vezes eram tidas à força de ameaças do proprietário aos seus agregados e rendeiros.

Com o tempo algumas propriedades de terras (fazendas de engenhos) no município de São Felipe/BA foram passando aos herdeiros e até mesmo a ex-escravos que foram mantidos nas propriedades como mão de obra após a escravidão e aos seus descendentes afilhados dos proprietários de terras como forma de obrigação, onde essas terras foram sendo retalhadas entre os herdeiros ou vendidas a outros fazendeiros (SANTOS, 2013). Assim surgiram, as pequenas áreas (os minifúndios) dos agricultores familiares camponeses. O município possui atualmente 9.820 pessoas na zona urbana e 10.485 na zona rural (IBGE, 2010). A população na zona rural desenvolve atividades agrícolas ou não agrícolas (pluriativas) dentro e fora de suas propriedades. Destas atividades não agrícolas está a prestação de alguns serviços (inclusive serviços informais) na zona urbana.

Segundo Oliveira (2012) que analisou a saída de pessoas da zona rural para a zona urbana no município de São Felipe a partir de 2000, explica que um dos fatores para o decréscimo do número de pessoas para a zona urbana foi atribuída à influência da expansão de novas áreas residenciais na zona urbana, a qual possibilitou à compra de moradias a população rural, onde algumas famílias ou membros delas mudaram para a cidade (Tabela 3).

Tabela 3 – São Felipe (BA): População Urbana e Rural, 1991, 2000 e 2010

Ano	Total	Urbana		Rural	
		Nº	%	Nº	%
1991	20.113	6.906	34,3	13.207	65,7
2000	20.228	8.250	41	11.978	59
2010	20.305	9.820	48,4	10.485	51,6

Fonte: Adaptado de OLIVEIRA, 2010 com base em IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010

De acordo com Oliveira (2012) essa foi a explicação dada pela prefeitura acerca da migração de pessoas da zona rural para a urbana. Porém o que percebemos com os dados levantados nesta pesquisa é que a expansão de novas áreas nas zonas urbanas foi uma oportunidade que algumas famílias de agricultores familiares ou pessoas dessas famílias encontraram para comprar lotes e construir suas residências no intuito de poder exercer o trabalho que passaram a executar na cidade, pois à distância (de 9, 15, 16, 18 e 20Km) de algumas localidades para a sede eram consideradas como muito grandes para o ir e vir na realização dessas atividades. Além desse fato existem outros como o aumento da violência nas localidades; terrenos com pequenas áreas de produção (minifúndios) ou falta de terras, consta ainda o número reduzido de pessoas (migração para centros urbanos antes do acesso ao PRONAF em 1999) nas famílias o que se torna uma dificuldade no momento de executar as atividades no campo como lavrar roças. Esses são alguns dos fatos que tem favorecido o crescimento da migração das pessoas ou das famílias dos agricultores para a zona urbana do município de São Felipe/BA.

Nesse sentido, Santos (2007) afirma que esse decréscimo da população rural a partir de 2000 vem ocorrendo em vários municípios do estado da Bahia por falta de políticas do Governo Federal, Estadual e Municipal que promovam o desenvolvimento rural e equidade na posse das terras, sendo que a baixa infraestrutura rural e a estrutura fundiária concentrada em poucos estabelecimentos favorecem os agricultores familiares venderem suas pequenas áreas (minifúndios) e ocuparem os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

A partir de 2000 no município de São Felipe/BA, alguns (28%) agricultores familiares acessaram a política pública PRONAF. No entanto, mesmo essa política sendo uma forma de promover desenvolvimento a zona rural, verifica-se decréscimo da população de 51% em 2010. O que pode-se afirmar que essa política ainda não têm possibilitado mudanças significativas na vida dos agricultores familiares para que favoreça a não migração para a zona urbana, mas que promova além de

desenvolvimento rural a equidade na posse das terras e possibilite aos agricultores que não as possuem comprá-las.

Os investimentos que o Governo Federal vem direcionando para a agricultura familiar a partir de 1996 com o programa PRONAF ainda não atingiu grande parte (71%) dos agricultores familiares entrevistados em São Felipe; principalmente os que possuem estabelecimentos com áreas menores que 5 e menores que 50 hectares, ou seja, minifúndios para que, de fato, possam estruturar uma produção, melhorando a vida e estimulando permanência no campo.

3.2.1 A estrutura fundiária do município de São Felipe/BA

A estrutura fundiária da Bahia caracterizada no período colonial por grandes proprietários tendo se processado pelo interior do Recôncavo, possibilitou a formação da vila de São Felipe em 1883. O município desenvolveu-se através de latifundiários, arrendatários e pequenos proprietários seguindo, assim, a lógica fundiária da estrutura da Bahia.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1950 a 2006 em relação aos estabelecimentos rurais de São Felipe organizados pelo Projeto GeografAR a partir de 2004 a 2011, foi possível analisar e considerar a classificação dos estabelecimentos (Tabela 4).

Tabela 4 – São Felipe(BA): Classificação dos Estabelecimentos Rurais de 1950 a 2006

Classificação dos Estabelecimentos	1950 nº estab.	1960 nº estab.	1970 nº estab.	1980 nº estab.	1996 nº estab.	2006 nº estab.
Minifúndio - 5 a < 50 (ha)	98,5%	96,6%	97,9%	97,5%	98%	98,1%
Pequena propriedade 50 a < 200 (ha)	1,2	2,7%	1,8%	2,2%	1,9%	1,7%
Media propriedade 200 a < 500 (ha)	0,3%	0,7%	0,25%	0,3%	0,1%	0,2%
Grande propriedade 500 a < 1000 (ha)	0	-	0,05%	0	0	0 %
Total	2.583	1.536	1.986	2.162	2.615	2.856

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base no GeografAR, (2004 e 2011) calculado com base no IBGE do Censo Agropecuário da Bahia de 1950 a 2006

Nesse sentido, em 1950 no município 98,5% dos estabelecimentos (equivalendo a 2.545 estabelecimentos) eram ocupados por agricultores minifundiários (considerando que o módulo fiscal de São Felipe é de 30 ha, conforme INCRA, 2013) ocupando 67,5% da área total e que a maior parte desses estabelecimentos rurais (76,3%) ocupavam 25,4% da área total do município, que era de 16.791 hectares e produziam suas culturas em áreas menores que 5 ha (Tabela 5a).

Ainda de acordo com os dados para esse mesmo ano a pequena propriedade com 50 a menor que 200 (ha) constituída de 1,2% dos estabelecimentos detinha 18,4% da área total do município, sendo essas áreas com apenas 30 (trinta) estabelecimentos, mesmo predominando a pequena propriedade em São Felipe existia a concentração da propriedade de terra. Nesse mesmo ano 0,3% dos estabelecimentos formados por média propriedade com 200 a menor que 500 ha possuíam apenas 7 (sete) estabelecimentos e a grande de 500 a menor que 1000 hectares ocupavam 13,7% do total da área com apenas 1 (um), ou seja, possivelmente esses agricultores proprietários desses estabelecimentos possuíam fortes influências com o poder local e com as localidades.

O município apresentou também nesse ano o Índice de Gini⁴² de 0,689, alcançando em 2006, o equivalente a 0,749. Observou-se que de 1950 a 2006 constante alta no Índice de Gini no município de São Felipe, sendo que ao se aproximar do número 1, demonstra com as análises aos dados concentração de terra e renda nas mãos de poucas pessoas e a grande maioria da população rural com pouca terra para produzir seus cultivos e gerar renda para manterem suas famílias. O que dificultam também baixa produção para o acesso aos programas PAA E PNAE. No que se refere ao ano de 1960, o município decresce o número de estabelecimentos (895) menor que 5 ha comparado ao ano de 1950 (1.971) ocupando, assim, 14,9% da área total e aumenta pouco o número dos estabelecimentos (589) de 5 a menor que 50 ha em relação ao ano de 1950. Observa-se ainda para o ano de 1960 que 96,6% dos estabelecimentos no município de São Felipe/BA permaneceram ainda como minifúndio ocupando, 58,7% da área total.

⁴² Por meio desse Índice é possível calcular a desigualdade de distribuição de renda de um país, Estado e município que considera um número entre 0 e 1, sendo que 0 representa completa igualdade de renda entre as pessoas e 1 desigualdade.

TABELA 5a - SÃO FELIPE/BA: Estrutura Fundiária (1950 a 1970)												
Grupo de área/ha	1950				1960				1970			
	Estab.		Área		Estab.		Área		Estab.		Área	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menor de 5 (ha)	1.971	76,3	4.271	25,4	895	58,3	2.648	14,9	1.238	62,3	2.919	16,9
De 5 menor de 50 (ha)	574	22,2	7.081	42,2	589	38,3	7.779	43,8	707	35,6	8.602	49,9
De 50 menor de 200 (ha)	30	1,2	3.105	18,5	42	2,7	4.248	23,9	35	1,8	3.219	18,7
De 200 menor de 500 (ha)	7	0,3	1.679	10	10	0,7	3.070	17,4	5	0,25	1.630	9,45
De 500 menor que 1000 (ha)	1	0	653	3,9	-	-	-	-	1	0,05	871	5,05
Total	2.583	100	16.791	100	1.536	100	17.745	100	1.986	100	17.241	100

Fonte: GeografAR, com base no IBGE, em recenseamento Geral do Brasil, 1950-2006. Censo Agropecuário 1950, 1960 e 1970. Rio de Janeiro, 2006. Elaborado por JESUS, S. S. B. de. 2016.

TABELA 5b - SÃO FELIPE/BA: Estrutura Fundiária (1980 a 2006)												
Grupo de área/ha	1980				1996				2006			
	Estab.		Área		Estab.		Área		Estab.		Área	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menor de 5 (ha)	1.366	63,2	3.609	18,4	1.957	74,8	3.123	19,2	2.302	80,8	3.571	21,1
De 5 menor de 50 (ha)	741	34,3	9.750	49,6	607	23,2	7.771	47,9	493	17,3	6.887	40,6
De 50 menor de 200 (ha)	48	2,2	4.313	21,9	48	1,9	4.592	28,3	48	1,7	4.407	26,0
De 200 menor de 500 (ha)	7	0,3	1.981	10,1	3	0,1	748	4,6	5	0,2	1.550	9,2
De 500 menor que 1000 (ha)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	524	3,1
Total	2.162	100	19.653	100	2.615	100	16.234	100	2.856	100	16.939	100

Fonte: Geografar, com base no IBGE, em recenseamento Geral do Brasil, 1950-2006. Censo Agropecuário 1980, 1996 e 2006. Rio de Janeiro, 2006. Elaborado por JESUS, S. S. B. de. 2016.

Entretanto, existiam 42 estabelecimentos de pequena propriedade (2,7%) ocupando 23,9% da área e os considerados como média e grande propriedade (0,7%) detendo 17,4% da área total do município. O que pouco mudou em termos de concentração de terra nesse município.

De 1950 a 1970, pode-se observar que os estabelecimentos rurais em São Felipe ocupando área menor que 5 ha ocorreram variações, o que foi constatado que o número desses estabelecimentos decresceram em 1960 e voltaram a crescer em 1970 aumentando a perda de área de mais agricultores familiares que passaram a produzir em áreas menores que 5 ha e dificultando a permanência no campo.

Durante essas três décadas verificou-se que entre as áreas consideradas pequenos e médios estabelecimentos de 50 e menor que 500 ha, também ocorreram modificações, concentrando ainda mais as terras (97%) em poucos estabelecimentos (130). E no que se refere aos estabelecimentos de 500 a menor que 1000 ha, durante esse período analisado, não ocorreu mudanças no número dos estabelecimentos 1(um), mas percebem-se alterações no aumento da área de 3,8% para 5,05%.

Essas mudanças podem ser explicadas possivelmente por vendas das propriedades menores de 5 ha pelos agricultores familiares que migraram para centros urbanos em busca de melhores condições de sobrevivência, sendo assim, forçados a venderem suas terras para os fazendeiros das localidades, considerados aqui como detentores de pequenas, médias e grandes propriedades, ou do retalhamento das áreas de minifúndio (menor que 5 a menor que 50 hectares) pelo processo de herança entre os membros das famílias nas unidades familiares, muito comum na região.

Em relação aos anos de 1980 a 2006, os estabelecimentos menores que 5 ha ocorreram crescimentos de 63,1% para 80,8% proporcionalmente a área também aumentou de 18,3% para 21%. O que isso pode ser justificado pela diminuição dos números de estabelecimentos ocupando área entre 50 até 500 ha em 2006 com 29% da área, as consideradas como pequenas e médias propriedades (Tabela 5b).

Apesar dos dados para os anos de 1960, 1980 e 1996 do IBGE, considerando as análises elaboradas pelo Projeto GeografAR de 2004 a 2011, apresentados na (Tabela 5a e 5b) não apresentarem números dos estabelecimentos com 500 e menor que 1000 ha da área para o município de São Felipe, considera-se que não ocorreram alterações desde que os dados apresentados para os anos de 1950,

1970 e 2006 apareceram 1(um) estabelecimento ocupando uma área de 3,9%, 5,1% e 3,1% respectivamente. Percebe-se que essas variações nas áreas desses estabelecimentos não alteraram o número dos mesmos, ao contrário aumentaram o número de estabelecimentos ocupando áreas menores que 5 ha.

Assim, os estabelecimentos com 5 ha até 50 ha de 1980 até 2006, decresceu de 34,2% para 17,3%, ocupando uma área de 49,6% para 40,6%, o que isso demonstra que cada vez mais a propriedade rural em São Felipe concentra a terra entre os estabelecimentos acima de 50 ha e menor que 1000 ha. E que o Índice de Gini tem aumentado de 0,689 em 1950 para 0,749 em 2006, o que demonstra desigualdade na posse da terra deixando os agricultores familiares minifundiários cada vez mais com dificuldades de produzir alimentos para a sobrevivência, comercialização e possivelmente o acesso as políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE).

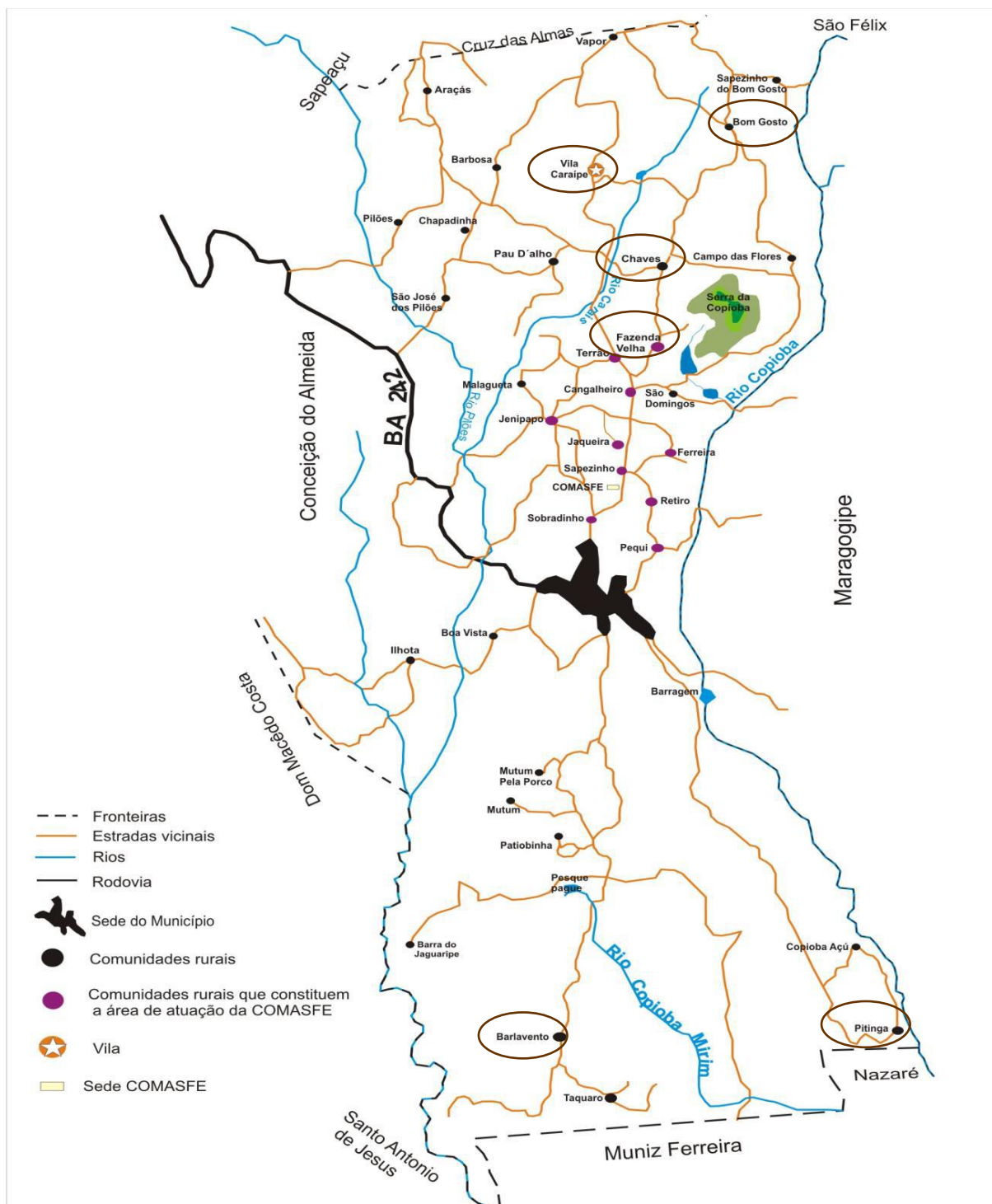
A partir dessa análise foi possível constatar que o processo de minifundiarização no município de São Felipe/BA ocorreu a partir das relações entre os donos das grandes propriedades de terras com a população de trabalhadores rurais que foi crescendo no espaço agrário do município. Esses trabalhadores com o tempo foram herdando algumas propriedades ou partes delas como forma de obrigações dos proprietários pelo trabalho que eles (agricultores familiares) exerceram nas propriedades. Sendo que, os filhos desses agricultores familiares foram herdando as propriedades desse processo ocorreu o retalhamento e venda de terras a outros fazendeiros diminuindo a área em algumas propriedades ou aumentando outras. E, assim aparecendo os 98,1% dos estabelecimentos rurais (minifúndios) dos agricultores familiares do município.

3.3 LOCALIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA

Para entender o espaço agrário do município de São Felipe a partir dos agricultores familiares foram entrevistados 225 agricultores em sete localidades Barlavento, Bom Gosto, Caboclo, Chaves, Fazenda Velha, Pitinga e Vila Caraipe (Mapa 4), através da aplicação de questionário, sendo possível perceber e estabelecer um perfil para essas pessoas que vivem no/do campo e como as políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE, Aposentadoria Rural e o Bolsa Família)

estão influenciando na vida das famílias desses agricultores. Dos agricultores familiares entrevistados 90,7% se identificaram como lavradores.

Mapa 4 - São Felipe (BA): Localidades rurais



Fonte: Adaptado de Chaves (2010, p. 107).

Nota: A localidade de Caboclo foi entrevistada, porém não consta sua localização no mapa. Está localidade está próxima da sede municipal.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Felipe:

Os agricultores no município se identificam como lavradores, porque lavrador era considerado pela Lei Previdenciária para quem trabalhava individual na zona rural. Esse trabalhador lavra a terra! O agricultor não lavra a terra, isso foi considerado após 2006 com o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Com isso todos os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais foram obrigados a trocar esse termo e não reconhecer mais o agricultor como lavrador e, sim como agricultor familiar, porém a maioria dos agricultores do município ainda não se acostumou com a troca e sempre se identificam como lavrador (PRESIDENTE DO SINDICATO, PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A partir das análises realizadas por meio dos dados pesquisados, observou-se que nas localidades a maior parte das famílias dos agricultores é composta de 2 a 5 pessoas (Tabela 6).

Tabela 6 - Número de pessoas nas famílias dos agricultores familiares nas localidades rurais em 2016

Localidades	Número de pessoas nas famílias dos agricultores em São Felipe/BA em %			
	Menos de 2 pessoas	2 a 5 pessoas	5 a 10 pessoas	Mais de 10 pessoas
Barlavento	16,7	66,7	10	6,7
Bom Gosto	10	55	27,5	7,5
Caboclo	32,5	47,5	12,5	7,5
Chaves	16,7	70	10	3,3
Fazenda Velha	-	60	35	5
Pitinga	14,2	62,8	17,2	5,8
Vila Caraipe	26,7	53,7	13,3	6,7

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Nesse sentido, a localidade Chaves, 70% das famílias dos agricultores são compostas de 2 a 5 pessoas; enquanto que a do Barlavento em sua maioria (equivalendo a 66,7%) de 2 a 5 pessoas e na localidade Pitinga as famílias dos agricultores são compostas de 2 a 5 pessoas, correspondendo a 62,8%. Ainda de acordo com os dados a localidade do Caboclo apresentou entre as localidades o maior número (32,5%) das famílias dos agricultores compostas de 1 a 2 pessoas.

No entanto, a localidade Bom Gosto foi a que apresentou entre as localidades a que compõem o maior número (27,5%) de famílias com 5 a 10 pessoas. Essas localidades também foram as que apresentaram maior concentração (7,5%) de pessoas nas famílias compostas com 10 a 15 pessoas. As famílias dos agricultores

compostas acima de 2 pessoas possibilitam mão de obra para o trabalho no campo e participação nas organizações coletivas favorecendo o fortalecimento de ações para o desenvolvimento rural no município.

Para melhor entender o agricultor familiar no município foram levantados dados a respeito da idade dos agricultores familiares (Tabela 7), sendo que as localidades Chaves, Pitinga e Barlavento estão entre as localidades as que mais apresentaram (70%) de agricultores familiares com idades de 30 a 60 anos.

Tabela 7 – Idade dos agricultores nas localidades do município de São Felipe/BA em 2016

Localidade	Idade dos agricultores familiares (em %)		
	18 a 30 anos	30 a 60 anos	60 a 80 anos
Barlavento	14	70	16
Bom Gosto	15	65	20
Caboclo	15	50	35
Chaves	13,3	76,7	10
Fazenda Velha	15	60	25
Pitinga	5,7	71,5	22,8
Vila Caraipe	16,6	43,4	40

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Enquanto que, a localidade da Vila Caraipe a que apresentou (16,6%) agricultores com idade de 18 a 30 anos, ou seja, uma significativa oferta de jovens no campo lutando pela permanência de uma vida melhor na zona rural. Sendo também essa localidade que possuem um expressivo número de agricultores com idade de 60 a 80 anos (40%), os quais resistiram e permaneceram na localidade incentivando outros agricultores, principalmente os mais jovens, a permanecerem no campo.

Apesar das dificuldades que muitos desses agricultores enfrentaram não possuindo a terra como meio para a produção e dos problemas sociais (moradia e desemprego) que foram relatados pelos agricultores entrevistados nessa localidade os agricultores demonstram satisfação com o trabalho. Com pouca terra muitos deles desenvolvem seu trabalho por meio da relação de meia, arrendamento ou diarista, características comuns entre os agricultores camponeses,

Das localidades pesquisadas encontramos um maior número de agricultores do sexo feminino na localidade da Fazenda Velha (70%). Essa representação se explica pelo fato de as mulheres estarem em casa na hora da pesquisa desenvolvendo atividades domésticas. Porém, muitas delas são fortes aliadas no trabalho da produção e na gestão da unidade familiar. Além de que, representam as

famílias que participam e discutem os problemas da localidade na Associação rural, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Enquanto que, o número maior de agricultores do sexo masculino foi registrado na localidade da Pitinga (62,8%), porém é preciso destacar que nessa localidade foi possível perceber representação maior dos homens na administração e geração da renda familiar, sendo que a participação das mulheres na administração de suas roças ainda é pequena, o que enfraquece o poder de decisão e emancipação das mesmas nessa localidade (Tabela 8).

Tabela 8 – Gênero dos agricultores familiares em São Felipe/BA 2016

Localidade	Gênero dos agricultores familiares (%)	
	Masculino	Feminino
Barlavento	36,7	63,3
Bom Gosto	40	60
Caboclo	40	60
Chaves	60	40
Fazenda Velha	30	70
Pitinga	62,8	37,2
Vila Caraípe	43,3	56,7

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Nesse contexto de discussão para melhor compreender o espaço agrário do município de São Felipe por meio dos agricultores familiares destacamos algumas especificidades encontradas nas localidades pesquisadas que possibilitaram conhecer melhor o agricultor familiar no município. Assim, apresentamos os agricultores pesquisados através de suas localidades.

3.3.1 Localidade Barlavento

A localidade do Barlavento (Foto 2) localiza-se ao Sul do município e encontra-se a 15km da sede. Possui uma praça com calçamento com aproximadamente 10 casas ao redor, uma unidade de saúde da família, uma escola primária, energia elétrica e um sistema comunitário de abastecimento de água. Com essa infraestrutura a localidade aparenta ser urbana, porém adentrando as ruas que dão acesso aos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares essa aparência vai desaparecendo. Foram entrevistados 30 agricultores familiares de 120 famílias,

tendo a maior parte desses agricultores (96,7%) se identificado como lavradores e 3,3% como agricultor familiar.



Foto 2 - Sede da Localidade do Barlavento do município de São Felipe/BA. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo - Agosto de 2016

De acordo com os dados pesquisados, verificou-se que, sobre a idade dos agricultores, existe uma concentração maior na faixa etária a partir de 30 até 60 anos, correspondendo a 70% do total dos entrevistados, sendo que entre esses 16,7% possuem aposentadoria rural. Os agricultores a partir de 60 até 80 anos, idosos e aposentados corresponderam 16%, esses ainda desenvolvem trabalhos rurais.

A escolaridade dos agricultores (Tabela 9) 16,7% são alfabetizados, 46,7% com nível fundamental (1º ao 5º ano), 16,7% com formação do 5º ao 9º ano, 9,9% com o ensino médio completo, 3,3% possuem ensino superior e 6,7% estão cursando o EJA com idade de 30 até 60 anos. Isso demonstra que os agricultores vêm buscando por conhecimentos o que melhora também a relação de produção.

Quanto ao tamanho da propriedade, a maioria dos agricultores, ou seja, 56,7% têm entre menor que 5 e menor que 50 ha e produzem mandioca, milho, amendoim, laranja, limão, banana, batata doce, feijão, hortaliças (alface, coentro, cebolinha, salsa e couve-flor) aipim e alguns plantam cana de açúcar e criam galinhas caipiras e algumas cabeças de gado (bovino e suíno).

Tabela 9 - Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Barlavento em 2016

Escolaridade	Nº de Agricultores	%
Analfabetos	5	16,7
De 1º ao 5º ano	14	46,7
Do 6º ao 9º ano	5	16,7
Ensino Médio	3	10
Ensino Superior	1	3,3
EJA	2	6,7
Total	30	100

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

De acordo com os dados, pesquisados 33,3% não possuem terra, arrendam terras ou trabalham por dia (diaristas) em propriedades de fazendeiros na própria localidade ou em outras. Apenas 10% dos agricultores entrevistados possuem área de 200 a menor que 500 hectares plantam cana-de-açúcar e criam gado utilizando da técnica tradicional extensiva.

O modelo utilizado para realizar a produção agrícola 96,7% é o tradicional e apenas 3,3% utilizam o modelo convencional. As sementes para o plantio são próprias (76,7%), 16,7% compradas e 6,6% foram doadas pelo Governo Estadual através da EBDA. Ainda nessa localidade, ninguém utiliza sistema de irrigação e nem curva de nível. Independente dos que acessaram ou não alguma política pública os agricultores (23,3%) vendem sua produção na feira livre, diretamente ao atravessador (63,3%) e aos engenhos de produção de melaço (13,4%) para o fornecimento aos alambiques existentes em outras localidades no município. Esses agricultores que vendem sua produção para os engenhos produzem cana-de-açúcar e detém maiores áreas de produção.

Em relação às ferramentas e implementos utilizados na produção, 53,3% dos agricultores utilizam enxada, facão e foice; 46,7% utilizam além dessas ferramentas o trator. Quanto à adubação, 43,3% usam esterco de gado, 16,7% o esterco de granja e 40% utilizam adubação química e agrotóxicos.

Em relação à ocupação dos agricultores nessa comunidade, antes de acessar alguma política pública, 43,4% deles relataram que trabalhavam (Foto 3) fora de suas propriedades como diaristas para melhorar a renda da família; 46,7% desenvolvem suas atividades em suas próprias terras, 6,6% prestam serviços à prefeitura municipal e apenas 3,3% desenvolve alguma atividade artesanal (confecção de panos de prato, crochê e etc.).



Foto 3 - Agricultor Familiar realizando trabalho fora de sua propriedade para complementar renda familiar. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo - Agosto de 2016

Os agricultores (60%) que produzem em suas terras ou em terras arrendadas nessa localidade destinam quase toda a produção para à venda, enquanto que 37% metade da produção e apenas 3% destina toda a produção a venda.

Foi possível perceber que os 37% dos agricultores familiares que destinam metade de sua produção para a venda estão no grupo de agricultores que tem área menores que 5 hectares, precisam produzir metade dos alimentos para o consumo da família. Os 60% que direcionam quase toda a produção (80%) para o mercado estão no grupo de agricultores com áreas entre 5 até 50 ha destinam apenas 20% para alimentação da família e a parte maior para a venda. E, os 3% direcionam toda a produção para a venda não produzem alimentos para o consumo da família. Esses são os que detêm de 200 a menor que 500 hectares desenvolvem pouca ou quase nenhuma atividade rural, empregam trabalhadores rurais, prestam algum tipo de serviços ou possuem algum comércio na cidade, não vivem exclusivamente da renda da terra.

Os agricultores que desenvolvem atividade rural para terceiros, prestam serviços de costureira, eletricitista, comerciante da cidade, na localidade ou praticam algum tipo de serviço/artesanal complementam a renda da família. Como o caso de

Dona Helena (Foto 4) que confecciona em sua residência, embalagens para pequenos fogos como bombinhas para queima em festas comunitárias. A cada 1000 embalagens produzidas ela recebe R\$ 7,00. A agricultora chega a produzir até 6000 embalagens por dia (R\$ 42,00) menos do que por um dia de trabalho na roça de terceiros na localidade, que recebe R\$ 60,00.

A partir dos dados coletados foi possível perceber que os agricultores dessa localidade estão organizados com maior expressividade (66,7%) no Sindicato dos Tabeladores Rurais, 30% participam da Associação Rural e pouca expressividade (3,3%) no cooperativismo. Os agricultores relatavam que sendo sócio do Sindicato não havia necessidade de estarem associados em Associação Rural. Já na Cooperativa eles alegaram que precisavam entender melhor o seu funcionamento. Entre esses agricultores familiares entrevistados 20% já acessaram o Pronaf (B e C) para adquirir crédito para plantar cana de açúcar, mandioca, inhame e comprar gado, a partir de 2008 e em 2011.



Foto 4 - Agricultora Familiar realizando trabalho artesanal. Fonte: JESUS, S. S. B. de, pesquisa de campo. Agosto de 2016

Não foi encontrado nenhum agricultor familiar nessa localidade acessando o PAA e o PNAE, mas foram registrados 46,7% com Bolsa Família; 33,3% com

Aposentadoria Rural e 20% não acessando nenhuma dessas políticas. Possivelmente são os que entre esses agricultores puderam acessar o Pronaf, pois para acessar esse programa os agricultores não podem ser beneficiários sociais de Bolsa Família e nem possuir Aposentadoria Rural (SANTOS, 2007).

O baixo número de agricultores familiares (20%) acessando o PRONAF e o não acesso aos programas PAA e PNAE pode estar relacionado à baixa expressividade da participação as organizações associativas, sendo que para acessar a essas políticas se faz necessário participação em Sindicatos ou Associações de Agricultores Familiares. Nesses casos, os agricultores têm acesso aos programas.

De acordo com a pesquisa de campo 20% (de 30) dos agricultores que acessaram o PRONAF antes de acessar o crédito já plantavam ou criavam alguns animais (boi e porco). Mas entre os agricultores que acessaram (33,3%) o Pronaf, estes relataram que foi possível investir e aumentar o plantio e a criação de animais. Entretanto, 66,7%, dos entrevistados informou que não ocorreu aumento na produção e que tudo ficou como estava. Os agricultores dos que acessaram o Pronaf relataram também que antes de acessar esse programa, nunca receberam assistência técnica de nenhuma instituição; e que após o acesso apenas 20% receberam assistência técnica da EBDA e comprou mais terra aumentando suas propriedades. Outros 80% dos agricultores que tiveram acesso ao Pronaf não receberam assistência técnica de nenhuma instituição. A falta de assistência técnica pode ter sido um dos fatores para explicar a baixa produtividade dos agricultores que tiveram acesso a esse crédito e não conseguiram aumentar sua produção.

Segundo Santos (2007) o PRONAF é um programa dividido em linhas de crédito (PRONAF: A, B, C, D e E) com recursos para atender a produção agropecuária e não agropecuária de agricultores familiares para o custeio e investimento. Assim como, linhas de crédito especiais para atingir um público específico como jovens e mulheres. Ainda de acordo com o autor o PRONAF B é uma linha de crédito considerando o Ano Safra de 2006/2007 destinado ao Microcrédito rural de investimento que atendia agricultores familiares com renda bruta até R\$ 3 mil ao ano e famílias (agricultores, extrativistas, pescadores, silvicultores, quilombolas e indígenas) de baixa renda do campo. Entretanto, grupos beneficiários sociais (bolsa família) e aposentados e pensões decorrentes de atividades rurais, não podem acessar essa linha de crédito.

Essa linha de crédito apoia o desenvolvimento de atividades no meio rural, geradoras de renda agrícola e não agrícola, combatendo a pobreza de maneira não assistencialista. As famílias podem financiar o valor de até R\$ 4,5 mil e esse valor ser liberado em parcelas de até 1,5 mil reais, atendendo as necessidades de cada família. Os juros de 1% ao ano, bônus de 25% sobre as parcelas pagas em dias e prazo de dois anos para pagar o financiamento. Esse crédito permite do total ser destinado até 35% para custeio associado e para o investimento em assistência técnica rural o valor de até 3% (SANTOS, 2007).

Segundo Bianchini (2015) essa linha de crédito para o Ano Safra de 2015/2016 continua atendendo agricultores de baixa renda e agricultores com renda bruta familiar abaixo de R\$ 20 mil reais ao ano, disponibilizando investimentos de até R\$ 4 mil reais, com juros de 0,5% ao ano e como incentivo para adimplência, bônus de 25% destinados aos primeiros R\$ 12 mil reais, podendo chegar esse bônus a 50% em municípios com estado de calamidade devido a fatores climáticos.

Em relação ao Pronaf C, segundo Santos (2007) é uma linha de crédito para investimento e custeio que atende agricultores familiares com renda bruta anual superior a R\$ 2 mil reais e até R\$ 14 mil, sendo um crédito diferenciado por atingir um grupo de agricultores que possuem maiores recursos que os do grupo de agricultores que atendem o perfil do microcrédito do Pronaf B com renda abaixo de 14 mil. O recurso disponibilizado para o investimento possibilita aos agricultores financiar atividades geradoras de renda para a melhoria no sistema produtivo da propriedade como: correção/adubação do solo, práticas conservacionistas do solo, máquinas/equipamentos, aquisição de animais, redes de pesca, instalação de pomares/pastagens, armazéns e outras.

Nessa linha de crédito, ainda de acordo com o autor, o Pronaf C voltado para Investimento é disponível para cada família financiar, no mínimo, R\$ 1,5 mil reais e no máximo R\$ 6 mil com juros de 3% ao ano e um desconto fixo para os adimplentes de 700 reais, proporcionalmente distribuídos nas parcelas pagas em dia. O prazo para o pagamento do financiamento é de até oito anos com uma carência que pode variar de três a cinco anos. Entretanto, o Pronaf C voltado para Custeio, é disponível para cada família financiar o mínimo de R\$ 500 e o máximo de 3 mil reais, com juros de 4% ao ano. O desconto fixo nessa linha é de R\$ 200 reais em cada parcela paga em dia. Tendo prazo para quitar o financiamento de um ano, podendo ser prorrogado até dois anos em casos de culturas com ciclo longo. Esse

tipo de Pronaf é muito utilizado pelos agricultores no custeio básico da produção com destino a compra de ração para alimentar animais, no preparo da terra para o plantio, despesas com transporte da produção, entre outros (SANTOS, 2007).

Desde 1996 até 1999 o Pronaf era um crédito que destinava financiamento para atividades agropecuárias desenvolvidas por agricultores familiares. Entretanto, agricultores abaixo da linha de pobreza não faziam parte desse público. Tendo iniciado algumas modificações nos critérios de distribuição do crédito rural a partir do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), sendo intensificadas essas modificações no governo de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 e 2014). Os quais reformularam totalmente os critérios para adequar o programa à diversidade de agricultores familiares no país, assim como, ampliarem o acesso em todo território nacional (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Foi a partir dessas modificações que os 20% (de 30) dos agricultores familiares da localidade Barlavento em São Felipe deram início a partir de 2008 ao acesso aos créditos para investimento e custeio nas plantações e criação de animais. Entretanto, pouco acessou a assistência técnica (16,7%) dos agricultores que acessaram o Pronaf ou a falta dela (83,3%) nas propriedades dos agricultores, não possibilitou que esses agricultores pudessem desenvolver seus cultivos e dar continuidade ao acesso a mais financiamentos. O objetivo sempre foi de melhorar a produção agrícola e ampliar a criação de animais.

Antes de acessar as políticas públicas (PRONAF, Aposentadoria Rural e o Bolsa Família) 66,7% dos agricultores relataram que pessoas das famílias saíram para a cidade (São Felipe) ou outras cidades em busca de trabalho, pois a vida era muito difícil no campo e passavam muitas dificuldades. E, 33,3% dos agricultores informaram que apesar das dificuldades as pessoas permaneceram trabalhando nos próprios estabelecimentos ou se sujeitando a receber baixos valores com trabalhos temporários nas propriedades dos fazendeiros da localidade; ou em outras dentro do município de São Felipe; isso para não saírem em busca de trabalho em cidades grandes com medo da violência ou por não saberem fazer outro trabalho além de lidar com a terra. Com o acesso a essas políticas públicas o número de pessoas das famílias que continuaram a sair da localidade em busca de trabalho nas cidades grandes de 66,7% passou para 20% e a permanecer na localidade de 33,3% passou para 80%. O que isso mostra uma redução de pessoas nas famílias saindo da

localidade após acessarem algumas políticas públicas para o homem que vive no/do campo.

Em relação à renda familiar dos agricultores familiares entrevistados, 23,3% desenvolvem outras atividades para complementar a renda das famílias além da agropecuária e 76,7% não realizam outras atividades, dependendo diretamente do trabalho rural ou de alguma política pública como Aposentadoria Rural e o Bolsa Família para sobreviverem no campo. Antes do acesso a essas políticas públicas a renda familiar dos agricultores familiares nessa localidade 83,3% era menor que 1 salário mínimo⁴³ (SM), o que dificultava muito a vida das famílias. E, 16,7% possuíam renda entre um e até três salários mínimos atribuímos àqueles agricultores que estão na classificação dos médios proprietários de terras nessa localidade.

Após o acesso às políticas públicas (PRONAF, Aposentadoria Rural e o Bolsa Família) essa realidade mudou e o número de agricultores que possuem renda com menos que 1 SM passou para 43,3%, diminuindo e os que possuíam renda entre 1 e até 3 SM para 56,7%, o que se justifica pelo acesso às essas políticas públicas. Elas possibilitaram aquisição de mais alimentos industrializados, frutas, verduras, remédios, roupas, eletrodomésticos e material escolar para seus filhos. Entretanto, os efeitos negativos a isso, foram o aumento a compra de alimentos industrializados, diminuindo a produção de alimentos básicos para suprir a alimentação dessas famílias. Além disso, constatou-se o aumento no valor da conta de energia elétrica de 63,3% dos agricultores familiares passando entre 30 até 50% após a compra de maior quantidade de eletrodomésticos. Enquanto que, 36,7% disseram que não ocorreu alteração em suas contas, porque compraram pouco ou nenhum eletrodoméstico.

Quando perguntado em que essas políticas públicas ajudaram a melhorar ou não a vida das famílias alguns agricultores familiares na localidade do Barlavento que acessaram o Pronaf responderam:

“O crédito do PRONAF ajudou mais um pouco”; “aumentou a produção e fez a renda aumentar um pouco”; “ajudou a produzir mais e a investir em outras culturas”; “ajudou a viver melhor na roça”; “com o aumento da produção conseguimos melhorar a vida” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

E os que possuem o Bolsa Família em que esse programa colaborou para a melhoria das famílias, os agricultores informaram que:

⁴³ Salário Mínimo em vigor (08/Agosto/2016) igual a R\$ 880,00.

“O Bolsa Família ajudou a comprar mais alimentos”; “nas despesas das crianças”; “mais para a sobrevivência da família”; “mais um pouco”; “muito em tudo”; “minha vida melhorou 100%”; “melhorou a moradia e na alimentação”; “facilitou mais a vida na roça”; “as coisas melhoraram muito” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

E, em relação à Aposentadoria Rural: os entrevistados apontaram que: “a Aposentadoria Rural foi nossa valença”; “ajudou na compra dos alimentos”, remédios e a viver melhor na roça”; “a vida melhorou bastante depois que alcancei esse benefício”; “ajudou em tudo!” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

É notável perceber com as falas dos poucos (20%) agricultores familiares que acessaram o Pronaf, que houve resultados positivos nas plantações apesar de apontarem dificuldades para acessar esse programa, como a burocracia e ainda, pouca ou nenhuma assistência técnica. Além disso, observa-se a grande satisfação em relação aos agricultores que tiveram acessado o programa Bolsa Família (46,7%) e a Aposentadoria Rural (33,3%). Esses programas foram os que mais impactaram a vida desses agricultores por terem atingido um número maior de agricultores 80% do total da localidade. No entanto, isso ainda é considerado pouco para, de fato, ocorrer uma melhora que garanta a esses agricultores uma vida mais digna no campo e que ocorra o desenvolvimento rural. A concentração de terras nas mãos de poucos e o aumento das pequenas áreas (minifúndios) dos agricultores no município é um problema que tem dificultado a produção dos agricultores familiares e a permanência dos mesmos no campo.

Nessa localidade os agricultores quando questionados a apresentar uma proposta para melhorar à relação com as políticas públicas, fazendo com que os mesmos possam acessar com mais frequência ou passar a acessar as que ainda não foram acessadas, eles responderam: em relação a o Bolsa Família “a melhora seria aumentar o valor, ter fiscalização e mais informações para as famílias”. O PRONAF: “ter assistência técnica, facilidade ao acesso e diminuir a burocracia”. E a Aposentadoria Rural: “o aumento do valor e que diminuísse os anos para ter direito a mesma” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Quando questionado em relação ao ser camponês 83,3% dos agricultores dessa localidade não souberam o que é ser um camponês e 16,7% acreditam que ser camponês “é a pessoa que vive e trabalha na roça”. Já em relação à agricultor familiar 33,3% dos agricultores entrevistados agricultor familiar “é a pessoa que

trabalha vive na roça com a família, planta o alimentar com a família, para a família e para a venda". E, 66,7% deles não sabem o que é ser um agricultor familiar. Entretanto, 96,7% desses agricultores se identificam com o termo lavrador e 3,3% como agricultores familiares.

Nessa relação de entendimento dos agricultores sobre camponês e agricultor familiar é possível perceber que é comum entre eles que tanto o camponês e o agricultor familiar são pessoas que vivem e trabalham na roça. Entretanto, para 33,3% dos agricultores que acreditam que agricultor familiar é a pessoa que trabalha com a família, possivelmente esses possuem alguma propriedade, mesmo que pequena, pois eles atribuem que esses agricultores plantam alimentos com a família, para a família e para a venda. Ou seja, características que estão presentes no camponês, mas que os agricultores desconhecem o significado desses sujeitos que vive no campo.

Considerando a argumentação dada para o camponês apenas como a pessoa que vive e trabalha na roça. Ou seja, não possui terra, apenas força de trabalho para o ganho em propriedades de outros para adquirir meios de sobrevivência. Possivelmente eles atribuem a esses, semelhanças com os arrendatários e os posseiros. Aos 83,3% que não souberam atribuir nenhuma característica ao camponês falta entendimento para tentar relacionar as pessoas que vive e trabalham no campo e consegui dar uma definição para esse tipo de agricultor, possivelmente os agricultores que não participam das organizações sociais.

Apesar dos 50% dos agricultores que conseguiram dar uma definição para camponeses e agricultores familiares, 96,7% dos agricultores nessa localidade se reconhecem como lavradores e 3,3% como agricultores familiares. Ou seja, ainda permanece o entendimento de que a pessoa que vive no campo apenas lavra a terra, desconhecem a luta dos camponeses enquanto classe de agricultor e a legitimidade da categoria de agricultor familiar a partir do PRONAF.

3.3.2 Localidade Bom Gosto

A localidade do Bom Gosto localizada ao Nordeste do município (Foto 5) a 20Km da sede do município, possui uma praça com calçamento e uma igreja que, além de servir aos fieis para as missas dominicais, também é utilizada para as

reuniões da associação rural. Foram entrevistados 40 agricultores familiares (de 57 famílias).



Foto 5 - Localidade do Bom Gosto. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo - Agosto de 2016

Os agricultores nessa localidade possuem idade entre 30 a 60 anos correspondendo a 65%, sendo que entre esses, 10% representados por mulheres que possuem aposentadoria rural e os com idade de 60 a 80, o equivalente a 20%. Com esses dados, constatou-se que a localidade de Bom Gosto é caracterizada por uma comunidade de agricultores constituída na sua maioria (65%) agricultores familiares adultos que vem buscado na produção agrícola sobrevivência e permanência no campo.

Do total de agricultores entrevistados, 60% representados pelo sexo feminino demonstrou a participação ativa das mulheres nas atividades de produção e complemento da renda familiar (Foto 6).

Para Pereira et al. (2015) algumas mulheres agricultoras familiares minifundiárias, nessa localidade que fazem parte da COOAFATRE, a partir de 2007 e incentivadas pela INCUBA/UFRB⁴⁴, uniram-se com outras mulheres da localidade

⁴⁴ Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (INCUBA/UFRB) criada em 2007, com objetivo de contribuir para a promoção e o fortalecimento de empreendimentos solidários voltados para a geração de trabalho, renda e cidadania. A partir da experiência Rede da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) criada em 1996 organizadas em núcleos de incubadoras universitárias distribuídas em diversas universidades do país para assessoria e a geração de conhecimentos voltados a trabalhadores (PEREIRA et al., 2015).

rural do Batatan (município de Maragogipe) e formaram um grupo com 29 mulheres integradas desenvolvendo atividades de produção de alimentos a partir da mandioca e do inhame.



Foto 6 - Agricultores Familiares da Localidade do Bom Gosto. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo - Agosto de 2016

Esses cultivos são realizados pelas agricultoras e os seus subprodutos são processados e feitos bolos, salgados, doces e sucos na própria localidade, sendo comercializado nas cantinas da UFRB em Cruz das Almas desde 2010, gerando fonte de renda para as agricultoras.

As agricultoras do Bom Gosto tinham dificuldades para produzir e gerar renda em sua localidade a partir de pequenas áreas (minifúndios) e inserir os jovens. Além disso, existia no Bom Gosto, o trabalho precário e irregular da produção de fogos de artifício realizados por mulheres que se submetiam a essa atividade considerada perigosa e degradante, por falta de oportunidades (PEREIRA et al., 2015).

Em relação a escolaridade (Tabela 10) foram identificados 7,5% agricultores não alfabetizados; 25% dos agricultores com escolaridade do 1º ao 5º ano do ensino fundamental; 37,5% do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e 30% de agricultores com formação do 1º ao 3º ano do ensino médio, equivalendo a 30%.

Dos agricultores entrevistados na comunidade de Bom Gosto, 80% possuem áreas menor que 50 hectares e nelas plantam mandioca, milho, amendoim, feijão, inhame, aipim, batata doce, banana, hortaliças, laranja e limão criam algumas cabeças de gado, porco, bode, cavalo, jumento e muitas galinhas caipiras.

Tabela 10 - Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Bom Gosto em 2016

Escolaridade	Nº de Agricultores	%
Não Analfabetos	3	7,5
De 1º ao 5º ano	10	25
Do 6º ao 9º ano	15	37,5
Ensino médio	12	30
Nível Superior	-	-
EJA	-	-
Total	40	100

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

No entanto, 20% não possuem terra e trabalha nas propriedades de outras pessoas da mesma localidade, prestando serviço na roça, ou na casa de farinha. Ou trabalham na cidade desenvolvendo algum tipo de serviço no comércio em casa de família ou no serviço público. Dessa maneira, ocorre o trabalho complementar para o sustento da família (Foto 7).



Foto 7 - Agricultor Familiar prestando serviço para outro agricultor no Bom Gosto. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo - Agosto de 2016

Nesses casos, observa-se a importância da propriedade, mesmo que minifúndio, com a função de moradia no campo e trabalho. Os Agricultores Familiares de Bom Gosto (67,5% dos entrevistados) têm como modelo de produção

o tradicional; 25% utilizam o tradicional e convencional para desenvolver suas culturas e apenas 7,5 disseram utilizar o convencional. Nessa localidade, 70% dos agricultores entrevistados disseram possuir suas próprias sementes ou as adquirem na própria localidade ou com outros agricultores de outras localidades do município pela relação de troca, comum entre pequenos agricultores característica preservada de seus antepassados. O que os referenciam semelhança a características de produção camponesa. Enquanto que 22,2% responderam ter sementes próprias e compradas e 7,5 utilizaram sementes doadas pelo Governo estadual.

Não foi encontrado nenhum agricultor utilizando sistema de irrigação nessa localidade. No entanto, 17,5% utilizam curva de nível orientada pelas instituições EBDA, EMBRAPA, UFRB que forneceram assistência técnica em forma de palestras nas associações.

A venda da produção ocorre predominantemente (77,5%) para o atravessador; 12,5% na feira livre, 7,5% porta em porta e 2,5% para o supermercado da cidade e de outros municípios.

Nessa localidade foi constatado que 62,5% dos agricultores utilizam como ferramentas e implementos na produção: a enxada, facão e foice. Desses 37,5% além dessas ferramentas também utilizam o trator para facilitar o preparo do solo e que 40% dos agricultores usam adubação de esterco de gado; 35% adotam a adubação o esterco de granja e 25% utilizam adubo químico e agrotóxicos para controle de pragas.

Considerando a ocupação da mão de obra desses agricultores antes de acessar alguma política pública os agricultores familiares de Bom Gosto dos 40 entrevistados, 62,5% disseram que trabalhavam fora de suas propriedades prestando atividades rurais a terceiros na própria localidade; serviços nas casas de farinha comunitária ou particular para melhorar a renda da família. No entanto, 37,5% disseram não trabalharem fora de suas propriedades para cuidar da roça e dos afazeres domésticos.

Com o acesso a alguma política pública 77,5% dos agricultores responderam que ainda desenvolvem atividades paralelas para complementarem suas rendas enquanto esperam as colheitas de suas roças plantadas. Dessas atividades desenvolvidas na comunidade, foi apresentado o trabalho das mulheres agricultoras nas cantinas da UFRB em Cruz das Almas que estão inseridas no grupo de mulheres da associação que se reuniram para produzir alimentos e vender produtos

derivados da mandioca e do aipim nesse espaço durante os dias da semana (Foto 8). Entretanto, 22,5% dos agricultores não desenvolvem atividades fora de suas propriedades, por considerarem que o valor pago é muito baixo e não tiveram interesse ou não precisaram sair de suas propriedades.



Foto 8 - Agricultora Familiar da localidade Bom Gosto na cantina da UFRB em Cruz das Almas/BA. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo - Agosto de 2017

Dentre os agricultores dessa localidade que produzem em suas terras ou em terras arrendadas, 35% deles destinam quase toda a produção (80%) para à venda; 45% deles destinam metade da produção para a venda; 15% dos agricultores uma pequena parte de sua produção é direcionada para a venda e apenas 5% deles destinam toda a produção a venda.

Nessa localidade percebe-se a partir da quantidade de produção destinada a venda que, os agricultores que destinam apenas 15% da produção à venda tem áreas menores que 5 ha produzem alimentos suficientes para o consumo e vendem uma pequena parte da produção, sendo mais importante garantir os para consumo, característica do agricultor camponês.

Os 45%, metade de sua produção (50%) destinados para a venda conseguem equilibrar a produção entre venda e consumo, esses estão inseridos nas propriedades com áreas com 5 ha, os que produzem e destinam quase toda a produção (80%) a venda possuem entre 5 e 50 hectare e os 5% dos agricultores que produzem toda a produção para à venda tem áreas com 50 ha produzem um tipo de

cultivo que destinam tudo a venda como: mandioca ou inhame e não produzem para o consumo da família esses agricultores apesar de estarem inseridos no grupo de agricultores minifundiários produzem alimentos para a venda, o que isso pode significar que a maior parte dos alimentos para o consumo das famílias desses agricultores são comprados com a renda da venda da produção ou adquiridos com outros recursos.

A maior parte (70%) dos agricultores do Bom Gosto estão organizados na Associação de Desenvolvimento Comunitária Bom Gosto e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Enquanto, isso 30% são sócios em uma cooperativa (COOAFATRE).

A participação dos agricultores na Associação Rural e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais possibilitou que esses agricultores discutissem as dificuldades de produção e acessassem as políticas públicas: PRONAF, PAA e PNAE.

Dos agricultores entrevistados, 42,5% responderam ter acessado o PRONAF (B, C e o PRONAFINHO) entre os anos de 2001 a 2012 para plantio de cultivos (mandioca e inhame) e criação de animais (gado bovino e galinha caipira) e 57,5% não acessaram. Tendo 5,9% (de 17) dos agricultores que acessaram o PRONAF conseguido ampliar para mais 1 hectare suas terras; enquanto 94,1% não conseguiram aumentar suas propriedades. Porém, desses agricultores, 79,6% aumentaram a produção e 29,4% disseram não ter ocorrido aumento de produção após o acesso ao programa e que tudo ficou como estava.

Os agricultores que acessaram o PRONAF relataram que antes do acesso ao programa plantavam (mandioca, aipim, inhame) e criavam animais (boi, porco, bode, carneiro, jumento e galinha caipira) e que após o acesso continuaram a produzir as mesmas coisas; porém, investiram os recursos do financiamento na plantação ou na criação para o qual o crédito era destinado.

Como apresentada anteriormente, a linha de financiamento do PRONAF, grupo B que é voltado para os agricultores com renda anual abaixo de R\$ 3 mil reais e incluídas as famílias com baixa renda do campo, e o do grupo C para custeio e investimento destinado às famílias do campo, com renda bruta anual familiar superior a R\$ 2 mil e até R\$ 14 mil. Esses tipos de linha de crédito possibilitaram que as famílias dos agricultores de Bom Gosto se enquadrassem e acessassem os Pronaf B e C. Entretanto, entre os agricultores que acessaram o Pronaf além de ter

acessado as linhas de crédito B e C, acessaram também o Pronaf especial “PRONAFINHO”.

Essa linha é voltada para custeio da produção direcionado ao atendimento de agricultores, abaixo da linha de pobreza, que utilizassem apenas a força de trabalho familiar na propriedade, mas que também utilizam, quando necessária, mão de obra de terceiros e tivessem dificuldades para acessar o Pronaf, por meio do sistema bancário.

Entre os agricultores familiares que acessaram o PRONAF, 12,5% tiveram algum tipo de assistência técnica, por meio da EBDA, UFRB e Associação Rural. Entretanto, 87,5% não tiveram nenhuma assistência.

Segundo Grisa (2012) o PRONAFINHO é uma linha de crédito especial criado em 1997 pela Resolução nº. 2.436 de 21 de outubro do Conselho Monetário através da intensa luta dos agricultores familiares que constituíram em Brasília no ano de 1997 o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Ainda de acordo com a autora as famílias de agricultores que adquirissem renda anual de até R\$ 8 mil a partir de atividades de exploração agropecuária/extrativa e residissem na propriedade ou em aglomerado rural poderiam adquirir o crédito de custeio no valor entre R\$ 500,00 e R\$ 1.500,00, com bônus de R\$ 200,00 no ato de pagamento (GRISA, 2012).

Após o acesso a esse programa 7,5% dos agricultores familiares responderam continuarem tendo alguma assistência técnica através de palestras na Associação Rural com a EBDA (antes de ser extinta) e a Embrapa, sendo essas instituições solicitadas pelo Sindicato dos Tabeladores Rurais, Secretaria de Agricultura do município e a UFRB que atua por meio do projeto do grupo das mulheres agricultoras.

Em relação ao PAA, apenas 10% dos agricultores familiares dessa localidade acessaram o programa em 2014. Já o PNAE, 15% acessaram o programa no ano de 2015. Foram encontrados 45% agricultores familiares que possuem o Bolsa Família e 35% com Aposentadoria Rural. Mesmo tendo esses agricultores acessado alguma linha de crédito do PRONAF, as políticas públicas que mais impactam as famílias nessa localidade, é o Bolsa Família e a Aposentadoria Rural.

Antes de acessar alguma política pública os agricultores relataram que a vida era muito difícil e alguns dos membros familiares desses agricultores migraram para

os centros urbanos da própria cidade ou outras como: Salvador e também para cidades de outras regiões (Sudeste) em busca de trabalho e vida melhor.

Após o acesso a alguma política pública essa realidade mudou um pouco, mas ainda ocorreu e ocorre migração das pessoas das famílias dos agricultores para outros centros urbanos em busca de trabalho. Sendo que 22,5% dos agricultores familiares disseram que não tiveram uma melhora significativa nas vendas de suas produções após investirem nos cultivos, sendo necessário sair alguns membros da família para a cidade e buscar outro meio de vida. Enquanto que 77,5% não quiseram sair acreditando que com as mudanças que o Governo estava oferecendo poderiam viver melhor no campo, que nos grandes centros urbanos aumenta a cada dia a violência.

A renda média familiar dos agricultores familiares antes de acessar alguma política pública (PRONAF, PAA, PNAE, Aposentadoria Rural e Bolsa Família) era de menos de 1SM para 90% dos agricultores. Esses agricultores relataram que a vida nessa época era muito difícil e que passavam muitas dificuldades para alimentar e comprar objetos básicos para a sobrevivência da família. Enquanto que, 10% possuía entre 1 a 3SM, a esses agricultores é atribuído a áreas maiores para o plantio e também alguns possuem empregos ou estabelecimentos comerciais na cidade, o que lhes garantiam renda satisfatória para sobrevivência familiar.

Após o acesso a essas políticas públicas a renda média familiar dos agricultores com menos de 1SM passou de 90% para 80% e os entre 1 e 3SM de 10% para 20%. Com isso é possível perceber que essas políticas conseguiram nessa localidade melhorar a renda de poucos agricultores reduzindo o número de agricultores com renda média de menos de um salário mínimo e possibilitando aumentar entre 1 e 3SM. Os agricultores que acessaram alguma política pública (72,5%) relataram que as dificuldades foram sendo superadas e puderam adquirir alguns bens de uso domésticos (roupas, eletrodomésticos), comprar produtos industrializados para alimentação facilitando também a compra de material escolar para os filhos e remédios, a partir do Bolsa Família e da Aposentadoria Rural. Os agricultores informaram que os valores nas contas de energia elétrica após a compra de eletrodomésticos aumentaram entre 30 a 50%. Entretanto, 27,5% relataram que acessando alguma política pública ocorreu pouca melhora e conseguiram adquirir poucos bens de consumo domésticos ou outros materiais.

Quando perguntado aos agricultores que acessaram alguma política pública e se esses programas ajudaram a melhorar ou não a vida das famílias, os agricultores (27,5%) relataram que: em relação ao PRONAF:

“Ajudou, porque consegui fazer minha plantação”; “nada”, “ajudou pouco tem muito exigência”, “paguei fui avalista de outra pessoa, que não pagou e depois não pode mais pegar o crédito”; “ajudou financeiramente”; “pouca coisa”; “com o financiamento melhorou o plantio e aumentou a produção”; “não ajudou a minha família”, “só fez nos endividar”; “ajudou no aumento da produção”; “ajudou nas informações e no financiamento para o plantio fui bem assistido mais tem que melhorar” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Referente ao Bolsa família: “ajudou, porque passamos a comprar coisas que não conseguíamos antes”; “ajudou na construção da casa”; “ajudou muito, e é bom mais não é um benefício garantido” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

E já em relação à Aposentadoria Rural:

“melhorou muito”; “ajudou nas despesas”; “ajudou a melhorar a renda da família”; “ajudou a consumir mais alimentos e eletrodomésticos”; “melhorou a vida da família”; “melhorou bastante depois dela a nossa vida melhorou”; “ajudou os produtores idosos a viver melhor no campo” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Dos agricultores (25%) que acessaram os programas PAA e o PNAE disseram que: “o programa é bom e que ajudou um pouco, mas os preços pagos pelos produtos são baixos e não estimula o produtor a vender para esses programas”.

A partir das considerações feitas pelos agricultores em relação às políticas públicas acessadas é possível perceber que, para os agricultores 27,5% que acessaram o Pronaf ocorreu melhora para alguns e insatisfação a outros e que o programa necessita melhorar em relação às informações que chegam aos agricultores para que ocorram resultados satisfatórios a quem acessam. Em relação ao Bolsa Família os agricultores 10% dos que acessaram conseguiram melhorar, mas a dúvida os deixa temerosos em relação ao benefício. Os agricultores (17,5%) dos que acessam a Aposentadoria Rural são os mais satisfeitos e tranquilos. Porém, os que acessaram o PAA e o PNAE não sentem satisfação com esses programas apesar de acessarem, pelo baixo valor pago aos produtos. O que isso desestimula e não aumenta o número de agricultores para o acesso aos programas.

Considerando os agricultores que acessaram os programas PRONAF, PAA e PNAE, quando questionados em relação a deixarem uma proposta para melhorar a relação com essas políticas públicas acessadas, possibilitando o acesso com mais frequência, eles responderam que a melhoria deveria ser em relação às informações para os agricultores e diminuir a burocracia para o acesso porque muitas vezes eles desistem por conta disso.

Nessa localidade 62,5% não sabem o que é ser um camponês, enquanto 37,5% identificam o camponês como: “homem, trabalhador, pessoa que vive na roça”, o que isso leva a acreditar que esse indivíduo é o que não possui terra, ou se a possui é pouca, mas que vive e trabalha no campo. Ou seja, atribuem características do arrendatário e o posseiro da região. Enquanto, que 37,5% não souberam responder e nem dar nenhuma definição para essa pessoa que vive no campo.

Para 67,5% dos agricultores de Bom Gosto entrevistados, o agricultor familiar é o indivíduo produtor rural que trabalha na roça com a família plantando, colhendo e vendendo os produtos para sustentar a família. O que possibilita acreditar que essa pessoa tem terra para plantar e colher com a família, sendo um agricultor diferenciado do camponês. Entretanto, 32,5% não souberam atribuir nenhuma característica a essa pessoa do campo.

Por outro lado, 72,5% dos agricultores dessa localidade se identificam como sendo lavradores, agricultores que vivem, trabalham na roça plantando e colhendo alimentos para a venda e sustento da família. E 27,5% como Agricultor Familiar.

Para os agricultores que conseguiram atribuir características aos sujeitos camponeses e agricultor familiar dando uma definição é possível perceber que esses indivíduos são pessoas que vivem, trabalham e produzem no campo, porém os camponeses não possuem terra, enquanto o agricultor familiar a possui mesmo que seja em pouca quantidade e trabalha em conjunto com a família.

3.3.3 Localidade Caboclo

A localidade do Caboclo situada a 5km da sede do município de São Felipe. A proximidade da cidade facilita a locomoção das pessoas e a relação de trabalho

fazendo com que o campo não seja a única possibilidade de renda das famílias dos agricultores. Foram entrevistados 40 agricultores familiares (de 98 famílias).

Foi possível perceber que nessa localidade existe uma concentração de agricultores adultos desenvolvendo trabalho na zona rural, mas complementado a renda com serviços na zona urbana (Foto 9). E que só a renda proveniente do trabalho desenvolvido com a terra não é suficiente para a sobrevivência desses agricultores.



Foto 9 - Agricultor familiar da localidade Caboclo. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo - Agosto de 2016

Em relação ao nível de escolaridade desses agricultores (Tabela 11), 17,5% não são alfabetizados; 7,5% foram alfabetizados, enquanto 37,5% possuem nível fundamental do 1º ao 5º ano, e 25% do 5º ao 9º ano do ensino fundamental e apenas 12,5% possuem o ensino médio. O nível de escolaridade dos agricultores dessa localidade tem uma concentração maior nos de 1º ao 5º ano com 37,5% e 25% nos do 5º ao 9º ano, ou seja, a maior parte dos agricultores concluiu o ensino fundamental, enquanto uma pequena parte (12,5%) chegou ao nível médio.

É possível que esses agricultores por estarem mais próximos da sede, puderam ter acesso mais fácil a escola e, por isso concluíram o ensino fundamental. Além disso, é possível inferir que eles buscaram informação na expectativa de adquirirem emprego na cidade deixando o trabalho do campo.

Tabela 11 - Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Caboclo em 2016

Escolaridade	Nº de Agricultores	%
Não Analfabetos	7	17,5
Alfabetizados	3	7,5
De 1º ao 5º ano	15	37,5
Do 6º ao 9º ano	10	25
Ensino médio	5	12,5
Nível Superior	-	-
EJA	-	-
Total	40	100

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Quanto ao tamanho da propriedade, a maior parte dos agricultores (50%) possui áreas entre 5 até 50 hectare produzindo: mandioca, amendoim, milho, aipim, feijão, laranja, banana, batata doce, coco da Bahia, mamão, maracujá, tangerina e inhame. Alguns agricultores (12,5%) plantam cana de açúcar, criam galinha caipira e algumas cabeças de gado, porco, jumento e cavalo. Enquanto que, 17,5% não possui terra, arrendam terras, trabalham como diaristas em propriedades de outros agricultores familiares e também prestam serviços na cidade para adquirir meios de sobrevivência. Além disso, não possuem residência própria ocupam uma escola onde as salas foram divididas entre as famílias dos agricultores formando uma espécie de cortiço.

Dos agricultores entrevistados nessa localidade, 32,5% possui áreas entre 200 e menor que 500 hectares e plantam cana de açúcar, capim e criam gado. Apenas 2,5% desses agricultores além de plantarem essas culturas possui um engenho de fabricação de melaço em sua propriedade (Foto 10).

Em relação ao modelo utilizado para produzir 85% dos agricultores relatou utilizar o modo tradicional e apenas 15% utiliza o modo tradicional e convencional para produzir suas culturas. Em relação às sementes utilizadas para o plantio, 75% dos agricultores respondeu que são próprias; enquanto que, 25% adquiriu suas sementes através de compras. Nenhum agricultor utilizam sistema de irrigação e apenas 2,5% utiliza curva de nível em sua área.

No que se refere à venda da produção, 62,5% dos agricultores familiares dessa localidade vendem sua produção para atravessadores; 35% na feira livre da



Foto 10 - Agricultor familiar da localidade Caboclo desenvolvendo serviço em engenho de produção de melaço. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo - Agosto de 2016

cidade e 2,5% diretamente ao alambique Riachão de propriedade do atual prefeito o Sr. Rozálio Souza da Hora do município de São Felipe. Esse agricultor que vende para o alambique é o que possui o engenho de melaço em sua propriedade (Foto 11).



Foto 11 - Agricultor familiar da localidade Caboclo fornecedor de melaço para alambique em São Felipe/BA. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo - Agosto de 2016

Quanto as ferramentas e implementos utilizados para desenvolver suas produções, 60% dos agricultores entrevistados respondeu utilizar a enxada, foice e

facção; enquanto 40%, além dessas ferramentas, utiliza também o trator para facilitar no manuseio do solo. A adubação utilizada por 50% dos agricultores o adubo de gado, 30% o de granja e 20% utiliza adubo químico e agrotóxico para controle de pragas.

Nessa localidade a ocupação dos agricultores antes de acessar alguma política pública e após 20% responderam que desenvolvem algum tipo de serviço como: pedreiro, ajudante de pedreiro, doceira, doméstica e vendas dentro e fora da localidade para aumentar a renda familiar. Enquanto 50% trabalham fora de sua propriedade vendendo sua força de trabalho para outros agricultores desta localidade ou em outras localidades. Esses explicaram que suas áreas são pequenas e assim vendem a força de trabalho.

Enquanto esperam as plantações necessitam de outros meios para sobreviver. Assim, vendem a força de trabalho e buscam recursos complementares para sustentar as famílias. Todavia 2,5% dos agricultores desenvolvem atividades em casas de farinhas na localidade e 27,5% não precisa sair para trabalhar fora, o que consegue produzir consome e vende, sendo suficiente para a sobrevivência da família.

Em relação ao destino da produção, essa localidade, 37,5% dos agricultores familiares que produzem em suas terras ou em terras arrendadas destinam quase toda a produção (80%) à venda; 30% vende metade, enquanto que 25% destina apenas uma pequena parte (20%) para a venda, o que demonstra que 80% da produção é para o consumo da família. Esses agricultores familiares preservam em sua unidade de produção características que podem ser identificadas como camponesa. Apenas 7,5% destina toda a produção à venda.

A partir dos dados acima se observa que 25% dos agricultores que destinam apenas 20% da produção para venda possui áreas ou plantam em áreas menores que 5 hectares produzem a maior parte da produção para o consumo da família. Os 37,5% que destinam 80% da produção para a venda detém áreas ou produzem em áreas entre 5 e 50 ha. Esses conseguem produzir uma parte maior para à venda deixando apenas 20% para alimentação familiar, que segundo eles, é suficiente para alimentar a família. E apenas 7,5% dos agricultores destina toda a produção para à venda, os que possuem áreas entre 200 e menor que 500 ha não vivem exclusivamente da renda da terra.

Os agricultores dessa localidade, 60% estão organizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 40% na Associação Rural. Não foi encontrado dos agricultores entrevistados nenhum participando de alguma cooperativa. Foi relatado pelos agricultores que participam da associação que a maior parte dos agricultores que são sócios da associação não participa das reuniões e nem contribuem mensalmente com a associação; o que vem, cada vez mais, enfraquecendo a associação e deixando de conseguir benefícios para a localidade. E os que estão no Sindicato dos Trabalhadores Rurais apenas pagam para garantir aposentadoria, mas não participam das reuniões ou cursos que o Sindicato oferece.

Foram encontrado apenas 15% dos agricultores entrevistados que acessaram o PRONAF B, C e o Pronafinho para plantar inhame, adubar a terra e comprar animais no ano de 2000. Desses agricultores que acessaram o programa apenas 2,5% conseguiu ampliar suas áreas comprando 1 ha de terra e receberam assistência da EBDA. Os agricultores também responderam que antes desse programa nunca receberam assistência técnica de nenhuma instituição pública ou privada.

Entre os agricultores entrevistados nenhum acessou o PAA e PNAE, porém foram registrados 57,5% dos agricultores familiares com Aposentadoria Rural a partir de 1993 e 42,5% acessando o Bolsa Família a partir de 2004.

Outros 75% de agricultores responderam que antes dessas políticas públicas saíam pessoas da família para a cidade de São Felipe, Salvador, São Paulo e Feira de Santana em busca de trabalho e vida melhor porque passavam muitas dificuldades e não tinham expectativas de melhorar produzindo em pequenas áreas ou vendendo sua força de trabalho para terceiros na localidade. Enquanto que 25% informou que, apesar das dificuldades, não saíram pessoas da família para outras cidades em busca de trabalho; enfrentaram as dificuldades e construíram suas famílias na localidade; e que atualmente prestam serviços no comércio na cidade de São Felipe e voltam para a própria localidade onde possuem suas residências.

Após o acesso a essas políticas 42,5% das pessoas das famílias dos agricultores saíram para outros centros em busca de trabalho e 57,5% não tiveram necessidade de saírem de sua localidade para outros centros. O número de pessoas das famílias dos agricultores que migrou de sua localidade para outros centros diminuiu cerca de 32,5% após o acesso aos programas do Governo Federal destinado para o campo. Apontando, assim que para esta localidade, houve um

impacto positivo no acesso aos programas Pronaf, Aposentadoria Rural e o Bolsa Família, principalmente no que se refere a Aposentadoria Rural, onde 57,5% dos agricultores entrevistados indicaram que melhorou suas vidas após esse benefício ter chegado à família (algum membro mais velho ou que possui alguma deficiência física ou mental).

Antes de acessar essas políticas públicas a renda familiar da maioria desses agricultores (85%) era menor que um salário mínimo, dificultando a permanência das pessoas da família no campo. E 15% tinham renda entre um e até três salários mínimos; esses agricultores são possivelmente, os que possuem áreas entre 200 e menor que 500 ha; os que não vivem exclusivamente da renda da terra.

Entretanto, após o acesso às políticas públicas essa realidade mudou e as famílias passaram a melhorar suas rendas, sendo que 55% dos agricultores passaram a ter renda de 1 e até 3 salários mínimos e 45% passaram a ter renda menor que 1 salário mínimo. Essas mudanças possibilitaram a esses agricultores consumir mais alimentos industrializados, roupas, remédios e eletrodomésticos (geladeira, fogão, televisão e outros). Apesar das melhoras para a vida dos agricultores existem fatores negativos. Como exemplo a energia elétrica que teve aumento entre 10 a 30% na conta após o acesso a alguma política pública pela compra de alguns bens.

Quando perguntado aos agricultores familiares dessa localidade em que essas políticas públicas ajudaram a melhorar ou não a vida das famílias os agricultores que acessaram o PRONAF, Bolsa Família e Aposentadoria Rural responderam que o PRONAF:

“O crédito ajudou muito no plantio que gerou renda para a compra de alimentos que não conseguíamos comprar apenas com a plantação que fazia na roça”; “com o investimento na roça a produção aumentou e mais alimentação chegou para os filhos”; “pouca coisa”; “no aumento da produção”; “ajudou aumentar um pouco a produção e na criação de animais: boi, porco e galinha”; “ajudou muito” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Em relação ao Bolsa família a melhora foi ainda mais significativa para os agricultores:

“Ajudou muito na alimentação e na compra de medicamentos”; “na compra de remédio, alimentos e material escolar para os filhos”; “tranquilizar um pouco a vida e facilitar meios para a sobrevivência”; “ajudou mais na compra de alimentos”; “ajudou a cuidar da saúde”; “ajudou a comprar mais comida”; “melhorou bastante”; “ajudou muito

a minha família”; “ajudou muito porque da para comprar muitas coisas”; “ajudou a comprar as coisas para os filhos”; “ajudou a melhorar sim nossas vidas, porque hoje consigo comprar material escolar das crianças e alimentação melhor” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

E a Aposentadoria Rural a satisfação dos que a possui representa a melhora conquistada:

“Ajudou em tudo aqui em nossa casa”, “ajudou a melhorar a vida da família principalmente comprando coisas que não tinha”; “a comprar e consumir produtos: pão, carne, frango, frutas e verduras que antes não tínhamos e não podíamos compra”; “ajudou a melhorar na minha alimentação, possibilitou comprar meus remédios”, “com essa benção que alcancei comprei geladeira, fogão e alguns objetos que não tinha trouxe conforto coisa que agente não sabia o que era” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A satisfação dos agricultores em relação a essas políticas é possível perceber nos depoimentos, principalmente em relação à Aposentadoria Rural e ao Bolsa Família; políticas que conseguiram melhorar a vida de muitas famílias na localidade do Caboclo. Essa satisfação está presente no fato de as famílias terem autonomia em relação ao recurso recebido e poderem comprar objetos mesmo que dos mais simples. Objetos que facilitam a vida ou que, com isso, tornam a vida mais digna apesar das dificuldades que ainda enfrentam.

Os agricultores quando questionados a deixar uma proposta para melhorar a relação com as políticas públicas possibilitando mais acesso ou acesso as que não tiveram responderam que, em relação ao Pronaf, o programa “não deveria ter tanta burocracia e que o Banco poderia avaliar a situação das pessoas que foram avalistas de outras e não podem mais acessar o crédito e que aumentasse o valor para produzir mais”. Em relação à Aposentadoria Rural, responderam que deveria aumentar para melhorar a vida do produtor rural e deveria diminuir a idade. Já em relação ao Bolsa Família, os agricultores disseram que esse benefício deveria ter fiscalização para não deixar pessoas que não precisam ter o benefício, enquanto que outras precisam não conseguem; aumentasse o valor, que nunca acabasse esse benefício e o Governo investisse mais no homem no campo (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Para 20% agricultores nessa localidade ser camponês: “é o homem que mora no campo e trabalha na roça”. Enquanto, 80% não souberam responder o que é ser um camponês. Entretanto, 52,5% disseram que Agricultor Familiar é a pessoa que

vive na zona rural depende só da agricultura, trabalha com a família plantando roças para o consumo e venda, sendo que a renda é para o sustento da família. Enquanto que, 57,7% não soube atribuir nenhuma característica para essa pessoa que vive no/do campo. Porém, quando perguntado como os agricultores se identificavam, 95% responderam que como lavradores e 5% como produtor rural.

3.3.4 Localidade Chaves

Essa localidade está situada ao Norte do município a 9km da sede de São Felipe possui; uma igreja localizada em uma pequena praça e uma sede da Associação de Desenvolvimento Comunitário Chaves. Foram entrevistados 30 agricultores (de 46 famílias). Os agricultores familiares dessa localidade participam da associação rural e decidem juntos os problemas relacionados à comunidade e a produção, características que lhes atribuíram, em 2009, o título de comunidade modelo pela Secretaria de Agricultura do município, sendo registrado em Ata na reunião⁴⁵ mensal (Foto 12). Esse título permanece até os dias atuais, segundo o secretário de agricultura do município o Sr. Edmilson de Oliveira Rocha ex. presidente da associação.

A Associação Rural Chaves foi fundada em 1998 com incentivo da Técnica Agropecuária da EBDA a Sr^a. Solange Sardinha Buri com objetivo de melhorar a vida dos produtores rurais nessa localidade, assim como, buscarem financiamento com os Bancos do Nordeste e o Banco do Brasil para a produção rural dos agricultores familiares, ou seja, acessar o Pronaf. A iniciativa foi eficaz e a associação conseguiu a partir do mesmo ano (1998) recursos com o Governo do

⁴⁵ A reunião começou com o presidente Edmilson de Oliveira solicitando que um dos sócios fizesse a invocação do Espírito Santo. Após, desculpou a falta dos representantes da UFRB e apresentou os representantes da Secretaria de Agricultura do município de São Felipe-BA. A representante da Secretaria e coordenadora de Meio Ambiente a Sr^a. Simone Soares Batista de Jesus foi convidada a se apresentar e explicar os objetivos da Secretaria de Agricultura, instituída em 2009 para orientar os agricultores familiares na produção e venda de produtos atendendo os agricultores na medida do possível. Parabenizou a Associação da localidade Chaves pela excelência em organização e participação dos sócios e comunicou que a Secretaria de Agricultura municipal considerou após uma análise realizada no mês de fevereiro de 2009 das associações rurais do município, a Associação de Desenvolvimento Comunitário Chaves como Modelo para o município de São Felipe [...]. (SAMSF, 2009).

Estado para a compra de um trator e implementos agrícolas com a construção de uma garagem para o trator.



Foto 12 - Reunião da Associação Rural na localidade Chaves em 09/03/2009
Fonte: SAMSF, 2009

A sede da associação foi construída com recursos próprios e a partir da mobilização dos sócios e de moradores da localidade com a realização de eventos, rifas e doações. Os móveis e objetos (mesas, estantes, filtro, copos e outros) foram doados pelos sócios e as cadeiras utilizadas nas reuniões foram compradas por cada sócio. A associação foi se estruturando e não possui dívidas, os sócios são assíduos nas mensalidades e participam das reuniões e as decisões são sempre decididas nas reuniões com participação da maioria (SAMSF, 2009). Ainda hoje o novo gestor e os sócios seguem passo a passo o modelo das gestões anteriores que possibilitaram resultados positivos a associação, mas também acrescentam novas ações complementando as propostas que foram discutidas e não foram executadas pela gestão anterior (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A gestão participativa pelos sócios fez a associação crescer e cada vez mais os sócios tornam-se capazes de gerenciar seus negócios em conjunto e não sofrerem influência de agentes políticos externos. A associação continua como modelo para o município, pois a gestão é participativa.

Nessa localidade 90% dos agricultores se identificaram como lavradores e apenas 10% como agricultores familiares. Mesmo com participação ativa na

associação, onde as informações chegam com mais rapidez sobre a condição do agricultor familiar entre os agricultores e cursos oferecidos pela Secretaria de Agricultura municipal, EBDA, UFRB e outras instituições ainda, assim é forte a identificação dos agricultores como lavradores.

Existe uma expressividade significativa de jovens entre 18 a 30 anos, correspondendo a 13,3% e uma pequena (10%) representação de pessoas com idade entre 60 a 80 anos. A maior parte dos agricultores entrevistados (60%) foi do sexo masculino. Isso explica pelo fato de encontrarmos mais agricultores desse sexo no campo, na casa de farinha e nas estradas no dia da pesquisa (Foto 13). Enquanto, que 40% das mulheres foram entrevistadas nas casas de farinhas e em suas casas após a lida no campo ou afazeres domésticos.

Quanto a escolaridade, os agricultores dessa localidade (Tabela 12) foram assim classificados: 6,7% declaram-se alfabetizados; 50% possuem 1º ao 6º ano do ensino fundamental; 16,7% com nível fundamental do 6º ao 9º ano; e 26,6% possui nível médio. Não foi encontrado nos agricultores entrevistados, agricultor com nível superior nessa localidade.



Foto 13 - Agricultores sendo entrevistados na localidade Chaves. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

O nível de escolaridade 6,7%, são representados pelos agricultores com idade a partir de 60 até 80 anos da localidade, ou seja, os idosos que apenas concluíram a alfabetização. Enquanto 50% possui formação do 1º ao 5º ano representando uma parte dos adultos de 30 até 60 anos que concluíram o ensino

fundamental e não deram continuidade aos estudos devido à necessidade de desenvolverem trabalho no campo e 16,7% com formação do 6º ao 9º ano atribuímos à outra parte que continuaram os estudos após concluírem o ensino fundamental. Todavia 26,6% que possui o ensino médio completo representando os jovens entre 18 a 30 e também os agricultores com idade entre 30 a 60 anos que estão conseguindo conciliar o trabalho no campo com os estudos.

Tabela 12 - Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Chaves em 2016

Escolaridade	Nº de Agricultores	%
Alfabetizados	2	6,7
Não Alfabetizados	-	-
De 1º ao 5º ano	15	50
Do 6º ao 9º ano	5	16,7
Ensino médio	8	26,6
Nível Superior	-	-
EJA	-	-
Total	30	100

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Em relação ao tamanho da propriedade dos agricultores nessa localidade, 70% possuem área menores que 5 e menores que 50 hectares produzindo: mandioca, amendoim, milho, inhame, aipim, feijão, laranja, banana, batata doce, coco da Bahia, maracujá, fumo, limão, cana de açúcar e hortaliças. Com poucas cabeças de gado, porcos e muitas galinhas caipiras. Porém, 16,7% dos agricultores não possui terra para produzir; estes arrendam terra ou trabalham como diaristas na própria localidade ou em outras. Enquanto que 13,3% possui área entre 200 a 500 hectares produzindo mandioca, inhame, aipim, cana de açúcar criando gado bovino e cavalo.

Para produzir 96,7% dos agricultores utiliza como modelo de produção o tradicional. Enquanto isso, 3,3% têm utilizado os modelos tradicional e o convencional em sua propriedade incentivado pela Embrapa. Em relação às sementes 73,3% respondeu que possui sementes próprias para o plantio, 20% compra sementes e 6,6% possui sementes próprias e também doada pelo Governo do Estado ou instituição de pesquisa como o exemplo do agricultor Edmilson de Oliveira que cultiva um campo experimental em sua propriedade com mudas de mandioca melhorada pela Embrapa para, após doar o experimento, a outros agricultores da própria localidade e de outras também. Esse mesmo agricultor, além

de usar mudas melhoradas utiliza curva de nível e irrigação em sua propriedade, equivalendo 3,3% dos agricultores que utilizam essa técnica em suas áreas para o plantio. Os demais agricultores não as utilizam.

A venda da produção antes de acessar alguma política pública 83,3% dos agricultores respondeu que vende diretamente ao atravessador e 16,7% na feira livre de São Felipe.

As ferramentas e implementos utilizados para a realização da produção 63,3% dos agricultores utiliza enxada, facão e foice; enquanto 36,7% deles além dessas ferramentas, utiliza o trator para manejar o solo e facilitar o trabalho para o plantio. Para adubar a terra, 43,3% dos agricultores utiliza adubo químico e também agrotóxicos para controle de pragas 33,3% apenas o adubo de granja e 23,3% o de gado.

Em relação à ocupação da mão de obra dos agricultores antes de acessar alguma política pública, 70% dos agricultores respondeu que trabalhava como diaristas para melhorar a vida da família; enquanto que 30% não saíam de suas propriedades. Após o acesso as políticas públicas 55% dos agricultores deixaram de trabalhar como diaristas em propriedades de outras pessoas e 33,3% não saíram de suas propriedades, enquanto 11,7% passaram a trabalhar na cidade prestando serviço para o comércio e para prefeitura municipal.

Essa mudança de relação de trabalho após o acesso as políticas públicas, segundo o agricultor Edmilson de Oliveira, se explica pelo fato do bom relacionamento que os agricultores começaram a manter em busca desses programas na cidade e também por causa da associação rural da localidade que conquistou parcerias e facilitou a visita de pessoas do comércio a localidade. Assim como a relação de trocas de favores com políticos em busca de votos.

Nessa localidade, 46,7% dos agricultores direcionam quase toda a produção 80%, para à venda; 40% dos agricultores produzem e vendem metade de sua produção, sendo que a outra metade é destinada ao consumo; enquanto que 13,3% direciona apenas uma pequena parte (20%) para a venda. Isso representa que estes agricultores tem áreas menores que 2 hectares ou não possuem terras dando prioridade a plantação para alimentar a família, porém também demonstra que esses agricultores possuem características camponesas.

Metade dos agricultores dessa localidade estão organizados na Associação de Desenvolvimento Comunitário Chaves; 33,3% no Sindicato dos Trabalhadores Rurais; e 16,7% participam da cooperativa Coofatre.

Dos agricultores entrevistados 43,3% disseram já ter acessado o PRONAF (B, C e o PRONAFINHO) para plantar roça de mandioca, inhame, laranja, comprar animal e implementos para o campo. 10% acessaram o PAA e apenas 6,7% o PNAE. Apesar da boa participação dos agricultores na associação o número de acesso a esses programas ainda é considerado baixo, principalmente no que se refere ao PAA e o PNAE. Entretanto, grande parte dos agricultores que possuem Bolsa família (43,3%) e Aposentadoria Rural (33,3%) responderam não possuírem e acessarem nenhum desses programas o PAA, PNAE e o PRONAF.

Dos agricultores que acessaram o PRONAF apenas 20% disseram terem aumentado a produção e 13,3% tiveram assistência técnica através da EBDA. Enquanto que 80% dos que acessaram não tiveram bons resultados com o Pronaf e também não tiveram assistência técnica de nenhuma instituição o que dificultou muito a organização da produção segundo os agricultores.

De acordo com os 43,3% agricultores que acessaram o PRONAF, antes do acesso eles nunca recebiam nenhum tipo de assistência técnica no campo.

Os agricultores relataram que antes do acesso das políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE, Bolsa Família e Aposentadoria Rural) na localidade as pessoas saíam para outros centros em buscar de trabalho, pois as famílias passavam muitas dificuldades para manter a sobrevivência de seus membros familiares com o que produziam em suas terras, em terras arrendadas ou com serviço prestado como diaristas na localidade. O valor que recebiam com a produção ou o serviço era muito pouco e não conseguia suprir as necessidades básicas da família, o que isso favorecia a migração das pessoas para outros centros em busca de trabalho. Enquanto isso, 66,7% preferiu enfrentar as dificuldades na localidade e não saíram pessoas das famílias para outros centros.

Após o acesso a alguma dessas políticas públicas 20% dos agricultores relataram que não ocorreu mais saída de pessoas para outros centros em busca de trabalho apenas para estudar, mas retornam para o campo. Enquanto, 70% disseram que as dificuldades foram sendo superadas a cada dia com o acesso as políticas públicas e a vida foi melhorando para as famílias na localidade.

Nessa localidade 30% dos agricultores além de desenvolver atividades agropecuária buscaram outros meios de prestarem serviços na localidade ou em outras cidades como: venda de gás em casa, diarista, pedreiro, ajudante de pedreiro, técnico de enfermagem, serviços gerais e produção de artesanato. Por outro lado, 70% dos agricultores afirmaram não saber fazer outra atividade a não ser a lida com a roça. Esses agricultores responderam que não tiveram interesse ou oportunidade em aprender outra atividade, sendo o trabalho com a roça uma satisfação e uma esperança de que o fruto do trabalho possa lhes trazer a renda para a família e dias melhores.

Mais de 90% dos agricultores disseram que antes de acessar qualquer política pública aqui citada neste estudo, possuíam renda familiar menor que 1SM e apenas 6,7% possuíam entre 1 a 3SM. Após o acesso a alguma política pública essa realidade mudou diminuindo para 56,7% agricultores que possuem rendas com menos de 1SM, enquanto 43,3% dos agricultores passaram suas rendas para a faixa entre 1 a 3SM. Isso mostra um resultado positivo na vida dessas famílias, pois os mesmos relataram que com, a melhora na renda familiar, isso possibilitou mais acesso a alimentos industrializados, remédios, objetos para casa, material escolar para os filhos ajudou a comprar coisas que não conseguiam antes. Com isso 33,3% dos agricultores aumentaram suas contas de energia elétrica entre 10 a 30%, enquanto que 16,7% entre 30 a 50%. Todavia, 50% disseram não terem aumentado suas contas de energia elétrica pelo fato de terem comprado poucos ou nenhum objetos além dos que já possuía.

Para os agricultores que acessaram alguma política públicas (PRONAF, Aposentadoria Rural e o Bolsa Família) quando perguntados em que essas políticas contribuíram eles reponderam que em relação ao Pronaf:

“ajudou a estruturou a roça”; “ajudou a aumentar na produção”; “na produção”; “no aumento da produção e da renda família”; “ajudou na produção e alimentação”; “tomei mais não me ajudou em nada”; “ajudou bastante, mas não o suficiente para melhorar a nossas vidas mesmo”; “ajudou pouca coisa a minha família”; “pouca coisa”; “ajudou um pouco na produção, porque o dinheiro que eu tomei apliquei na roça” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Enquanto que, os com Aposentadoria Rural:

“Aposentadoria ajuda a comprar mais remédios e ir ao médico”; “na renda da família”; “a aposentadoria ajudou a melhorar a minha vida 100%”; “ajudou a melhorar nossa família, porque aumentou minha

renda”; “com a aposentadoria ajudou muito, porque antes passávamos até fome e hoje não”; “após a aposentadoria a vida da gente melhorou muito” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

E em relação ao Bolsa Família 15,3% dos agricultores relataram que: “as coisas melhorou mais um pouco na alimentação, na educação, saúde e na compra de material escolar para os filhos”, mas não foi o suficiente para mudar nossas vidas totalmente; “ajudou um pouco” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A partir das falas dos agricultores dessa localidade que acessaram essas políticas públicas é possível verificar maior satisfação nos que acessaram o PRONAF e a Aposentadoria Rural. Sendo assim, essas políticas foram as que mais trouxeram mudanças na vida das famílias dos agricultores.

Para que essa realidade venha a melhorar nessa localidade e os agricultores possam acessar mais essas políticas públicas ou acessar as que ainda não acessaram foi perguntado aos agricultores que proposta deixaria. Como resposta, 53% dos agricultores que acessaram o PRONAF disseram que menos burocracia para adquirir o financiamento facilitaria a vida do produtor e mais orientação com assistência técnica por parte do programa para que os agricultores possam gerenciar melhor a plantação e garantir a venda da produção. Para o Bolsa Família 38,4% dos agricultores que acessaram esse programa disseram que o melhor seria o aumento do valor para possibilitar mais melhorias as famílias. E os 10% dos agricultores que possuem Aposentadoria Rural disseram que a melhor forma seria diminuir a idade.

Nessa localidade 83,3% dos agricultores não sabem o que é ser um camponês, enquanto que apenas 16,7% arriscaram dizer que acreditam ser: “trabalhador da roça que vive no campo e vive da renda da roça”. Para 46,7% dos agricultores o agricultor familiar é “aquele agricultor que trabalha na roça com a família e vive do que planta e colhe para o sustento da família”, no entanto, 53,3% não soube atribuir nenhuma característica para esse sujeito do campo. Todavia 90% dos agricultores entrevistados nessa localidade se identificam como lavradores e apenas 10% como agricultores familiares.

Nesse entendimento uma parte dos agricultores dessa localidade consegue atribuir uma definição para o que seja o camponês e o agricultor familiar. Sendo possível perceber com isso, que ao atribuir uma definição para o camponês como trabalhador do campo e que vive da renda da roça. Esse agricultor não possui terra,

mas apenas a força de trabalho para adquirir o sustento da família. Porém, ao atribuir para o agricultor familiar como o agricultor que trabalha com a família na roça, os agricultores acreditam que esses vivem no campo e possuem terra.

No entanto, os que não conseguiram atribuir nenhuma relação para essas pessoas que vive no campo lhes faltam mais entendimento do que o homem que vive no/do campo representa para a sociedade e a luta dos camponeses e agricultores familiares para instituírem as políticas públicas para o campo brasileiro. Afirmação essa que se confirma, quando os 90% dos agricultores dessa localidade se identificam ainda como lavradores. Ou seja, esses agricultores não conseguem perceber que ocorreram mudanças para a pessoa que vive no/do campo.

3.3.5 Localidade Fazenda Velha

A localidade Fazenda Velha (Foto 14) localizada ao Norte do município dista da sede de São Felipe a 5km. Possui uma pequena praça com calçamento e uma igreja católica onde as famílias dos agricultores se reúnem e encontram-se para as celebrações nesse espaço. Foram entrevistados 20 agricultores (de 75 famílias).



Foto 14 - A localidade Fazenda Velha. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

O número expressivo de pessoas nas famílias acima de duas favorece mão de obra para o trabalho das famílias dos agricultores. Enquanto que dos agricultores entrevistados a maior parte acima de 30 anos tem favorecido o fortalecimento do desenvolvimento rural a partir da participação social e da mão de obra no campo.

Os agricultores possuem escolaridade (Tabela 13), 10% alfabetizados, 40% possuem do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, enquanto 35% com o ensino do 6º ao 9º ano e apenas 15% concluíram o ensino médio. Apesar do número de agricultores com nível fundamental do 6º ao 9º ano completo; ainda é baixo o número de agricultores que conseguiu concluir o nível médio.

Tabela 13 - Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Fazenda Velha em 2016

Escolaridade	Nº de Agricultores	%
Não Alfabetizados	2	10
Alfabetizados	-	-
De 1º ao 5º ano	8	40
Do 6º ao 9º ano	7	35
Ensino médio	3	15
Nível Superior	-	-
EJA	-	-
Total	20	

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Quanto ao tamanho da propriedade dos agricultores familiares, 50% não possuem terra para produzir seus cultivos; 40% possui áreas menores que 2 até 5 hectares produzindo: mandioca, amendoim, milho, inhame, aipim, banana, laranja, feijão, limão, coco da Bahia, batata doce, mamão, maracujá, tangerina. Alguns agricultores criam galinha caipira e algumas cabeças de gado bovino, porcos e jumentos para ajudar no serviço da roça. Entretanto, esses agricultores além de possuírem pequenas áreas para o plantio trabalham como diaristas. Dos agricultores entrevistados apenas 10% possui áreas de 5 até 50 ha produzindo as mesmas culturas que os agricultores com áreas menores que 2 até 5 ha, trabalham em suas próprias propriedades, segundo eles o que produzem é suficiente para manter a sobrevivência da família.

Para produzir seus cultivos os agricultores (60%) nessa localidade utilizam como modelo o tradicional, enquanto 40% o tradicional e o convencional. Em relação às sementes utilizadas para realizar o plantio, 60% dos agricultores responderam que utilizam sementes próprias. Porém, 25% compradas e 15% foram doadas pelo

governo estadual. Entretanto, os agricultores não utilizam irrigação nem tampouco, curva de nível em suas áreas como técnicas de manejo e conservação do solo.

Em relação às ferramentas e implementos utilizados para o plantio pelos agricultores (60%) usam enxada, facão e foice. Porém, 40% além dessas ferramentas e implementos utilizam o trator. A adubação utilizada por 25% dos agricultores em suas plantações é o adubo do tipo esterco de gado, 30% o de esterco de frango e 40% o adubo químico e também agrotóxico. Enquanto, 5% disseram usar adubo orgânico produzido na própria propriedade.

Os agricultores dessa localidade vendem 20% da produção na feira livre e 80% ao atravessador. Ainda em relação à venda da produção. Os agricultores (40%) relataram que, destina quase toda a produção (80%) para a venda; 35% metade direciona para a venda e apenas 25% uma pequena parte para a venda.

A partir dessa amostragem de agricultores familiares da localidade Fazenda Velha que produzem em suas terras ou em terras arrendadas, observa-se que em relação à produção 40% dos agricultores que direcionam quase toda a produção para a venda cultivam em áreas entre 5 até 50 hectares. Enquanto, 35% deles que direciona metade para a venda produzem em áreas de até 5 ha. E os 25% dos agricultores que destina uma pequena parte (20%) para a venda produzem em áreas menores que 2 hectares, esses priorizam a maior parte da produção para a alimentação familiar.

Além de desenvolverem atividade agropecuária, 25% dos agricultores familiares relataram desenvolver outros serviços como cuidador de idosos, serviços gerais no comércio da cidade, pedreiro, ajudante de pedreiro e eletricitista na própria localidade e também na cidade de São Felipe como forma de aumentar a renda familiar, enquanto a roça plantada é colhida.

Com relação à prestação de serviços fora da localidade encontramos a agricultora a Sr^a Raquel (Foto 15) que presta serviço na cidade como cuidadora de idosos auxiliando na renda familiar, enquanto a roça plantada com bata doce, mandioca e aipim forem colhidas. Segundo a agricultora vem fazendo esses serviços a mais de 10 anos para ajudar seu esposo nas despesas com a família. Entretanto, no dia da pesquisa a agricultora estava cuidando dos netos, enquanto a filha prestava serviço no comércio da cidade e o genro como diarista na roça de outro agricultor na própria localidade.

Essa é uma relação comum nas localidades do município, pois as famílias dos agricultores minifundiários compartilham da força de trabalho das pessoas da família para poderem sobreviver no campo. Isso porque elas precisam obter renda para sobreviverem, enquanto a roça plantada pode ser colhida. Dessa maneira prestam serviços tanto na própria localidade como na cidade ou ainda prestam serviços voluntários umas as outras para dar condição a outro membro familiar trabalhar, quando não conseguem pagar a outras pessoas para que realizem suas atividades domésticas.



Foto 15: Agricultora da localidade Fazenda Velha que presta serviço fora do estabelecimento rural para ajudar na renda familiar. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Nessa localidade, 95% dos agricultores estão associados à Associação Comunitária de Desenvolvimento da Fazenda Velha e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe e apenas 5% na cooperativa Coafatre. Os agricultores relataram que a associação foi fortalecida com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Secretaria de Agricultura municipal a partir de 2009 e assim, os sócios começaram a participar e gerenciar melhor a associação, possibilitando também a entrada de outros agricultores.

Os agricultores familiares nessa localidade, 35% acessaram o PRONAF B e C para plantar mandioca e inhame a partir de 2002, enquanto 20% o AGROAMIGO do Banco do Nordeste para produção de mandioca e galinha caipira a partir de 2008. E

apenas 5% dos agricultores responderam terem acessado o PAA e o PNAE entre os anos de 2014 e 2015. Ainda nessa localidade, 60% dos agricultores possuem Bolsa Família e 35% Aposentadoria Rural.

O AGROAMIGO, segundo a técnica Solange Sardinha da Secretaria de Agricultura de São Felipe em entrevista de campo no mês de agosto de 2016 em relação a esse crédito. “O AGROAMIGO é um crédito vinculado à linha de crédito do Pronaf B, que o Banco do Nordeste disponibiliza para agricultores familiares e que tem dado certo para os agricultores que vem acessando no município” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Para Neri (2012), o programa de Microcrédito Rural do banco do Nordeste, o AGROAMIGO criado em 2005 com parceria do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, para atender agricultores familiares. Esse microcrédito é operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) através de metodologia próprias de concessão de crédito orientado e acompanhado em consonância com o que estabelece a Lei nº 11.110, de 25/04/2005, que Instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO (BNB, 2017).

Ainda de acordo com o BNB (2017), o AGROAMIGO tem como público agricultores familiares que estejam enquadrados no PRONAF em alguma linha de crédito podendo acessar a modalidade AGROAMIGO Crescer e AGROAMIGO Mais apresentar a DAP, emitida pelos órgãos oficiais de assistência técnica dos Estados ou pelos Sindicatos que os representem.

A modalidade AGROAMIGO Crescer, destina-se aos agricultores familiares enquadrados no PRONAF Grupo B, que exploram parcela de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros que residam na propriedade rural ou em local próximo, tendo no mínimo, 50% da renda familiar proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e que o trabalho familiar seja a base na exploração do estabelecimento. Os agricultores devem possuir além desses requisitos renda bruta familiar, nos últimos 12 (doze) meses de produção normal que antecedam a solicitação da DAP, de até R\$ 20.000,00 (BNB, 2017).

Enquanto, o AGROAMIGO Mais, as regras seguem quase as mesmas, os agricultores devem explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas, residir na propriedade ou em local

próximo, não detenham área superior a 4 módulos fiscais e que no mínimo, 50% da renda familiar sejam originados da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. Para obterem essa linha de modalidade, os agricultores precisam que o trabalho familiar seja predominante na exploração do estabelecimento e precisam ter obtido renda bruta familiar, nos últimos 12 (doze) meses de produção normal que antecedam a solicitação da DAP, de até R\$ 360.000,00. Essa modalidade não atende agricultores familiares enquadrados nos grupos "A" e "A/C" (BNB, 2017).

Para o BNB (2017) o microcrédito apresenta vantagens para os agricultores como:

- Crédito orientado e acompanhado pelo Agente de Microcrédito do Agroamigo;
- Atendimento na própria comunidade, sem burocracia;
- Identificação das necessidades financeiras dos clientes;
- Acompanhamento sistemático na própria comunidade;
- Apoio às atividades agropecuárias e não agropecuárias no meio rural;
- Renovação do crédito;
- Realização de educação ambiental e financeira;
- Disponibilização de conta-corrente e cartão de débito;
- Pagamento através de carnê (BNB, 2017).

Para Neri (2012), essa metodologia facilita e diminui a burocracia para os agricultores familiares terem acesso ao crédito e sucesso na aplicação e aumento de produção, sendo reconhecido pelo Governo Federal como o modelo exemplar para atender os agricultores do Pronaf B.

Apesar de termos encontrado apenas 20% dos agricultores familiares nessa localidade acessando o AGROAMIGO consideramos um número expressivo de agricultores; e percebemos também que a maior satisfação dos agricultores foi em relação ao acompanhamento do técnico do início ao final da concretização da produção para que os agricultores consigam obter bons resultados e consigam honrar com o compromisso e possam solicitar outro financiamento. Essa forma de assistência técnica tem favorecido aos agricultores da localidade a buscarem pelo crédito.

Antes do acesso as políticas públicas na localidade, os agricultores (55%) disseram que pessoas das famílias saíram do campo em busca de trabalho e foram viver na cidade de São Felipe e em outras cidades. Segundo os agricultores a vida eram muito difícil na localidade e as pessoas das famílias não conseguiam trabalho

na localidade e nem tinham alimentação suficiente, restando à saída para os centros urbanos. Enquanto que, 40% responderam que apesar das dificuldades as pessoas das famílias enfrentaram juntas e conseguiram superar as dificuldades não tendo, assim, necessidade das pessoas saírem para centros urbanos. O que isso demonstra o poder de resistência que as pessoas dessas famílias possuem para lutar e resistir por uma vida melhor e mais digna no campo característica forte dos agricultores camponeses que lutam por políticas públicas que sejam favoráveis ao agricultor familiar camponês e o desenvolvimento rural no país.

Com o acesso as políticas públicas (PRONAF, Aposentadoria Rural, Bolsa Família, PAA e PNAE) os agricultores (40%) nessa localidade, responderam que apesar de acessarem alguma delas, não foi suficiente para manter as pessoas no campo, pois mesmo acessando algumas delas, as pessoas saíam e deixavam suas famílias em busca de trabalho e uma vida melhor. Enquanto que, 60% dos agricultores que acessaram alguma política disseram que as dificuldades iam sendo superadas e aos poucos a situação melhorava. Os agricultores relataram que isso foi por causa da percepção das famílias em relação ao aumento da violência nos centros urbanos que cada vez mais crescia e que apesar das dificuldades que enfrentavam ainda, o campo era uma opção melhor.

A renda familiar mensal das famílias dos agricultores nessa localidade, antes de acessar alguma política pública, 90% dos agricultores era menor que 1SM e apenas 10% dos agricultores possuía renda entre 1 e 3SM. O que isso explica também a saída de pessoas das famílias para centros urbanos em busca de trabalho, pois uma família de agricultor familiar compostas entre 2 a 5 pessoas para que possam se manter com uma renda de menos de 1SM no campo seria e, é insuficiente e muito difícil. Pois se considerarmos o valor vigente do salário mínimo brasileiro de R\$ 880,00 (ano base) e dividirmos pelo número de dias dos meses considerando 30 dias. Uma pessoa tem em média R\$ 29,33, para que possa se manter por um dia com custos básicos em despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência social.

Se considerarmos 4 pessoas, seria o equivalente a R\$ 117,32 por dia em um mês, corresponderia a R\$ 469,28 por dia, para que a família sustentasse as 4 pessoas. Entretanto, o valor de R\$ 29,33 por dia para uma pessoa se alimentar corretamente, cuidar da saúde, segurança, educação e outros gastos necessários é

insuficiente. Restando para os membros das famílias dos agricultores familiares a submissão a venda da força física nos pequenos e grandes centros urbanos.

A Constituição Federal de 1988 no Capítulo II: Dos Direitos Sociais estabelece no Art. 7º, que: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” e ainda complementa no inciso IV que:

- salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988).

Considerando a Constituição Federal e tendo como base para cálculo o salário mínimo de R\$ 880,00, o valor não é suficiente para que uma família de quatro pessoas mantenha sua condição social em um país de economia capitalista, excludente como o Brasil.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE em novembro de 2016 com base na cesta básica mais cara em algumas capitais dos Estados no país, o valor necessário para que uma família brasileira de quatro membros possa manter suas condições sociais para suprir despesas de um trabalhador e da família com necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência) serei de R\$ 3.856, 23, o qual significa 4,48 a mais do salário mínimo atual no Brasil. Coisa além da realidade da renda da maior parte das famílias rurais e urbanas nesse país.

Após o acesso a alguma política pública essa realidade melhorou um pouco, pois 60% da renda familiar dos agricultores familiares nessa localidade passou para entre 1 e 3SM, enquanto 40% para menos de 1SM. Os agricultores (25%) mesmo com acesso a alguma política pública passaram a consumir poucos alimentos industrializados, além dos que já consumiam e compraram poucos ou nenhum bens de uso domésticos que não possuíam, sendo que esses tiveram aumento entre 10 a 30% em sua conta de energia elétrica. Enquanto, 75% passaram a consumir mais alimentos industrializados e compraram bens de uso domésticos que não possuíam tendo a conta de energia elétrica aumentada de 30 a 50%.

Nesse contexto, entende-se que, tendo o agricultor necessidade de adquirir produtos da cesta básica mensalmente se optar pela compra de alimentos industrializados e eletrodomésticos compromete ainda mais sua renda familiar com despesas fixas como energia elétrica e não conseguirá ter uma melhora satisfatória de vida. Pois mesmo com o acesso a alguma política pública a renda de até 1SM, não é suficiente para os agricultores familiares manterem-se no campo com suas famílias de até 4 pessoas.

Quando perguntado para os agricultores familiares da Fazenda Velha em que o apoio dessas políticas ajuda a melhorar ou não a vida das famílias, os mesmos responderam que em relação ao PRONAF:

“aumentou a produção”; “melhorou a produção”; “nas plantações de mandioca e aipim”; “com o acesso ao financiamento à renda melhorou”; “ajudou, porque consegui fazer minha plantação”; “aumentou a produção”; “ajudou a aumentar a produção e poderia ter aumentado mais”; “ajudou na produção rural”; “ajudou no plantio”; “ajudou pouco”; “ajudou a plantar mais” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2017).

Enquanto, no que diz respeito ao Bolsa Família, os agricultores disseram que “o bolsa família ajudou a comprar mais coisas como roupas, remédios, material escolar, calçados e alimentos” e a Aposentadoria Rural: “em tudo”!

Nos comentários dos agricultores em relação a essas políticas públicas é possível perceber satisfação a cada política que os agricultores tiveram acesso, pois possibilitou a eles plantar uma roça, aumentar a produção e poder de compra (alimentos, materiais escolares, medicamentos e bens de consumos). Porém, ainda não o suficiente para que favorecesse um desenvolvimento rural igualitário na posse de terra para uma produção mais justa entre os agricultores.

Para os agricultores que tiveram acesso algumas políticas públicas, foram questionados que propostas deixariam para uma melhor relação com as políticas públicas acessadas. Os agricultores satisfeitos disseram em relação ao PRONAF, que o Governo poderia aumentar mais os prazos para pagar o financiamento e diminuíssem a burocracia para o acesso e que existisse um PRONAF realmente específico para os jovens garantindo a permanência dos mesmos no campo. Achavam desnecessária a presença da visita de um fiscal em suas propriedades, mas importante à visita de um técnico agrícola ou um engenheiro agrônomo para prestar à assistência técnica, que pouco existiu ou não as tiveram. Enquanto que, o Bolsa Família, seria bom se ocorresse aumento para esse benefício e em relação a

Aposentadoria Rural os agricultores estavam satisfeitos (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Para 80% dos agricultores familiares nessa localidade não possui conhecimento do que é ser um camponês, enquanto que, 20% acreditam que camponês é uma “pessoa que vive no campo”, esses acreditam que esse indivíduo não possuem terra e vivem na zona rural sem compromissos e responsabilidades, ou seja, um agricultor marginalizado. Porém, 55% dos agricultores entrevistados, disseram que agricultor familiar “é a pessoa que vive e trabalha no seu terreno com sua própria família, planta várias roças e direciona a produção para a venda na feira-livre para adquirir recursos para o sustento da família”. No entanto, 45% não souberam de uma definição para essa pessoa no/do campo. Os agricultores dessa localidade, 90% se identificam como lavradores e 10% como agricultores familiares. Para os agricultores ser lavrador “é os agricultores que possuem uma propriedade rural mesmo que pequena, mas que produzam com a família o alimento da família e para a venda”.

3.3.6 Localidade da Pitinga

Essa localidade (Foto 16) localizada no Sudeste do município a 18km da sede possui uma praça calçada com uma igreja, pequenos pontos comerciais (venda e mercadinho) ao redor da mesma e um prédio escolar, nesse espaço a população costuma se reunir para participar de encontros em dias festivos e nas segundas-féias, considerado pelos agricultores como dia Santo. Foram entrevistados 35 agricultores familiares (de 47).

As famílias dos agricultores nessa localidade são compostas, em sua maioria, de 2 a 5 pessoas, correspondendo a 62,8%, sendo uma localidade composta na sua maioria de agricultores adultos e uma parcela de idosos, sendo que entre os agricultores (45,7%) entre eles mulheres possuem Aposentadoria Rural, porém ainda trabalham na roça para complementar a renda familiar. O baixo número de agricultores entrevistados do sexo feminino 37,2% demonstrou representação maior dos homens na administração e geração da renda familiar, a participação das mulheres na administração de suas roças ainda é pequena, o que enfraquece o poder de decisão e emancipação das mesmas na localidade.



Foto 16 - A localidade Pitinga. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Nessa localidade os agricultores (14,3%) não foram alfabetizados; (54,3%) possui ensino fundamenta do 1º ao 5º ano e 17,1% dos agricultores tem formação do 6º ao 9º ano do ensino fundamental; enquanto que, 5,7% possui o Ensino Médio. E apenas 8,6% dos agricultores participam do EJA, entre eles estão parte dos que não foram alfabetizados e que ingressaram nessa modalidade de ensino (Tabela 14).

Tabela 14 - Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Pitinga em 2016

Escolaridade	Nº de Agricultores	%
Não Alfabetizados	5	14,3
Alfabetizados	-	
De 1º ao 5º ano	19	54,3
Do 6º ao 9º ano	6	17,1
Ensino médio	2	5,7
Nível Superior	-	-
EJA	3	8,6
Total	35	100

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

No que se refere ao tamanho da propriedade dos agricultores, 42,9% dos agricultores possuem área menores que 5 até 50 hectares produzindo: mandioca, banana, milho, aipim, amendoim, laranja, coco da Bahia, cana de açúcar, batata

doce, inhame, limão, mamão, maracujá, feijão, hortaliças, café, tangerina. E criam galinhas caipira alguns gados bovinos, porco, cavalo, jumento e carneiro, mas também trabalham fora de suas propriedades desenvolvendo trabalho rural como diaristas em casas de farinha de outras localidades do município, no comércio em São Felipe ou em outros centros urbanos próximos para complementar a renda familiar.

Porém, 22,9% dos agricultores não possuem terra, arrendam terra ou trabalham como diaristas em áreas de outros agricultores na própria localidade ou em outras. Enquanto que, 34,2% dos agricultores possuem áreas de 50 e menores que 200 ha produzindo mandioca, banana, cana de açúcar e criando gado, alguns cavalos e possuem também comércio na localidade. Esses agricultores responderam que não trabalham fora de suas propriedades. Percebeu-se que por possuírem mais hectares de terras se destacam na localidade e possuem influência política no local atraindo políticos de São Felipe criando vínculos de apadrinhamento beneficiando alguns agricultores familiares pela relação de troca de votos nas eleições. Relação muito comum nas localidades do município.

Nessa localidade os agricultores (97,1%) utilizam como modelo de produção o tradicional, enquanto 2,9%, o tradicional e o convencional. Em relação às sementes utilizadas pelos agricultores, 62,9% possuem sementes próprias, enquanto 25,7% as sementes são compradas para o plantio e 11,4% dos agricultores adquiriram as sementes com doações do governo estadual. No que se refere ao sistema de produção os agricultores não utilizam irrigação e nem curva de nível. A não utilizar o sistema de curva de nível demonstra que os agricultores perdem parte da adubação comprometendo a plantação, desde que, observou-se que parte dos terrenos (Foto 17) dos agricultores nessa localidade é em áreas com relevo acidentado, o que facilita erosão e arrastamento do solo.

Os agricultores familiares, nessa localidade que produzem em suas terras ou em terras arrendadas destinam sua produção à venda. Assim, 51,5% dos agricultores destinam quase toda produção (80%) à venda, 37,1% dos agricultores, destinam a metade (50%) à venda e 11,4% destinam uma pequena parte (20%) à venda.

Esses provavelmente possuem áreas menores que 2 (ha) precisam priorizar a produção para alimentação familiar e possivelmente não conseguem produzir o suficiente para destinar uma quantidade que seja satisfatória para à venda em áreas

tão pequenas. Os agricultores (54,3%) vende a produção na feira livre de São Felipe, enquanto 47,7% diretamente ao atravessador. Em relação às ferramentas e implementos utilizados no plantio das roças, 62,6% dos agricultores utilizam enxada, facão e foice, enquanto 37,4% além dessas ferramentas e implementos utilizam também o trator para arar a terra antes do plantio de seus cultivos.



Foto 17 - Área de agricultores familiares com relevo acidentado. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Os agricultores familiares nessa localidade, 51,4% utilizam no plantio de suas culturas adubo químico e agrotóxico para controle de pragas, 28,6% utiliza o adubo esterco de gado e 20% dos agricultores adubo esterco de granja, esses agricultores que utilizam adubo de gado ou de granja não usam agrotóxicos disseram que quando ocorre praga parte da roça é perdida.

Na localidade Pitinga os agricultores (68,6%) estão organizados na sua maioria no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, enquanto que, 31,4% na Associação de Desenvolvimento Comunitário Andaia da Pitinga. Dos agricultores entrevistados não foram encontrados nenhum associado em cooperativas. Entre os agricultores entrevistados 14,3% acessaram o Pronaf (B ou C) a partir de 2000 para plantar roça de mandioca, banana, inhame, criação de animal e reforma de pasto. Desses agricultores entrevistados não foram encontrado nenhum que tenha acessado o PAA

ou PNAE, mas 45,7% acessando o Bolsa Família e 40% possuem Aposentadoria Rural.

Os agricultores que acessaram o PRONAF relataram que não houve aumento em suas propriedades a partir do crédito do PRONAF, apenas conseguiram plantar a produção destinada ou ter comprado animais (gado, porco, galinha caipira) ou melhorado o pasto (com plantio de capim e ajustado às cercas), ou seja, destinando o recurso para o que foi proposto. Entre esses agricultores os que acessaram o Pronaf nenhum recebeu assistência técnica antes e nem após o acesso ao programa.

Essa localidade por está mais distante da sede do município dificulta o envolvimento dos agricultores com as ações da Secretaria de Agricultura do município e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que faz com que os agricultores não participem dos benefícios que poderiam ajudar a melhorar o desenvolvimento dos agricultores.

Os agricultores (34,3%) relataram que antes de acessar alguma política pública na localidade pessoas das famílias saíam para a cidade ou outros centros urbanos em busca de trabalho, pois a vida na localidade era muito difícil. Enquanto, 65,7% dos agricultores não ocorreram saídas de pessoas de suas famílias. Após as políticas públicas PRONAF, o Bolsa Família e Aposentadoria Rural, 14,3% dos agricultores disseram que ainda saíram pessoas da família em busca de trabalho na cidade e em outras, enquanto 85,7% não houve necessidade.

Antes de acessar alguma política pública a renda media das famílias dos agricultores familiares (94,3%) eram menor que 1SM e apenas 5,7% entre 1 e 3SM, entre esses os que já possuíam Aposentadoria Rural e áreas maiores que 50 até 200 hectares e plantam roças (mandioca, banana e criavam gado) e possuem comércio na localidade. Após o acesso a essas políticas públicas (PRONAF, Bolsa Família e Aposentadoria Rural) 51,4% possuem renda media menor que 1SM e 48,6% entre 1 e 3SM.

O que observa-se que com aumento de agricultores acessando essas políticas públicas caiu de 94,3% para 51,4%, equivalendo a 42,9%, o número de famílias que possuíam renda menores de 1SM e aumentando de 5,7% para 48,6%, correspondendo a 45,7% as que possuíam renda entre 1 e 3SM. Isso possibilitou mais poder de compra entre essas famílias que passaram a consumir mais alimentos industrializados e eletrodomésticos. Porém, ocorreu aumento na conta de

energia elétrica de 10 até 30% em 48,5% das famílias dos agricultores que adquiriram eletrodomésticos e de 30 até 50% em 8,5% das famílias dos agricultores. Entretanto, 43% dos agricultores apesar de receber alguma influência em suas rendas após acessarem essas políticas disseram não terem aumentado suas contas de energia elétrica, porque não compraram eletrodoméstico além dos que já possuíam. Esses possivelmente souberam administrar melhor suas rendas não comprometendo grande parte da renda com compras de objetos domésticos que aumentam as contas fixas.

Quando perguntado para os agricultores familiares que acessaram as políticas públicas em que o apoio das políticas ajudou a melhorar a vida de suas famílias, os agricultores responderam que em relação ao Pronaf: “com o crédito apliquei na terra e tive lucro”; “foi bom para a família”; “aumentou a plantação”; “tudo deu certo, porque ajudou muito”; “melhorou minha plantação” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Enquanto que o Bolsa Família os agricultores responderam que:

“ajudou muito”; “ajudou a comprar mais coisas para a família”; “ajudou mais não é o suficiente para todas as necessidades”; “é bom mais pode ser melhor”; “ajudou muito”; “tem sido um benefício, bom para minha família”; “ajudou muito no atendimento a melhoria das crianças” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

No que diz respeito à Aposentadoria Rural a satisfação foi grande: “só depois dela comecei a ter uma vida melhor”; “ajudou muito”; “é tudo de bom” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Nos discursos dos agricultores observa-se uma alegria com o crédito do PRONAF em relação à plantação que para eles foi satisfatória com o aumento, porém não observa-se aumento de produção o suficiente que possibilitasse aos agricultores renda que favorecesse a compra de terras. Já o Bolsa Família também foi uma políticas que tem proporcionado resultados positivos para os agricultores em relação ao poder de compra, mas eles avaliam que apesar de possibilitar compra de produtos para as necessidades básicas, o valor recebido não é suficiente para que ocorra uma melhora significativa a ponto de mudar suas realidades.

Para os agricultores que acessaram o PRONAF, quando questionados a apresentar uma proposta para melhorar a relação com esse programa, os mesmos responderam que o programa deveria ter mais flexibilidade para o acesso, pois consideraram muita burocracia, o que faziam muitos desistir de acessar. Em relação,

ao Bolsa Família que aumentasse o valor e que o programa não acabasse e em referência a Aposentadoria Rural, que o Governo diminuísse a idade.

Os agricultores familiares nessa localidade não souberam fazer nenhuma relação para dar uma definição do que é ser um camponês. Entretanto, ao perguntar sobre o que seria ser um agricultor familiar, 37,1% disseram que: “é o agricultor que trabalha com a família na roça plantando e colhendo, é o lavrador”. Porém para 62,9% dos agricultores entrevistados nessa localidade não souberam fazer nenhuma relação para esse sujeito do campo. Para os agricultores familiares da Pitinga que participaram dessa pesquisa se identificam como lavrador. Reconhecimento esse comum entre os agricultores familiares nas várias localidades do município de São Felipe.

3.3.7 Localidade da Vila Caraipe

Localizada ao Norte do município a 16km da sede, a Vila Caraipe (Foto 18) foi uma das primeiras localidades a se estruturar no município de São Felipe, ainda no seu processo inicial (século XIX) deixando a condição de povoado de Maragogipe e passando a condição de vila São Felipe em 1883 com quatro distritos: São Felipe (a Sede), São Benedito (atual Vila Caraipe), São Roque (município de Dom Macedo Costa), e Conceição do Almeida como consta nos dados do IBGE (1958).



Foto 18 - Localidade Vila Caraipe. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Assim, a Vila Caraipe possui em sua praça central uma igreja modelo antigo estilo colonial, um coreto, bancos para acentos de moradores e visitantes, arborização, um colégio de ensino fundamental do 6º ao 9º ano e muitas casas residenciais de agricultores familiares. Com tanta formosura em sua praça que também preserva a história da formação do município nem parece uma localidade rural que possui agricultores familiares com diferentes contextos de vida. Foram entrevistados 30 agricultores familiares (de 81 famílias), sendo a maior parte (56,7%) do sexo feminino.

As famílias dos agricultores são compostas, em sua maioria de 2 a 5 pessoas, correspondendo a 53,7% demonstra também uma localidade com expressiva mão de obra familiar para o trabalho no campo. Entretanto, apesar de 53,7% das famílias dos agricultores possuírem de 2 a 5 pessoas, as mesmas têm dificuldades em realizar trabalho rural por falta de terras próprias entre os agricultores familiares e disponibilidade de agricultores (fazendeiros da localidade) em arrendar terra para outros agricultores.

Nesse sentido, segundo uma agricultora familiar de 43 anos que não possui terra na localidade, possuindo uma família composta de quatro pessoas onde a renda família provém da força do trabalho dela e do esposo como diarista em terras de agricultores em outras localidades, do Bolsa Família e de serviços (cabeleireiro e manicure) que os filhos prestam na própria localidade nos relatou que:

Tenho vontade de ter um pedaço de terra, pequeno mesmo, para plantar. Quando chove fico da janela olhando e desejando um pedaço de terra para plantar milho, amendoim, aipim e mandioca, oh meu Deus! Qualquer pedacinho que fosse para gerar renda e alimentar a minha família, mas não é possível, porque a terra dessa comunidade é de dois fazendeiros que cria gados e não deixa ninguém plantar a meia, a terça, arrendada, sabe. Assim, fica difícil muito difícil a vida aqui. Sempre trabalhei na roça e nunca tive terra, porque aqui sempre foi assim, um com muita terra e outros sem ou com pouca terra (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Essa localidade se encontra ao norte do município de São Felipe e próxima ao município de Cruz das Almas, o que facilitou a venda de terras nessa localidade a agricultores do município de Cruz das Almas/BA. A maior parte (63,3%) dos agricultores familiares nessa localidade possui faixa etária de 60 até 80 anos. Segundo esses agricultores (40%) estão aposentados e cansados de trabalhar como diaristas, isso porque a maior parte das terras (Foto 19) concentra em mãos de dois

proprietários do município de Cruz das Almas/BA que não arrendam terras para os agricultores familiares da localidade que não possui terras para plantar, sendo que esses proprietários criam em suas propriedades gado bovino.

Segundo relato de outra agricultora familiar de 73 anos morador da localidade Vila Caraipe:

Antes da aposentadoria ganhava R\$ 4,00, pelo dia de trabalho para limpar a roça de laranja de um fazendeiro de Cruz das Almas, na enxada e carregava água do poço na cabeça para molhar o laranjal. Só depois de aposentada que minha vida melhorou, porque sustentava três filhos, sozinha (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Essa agricultora familiar vivenciou um período difícil em sua localidade na zona rural em 1999, época ainda em que a política do PRONAF estava sendo fortalecida em várias localidades do município através das primeiras formações de associativismo. Sendo que o agricultor familiar que não possuía outro meio de gerar renda para sobrevivência, além da renda que gerava em sua propriedade, os que a possuía, ou da submissão do trabalho rural precário e com valor baixo como única forma de captar renda para a sobrevivência da família.

Uma relação comum antes de 1870 como após a escravatura no Brasil 1888, onde os colonos ou alguns escravos livres eram submetidos ao trabalho nas fazendas de café no sudeste do país por valores baixíssimos, ou por troca de alimentos para sustento da família (MARTINS, 2015).

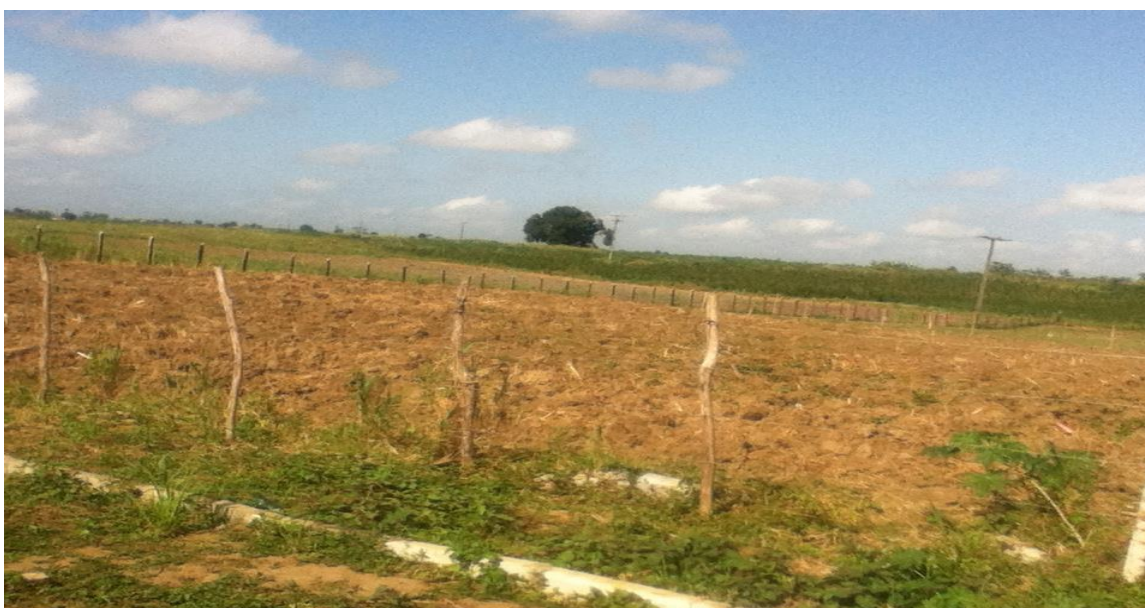


Foto 19 - Concentração de terra em mãos de dois fazendeiros na Vila Caraipe. Fonte: JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Essa análise realizada por Martins (2015) foi do início do processo da relação da renda capitalizada através do trabalhador livre, no Brasil que aumentava ainda mais o capital dos fazendeiros e gerava uma massa de trabalhadores rurais descapitalizados e marginalizados no campo que ocorreu em final do século XIX. Entretanto, estamos falando do relato de uma agricultora no final do século XX, ou seja, um século se passou, mas a reprodução do cativeiro da terra em pequenas localidades como a Vila Caraipe em São Felipe, ainda permaneceu resquícios dessa relação.

Um agricultor familiar explicou que na Vila Caraipe:

[...] existia dois proprietários apenas donos das terras um era o Dr. Jorge Nóvis, ele era bom, dava terra para o povo daqui, para plantar, a meia, a terça ou arrendava fazia qualquer negócio, mais quando ele morreu os filhos vendeu a terra e quem comprou fez tudo de pasto e ficou difícil, para todos nós aqui! Assim, o lavrador que herdou um pedaço de terra dos pais nas proximidades da Vila tem como plantar, mas quem não herdou, não tem nada! (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2017).

De acordo com o relato de um ex. vereador do município o Sr. Edmundo Andrade da Silba que conhecia o fazendeiro Dr. Jorge Nóvis médico na cidade de Salvador, mas possuía terras na Vila Caraipe. O mesmo não possuía vínculos políticos na cidade, mas buscava ajudar os lavradores da localidade porque percebia as dificuldades em que os lavradores vivem pela falta de terra, assim arrendava terras para os lavradores da localidade (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Nessa relação entre esse fazendeiro com os agricultores familiares nessa localidade não foi percebida a relação comum de bondade que segundo o Sr. Gerson presidente do Sindicato do Trabalhador Rural nada mais era como uma maneira de “aprisionar” o agricultor que não possuía terra para plantar e ao mesmo tempo manter o agricultor do lado político que o fazendeiro que lhe ofertava terra para o plantio uma relação de troca de favores entre o fazendeiro e o agricultor familiar comum nas localidades do município muito antes da implantação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município em 1969.

No Brasil, desde 1870, época em que a terra passou a ser uma forma de capitalizar renda por meio do trabalho livre, o fazendeiro “bondoso” ofertava a terra, ao colono com apoio do Governo que subsidiava a entrada dos mesmos no país para promover a plantação do fazendeiro de café, mas por traz havia uma

“intencionalidade” como nos lembra Santos (2002) que no processo de produção do espaço por meio do trabalho ações intencionadas podem também originar resultados não previstos como o aumento dos problemas sociais. Martins (2015) explica que essa forma de trabalho livre foi uma estratégia gerada pelo processo da crise da escravidão negra desde 1850.

Perguntamos se alguns fazendeiros de São Felipe ainda hoje fazem qualquer negócio, para que agricultores familiares plantem em suas terras, não teriam uma “intencionalidade”? Desde que alguns fazendeiros do município possuem influências políticas em São Felipe e no Estado da Bahia. Esse tipo de negócio poderia ser interpretado como ato de “bondade”, além de gerar renda para sua propriedade, mas também como mecanismo de “aprisionar” o agricultor devolver a “bondade” com o apoio por meio do voto em candidatos indicados pelo fazendeiro “bondoso” nas eleições municipais, sendo que muitas vezes essa “bondade” relatada pelo agricultor não é percebida pelos agricultores a verdadeira intenção nessa relação.

Observamos que nessa localidade agricultores familiares entrevistados que não possuíam terra para plantar viviam em casas velhas encurralados em uma única rua e sem perspectiva de melhora, mas que também vendem sua força de trabalho para outros agricultores ou passam parte do tempo sem ter o que fazer. Uma agricultora familiar nos relatou que sua casa estava para cair sob ela, todavia, teve a casa cadastrada pela prefeitura municipal de São Felipe em 2009 para reforma e nunca que a reforma chegou, segundo ela atribuía à questão partidária, pois era contra o prefeito e um vereador que morava na vila que sabia do problema da mesma, mas a ignorava.

Segundo ainda a agricultora era doente recebia Aposentadoria Rural, o dinheiro era empregado na maior parte (70%) para a compra de medicações, dava para alimentação e outras despesas fixas. O prefeito da cidade de São Felipe havia reformado a escola da vila em 2015, mas não as casas cadastradas e quando precisava se deslocar para Salvador para consultas medicas ou realizar exames era um político da cidade, ex. prefeito que mandava um carro e dava-lhe assistência, o que isso vinha ocorrendo, há oito anos (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Nessa relação informada pela agricultora familiar da vila confirmamos o que percebemos com a questão dos agricultores familiares estarem encurralados. A localidade Vila Caraipe pertencendo a maior parte de terras a dois fazendeiros os

agricultores familiares (33,3%) que possuem terra ao seu redor com áreas menores que 5 até 50 hectares e os 66,7% dos agricultores familiares que não as possui acabam sendo submetidos a trabalhos com valores baixos (quando acham) e a mercê de favores políticos mantendo uma relação cativa.

De acordo com um agricultor familiar da vila, que não possui terra, “às vezes até tentamos, não nos submetemos a favores políticos mais chega uma hora que não dá, a situação fica tão difícil que somos obrigados a bater na porta; primeira do vereador da vila depois na do prefeito e por aí vai” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Considerando os dados da Estrutura Fundiária de São Felipe de 2006, sendo que parte das terras está concentrada em maior extensão de áreas de 200 até menor que 1000 hectares em apenas seis estabelecimentos rurais, poderemos dizer que encontramos nessa localidade dois desses estabelecimentos. E com isso, podemos também perceber que, a terra concentrada em maior extensão em mãos de apenas dois estabelecimentos, enquanto uma localidade que possuem 81 famílias, sendo que dessas famílias, 30 agricultores foram entrevistados foi possível constatar entre elas um número expressivo de agricultores familiares (66,7%) que não possuem terra, famílias de agricultores com grandes problemas sociais (moradia em péssimas condições e desemprego), ou seja, problemas estruturais relacionados à questão agrária que agravam as desigualdades sociais no município e que não vem dada a devida atenção dos agentes políticos do município.

Nessa localidade, os agricultores entrevistados possuem escolaridade (Tabela 15) na sua maioria 53,4%, com escolaridade do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Tabela 15 - Escolaridade dos agricultores familiares da localidade Vila Caraipe em 2016

Escolaridade	Nº de Agricultores	%
Não Alfabetizados	3	10
Alfabetizados	-	-
De 1º ao 5º ano	16	53,4
Do 6º ao 9º ano	7	23,3
Ensino médio	4	13,3
Nível Superior	-	-
EJA	-	-
Total	30	100

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo – Agosto de 2016

Enquanto, 23,3% com formação do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, 13,2% com ensino médio completo e 10% não foram alfabetizados. Nenhum dos agricultores que concluíram o ensino médio do 6º ao 9º ano ingressou no nível superior. Os agricultores relataram que os problemas gerados pela falta de terra para o plantio e falta de oportunidade não possibilitou continuidade aos estudos.

Os agricultores familiares entrevistado nessa localidade, 33,3% que possuem terra tem suas áreas menores que 5 e menores que 50 hectares produzindo: mandioca, amendoim, milho, aipim, feijão, inhame, laranja, batata doce, banana, fumo, limão, coco da Bahia, hortaliças, mamão, maracujá, cana de açúcar, café, tangerina, acerola e abacate. Algumas cabeças de porco, gado, carneiro, jumento, cavalo e muitas galinhas caipiras para alimentação da família e também para a venda.

O modelo utilizado para realizar a produção 83,3% agricultores utilizam o tradicional, enquanto 16,7% o tradicional e o convencional. Não foi encontrado entre os agricultores entrevistados nenhum sistema de irrigação. Com relação às sementes utilizadas para o plantio 60% dos agricultores disseram que são próprias; 30% deles compram suas sementes e 10% dos agricultores familiares adquiriram sementes doadas pelo Governo do Estado.

Para realizar a produção, 53,3% dos agricultores familiares utilizam como ferramentas e implementos enxada, facão e foice, enquanto 46,7%, além dessas ferramentas utilizam também o trator. A adubação utilizada pelos agricultores, 43,3% usa adubo do tipo esterco de granja, 30% utilizam adubação química e agrotóxicos e 26,7% utilizam o adubo esterco de gado.

Ocupação dos agricultores familiares nessa localidade os agricultores (66,3%) responderam não desenvolvem outra atividade a não ser lidar com a terra, enquanto 33,7% além de desenvolverem atividade agropecuária fazem outras para complementarem a renda familiar. Algumas atividades de prestação de serviço na localidade relatadas pelos agricultores foram: guia espiritual de origem africana; costureira; cuidador de idoso; manicure, cabeleleira; motorista; serviços de borracharia; servidor público; pedreiro e ajudante de pedreiro para adquirirem renda para o sustento de suas famílias.

Os agricultores familiares que produzem suas culturas em terras próprias ou arrendadas vendem 80% diretamente aos atravessadores e 20% na feira livre de São Felipe, independente de acessarem ou não alguma política pública. A

quantidade da produção destinada à venda, 23,3% dos agricultores direciona quase toda produção (80%) para a venda; 20% deles destinam uma pequena parte (20%), enquanto que, 16,7% dos agricultores disseram não produzir nada para vender na localidade; 10% direcionam metade para a venda e apenas 6,7% dos agricultores direcionam toda a produção para a venda.

Nessa localidade, os agricultores entrevistados estão organizados 63,4% no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 33,3% na Associação dos Moradores do Distrito de Caripe e apenas 3,3% são sócios da cooperativa Coafatre. Os agricultores que estão associados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais relataram que é difícil pagar as mensalidades ao sindicato e que fazem um esforço para manterem as mensalidades em dias pensando na aposentadoria, assim, participar da associação e de cooperativas não acham necessário.

Entretanto, dos 33,3% que estão associados na Associação dos Moradores também estão no Sindicato dos Trabalhadores Rurais esses acreditam que mesmo com as dificuldades é importante estarem organizado na associação, mas que ainda precisam entender melhor como funciona a cooperativa para que possam também participar. Os 3,3% que é sócio da cooperativa Coafatre também é da Associação e do Sindicato, pois esses acreditam que para solucionar os problemas que enfrentam na localidade é preciso participar dessas organizações para que tenham vozes e consigam serem ouvidos pelos líderes políticos do Governo Federal, Estadual e Municipal.

Os agricultores familiares (20%) já acessaram o PRONAF (B e C) para plantar mandioca e inhame compra de adubo, criação de gado bovino e de galinha caipira a partir de 2006. Nenhum dos agricultores entrevistados acessou o PAA e o PNAE, mas 56,7% dos agricultores possuem Aposentadoria Rural e 43,3% Bolsa Família. O que segundo esses agricultores é o que tem possibilitado melhoria em suas vidas.

De acordo com os agricultores (20%) que acessaram o Pronaf, antes de acessar essa política pública disseram não terem recebido assistência técnica de nenhum órgão público ou particular após o acesso apenas 6,7% relatou ter recebido assistência técnica da EBDA, ter conseguido aumentar a produção e comprado mais um hectare de terra, aumentando sua propriedade rural.

Os agricultores familiares (80%) relataram que antes de acessar alguma política pública (PRONAF, Aposentadoria Rural e Bolsa Família) pessoas das famílias saíram para outras cidades (São Felipe, cidades vizinhas e Salvador) e

outros Estados (São Paulo e Rio de Janeiro) em busca de trabalho e uma vida melhor. Apenas 20% das famílias dos agricultores não ocorreram saídas de pessoas para centros urbanos enfrentaram as dificuldades e permaneceram na localidade trabalhando.

Depois do acesso a alguma dessas políticas públicas os agricultores relataram (56,7) relataram que não saíram pessoas das famílias para grandes centros urbanos e 43,7% deles, mesmo com o acesso a alguma política pública a vida ainda estava muito difícil na localidade e pessoas da família saíram para outras cidades vizinhas e até de outros Estados em busca de trabalho e condições de vida melhor.

Nessa localidade, os agricultores (93%) antes de terem acesso a alguma política pública possuíam renda familiar de menos de 1SM e apenas 6,7% possuía entre 1 e 3SM. Após o acesso ao PRONAF, Aposentadoria Rural e o Bolsa Família, as famílias dos agricultores (53,3%) tiveram sua renda média por mês de menos de 1SM e 46,7% entre 1 a 3SM. O acesso a essas políticas públicas favoreceu a diminuição da renda das famílias caírem de 93% para 53,3%, ou seja, 39,7% com renda média de menos de 1SM e aumentando as famílias (6,7%) que possuíam renda média familiar mensal entre 1 a 3SM para 46,7% famílias na localidade, ou seja, 40,6% a mais. O que isso representa uma melhora para essas famílias e acesso à compra de alimentos, remédios, vestuários e eletrodomésticos.

Com o poder de compra para as necessidades básica e alguns eletrodomésticos, 43,3% das famílias dos agricultores aumentaram suas contas de energia elétrica de 10 a 30%, enquanto 40% deles entre 30 a 50% e 16,7% das famílias dos agricultores não ocorreram aumento, porque relataram ter comprado pouco ou nenhum eletrodomésticos.

Os agricultores familiares, quando questionado em que o apoio dessas políticas ajudou a melhorar ou não a vida de sua família, responderam os que acessaram o PRONAF:

“No aumento da produção”; “ajudou a plantar a minha roça de mandioca e consegui também depois produzir outra cultura”; “o que tenho hoje, foi depois do Pronaf”; “ele porque foi um incentivo a plantar e melhorar a vida na roça”; “na época ajudou bastante”; “ajudou a melhorar a plantação”; “ajudou um pouco na plantação, porque não é fácil consegui e cumprir em dias os pagamentos” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Enquanto que os agricultores tiveram acesso a Aposentadoria Rural:

“Em tudo, porque antes, não tinha o dinheiro certo agora tenho”; “a situação financeira só melhorou com a aposentadoria”; “melhorou muito a situação da família”; “a vida melhorou, mais”; “ajudou a comprar comida”; “ajudou em tudo”; “ajudou, porque parei de trabalhar na roça de terceiros a idade chegou e agora tenho como sobreviver melhor”; “ajudou muito no auxílio à saúde”; “parei de trabalhar a dia”; “ela é tudo de bom, sem ela não somos nada na velhice” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Já em relação aos agricultores familiares que acessaram o Bolsa Família: “melhorou um pouco”; “na alimentação”; “ajudou muito na alimentação da família”; “é um dinheiro a mais que entra”; “ajudou muito para nós que não tem nada”; “ajudou muita a minha família melhorar”; “depois dele foi que nossa família melhorou” (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Percebe-se que cada política acessada fez a diferença nas vidas das famílias dos agricultores, mas a que mais trouxe satisfação foi o acesso a Aposentadoria Rural. Para os agricultores que acessaram essas políticas públicas acreditam que para melhorar a relação com essas políticas e poderem acessar mais no que diz respeito ao PRONAF: “a diminuição de exigência para o financiamento, que o Governo ajudasse mais o homem na zona rural e informasse melhor o agricultor”. A Aposentadoria Rural a melhoria seria no aumento do valor e no que se refere ao Bolsa Família, além de não acabar com o programa fosse oferecido um projeto para emprego na zona rural (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Nessa localidade, 93,3% dos agricultores desconhece o que é ser um camponês, enquanto 6,7% acreditam que ser camponês “é a pessoa que trabalha na roça”. Para 56,7% compreendem que agricultor familiar é o trabalhador da zona rural que trabalha na roça com ou sem a família plantando de tudo para manter a sobrevivência da família, mas para 43,3% dos agricultores não souberam dizer quem era esse sujeito que vive no/do campo. Entretanto, 96,7% dos agricultores se identificaram como lavradores e apenas 3,3% como agricultor familiar.

Diante dos dados pesquisados entre as localidades percebe-se que o agricultor familiar do município de São Felipe apesar de algumas especificidades que foram aqui apresentadas entre eles, às localidades pouco se diferem umas das outras o modo de produzir tradicional ainda é preservado em muitos agricultores, o destino da venda dos produtos e o acesso a algumas políticas públicas apesar da influência adquirida por alguns agricultores por meio de agentes externos. É nesse contexto que os sujeitos que vive no espaço agrário do município de São Felipe

foram criando suas raízes enquanto lavrador, pequeno produtor, agricultor familiar e camponês.

3.3.8 Conclusão da análise das localidades

A partir das localidades analisadas nesta pesquisa ficou claro que lavrador é o termo que os agricultores nesse município se identificam, porém a categoria em que se encontram é de agricultor familiar produzindo para se integrar ao mercado. Sendo que a partir do modelo e relações na produção que ainda alguns dos agricultores utilizam para produzir seus cultivos como as sementes crioulas, a resistência dos agricultores às novas sementes e às técnicas de cultivos, trocas de sementes entre agricultores ou também pela realização de atividades entre eles nas suas propriedades atribuímos esses fatos como fortes características de agricultores camponeses. Apesar das influências que esses agricultores vêm recebendo dos agentes externos suas tradições de camponeses não se perderam.

Percebe-se que a falta de conhecimento dos agricultores em relação ao termo agricultor camponês está ligado à falta de informação dos agentes externos que não discutem esses conceitos e as discussões que são realizadas na academia sobre o camponês brasileiro não chegam até eles. Como para eles, isso não é importante, então, não procuram saber o significado de ser camponês, lavrador ou agricultor familiar. Porém, sabem que precisam ser identificados como lavrador para terem o direito à aposentadoria e agricultor familiar lhes permite participar das políticas públicas. Assim, para eles o mais importante é preocupar-se com o que devem plantar, colher, vender, trocar, comprar, os serviços que podem prestar na localidade ou na cidade e participar das políticas públicas que chegam até eles sem que tenham muitas burocracias. Buscam assim, melhorar suas vidas e de suas famílias para sua permanência no campo.

Também ficou nítido que nas localidades pesquisadas no município os agricultores familiares têm particularidades, pois em algumas delas (Fazenda Velha, Chaves, Bom Gosto) eles participam mais das associações rurais, discutem suas necessidades e buscam inserir-se em políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE) ou algum tipo de projeto, no caso da Localidade Chaves. Foi possível perceber a partir de alguns elementos (calçamento, caixa d'água, luz, posto de saúde e escolas) da infraestrutura básica compondo a paisagem nas praças das localidades. Elas

representam resultado de ações dos gestores públicos do município, atendendo solicitações dos agricultores familiares. Promovem melhorias nas localidades, mas deixam os agricultores cativos de seus favores.

No entanto, o nível de escolaridade entre os agricultores mesmo tendo conquistado algum nível educacional considera-se baixo, apontando o analfabetismo funcional. Mesmo que os agricultores tenham concluído o ensino fundamental do 1º ao 5º ano, 43,2% deles concluíram um ensino deficiente na zona rural e os que chegaram a concluir do 6º ao 9º ano, representam 24,4%, estes foram para a sede do município ou cidades vizinhas para realizar seus estudos. Já os 16,4% concluíram o ensino médio também se deslocando para as cidades. Em diálogo com esses agricultores foi possível perceber que muitos deles ainda não conseguem interpretar o que representam as políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE) e nem o que está por trás das intenções dos agentes políticos ou dos extensionistas que chegam às localidades com as promessas de melhorias. Acabam sendo manipulados por essas pessoas e dependentes da política partidária ou da troca de favores por décadas. Compreendemos que o cativeiro da terra continua se manifestando por relações diferentes e se reproduzindo.

Com base nos dados pesquisados, 65% das vendas dos agricultores familiares das localidades no município de São Felipe/BA são para atravessadores. Segundo relatos de alguns agricultores a maior parte dos atravessadores do município é formado por agricultores do próprio município que por possuírem mais terras, conseguiram se estruturar financeiramente e compraram veículos (caminhão), o que lhes permite comprar as produções (mandioca, inhame e outras) de vários agricultores nas localidades para a venda em outros municípios, incluindo Salvador.

Outros atravessadores são do município de Cruz das Almas/BA, alguns possuem terras outros não, porém são estruturados financeiramente, o que lhes permite poder de negociação na compra dos produtos cultivados pelos agricultores familiares do município de São Felipe/BA. Mesmo que alguns desses atravessadores possuíssem terras para o plantio, eles não se ariscam com as lavouras. O mais importante para eles é comprar a produção dos agricultores familiares a preços bem abaixo do mercado.

Entretanto, 27,6% da produção dos agricultores são destinados às feiras livres. Enquanto, 1,8% é destinada para o engenho de cana-de-açúcar e 0,4% para os alambiques da cidade. Esses agricultores familiares são os que possuem mais

áreas para plantio; entre eles estão alguns dos pequenos e médios estabelecimentos rurais do município. Ainda existem 4,9% dos agricultores que vendem suas produções de outras formas. Atribuímos às mulheres do Bom Gosto que tem desenvolvido cultivos de mandioca, aipim, inhame e outros em suas pequenas propriedades e a partir dos subprodutos desses cultivos são produzidos e feitos bolos, salgados, doces, tapiocas e sucos tendo como destino de comercialização a venda nas cantinas da UFRB e em alguns supermercados da cidade.

Por ser a maior parte (98,1%) dos agricultores do município minifundiaristas ou não possuem terra (30,2% de 225 dos entrevistados). Alguns deles desenvolvem atividades pluriativas porque a renda obtida com a produção dos cultivos não tem sido suficientes para eles. As demais atividades são estratégias para aumentar a renda e permitir a sobrevivência e permanecer no campo.

Dos agricultores entrevistados nesta pesquisa 28,4% respondeu ter acessado algumas das linhas do PRONAF (B, C e o Pronafinho). Destes, apenas 6,7% recebeu algum tipo de assistência técnica a partir do acesso ao PRONAF, o que consideramos um número muito baixo. Considerando as análises sobre o PRONAF realizadas por Santos (2007), inferimos que, provavelmente, esses agricultores que acessaram a assistência técnica, foram os que acessaram o PRONAF C. Já os que acessaram o PRONAF B, possivelmente não colocaram em seu financiamento esse tipo de assistência.

Porém, alguns dos agricultores disseram ter recebido assistência técnica em forma de palestras promovidas pela EMBRAPA, UFRB, EBDA, Secretaria de Agricultura do município e Sindicato dos Trabalhadores Rurais aplicadas em algumas associações rurais. Dessa forma não pode se considerar uma assistência técnica, mas apenas uma orientação.

Dos agricultores entrevistados, 31,1% disseram conhecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) do município de São Felipe/BA, porém não sabem o que ele faz. Esse Conselho foi homologado no município em 2015, como nos relatou o Sr. Nailson dos Santos Conceição técnico agrícola do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município em entrevista para este estudo. Porém ele vinha atuando com pouca ou quase nenhuma participação dos agricultores familiares. Assim, ocorreram algumas modificações que forma necessária devido à forma de atuação do Conselho com representação de

vereadores, técnicos da EBDA, sociedade civil e poder público. Onde as decisões eram realizadas a partir de interesses políticos beneficiando alguns agricultores familiares, principalmente os mais abastados e influentes nas localidades rurais para o acesso principalmente ao PRONAF.

Segundo Santos (2007), na estrutura de gestão do PRONAF existe a participação das instâncias municipal (Prefeitura Municipal), estadual (Governo do Estado) e federal (MDA), onde é representada por seus órgãos de coordenação e permite também participação de representação de entidades dos movimentos sociais organizados a partir dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável que são formados a partir de cada instância. Consideramos isso como um bom sinal no que se refere à participação das várias instâncias favorecendo parceria entre elas para a execução do programa.

A partir de discussões entre os presidentes das associações rurais, alguns agricultores familiares, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do apoio da UFRB foram propostas algumas mudanças na estrutura do CMDRS do município de São Felipe/BA para que não ocorresse mais representação de vereadores nem de técnicos da EBDA no Conselho. E que ele tivesse 50% de participação da sociedade civil organizada, também com a participação dos presidentes das associações rurais para que nas discussões ocorressem representação dos agricultores familiares do município a partir dos presidentes das associações fazendo o Conselho atuar de maneira a promover o desenvolvimento rural (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Ainda segundo o Sr. Nailson, o Conselho é composto por trinta e cinco (35) entidades, sendo cinco (5) do poder público e trinta (30) da sociedade civil, os agricultores são representados pelos presidentes das associações com seus respectivos suplentes. As reuniões ocorrem mensalmente onde são discutidos problemas relacionados à segurança na zona rural, assistência técnica e outros assuntos pertinentes para o desenvolvimento rural (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016). Dessa maneira o Conselho vem atuando no município é possível que a partir dele o PRONAF, o PAA e PNAE possam ser acessados pelos agricultores familiares.

De acordo com o MDA (2015) o Plano Safra 2015/2017 é direcionado para a Agricultura Familiar e com o compromisso de fortalecer a produção de alimentos saudáveis e mais sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental para

população brasileira. Com o PRONAF, foram disponibilizados o valor de R\$ 28,9 bilhões para custeio e investimento a agricultores familiares e assentados da reforma agrária para investimento na produção agrícola familiar no ano de 2015. Esse valor foi considerado como o maior já destinado ao programa. Dessa maneira, o MDA oferece assistência técnica a duzentos e trinta (230) mil novas famílias de agricultores familiares focados na produção sustentável de base agroecológica, além de apoio na elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) (MDA, 2015).

Espera-se com esses novos avanços no PRONAF que os agricultores familiares em todo o país consigam ter mais acesso ao programa e também mais assistência técnica. No entanto, no que se refere aos agricultores minifundiaristas do município de São Felipe/BA, esses precisam ter assistência técnica de forma gratuita e não os que acessaram o PRONAF C, pois eles são mais estruturados possuem mais áreas para a produção. Enquanto que os agricultores familiares que acessaram o PRONAF B, não tiveram assistência técnica gratuita; e os que as acessaram, tiveram foram acrescidos juros de 3%. Dessa forma, acredita-se que eles poderão conseguir produzir alimentos mais saudáveis, por meio de um modelo de produção (incluindo os de base agroecológica) mais sustentável favorecendo uma comercialização mais justa.

3.4 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA

As primeiras culturas desenvolvidas no município de São Felipe foram a mandioca, fumo, cana-de-açúcar e cereais. Seguindo a lógica de produção Brasil, Bahia e Recôncavo o município de São Felipe iniciou seus primeiros cultivos de cana-de-açúcar no ano de 1681, nesse período, o município produzia apenas pelos únicos proprietários os irmãos Felipe e Tiago. A partir de 1718, tornando-se vila, produziu além da cana-de-açúcar, mandioca e cereais para subsistência de sua população (IBGE, 1958).

A pequena produção da cana-de-açúcar no município de São Felipe desde o século XVI e final do XIX teve um papel importante para o município, pois estimulou ocupação do seu território, crescimento populacional e iniciou relações com o município de Nazaré e Salvador, além de outros municípios vizinhos. No entanto, segundo Brito (2008) tendo a produção de cana-de-açúcar, diminuído a partir do

século XIX, no Recôncavo Baiano após sucessivas crises estabelecidas pela produção do açúcar devido à concorrência externa ao açúcar brasileiro. O que isso favoreceu o município intensificar outros cultivos como a produção do café voltada para a exportação e a produção de farinha para abastecer a população local e Regional.

Em 1880, São Felipe cultivava mandioca para produção da farinha em um sistema de subsistência, mas o excedente era destinado ao mercado da região, do Sertão e de Salvador (SANTOS, 2013). Nesse período, segundo Santos (2013) as práticas agrícolas que eram utilizadas no campo ainda eram, na sua maior parte, força física do pequeno agricultor e seus familiares, agregados e rendeiros com seus instrumentos de trabalho (enxada, facão, foice) e tração animal. Nesse sistema de manejo pouco se impactava o solo e o meio ambiente, pois não se utilizava adubo químico e nem agrotóxicos. Esse modelo de produção foi estruturado do modelo tradicional de produção agrícola, seguindo exemplos de camponeses e aperfeiçoando com as técnicas (instrumentos) que foram sendo implementados pelos europeus.

A partir dessas análises realizadas por Santos (2013) é possível perceber que os agricultores familiares nesse período no município já possuíam fortes características camponesas, pois realizavam a produção para subsistência com a família e o excedente para a venda e utilizava para o trabalho força física e instrumentos básicos no plantio.

Ainda segundo o autor que analisou os inventários de heranças de propriedades rurais do município de São Felipe, onde foram comparadas entre o final da década de 1880 e início de 1890 para entender as características do cultivo da mandioca e da produção de farinha no município, sendo que entre as propriedades estudadas na sua maioria existiam casa de farinha, engenho de açúcar e casa de beneficiar o café. Para o autor as propriedades que ocupavam muitos animais para a realização dos trabalhos, desenvolviam as três funções produtivas e tinham aprimoramentos técnicos arguidaste nas casas de farinha para produzir sendo essas propriedades de pessoas com poder aquisitivo alto, força política e influência regional.

É nesse processo de produção agrícola que as forças políticas do município de São Felipe vão se estruturando e firmando as suas influências regionais e locais. Segundo o Jornal Escudo Social (1934), São Felipe em 1934 era uma zona

produtora de café, Tipo Fino para exportação. Tendo o prefeito, o Sr. Carlos Moura e Albuquerque da vila São Felipe em constante apelo ao Departamento Técnico do Café do Estado da Bahia, solicitado à concessão de auxílio para os que produzissem café Tipo Fino. O qual foi atendido, sendo decretado no município o Ato Nº 73 de 30 de maio de 1934:

Art. 1º Fica isento do imposto de exportação todo café considerado Tipo Fino, exportado por lavrador ou negociante deste Município;

Art. 2º Todo Agricultor que exportar deste Município ou expor á venda quantidade superior a 30 arrobas de café Tipo Fino, fica isento do imposto Rural por 4 anos;

Art. 3º Para incrementar a produção do café considerado Tipo Fino, fica instituído por este Prefeito um premio de 500\$000, além das vantagens dos Art. 1º e 2º, para o primeiro Agricultor que produzir e expor á venda quantidade superior a 100 arrobas de café Tipo Fino.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario (ESCUDO SOCIAL,1934).

Percebe-se com isso que o poder público local incentivava a produção voltada para a exportação seguindo a economia nacional e a figura do lavrador como importante para o município. Ainda de acordo com o Escudo Social (1934), o município nessa época também produzia outros produtos como indica a tabela do Imposto de Exportação com valores expressos na moeda Réis apresentada pela Prefeitura Municipal de São Felipe em 10 de março de 1934:

Por arroba de café bruto \$ 300

Por arroba de café beneficiado \$ 200

Por arroba de fumo em bruto \$ 400

Por arroba de fumo beneficiado \$ 300

Carga assucar \$ 600

Carga farinha \$ 600

Carga frutas \$ 400

Carga de aguardente 1\$400

Carga de madeiras \$ 800

Cada couro verde ou salgado \$ 400 (ESCUDO SOCIAL,1934).

Entre esses produtos ainda encontramos fortes produção no município como a farinha de mandioca, frutas e produção de aguardente. É importante informar que 1920 foi registrado pelo IBGE no recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920 que o município produziu em dois estabelecimentos rurais de um total de 752 estabelecimentos com área total de 21.011 ha, o correspondente a 0,2 toneladas de arroz de sequeiro em 0,15 hectares e 0,1 toneladas de trigo em 0,20 hectares, sendo que a área total de 4.011 hectares era destinada aos cultivos de arroz, mandioca, milho, trigo, feijão e cana de açúcar (IBGE, 1924 p. 112; 351). No

entanto, os agricultores familiares, técnicos e agentes políticos desse espaço desconhecem os cultivos de arroz e trigo que o solo de São Felipe produziu mesmo que em pequena quantidade produtos importante para a mesa da população.

Na evolução do processo de produção no município os agricultores familiares foram deixando de produzir alguns cultivos (café, arroz, fumo, trigo) e introduzindo outros como o inhame e a araruta que são produzidos no município, mas não têm sido registrados os dados da produção pelo IBGE. De acordo com o IBGE, no que se refere à produção agrícola permanente para os anos de 2004 a 2014 (Tabela 16), os agricultores familiares do município tem produzido laranja, limão e banana como frutas que mais tem representação na alimentação e para a venda da produção dos agricultores familiares.

Observa-se que a laranja, entre as frutas produzidas no município apresentou-se ser a mais produzida e que mesmo passando a declinar durante os últimos anos, passando de 8 mil para 6 mil toneladas de 2012 para 2014, não deixou de ser produzida pelos agricultores familiares nas localidades rurais. A produção de frutas tem como destino para comercialização o comércio da cidade de Salvador, a feira livre do município e de cidades vizinhas.

Tabela 16 - Produção Agrícola permanente em São Felipe/BA por toneladas (t) de 2004 a 2014

Produtos (toneladas)	2004	2006	2008	2010	2012	2014
Banana	596	800	784	744	920	671
Café	7	7	8	-	-	-
Laranja	10.032	7.699	7.826	7.220	8.037	6.851
Limão	1.044	1.160	1.120	1.160	1.200	1.200
Mamão	52	-	-	-	-	-
Maracujá	38	95	114	85	119	68
Tangerina	161	192	216	200	196	110
Coco-da-bahia (mil frutos)	95	109	124	150	150	155

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base em IBGE 2004 a 2014

Enquanto que, o café até 2008 mesmo que em pequena produção (8 toneladas) era cultivado por alguns agricultores familiares para o consumo das famílias do município, o que posteriormente deixou de ser produzido pelos agricultores familiares mesmo que apenas para o consumo. O mamão apresentou-se uma expressividade (52 t) de produção apenas no ano de 2004 e tampouco

apresentou mais produção para os últimos anos. Enquanto que, frutas como o maracujá, tangerina e coco da Bahia mesmo que apresentando variações durante os anos de 2004 até 2014 não deixaram de ser cultivados pelos agricultores familiares de São Felipe. Essas frutas têm como destino de comercialização a cidade de Salvador e feira livre local.

Já os cultivos temporários para esses mesmos anos (Tabela 17) tem na mandioca, cana de açúcar, amendoim e na batata doce os produtos com maior produção. A produção de amendoim apesar de apresentar expressividade é produzida de março a agosto para abastecer as festas juninas em algumas cidades do Recôncavo e no próprio município. Enquanto, a produção de batata doce apesar de ser temporária os produtores produzem em pequena quantidade em suas áreas de produção por várias vezes durante o ano para consumo e venda na feira livre do município.

Por outro lado, percebe-se que a mandioca vem declinando a produção gradativamente nos últimos quatro anos, passando de 32 mil para 15 mil toneladas, de 2008 para 2014, produção destinada às casas de farinha das localidades rurais no município que produzem farinha de mandioca, beiju, goma e tapioca. Produtos que são comercializados na cidade de Salvador, Feira de Santana, feira livre local e de outros municípios.

Tabela 17 - Produção Agrícola temporária em São Felipe/BA por toneladas (t) de 2004 a 2014

Produtos (toneladas)	2004	2006	2008	2010	2012	2014
Amendoim	294	305	305	290	272	183
Batata doce	238	264	248	224	224	128
Cana-de-açúcar	14.280	20.250	20.385	20.835	20.030	24.300
Feijão (grão)	29	40	58	96	98	94
Fumo (folha)	173	264	164	-	3	10
Mandioca	32.880	34.500	32.480	22.100	18.000	15.260
Milho (grão)	35	45 t	62	110	104	114

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base no IBGE 2004 a 2014

A cana de açúcar, inclusive aumentou de 20 para 24 mil toneladas entre 2012 e 2014, respectivamente. Sendo a produção voltada para produtores que possuem

engenhos de produção de melaço, rapadura e açúcar mascavo abastecendo também os alambiques para a produção de cachaça no município (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Em relação à pecuária no município no período de 2004 a 2014, percebe-se um decréscimo do gado bovino em 2010 (com 13,5 mil cabeças) voltando a crescer em 2014 (para 16 mil cabeças) (Tabela 18).

Tabela 18 - Pecuária em São Felipe/BA por cabeças (c) de 2004 a 2014

Animais (Rebanho)	2004	2006	2008	2010	2012	2014
Asininos	1.024	1.007	988	960	530	-
Bovinos	23.456	14.566	14.048	13.502	13.669	16.746
Caprinos	328	313	329	295	270	268
Equinos	425	431	439	432	420	418
Galos, galinhas, pintos	58.678	60.220	62.273	65.418	67.231	69.520
Muare	3.086	3.042	2.975	2.813	1.200	-
Ovinos	2.654	2.706	2.757	2.656	650	640
Suínos	4.531	4.607	4.839	4.948	4.888	4.730

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base em IBGE 2004 a 2014

No entanto, apesar da produção durante os anos de 2004 a 2014 apresentar variações não deixou de ser produzido pelos agricultores familiares. Esses agricultores são os que possuem mais áreas e produzem menos alimentos. Além do gado bovino, é destacada a produção de aves no município de São Felipe apresentando constante crescimento ao longo dos anos. A criação de galinha caipira foi aumentando principalmente pelo incentivo da EBDA através do PRONAF, PRONAFINHO e AGROAMIGO aos agricultores familiares do município a partir de 2000. (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

No que se refere a produção de caprinos, ovinos e suínos, os mesmos são produzidos pelos agricultores familiares e abastecem o mercado de carne do município. Sendo que, entre eles a produção de suínos é a mais expressiva. Enquanto que, a produção de asininos e muare apesar de decrescerem a cada ano desde o processo de ocupação do município os agricultores familiares utilizam como

fortes aliados no trabalho para a produção dos cultivos no campo, nas casas de farinhas, nos engenhos de produção de melão e como meio de transporte da produção do campo para a unidade familiar ou outras unidades nas localidades do município. Já a produção de equinos, além dos animais serem utilizados como meio de transporte dos agricultores familiares são produzidos também com intuito de participação em rodeios e cavalgadas no município e em outros do Recôncavo (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Observa-se que apesar de encontrarmos oscilações na produção permanentes ou temporárias, apresentadas em algumas delas, a maioria são produzidas por agricultores familiares minifundaristas. Sendo que, a variedades de produtos indica a potencialidade que tem esses produtores de produzirem mesmo que em áreas pequenas. E que, existem produtos como a mandioca que permanecem desde a época da ocupação do município demonstrando com isso, a existência de cultivos tradicionais produzidos por um tipo de agricultor familiar específico nesse município. Assim, é importante que os agentes políticos nesse município juntamente com os agricultores familiares compreendam esse contexto de produção e busquem medidas que venham a incentivar o aumento dos produtos que vem apresentando decréscimo.

3.5 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA

As políticas públicas direcionadas para a zona rural no Brasil que em geral tem favorecido aos fazendeiros do agronegócio pouco têm contribuído para a melhoria dos agricultores familiares que tem suas origens camponesas, indígenas, quilombola, pescadores e outras que formam os chamados povos tradicionais. Tendo assim como alternativa para a reprodução desses grupos o fortalecimento da formação de organizações coletivas como o associativismo rural, cooperativismo agropecuário e sindicalismo dos trabalhadores rurais um mecanismo de conquistas de lutas por direitos e empoderamento.

Diante das diferentes dificuldades desses grupos de agricultores, principalmente no que se refere aos agricultores familiares do município de São Felipe/BA, para vencerem as dificuldades que estão relacionadas à questão do tamanho da área para a produção e comercialização da produção cotidianamente

encontraram na organização associativa uma alternativa de luta democrática para garantir a viabilidade da produção e comercialização, reprodução dos agricultores familiares e manutenção do modo de vida. No entanto, o associativismo no município foi incentivado nas localidades rurais pelo Estado através da empresa EBDA com apoio municipal a partir de 1998 para o acesso ao PRONAF.

Para Ganança (2006) de acordo com a teoria democrática liberal a democracia funciona como um procedimento que permite sistemas políticos representativos. Sendo que na visão de Alexis de Tocqueville, segundo Ganança (2006) um dos clássicos do século XVIII nos estudos para o desenvolvimento da democracia e um dos primeiros intelectuais políticos acreditava que, o associativismo era uma das formas de organização da sociedade civil que fortaleceria o sistema democrático.

Ainda segundo o autor, o associativismo é essencial para a manutenção e estabilidade do sistema político pela possibilidade de unificar pessoas com interesses individuais, expressão na esfera pública e capacidade de formação educacional dos associados para a prática da democracia.

Nesse sentido, o associativismo tem possibilitado desde 1980 aos agricultores familiares superar as implicações provocadas com a modernização da agricultura brasileira que favoreceu aos grandes e médios produtores através de créditos subsidiados pelo Governo. Essa forma de organização foi fortalecida no cenário das discussões e lutas dos agricultores familiares preocupados na obtenção de crédito agrícola para melhoria da produção e comercialização, sendo analisado que o acesso e permanência na terra necessitavam de mais garantias para que os agricultores familiares pudessem resolver seus problemas relacionados à situação precária que vivenciavam no seu cotidiano (ALMEIDA, 2014).

Segundo Grisa (2012) é importante lembrar que as décadas de 1960 e 1970 a agricultura brasileira foi fortemente incentivada pelo Estado através de diversas instituições (Quadro 6) e políticas públicas que foram criadas e reformuladas para modernizar e melhorar os padrões de produção e gestão dos estabelecimentos rurais.

As instituições criadas e reformuladas nesse período (1960 a 1970) tiveram papel importante para o fomento da modernização da agricultura brasileira. Sendo que a política de crédito rural subsidiado iniciado com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi considerada de 1965 a 1976 o “carro-chefe” no processo de

incentivo de uma política voltada para a abertura da economia e crescimento das exportações agrícolas pela oferta de crédito rural que favorecia grandes agricultores e alguns médios produtores, principalmente nas regiões Sul e Sudeste favorecendo a expansão da produção de soja na região Sul (DELGADO, 2010).

Quadro 6 - Instituições criadas e políticas públicas reformuladas em 1960 e 1970 para a modernização da agricultura brasileira

Ano	Instituições e políticas públicas reformuladas
1964	Sistema Nacional de Crédito Rural
1966	Reformulação da PGPM e regulamentação do seguro agrícola
1973	Constituição da EMBRAPA
1974	Constituição da EMBRATER; dos incentivos fiscais às exportações; as minidesvalorizações cambiais; os subsídios à aquisição de insumos; a tributação diferenciada; a expansão da fronteira agrícola; e o desenvolvimento de infraestruturas.

Fonte: Adaptado por JESUS, S. S. B. de. Com base em GRISA (2012, p. 70)

Ainda segundo Delgado (2010) nesse período foram excluídas pelo Governo Militar e por organismos internacionais os pequenos agricultores, assalariados rurais (boias-frias), populações rurais (sem-terra) do processo de modernização, os quais eram considerados como populações de “baixa renda”. Para esses grupos principalmente da região do Nordeste eram disponibilizados e difundidos pelo Banco Mundial por toda a América Latina os “projetos de desenvolvimento rural integrado”.

Nesse contexto, de fortalecimento da modernização da agricultura no país que a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA)⁴⁶ foi criada em 1991 pelo Governo do Estado da Bahia para atuar na prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária em todo território baiano. O projeto de Lei 21.007/2014 do Governo Ruy Costa da Bahia criou a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), composta pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER); a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR); e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) (ASBRAER, 2014).

No município de São Felipe/BA as associações rurais foram sendo estruturadas a partir da assistência técnica da EBDA no final da década de 1990 para que os produtores rurais tivessem acesso ao PRONAF. Para o acesso dos produtores ao programa era importante que os agricultores estivessem organizados

⁴⁶ Extinta em janeiro de 2015 pelo Projeto de Lei 21.007/2014 do Governo Ruy Costa.

em associações rurais. Desse modo, o Estado representado pela EBDA em parceria com a Prefeitura Municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe e a CAR iniciou o trabalho nas localidades rurais do município, onde conseguiram estruturar inicialmente dez associações rurais nas localidades: Barlavento; Bom Gosto; Chaves; Campo das Flores; Copioba Mirim; Ferreira/Retiro; São José dos Pilões; Sapezinho do Bom Gosto; Terrão/Jenipapo, Vila Caraipe e Xangó (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Segundo a Sra. Solange Sardinha ex. técnica da EBDA, as associações rurais foram se estruturando com:

O trabalho de assistência técnica que foi iniciado no município pela EBDA a partir do final de 1998 e continuando no ano de 1999 com o incentivo para a organização das associações rurais nas comunidades rurais. Nós começamos dando incentivo à constituição das associações, logo após veio a política pública do PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar, onde São Felipe sempre foi um dos municípios do Recôncavo que tem um índice maior de agricultores familiares. Assim, nos começamos um trabalho primeiramente de conhecimento, buscamos parceria com o Banco do Nordeste que trazia as informações para o município via associações rurais através de sua diretoria nas reuniões das comunidades. E também uma parceria com a CAR, onde mobilizamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe, a Câmara dos vereadores e os produtores rurais das comunidades, onde a CAR explicava o que era uma associação. Tendo comunidades que foi necessário várias reuniões explicando, até os produtores acreditarem e decidirem se organizar. As dez primeiras associações constituídas no município não teve interferência política partidária, após, sim, as informações foram sendo ampliadas as pessoas foram tendo conhecimento e vendo que era um benefício para os dois lados e aí foram surgindo outras associações rurais com apoio de vereadores, prefeitos do município e outros políticos. Isso tudo contribuiu para a melhoria dos produtores, mas a base inicial das primeiras associações foi muito bem constituída (SOLANGE SARDINHA, entrevista concedida em trabalho de Campo, Agosto/2016).

De acordo com os relatos dos presidentes de associações sobre a história da fundação de suas associações apresentado nos Relatórios de Trabalho de Acessória das Associações Rurais em São Felipe em 2009 realizado pela Secretaria de Agricultura municipal, das vinte associações rurais criadas a partir de 1998 (após as dez primeiras serem constituídas com o apoio da EBDA) a maior parte foi incentivada por algum político ou pessoas ligadas a partidos políticos do município. Isso deixou os agricultores sempre na dependência de suas decisões e, assim, sem autonomia para administrar seus interesses coletivos.

Segundo o Sr. Nailson dos Santos Conceição técnico agrícola do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

As associações da localidade do Chaves, Fazenda Velha e a do Terrão são as que mais tem se destacado no município, isso é atribuído quando a associação tem uma direção de trabalho coesa, onde todos participam e conseguem entender a questão do trabalho, como exemplo: a associação da Fazenda Velha vem tendo um número satisfatório de participação de seus associados nas reuniões ordinárias, onde conseguem decidir juntos os problemas, isso também se justifica porque foi uma associação que teve muitos problemas, então hoje conseguem resolver as dificuldades e crescer. Atualmente muitas das associações rurais no município ainda sofrem influência política, troca de favores e benefícios, mas tem aquelas que são independentes e buscam tomar suas decisões em conjunto e não aceitam tudo o que as pessoas de fora apresentam como as da Fazenda Velha, a do Chaves, a do Terrão e a do Bom Gosto que quando recebem alguma proposta de pessoas ou profissionais ligados ao Governo Federal, Estadual e Municipal buscam informações com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para saber se é bom ou ruim (NAILSON CONCEIÇÃO, entrevista concedida em trabalho de Campo, Agosto/2016).

O que explica também a maior parte (90%) das associações rurais constituídas no município não conseguirem desenvolver uma gestão participativa por seus sócios sem que aja influência de algum agente político. Nesse processo de participação dos associados nas associações rurais do município foi perguntado aos agricultores familiares entrevistados nas localidades em que tipo de organização social participa? A maior parte (52,4%) dos agricultores familiares, responderam estar associados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, 36,9% nas Associações Rurais e apenas 10,7% associados a uma Cooperativa Agropecuária (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A partir dos dados apresentados (Quadro 7) foi possível perceber que, das sete localidades pesquisadas, a da Fazenda Velha é a que possuem maior número de agricultores familiares participando da associação rural e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (95%), a do Bom Gosto com 60% dos agricultores participando da associação e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 40% dos agricultores participam do cooperativismo, sendo essa localidade com a maior representação de agricultores participando do cooperativismo.

Ainda nesse contexto, a localidade Chaves como a terceira localidade que possuiu uma expressiva (50%) representação de agricultores associados na associação rural. A localidade do Caboclo tem representação maior (60%) dos

agricultores associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, porém não foram encontrados agricultores sócios de cooperativas nessa localidade. O mesmo aconteceu com a localidade Pitinga. Os agricultores familiares da Pitinga e da Vila Caraipe tem mais de 60% da representação de seus agricultores organizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Quadro 7 - Tipo de organização que o Agricultor Familiar no município de São Felipe/BA participa

Localidade	Tipo de Organização Social	Sócios	%
Bom Gosto (40 agricultores entrevistados)	Associação Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais	24	60
	Cooperativa Agropecuária	16	40
Total		40	100
Localidade	Tipo de Organização Social	Sócios	%
Barlavento (30 agricultores entrevistados)	Associação Rural	9	30
	Cooperativa Agropecuária	1	3,3
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	20	66,7
Total		30	100
Localidade	Tipo de Organização Social	Sócios	%
Chaves (30 agricultores entrevistados)	Associação Rural	15	50
	Cooperativa Agropecuária	5	16,7
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	10	33,3
Total		30	100
Localidade	Tipo de Organização Social	Sócios	%
Caboclo (40 agricultores entrevistados)	Associação Rural	16	40
	Cooperativa Agropecuária	-	-
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	24	60%
Total		40	100
Localidade	Tipo de Organização Social	Sócios	%
Fazenda Velha (20 agricultores entrevistados)	Associação Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais	19	95
	Cooperativa Agropecuária	1	5
Total		20	100
Localidade	Tipo de Organização Social	Sócios	%
Pitinga (35 agricultores entrevistados)	Associação Rural	11	31,4%
	Cooperativa Agropecuária	-	-
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	24	68,6
Total		35	100
Localidade	Tipo de Organização Social	Sócios	%
Vila Caraipe (30 agricultores entrevistados)	Associação Rural	10	33,3
	Cooperativa Agropecuária	1	3,3
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	19	63,4
Total		30	100

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base na pesquisa de campo, 2016

O número de agricultores participando da cooperativa na localidade do Bom Gosto está relacionado ao incentivo do grupo de mulheres agricultoras que vem buscado juntamente com a Universidade Federal do Recôncavo apoio nas suas ações relacionadas à fabricação de subprodutos a partir da produção de mandioca.

O cooperativismo é um modelo de organização coletiva utilizado por diversos povos como estratégia para o desenvolvimento dos grupos, que se agrupavam para viver de diversas maneiras associadas formando a sociedade (JESUS, 2012). Segundo Santos (2009) o surgimento do cooperativismo ocorreu no século XIX em países da Europa iniciando na Inglaterra Suíça, Alemanha e França.

Com o aumento das problemáticas sociais no mundo, principalmente no setor trabalhista após a Revolução Industrial onde foi intensificada a exploração da jornada e sujeição de trabalho de crianças, jovens e adultos. Surge nesse cenário de crise econômica, política e social na cidade de Rochdale (Inglaterra) em 1884 a primeira experiência de cooperativismo de consumo no mundo. Essa primeira experiência foi formada por um grupo de trabalhadores tecelãs que resolveram se organizar em um sistema cooperativista para superar os efeitos da crise econômica que assolava o país marginalizando grande parte da população da economia de mercado e da sociedade (JESUS, 2012; CHAVES, 2010).

Segundo Chaves (2010) no Brasil as primeiras formações de cooperativismo surgem em 1891, na cidade de Limeira, no estado de São Paulo com a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Após essa primeira experiência surge em 1894, no Rio de Janeiro a Cooperativa Militar de Consumo; em 1895, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe ou Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, em Pernambuco e em 1897 a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas.

De acordo com Oliveira B. (2006) as primeiras formações cooperativistas no Brasil foram criadas com duplos interesses. Isso porque a formação ocorria por parte dos próprios associados com objetivos de atender suas necessidades, ou por alguns patrões, esses com objetivo de transferir obrigações para as cooperativas.

Segundo Maurer Junior (1966 *apud* Oliveira B. 2006) as cooperativas constituídas por interesses dos patrões eram do ramo de consumo, que inicialmente tinha como proposta ajudar os trabalhadores amenizar a situação difícil que enfrentavam em consequências dos baixos salários recebidos. Porém, era uma

estratégia da classe patronal para que os trabalhadores mudassem o eixo de suas reivindicações e concentrassem atenções na problemática dos baixos salários nas relações capital *versus* trabalho.

Foi dessa maneira que as cooperativas foram criadas e fortalecidas no Brasil, porém com o passar do tempo elas foram sendo constituídas com maior intensidade pelos trabalhadores como sociedades fechadas ligados a um sindicato ou a um partido político. Esses tipos de cooperativas formadas como sociedades fechadas traíam os princípios *rochdelianos* de sociedades abertas (MAURER JUNIOR, 1966 *apud* OLIVEIRA B. 2006).

Para Oliveira B. o cooperativismo foi se propagando em todos os estados do território nacional com mais intensidade a partir de 1932 com a implantação do Decreto nº 22.239, do governo Getúlio Vargas. A partir de 1945 o Governo como medida de fortalecimento as cooperativas oferece vários incentivos materiais e fiscais. Em 1951 foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o qual foi extinto no governo de Fernando Collor de Mello. Entretanto, com a promulgação da Lei nº 5.764 em 1971 e o reconhecimento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) favoreceram para o aumento de organizações cooperativas no Brasil (CHAVES, 2010).

Para Nasciutti et al. (2003) atribui o aumento de formação de organização de cooperativas no Brasil a partir de 1997 como uma alternativa para superar o desemprego e as mudanças que vem ocorrendo na economia do país. Nesse sentido, Oliveira B. (2006) o cooperativismo como alternativa ao desemprego e exclusão social que o país tem enfrentado nas últimas décadas, significa fortalecer as práticas de economia solidária que vem sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais desde 1980.

De acordo com Chaves (2010), o ramo do cooperativismo que mais tem se destacado no país é o agropecuário, o qual vem fomentando a economia e contribuído na qualidade de vida dos agricultores familiares. Ainda segundo a autora, na Bahia as cooperativas agropecuárias vêm promovendo desenvolvimento socioeconômico ao espaço rural de maneira significativa.

No município de São Felipe/BA o cooperativismo foi surgindo através da influência de agentes externos⁴⁷ do Governo Estadual e Federal que com intuito de promover o desenvolvimento local a partir da agricultura familiar incentivou a união de 40 (quarenta) sócios agricultores familiares em 10 (dez) localidades (Sapezinho, Cangalheiro, Retiro, Pequi, Terrão, Jaqueira, Jenipapo, Ferreira, Sobradinho e Fazenda Velha) para a formação da Cooperativa Agrícola dos Produtores Rurais de São Felipe (COMASFE) criada na década de 1980 (JESUS, 2012).

Essa cooperativa segundo Chaves (2010) foi à primeira iniciativa de cooperativismo no município com o objetivo de estimular desenvolvimento e defender atividades sociais, econômicas e culturais, assim como, a venda da sua produção agrícola no mercado nacional e internacional uma iniciativa que estava voltada para melhorar a produção de mandioca e a situação de pobreza que vivenciava a população rural pela falta de terra para produzir.

Porém, essa cooperativa no município enfrentou dificuldades para continuarem com suas atividades, nesse sentido a COMASFE desde 2002 paralisou suas atividades devido à falta de experiência em gestão participativa, sendo que vários sócios que participavam da gestão da cooperativa, “deixavam-se vencer por sentimentos de posse que os levavam administrar a cooperativa como se fosse um empreendimento particular e individual” (JESUS, 2012, p. 8).

A partir dessa primeira iniciativa de cooperativismo no município outros agricultores familiares de outras localidades do município de São Felipe/BA e de cidades circunvizinhas resolveram se unir e estruturaram no município mais duas iniciativas de cooperativismo a Cooperativa Agroindustrial do Recôncavo da Bahia (COOPERRECÔNCAVO) fundada em 1997 por 50 (cinquenta) agricultores familiares dos municípios de Maragogipe, São Felipe, São Félix e Cruz das Almas, localizados no Território de Identidade Recôncavo Baiano, cujo objetivo era facilitar o acesso dos agricultores familiares à linha de crédito do PRONAF, comercializar os produtos desses agricultores principalmente o inhame. Até 2010 a cooperativa contava com 312 cooperados, mas paralisou suas atividades em 2007 (CHAVES, 2010).

⁴⁷ Do projeto piloto experimental Módulo Agroindustrial de Mandioca para Produtores de Baixa Renda, parte integrante do Projeto de Nutrição Brasil/BIRD (PNBB), coordenado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e executado pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Estado da Bahia (CEPED) através do Programa de Tecnologia Agroindustrial (PROAGRO) (CHAVES, 2010, p. 101).

Segundo o agricultor familiar e presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar do Território Recôncavo (COOAFATRE) o Sr. Edmilson de Oliveira Rocha o que levou a paralisação dessa cooperativa foi à falta de conhecimentos sobre gerenciamento de cooperativa e união entre os cooperados fazendo com que a cooperativa se endividasse e não conseguisse realizar os objetivos propostos (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Outra experiência de cooperativismo no município foi a COOAFATRE fundada em 2007 por 26 cooperados dos municípios de São Felipe, Maragogipe, Cruz das Almas e São Félix. Com finalidade de fortalecer a comercialização dos produtos da agricultura familiar na região. Essa ainda é a experiência de cooperativismo com participação de 82 cooperados no município que vem sendo desenvolvido e conta com o apoio da UFRB através do projeto de assistência técnica do grupo Agro Vida (CHAVES, 2010).

A partir dos dados levantados a respeito da organização cooperativista no município foi possível perceber que, por duas vezes, a falta de conhecimento sobre gestão cooperativa foi um fator preponderante para o desenvolvimento das atividades das cooperativas COMASFE e COOPERRECÔNCAVO, sendo que o apoio da UFRB, através do grupo Agro Vida, tem sido positivo para o desenvolvimento da COOAFATRE que permanece com suas atividades funcionando segundo o presidente (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A organização social dos agricultores familiares do município em associações foi sendo formada a partir da iniciativa do processo de organização para acessar o PRONAF, o cooperativismo a partir do apoio do Estado, ambas estruturadas sob forças políticas, ou seja de cima para baixo. Porém outra forma de organização dos agricultores ocorreu desde 1969 com a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), sendo essa a primeira iniciativa de formação organizativa social entre os agricultores familiares do município e a que mais possui associados foi iniciada por forças da organização de iniciativas de um pequeno grupo de agricultores familiares, ou seja, de baixo para cima.

Segundo o Relatório Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São Felipe (2009), o Sindicato foi fundado em 1969 por um grupo de

oito trabalhadores rurais⁴⁸ cujo objetivo era organizar os homens e mulheres do campo para lutar por direitos (direito a vida, terra, saúde, moradia, educação e outros) com apoio da arquidiocese de Salvador que capacitou o grupo através de cursos com conhecimentos gerais relacionados à formação do sindicalismo durante seis meses na cidade de Salvador antes de sua fundação.

Ainda de acordo com o relatório após a fundação o primeiro presidente eleito pelos sócios o Sr. Saturnino Lima Souza, o qual buscou apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG) para orientá-los nas questões burocráticas (registrar a entidade junto ao órgão competente, realizar prestação de contas e outros).

Nesse processo de formação pelo grupo, muitas dificuldades foram encontradas pelo grupo como:

[...] na época não existia facilidade de comunicação e locomoção, os homens e mulheres corajosos visitaram todo o município, montados a cavalos para levar a boa notícia aos trabalhadores rurais, aí criou um burburim danado entre os trabalhadores e patrões uns diziam que era bom, outros diziam que coisa boa não chegava para o pobre da roça, os patrões por sua vez começaram a sentir-se ameaçado e diziam: “o diabo esta solto com este tal de Sindicato” e ameaçavam seus agregados, foi difícil para o pequeno grupo conscientiza alguns trabalhadores para fazer parte do quadro dos primeiros sócios, com muitas dificuldades conseguiram da o primeiro passo [...] (STRSF, 2009).

Porém, apesar das dificuldades encontradas pelos sócios o STR desde a sua fundação tem procurado incentivar os agricultores familiares do município a uma vida mais digna, principalmente no que se refere a buscar por seus direitos tornando-se assim “A voz do Homem e da Mulher do Campo” (STRSF, 2009).

Nesse sentido, de acordo com o STRSF (2009) a identificação procura orientar e capacitar os agricultores familiares do município sócios ou não sócios, que não sabiam ler e escrever, não possuía acesso à rádio e televisão antes de sua fundação. Assim, as reuniões e assembleias do Sindicato funcionavam como uma escola para os agricultores. Outra importante conquista dessa organização social para os agricultores foi o convênio Funrural, firmado a partir de 1971 entre o STR e o Governo Federal que dava assistência médica gratuita aos agricultores familiares e aos sanfelipenses. Além disso, doava sementes, ferramentas, adubos e cestas

⁴⁸ Os senhores Saturnino Lima Souza, Malaquias, João Queiroz, Flaviano e as senhoras Dona Beatriz, Maria do Carmo, Luzia e Joana de Nazário (STRSF, 2009).

básicas para os sócios e encaminhava os agricultores com 65 anos para a conquista de suas aposentadorias. O programa de assistência médica do Funrural extinto e instituído o Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990 pelo Governo Fernando Collor de Mello. Mas o Sindicato não deixava de organizar e orientar os agricultores para lutar por dignidade e respeito.

Com base nos dados do Relatório do STR (2009), em 1988 uma mulher assumiu a presidência do Sindicato a Sr^a Joana de Nazário. A mesma enfrentou dificuldades relacionadas aos direitos dos agricultores no município como despejos de arrendeiros pelos donos das terras e reivindicações trabalhistas dos funcionários contratados que prestavam serviços pelo Funrural no STR. Contudo, a presidenta enfrentou os problemas buscando soluções para os mesmos fazendo com que, dezenas de famílias da localidade Fazenda Xangô conquistassem o título de propriedade emitida pelo Governo do Estado. É importante resaltar que o STRSF sempre recebeu apoio da diocese de Amargosa para enfrentar problemas relacionados às questões jurídicas e que em 1991 através de um projeto com a igreja da Alemanha proporcionou assistência jurídica aos sócios do Sindicato.

Nesse processo de lutas e conquistas pelos sócios do STRSF, em 1996, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) firmou convênio com a Previdência Social para que aposentados e pensionistas contribuíssem com 2% do salário mínimo beneficiando o Sindicato, o qual proporcionou melhorias em sua sede. Em 1997 mais uma mulher, a Sr^a Cilda Mary Costa dos Santos, assumiu a presidência do STRSF por duas vezes (1997-1999 e 2001-2003); mais conquistas foram proporcionadas aos agricultores familiares sócios e não sócios do município como mais títulos de terra a posseiros da localidade Fazenda Xangô, moradia digna, parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) ministrando cursos (manejo de solo, tratorista, cultivo do inhame, eletricitista, pedreiro, vacinação para gados, higienização para casas de farinha e vários cursos de culinária nas associações rurais), construção da nova sede com instalações modernas. Essa presidenta após essa experiência com o sindicato rural foi vice-prefeita no município de 2009 a 2013 representando a luta do homem e a mulher do campo a gestão municipal, mas não deixando de ser sindicalista (STRSF, 2009).

De acordo com o atual presidente, Sr. Gerson, desde 1998 quando foi iniciado o processo de formação de associações nas localidades do município o STR estava presente como parceiro da EBDA e da Prefeitura Municipal nas ações para reunir os agricultores esclarecendo os benefícios da formação de associações nas localidades rurais para acessarem principalmente programas do Governo como o PRONAF. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais com suas lutas e conquistas para o homem e mulher do campo no município de São Felipe/BA tem sido visto pelos agricultores e também pelos sanfelipenses como uma entidade seria passando confiança a todos. O que facilita o trabalho de outras entidades chegarem ao agricultor familiar quando é firmado parceria para realizar algum trabalho na zona rural do município (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Em 2004 com o programa Luz Para Todos do governo de Luis Inácio Lula da Silva, vinte e nove (29) localidades foram beneficiadas com solicitação do STRSF e da Prefeitura Municipal. A partir de 2008 com o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), o Sindicato firmou uma parceria com a Diretoria Regional de Educação (DIREC 32) em Cruz das Almas e a Prefeitura Municipal de São Felipe em apoio ao programa proporcionando aos trabalhadores agricultores familiares que ainda não foram alfabetizados aprenderem a ler e escrever direitos que vem sendo conquistados por muitos em busca de condições melhores na zona rural.

A partir de 2009 foram identificadas 150 casas em situação precária e que necessitava ser construídas ou reformadas nas localidades rurais do município em situações precárias ao Governo do Estado solicitando construção. O Sindicato participou do movimento social em Prol da construção da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) pensando na possibilidade do ingresso de agricultores familiares e seus filhos. A partir da conquista da UFRB, em 2005, atualmente agricultores familiares sócios representantes do Sindicato concluíram cursos, filhos de agricultores familiares do município estão realizando cursos, ou já concluíram beneficiando as localidades rurais e ao município com os conhecimentos adquiridos. O STR atende mensalmente setecentas (700) pessoas e encaminha para conquista de benefícios com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), PRONAF, atendimento jurídico, realiza acompanhamento aos sócios para atendimento de perícias médicas na cidade de Salvador juntamente ao Ministério Público (MP) e outras demandas (STRSF, 2009).

Diante desse primeiro processo de organização social no município de São Felipe é possível perceber muitos avanços para o homem e a mulher do campo, principalmente a partir de 1969, com a fundação do STRSF. A importância do STRSF apareceu no decorrer dos anos com as várias gestões de presidentes que, buscaram os direitos do trabalhador agricultor familiar do município e, ao mesmo tempo, empoderando-os a lutar pelo reconhecimento dessa classe social de trabalhadores e por seus direitos, melhores condições de vida e permanência no campo no município de São Felipe/BA.

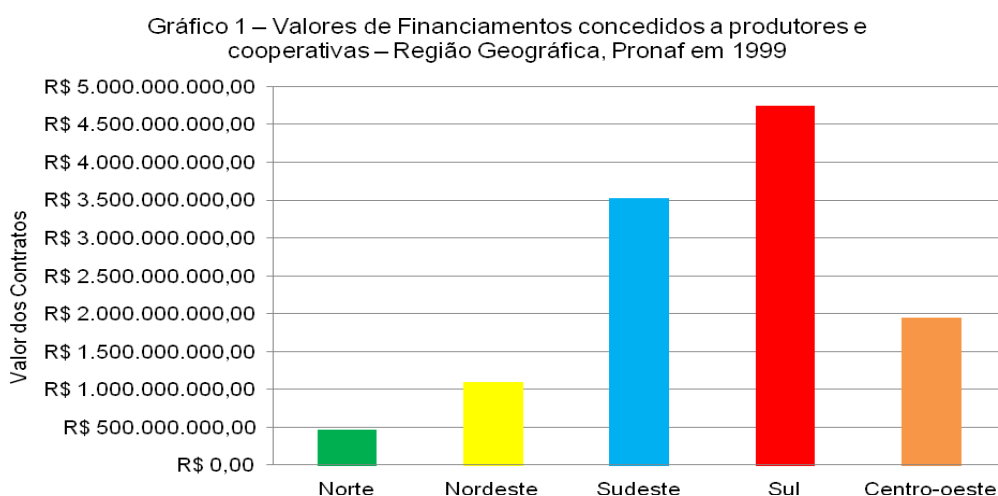
3.6 AS POLÍTICAS PÚBLICAS (PRONAF, PAA, PNAE) E IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO RURAL EM SÃO FELIPE/BA

As políticas públicas estruturadas para atender o agricultor familiar a partir de 1999 e 2004, como o PRONAF e o PAA que foram criadas com objetivos de desenvolver o meio rural brasileiro aumentando a capacidade produtiva para a geração de emprego e renda no campo. Entretanto, o PNAE foi criado desde a década de 1950 (através da Lei nº 11.945/2009) com objetivos voltados para assegurar alimentação nas escolas públicas do país com a aquisição de produtos da Agricultura Familiar. O programa que, determina que no mínimo, 30% do valor repassado pelo FNDE para os Estados, Distrito Federal e municípios destinado ao PNAE deva ser empregado na compra de gêneros alimentícios, adquiridos diretamente de agricultores familiares, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas favorecendo também ao desenvolvimento rural (FNDE, 2015; 2008).

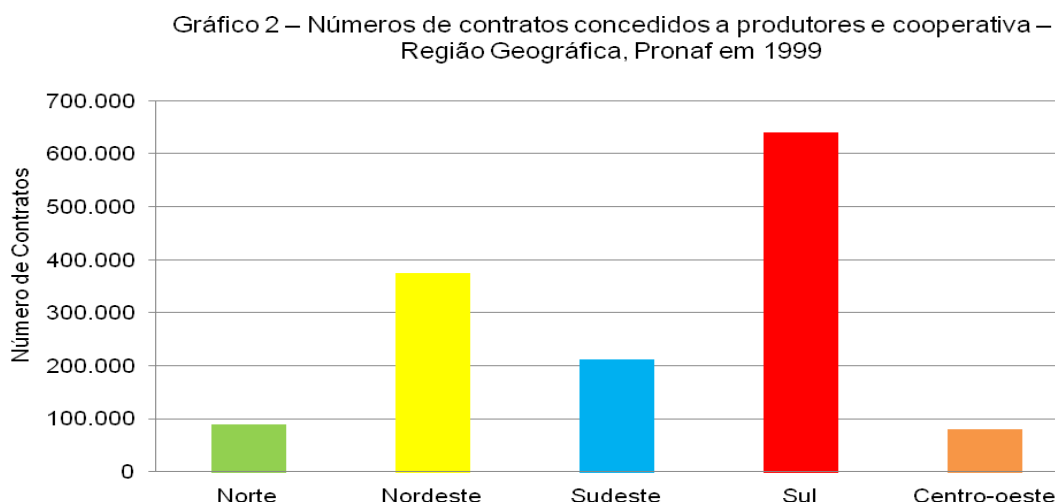
As avaliações de Abramovay e Veiga (1999) e Belik (1999) em relação ao primeiro ano (1996) de execução do PRONAF demonstram que nem todos os agricultores familiares do país se beneficiaram desse programa. Segundo os autores, os agricultores mais beneficiados foram os mais prósperos (maior renda) e os que já possuíam relações comerciais com o setor bancário. Ou seja, agricultores integrados à agroindústria.

Na tentativa de entender como ocorreu o acesso ao PRONAF no município de São Felipe/BA foi possível verificar que, em 1999, a maior parte dos recursos do programa destinados aos produtores e cooperativas foi aplicado na região Sul,

Sudeste e Centro Oeste do país (Gráfico 1), seguindo a lógica inicial do programa implantado em 1996. Nesse mesmo ano, os maiores números de contratos foram registrados para as regiões Sul e Nordeste (Gráfico 2). Entretanto, o maior valor do financiamento (mais de 4,5 bilhões de reais) foi para a região Sul do país, o que deixou os agricultores da região Nordeste (que recebeu pouco mais que 1 bilhão de reais), apesar de apresentar elevado número de contratos, em desvantagem se comparado à região Sul.



Fonte: MDA. Anuário Estatístico do crédito Rural, 1999 (PRONAF)



Fonte: MDA. Anuário Estatístico do crédito Rural, 1999 (PRONAF)

Ao priorizar a região Sul na distribuição do crédito rural, o Governo brasileiro articulava a produção de *commodities* com a política de modernização agrícola.

Dessa maneira fazia com que os agricultores familiares não acessassem esse crédito rural e os que acessaram tiveram muitas dificuldades, pois eram submetidos às mesmas exigências para médios e grandes agricultores rurais, como foi verificado nas análises de Belik (1999).

Nesse contexto, o PRONAF do município de São Felipe/BA foi iniciado a partir da estruturação organizacional dos agricultores familiares em meados de 1998 e início de 1999, após os produtores terem se organizados em associações.

Nesse sentido, segundo a Sra. Solange Sardinha:

No início do acesso ao PRONAF, 70% dos produtores no município de São Felipe tiveram acesso às informações e foram orientados, mais muitos fizeram o contrato com o Banco do Nordeste e não foram aprovados. O PRONAF acessado era o B e C, de acordo a renda do produtor que alterava com o Plano/Safra anual. Após muitos produtores tiveram acesso além do Banco do Nordeste com o Banco do Brasil e acabaram se endividando com o PRONAF, quando os produtores tomaram o crédito para a plantação de Inhame se tornando uma bola de neve. Mais esse endividamento se deu por causa de fatores climáticos e pragas no cultivo, o que prejudicou a produção e dificultou os produtores pagarem o crédito aos Bancos (SOLANGE SARDINHA, entrevista concedida em trabalho de Campo, Agosto/2016).

Nesse cenário, as associações rurais procuraram incentivar os agricultores familiares do município de São Felipe/BA para o acesso ao PRONAF. Foi possível constatar que os agricultores familiares iniciaram o acesso ao crédito rural voltado para o custeio agrícola em 1999, o qual foi gradativamente aumentando o número de contratos chegando a 40% do total de agricultores do município no ano de 2002. Enquanto isso, o crédito voltado para o investimento teve um pequeno acesso entre os anos 2000 e 2001 (Tabela 19).

Segundo Santos (2007), na modalidade de “crédito de custeio” o financiamento é voltado para as despesas realizadas nas plantações de cada safra ou ciclo de produção. As despesas são provenientes de atividades agropecuárias, não agropecuárias e beneficiamento ou industrialização da produção dos agricultores familiares ou de terceiros. Ainda de acordo com as análises do autor (em relação ao PRONAF até 2006), o crédito de custeio é efetuado através de orçamentos considerados simples, seguindo planilhas dos bancos e sem obrigatoriedade de plano e projeto técnico; e pode ser renovado automaticamente quando cumprido o pagamento em data determinada pelo contrato.

Tabela 19: Município de São Felipe/BA: financiamento concedido a produtores e cooperativas, PRONAF, 1999 a 2002

Setor	Custeio		Investimento		Total	
	contratos	Valor (mil reais)	contratos	Valor (mil reais)	contratos	Valor (mil reais)
1999						
Agrícola	304	709.575	0	0	304	709.575
Pecuária	4	9.079	0	0	4	9.079
Total	308	718.655	0	0	308	718.655
2000						
Agrícola	154	475.868	4	48.564	158	524.433
Pecuária	13	68.592	0	0	13	68.592
Total	167	544.461	4	48.564	171	593.025
2001						
Agrícola	212	695.004	7	20.396	219	715.400
Pecuária	12	61.762	0	0	12	61.762
Total	224	756.766	7	20.396	231	777.162
2002						
Agrícola	423	1.253.454	0	0	423	1.253.454
Pecuária	14	187.085	0	0	14	187.085
Total	437	1.440.540	0	0	437	1.440.540

Fonte: Elaborado por JESUS, S. B. de. Com base em MDA. Anuário Estatístico do crédito Rural, PRONAF (1999 a 2002)

É possível inferir que essas certas facilidades favoreceram o acesso dos agricultores familiares ao benefício, aumentando número de acessos no município de São Felipe/BA no período de 1999 a 2002, conforme Tabela 19. Salienta-se que a maior parte dos agricultores familiares no município são minifundistas e produzem seus cultivos em áreas menores que dois hectares.

Identifica-se que, entre o período de 2003 a 2004, o acesso dos agricultores familiares ao crédito de custeio para as atividades agrícolas aumentou significativamente, aumentando mais de 100% o número de contratos em relação ao ano de 1999. A partir de 2004 o acesso dos agricultores familiares ao crédito destinado para as atividades de investimento, tanto voltadas para as atividades agrícolas e, principalmente, as atividades pecuárias, aumentaram significativamente conforme Tabela 20.

No que se refere ao crédito para investimentos, os recursos são destinados ao agricultor familiar para a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (SANTOS, 2007).

Dessa maneira acredita-se que, quando os agricultores familiares apresentaram a proposta para o acesso ao crédito de investimento em 2004, puderam também ter acessado, simultaneamente, o crédito de custeio. Porém, o

acesso ao crédito de investimento voltado para as atividades pecuárias, possivelmente tenha ocorrido por agricultores familiares com área acima de 50 hectares. Identificou-se que são os médios e grandes proprietários no município são os que desenvolvem a atividade pecuária em seus estabelecimentos.

De acordo com Gazolla; Schneider (2013), a partir de 1999 o PRONAF foi favorecendo o acesso de agricultores familiares em todas as regiões do país, possibilitando o acesso dos assentados da reforma agrária. Também foram incorporando outros programas, dividindo grupos com base na renda bruta anual familiar do agricultor e baixando taxas de juros. Essas mudanças contribuíram para o aumento do número de contratos, mas não alteram o valor total de recursos destinados ao PRONAF.

Tabela 20: Município de São Felipe/BA: financiamento concedido a produtores e cooperativas, PRONAF, 2003 a 2009

Setor	Custeio		Investimento		Total	
	contratos	Valor (mil reais)	contratos	Valor (mil reais)	contratos	Valor (mil reais)
2003						
Agrícola	546	1.792.494	3	19.361	549	1.811.856
Pecuária	24	270.048	0	0	24	270.048
Total	570	2.062.542	3	19.361	573	2.081.904
2004						
Agrícola	631	2.813.358	66	75.828	697	2.889.187
Pecuária	31	391.637	96	98.673	127	490.310
Total	662	3.204.995	162	174.502	824	3.379.498
2005						
Agrícola	412	2.056.854	17	59.404	429	2.116.259
Pecuária	27	431.108	210	477.362	237	908.470
Total	439	2.487.963	227	536.766	666	3.024.730
2006						
Agrícola	386	1.741.715	52	125.060	438	1.866.776
Pecuária	24	476.124	244	240.112	268	716.237
Total	410	2.217.840	296	365.172	706	2.583.013
2007						
Agrícola	312	1.508.638	72	90.982	384	1.599.620
Pecuária	20	361.761	150	96.429	170	458.190
Total	332	1.870.399	222	187.411	554	2.057.810
2008						
Agrícola	332	1.326.060	146	150.297	478	1.476.357
Pecuária	74	327.120	259	288.762	333	615.882
Total	406	1.653.180	405	439.059	811	2.092.240
2009						
Agrícola	258	1.225.425	21	181.696	279	1.407.122
Pecuária	91	450.101	180	184.005	271	634.106
Total	349	1.675.527	201	365.701	550	2.041.229

Fonte: Elaborado por JESUS, S. B. de. Com base em MDA. Anuário Estatístico do crédito Rural, PRONAF (2003 a 2009)

No município de São Felipe/BA, essas mudanças a partir de 2003 também possibilitaram mais acesso ao PRONAF pelos agricultores; principalmente aqueles (6,7%) que tiveram alguma assistência técnica a partir do PRONAF. Estes aumentaram a produção e alguns conseguiu adquirir áreas de terra (mesmo que poucos hectares) destinadas ao plantio melhorando, assim, sua vida na zona rural. Entretanto, para aqueles (21,7%) que não tiveram assistência técnica, estes não obtiveram bons resultados com o financiamento, dificultando ainda mais a vida na zona rural após contraírem dívidas com o financiamento (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A partir de 2003 o Governo criou taxas de juros específicas por faixa (PLANO SAFRA, 2009/2010 e 2010/2011) para reduzir os juros, ampliando volumes de recursos e criado novos grupos no intuito de debater um novo rural brasileiro (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Na busca por melhorias para os agricultores familiares do município de São Felipe/BA, a partir de 2009 o Governo municipal, com implantação da Secretaria de Agricultura, dialogou com os gerentes dos Bancos do Nordeste e Brasil para renegociar as dívidas dos agricultores familiares do município. Dessa maneira, incentivou os agricultores familiares, via associações rurais, a renegociarem suas dívidas junto aos referidos bancos e que foram contraídas com o PRONAF em anos anteriores. Essa medida foi uma das ações de orientação que a Secretaria de Agricultura municipal desenvolveu na assistência ao agricultor, contribuindo para o desenvolvimento rural no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE, 2009).

A partir dessas orientações que a Secretaria de Agricultura do município de São Felipe passou aos agricultores familiares alguns foram regularizando suas pendências e adquirindo outros financiamentos. As informações eram repassadas em reuniões das associações rurais realizadas nas localidades onde eles residem. De 2010 até 2016 algumas mudanças ocorreram com o acesso dos agricultores familiares do município de São Felipe/BA em relação ao PRONAF (Tabela 21).

Os agricultores familiares que acessaram o crédito de custeio desde 1999 para atividades agrícolas foram os que, possivelmente, vinham produzindo alimentos para sustento familiar e para a venda e que acabaram se endividando e não conseguindo acessar mais o crédito diminuindo, assim, a partir de 2012, o número

de agricultores familiares acessando esse crédito. Enquanto, outros agricultores que destinam mais a produção para a venda, principalmente os pecuaristas, passaram a se beneficiar das facilidades do PRONAF e acessaram o crédito para investimento, aumentando o número de contratos e valores para essas finalidades desde 2004.

O processo de acesso ao PRONAF, criado em 1996, foi evoluindo ao longo do tempo, possibilitando uma adaptação dos agricultores familiares a essa política pública. Contudo, mesmo assim, muitos deles não obtiveram bons resultados devido a falta ou pouca assistência técnica na implantação do programa. Nesse processo de evolução e adaptação do agricultor familiar no município durante os dezessete anos de acesso ao crédito tanto de custeio como investimento foi possível perceber que ocorreu um crescimento nos valores e oscilações nos números de contratos.

Tabela 21: Município de São Felipe/BA: financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, PRONAF, 2010 a 2016

Setor	Custeio		Investimento		Total	
	contratos	Valor (mil reais)	contratos	Valor (mil reais)	contratos	Valor (mil reais)
2010						
Agrícola	219	1.072.217	41	46.361	260	1.118.578
Pecuária	101	368.890	366	406.020	467	774.910
Total	320	1.441.107	407	452.381	727	1.893.488
2011						
Agrícola	148	797.168	30	373.013	178	1.170.182
Pecuária	67	140.211	280	575.362	347	715.573
Total	215	937.379	310	948.376	525	1.885.755
2012						
Agrícola	123	682.340	108	205.568	231	887.909
Pecuária	99	326.785	318	746.394	417	1.073.179
Total	222	1.009.126	426	951.963	648	1.961.089
2013						
Agrícola	70	401.647	237	569.763	307	971.411
Pecuária	0	0	131	251.586	131	251.586
Total	70	401.647	368	821.349	438	1.222.997
2014						
Agrícola	76	472.640	246	717.441	322	1.190.082
Pecuária	0	0	300	518.457	300	518.457
Total	76	472.640	546	1.235.895	622	1.708.540
2015						
Agrícola	56	395.867	96	352.905	152	748.773
Pecuária	0	0	436	676.483	436	676.483
Total	56	395.867	532	1.029.389	588	1.425,256
2016						
Agrícola	13	183.915	199	482.317	212	666.233
Pecuária	0	0	407	828.826	407	826.826
Total	13	183.915	606	1.309.144	619	1.493.060

Fonte: Organizado por JESUS, S. S. B. de. com base em MDA. Anuário Estatístico do crédito Rural (2010 a 2012), PRONAF; Banco Central do Brasil (BCB) 2013 a 2017

No que se refere ao município de São Felipe/BA analisa-se que durante dezessete anos de acesso ao PRONAF no município ocorreram momentos que consideramos favoráveis e outros não favoráveis para o agricultor familiar que, possivelmente, influenciaram na oscilação dos números de contratos destinados tanto para custeio como investimento.

O incentivo da EBDA do município de São Felip/BA para que os agricultores familiares formassem associações, a partir de 1998, possibilitou o acesso dos agricultores ao PRONAF. Organizados, os agricultores familiares nas localidades rurais tiveram acesso a informações e passaram a participar de discussões e reuniões favorecendo a emancipação dos mesmos.

O acesso ao PRONAF proporcionou aos agricultores familiares produzir seus cultivos, ter acesso a alguma assistência técnica principalmente os que acessaram o PRONAF C (receberam assistência técnica pelo Estado de forma gratuita) e compra de áreas para produzir. Consideramos esses fatores favoráveis aos agricultores, apesar de muitos deles não terem recebido assistência técnica e nem terem obtido bons resultados na produção.

Os fatores que consideramos como não favoráveis foi que, parte dos agricultores familiares, por vários motivos (falta de assistência técnica, o não emprego do recurso ao seu destino final, fatores climáticos e pragas na cultura, principalmente do inhame) não conseguem honrar seus compromissos com o financiamento (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Considera-se que esses fatores são possíveis de serem corrigidos. E se os agricultores familiares tiverem assistência técnica (desde que ela considere os saberes e fazeres do agricultor familiar), a possibilidade das sementes crioulas (existentes nas propriedades), a busca pelo cuidado com a natureza e priorizando a produção para a alimentação familiar e a troca entre agricultores e o excedente a venda, é possível também buscar o entendimento e reconhecimento dos agricultores familiares como camponeses. Dessa maneira acreditamos que o PRONAF poderá proporcionar melhorias aos agricultores familiares e valorizar a produção para uma comercialização mais justa.

Outra política direcionada ao acesso dos agricultores familiares no município foi o PAA, desenvolvida em três momentos. O primeiro acesso ocorreu em 2006 sem a participação do Governo municipal. O segundo momento em 2009 ocorreu com participação do Governo municipal como uma primeira tentativa de acesso ao

programa e o terceiro momento de efetivação do programa ocorrido em 2013 e 2014 (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Segundo a professora Dra. Tatiana Veloso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em entrevista na II Feira de Agricultura Familiar do município informou que:

São Felipe foi o primeiro município do Recôncavo Baiano a acessar o PAA em 2006, enquanto, outros municípios nem pensava em acessar, São Felipe deu o primeiro passo, no entanto, realizou um único acesso e depois, não mais (VELOSO, TATIANA. Entrevista concedida em trabalho de Pré-Campo, Novembro de 2015).

Esse primeiro acesso ao programa no município, segundo o Técnico Agrícola do Sindicato dos Trabalhadores Rurais o Sr. Nailson dos Santos Conceição foi via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) com a parceria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que emitia a DAP física aos agricultores para a compra de farinha de mandioca destinado a compra direta para reserva de alimentos.

O PAA é operacionalizado seguindo modalidades e a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) é uma delas. Nessa modalidade, a compra dos produtos provenientes da agricultura familiar é realizada pelo Governo Federal com recursos do MDA e MDS operacionalizados pela CONAB para reserva de alimentos, sendo adquirido através de grupos organizados em associações e cooperativas ou por agricultores informais. Essa modalidade favoreceu aos agricultores a venda da produção de até R\$ 8.000,00 por ano e a inserção no mercado possibilitando uma comercialização dos produtos de forma justa (GRISA et al., 2010).

De acordo com o Sr. Nailson dos Santos Conceição:

A CONAB comprava farinha de mandioca dos agricultores familiares quando estava com um preço muito baixo. Os agricultores vendiam a saca para o mercado por R\$ 28,00 e a CONAB comprava por R\$ 36,00 com contrato com o produtor depois o preço se igualou e a CONAB foi perdendo agricultores mesmo quando o preço chegou a R\$ 40,00 (CONCEIÇÃO, NAILSON. Entrevista concedida em trabalho de Campo, Agosto/2016).

Outro fator importante que o programa oferece aos agricultores familiares através da modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar é a formação de pólos de compra em momentos de baixa de preço proporcionando a regulação dos preços. Além de atender demandas de populações carentes proporcionando segurança alimentar e nutricional (MDS, 2010).

De acordo com o Sr. Nailson dos Santos Conceição, nesse primeiro acesso foram poucos agricultores⁴⁹ que venderam ao programa e o mesmo não soube informar quantos e nem a quantidade, tampouco encontramos dados com o MDA sobre esse primeiro momento. O que nos deixou dúvida na efetivação desse acesso, porém foi possível constatar que o programa foi importante para os agricultores familiares que acessaram o mesmo, pois regularizou o preço da farinha de mandioca que se encontrava em baixa (R\$ 28,00) fazendo com que os agricultores conquistassem mercado, o preço da farinha chegasse a R\$ 40,00 e desistisse de vender a CONAB passando a comercializar com autonomia.

O município de São Felipe/BA iniciou seu acesso ao PAA em 2013, via Prefeitura Municipal, fruto da elaboração do Plano de Ação/PAA em 2009, na primeira gestão do prefeito Francisco Andrade sob a coordenação técnica da coordenadora de Agricultura e Meio Ambiente a Sra Simone Soares B. de Jesus. O plano tinha como objetivo “complementar a alimentação da população Sanfelipense em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação de alimentos adquiridos através da Agricultura Familiar” baseado no mesmo objetivo do programa nacional (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE, 2010).

Ainda de acordo com o Plano de Ação, o mesmo pretendia atingir meta para os meses de abril/2010 a setembro/2011, onde atenderia quinze agricultores familiares com valor limite anual de venda de R\$ 4.500,00, para cada agricultor seguindo as mesmas exigências do PRONAF, cinco entidades de cunho filantrópico as quais doariam alimentos para mil (1000) famílias carentes do município para isso o programa utilizou ações metodológicas⁵⁰ para atingir seus objetivos específicos⁵¹ propostos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE, 2010).

⁴⁹ O entrevistado não soube informar o número de agricultores familiares que tiveram acesso ao PAA.

⁵⁰ Mobilização através da reunião mensal com a FUMAC para a sensibilização dos presidentes das associações; Visitar as associações para repassar informações aos presidentes e associados; Identificar através de seleção produtores / fornecedores habilitados (Pronafianos); Criação do Projeto; Selecionar uma instituição proponente regulamentada perante órgãos públicos (Associação; Identificar as instituições beneficiárias receptora de cunho filantrópico; Parceria com um Conselho Estadual e/ou Municipal para acompanhamento da Segurança Alimentar; Acompanhamento da distribuição dos produtos através do Conselho Municipal de Assistência Social; Encaminhar o projeto para a (Conab) para aprovação e Abertura de conta corrente específica no Banco do Brasil para cada beneficiário fornecedor.

⁵¹ Agregar valores na comercialização dos produtos da Agricultura Familiar; Incentivar a produção de alimentos da zona rural mediante o aumento de renda e melhoria da qualidade de vida; Possibilitar a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar com instituições focadas em parceria associativista; Estimular o cultivo diversificado no campo, assim como a produção de derivados do cultivo; Garantir a fixação de agricultores familiares no campo; Formar parceria com a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) garantindo a assistência técnica na produção dos

O programa recebia orientação do Governo Federal, sendo que, no início de 2009 até meados de 2012 foram realizadas reuniões entre o Governo do Estado e os municípios baianos, onde eram passadas as orientações de como operar o programa para serem implantados nos municípios. O Plano de Ação/2009 no município envolveu entidades filantrópicas, agricultores familiares, cooperativas do município, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações rurais, EBDA, ADAB e as Secretarias Municipais de Saúde, Ação Social e Educação, repassando as informações e iniciado o cadastramento das entidades, associações e agricultores familiares. Nesse primeiro momento, foram cadastradas as entidades Igreja Católica do município com 500 famílias, o Centro Espírita Oasis 100 famílias e duas Igrejas Evangélicas (Igreja Batista e a Igreja Assembleia de Deus) com 250 famílias cada uma delas, totalizando 1000 famílias beneficiárias do programa no município e a Associação Rural da localidade Chaves (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE, 2013).

Segundo o relatório após as orientações do MDA foram cadastrados mais agricultores chegando a um número expressivo de oitenta e a associação rural da comunidade Chaves no município, única no período a ter em dias todos os pré-requisitos necessários para acessar o programa. Nesse primeiro plano de ação os produtos cadastrados foram de origem vegetal *in natura* como inhame, aipim, hortaliças, batata doce, banana da prata, laranja, limão, milho e amendoim. Isso porque, o programa exigia que os produtos de origem animal fossem certificados, mas os produtores não tinham certificação para vender produtos dessa origem dificultando o acesso dos agricultores que produziam ovos, farinha de mandioca, araruta e outros produtos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE, 2013).

Por meio, dos dados cadastrados, o MDA, disponibilizou no final de 2012, o valor de R\$ 36.000,00 para o acesso ao programa. O qual não foi de imediato acessado devido à liberação do recurso ter ocorrido no recesso do final de ano de 2012 e algumas exigências (estrutura física, contratação de uma nutricionista) do programa ao município relacionadas à operação, tendo o acesso ocorrido em 2013 por meio da modalidade Execução Municipal Termo de Adesão, com apenas dois

agricultores familiares sem representação de entidades no valor de R\$ 850,00 correspondendo a 235,00 Kg dos produtos vendidos (MDA; PAA DATA, 2013).

Segundo a nova técnica de operação do programa a partir de 2013 no município a Sra. Andreia Cruz o Plano de Ação/2009 sofreu algumas alterações que possibilitaram a venda de alguns itens (ovos de galinha caipira, farinha de mandioca, farinha de araruta e outros), sendo que para a comercialização desses produtos foi realizado uma autorização por meio da ADAB e a Prefeitura Municipal para a venda de alguns itens de origem animal apenas ao mercado local. Sendo que após essa nova adequação o valor disponibilizado pelo MDA e MDS ao município aumentou de RS 36.000,00 para RS 100.000,00 em 2014 (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Porém, tiveram acesso ao programa seguindo a mesma modalidade do ano de 2013, Termo de Adesão para essa execução municipal com 61 (sessenta e um) agricultores familiares e cinco entidades (as mesmas cadastradas no Plano de Ação/2009) tendo o programa comprado R\$ 27.374,20 produtos da agricultura familiar, equivalendo a 9.752,68 Kg na modalidade execução municipal termo de adesão.

Ainda segundo a Sra. Andreia Cruz, novas conquistas ocorreram para o próximo acesso que estava programado para o ano de 2015, como o aumento do valor da compra que chegou ao valor de R\$ 200.000,00 para 100 agricultores familiares cadastrados vendendo os mesmos produtos. No entanto, essa compra não aconteceu devido ao momento político do governo Dilma Rousseff em 2015 fazendo com que esse programa tivesse suas atividades paralisadas no município.

Foi possível constatar baixo o número (67) de agricultores que acessaram o programa entre os anos de 2013 e 2014, além de considerar que o município possui (98,1%) estabelecimentos rurais minifundiários. O que justifica também o baixo (3,5%) número de agricultores familiares encontrados nesta pesquisa que acessaram esse programa em apenas três localidades (Bom Gosto, Chaves e Fazenda Velha) das sete pesquisadas no município em 2016.

Outro fator verificado no Relatório da Secretaria de Agricultura 2009 a 2013 refere-se ao atendimento de exigências ao programa como os agricultores possuísem DAP (muitos ainda não as possuíam), o baixo valor dos produtos comprado pelo programa (CONAB) e do descrédito dos produtores ao programa fatores que influenciaram no acesso dos agricultores familiares ao programa.

Segundo Grisa et al. (2010), o PAA iniciou em 2003 sua execução com recursos do MDS, todavia a partir de 2006 passou a contar também com recursos do MDA, sendo que de 2003 até 2009 foram repassados pelo MDS o valor equivalente a R\$ 1,1 bilhão ao programa em todo território brasileiro atingindo 317.917 mil unidades familiares de produção.

Ainda de acordo com os autores, o Governo Federal investiu de 2003 a 2009 o correspondente a R\$ 2,2 bilhões no PAA, enquanto que, no PRONAF o equivalente a R\$ 13 bilhões para a safra de 2008/2009, sendo considerado pelos autores um valor pequeno, porém o programa contribuiu muito no que se refere a segurança alimentar e nutricional e ao desenvolvimento da agricultura familiar no país.

De acordo com a Conab (2013) de 2007 a 2010 os recursos aplicados pelo MDA/MDS na aquisição de produtos do PAA, corresponderam o equivalente a R\$ 1,2 bilhões. Ainda com base nos dados da Conab foi possível verificar que a demanda de agricultores familiares ao programa tem oscilado entre as regiões do país, principalmente no que se refere a questões relacionadas à organização social local e o acesso à informação, apresentando destaque para as regiões Nordeste e Sudeste no ano de 2013, ambas com o equivalente de 30% dos recursos destinados ao PAA acessados por agricultores familiares nessas regiões. Isso demonstra que os agricultores familiares nessas regiões vêm buscando formação ou inserção de/a organizações sociais para acessar o programa.

No processo de crescimento de desenvolvimento do programa foi possível perceber que a partir dos recursos investidos pelo MDA possibilitou mais acesso de agricultores familiares ao programa.

Com as medidas implementadas pelo Governo a partir de 2006, o mesmo previa mais aumento do número de agricultores familiares acessando o PAA, dessa forma o programa deu um salto no número de agricultores familiares acessando o PAA, passando de 41.464 em 2003 para 150.919 em 2006, voltando a crescer em 2011, o correspondente a 162.287, número de agricultores familiares, a partir do lançamento do Programa Brasil sem Miséria. Dessa forma o PAA expandiu os agricultores familiares fornecedores abrangendo todas as suas modalidades (CUNHA, 2015; MDA; PAA, 2012).

Diante dos dados do PAA DATA relacionados ao processo de evolução de recursos para a execução do PAA no período de 2011 a 2016 (Tabela 22) observa-

se um crescimento considerável em relação aos seis anos anteriores de seus investimentos, porém ocorreu uma queda de investimentos entre os anos de 2013, 2015 e 2016, reduziu o número de agricultores participando do programam. Mas o programa vem proporcionado mudanças na vida dos agricultores familiares e nas famílias beneficiarias (MDA; PAA DATA, 2011 a 2016).

No que se refere ao município de São Felipe/BA em relação ao PAA, a técnica a Sra Andreia Cruz, responsável pelo programa de 2013 a 2016, no município nos relatou que na concretização do programa no ano de 2014, quando acompanhou a entrega dos alimentos nas entidades beneficentes pode verificar a satisfação das famílias recebendo os produtos. Ainda de acordo com a técnica o programa levou esperança para muitas pessoas que receberam os produtos e desenvolvimento para o agricultor familiar do município precisa que ocorra de forma permanente (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Tabela 22 – Brasil: Resumo dos recursos da execução do PAA de 2011 a 2016

Ano	Recursos orçamentários do MDA e MDS em (Milhões)	Nº de agricultores familiares participantes (mil)
2011	R\$ 667.325.490,15	160.011
2012	R\$ 839.217.997,38	185.959
2013	R\$ 443.185.235,52	96.912
2014	R\$ 583.838.845,62	113.727
2015	R\$ 555.429.848,06	95.871
2016	R\$ 129.350.864,99	76.892
Total	3.317.348.281,72	729.372

Fonte: Adaptado por JESUS, S. S. B. de. Com base no MDA, PAA DATA, 2011 a 2016

Isso demonstra, que mesmo o PAA no município de São Felipe/BA ter ocorrido apenas por dois acessos e o número de agricultores familiares que acessaram ainda não ter atingido um número satisfatório entre as localidades, as ações do programa conseguiu incentivar agricultores familiares a buscarem suas organizações sociais para adquirirem DAP e a conquista de uma certificação para comercializar os produtos da agricultura família mesmo que a nível local valorizando, assim a produção da agricultura familiar. Além de que levou alimentos de boa qualidade para famílias carentes do município.

No que se refere ao acesso dos agricultores familiares ao PANE no município, segundo dados do Relatório de Atividades da Secretaria de Agricultura do município (2013), durante o período de 2009 a 2012, o programa era mensalmente

incentivando aos agricultores familiares nas reuniões das associações rurais na localidades e nos encontros mensais com as associações no Sindicato dos Trabalhadores Rurais pela coordenadora da Secretaria de Agricultura (Sra Simone Soares) como uma das atividades de orientação que a Secretaria de Agricultura municipal executava para o desenvolvimento rural.

No entanto, a falta de infraestrutura (cozinhas equipadas) nas escolas do município e uma nutricionista para operar o programa era uns dos gargalos para a implantação do PNAE no município. O que isso era discutido nas reuniões do Fórum de Secretários de Agricultura do Recôncavo implantado em 2009 por vários secretários dos municípios do Recôncavo e nos encontros de suporte técnico com a Secretaria de Agricultura do Governo Estadual para a busca de soluções para os problemas relacionados ao desenvolvimento rural, pois esse problema era comum entre os municípios do Recôncavo que ainda não haviam implantado os programas PAA e o PNAE (PREFEITURA MUNICIAPL DE SÃO FELIPE, 2010).

Após os encontros, a coordenadora levava as propostas discutidas pelo grupo ao secretário de agricultura municipal o Sr. Manoel Bomfim Barbosa, o qual discutia com o prefeito e procurava encontrar soluções para os mesmos. Sendo, assim, contratado uma nutricionista na secretaria de educação designada para também ser responsável pelo programa PAA. Assim, foi aberto um edital (Chamada Pública) em 2010 pela secretaria de educação municipal convidando os agricultores familiares a participar do PNAE, onde os agricultores receberam apoio da coordenação e dos técnicos da Secretaria de Agricultura municipal para estruturar os projetos e atenderem a Chamada Pública (PREFEITURA MUNICIAPL DE SÃO FELIPE, 2013).

Nessa tentativa de acesso apareceram apenas cinco produtores aptos a acessar o programa. Ser apto significa está em consonância com as normas estabelecidas pelo PNAE com os produtos selecionados (alface, coentro, cebolinha, limão, ovos, aipim, banana da prata, banana da terra, inhame, beiju, araruta, laranja, abobora e jaca. Os produtores foram avaliados por uma comissão formada pelo Secretário (Sr. Manoel Bomfim), técnicos (Sr. Edmilson de Oliveira Rocha, Sr. Paulo Conceição e Sr. Nailson dos Santos Conceição) e a coordenadora (Sra. Simone Soares) da Secretaria de Agricultura do município, uma técnica da EBDA (Sra. Jalmira Barbosa da Silva) e uma funcionária (Sra. Zinha) da secretária de educação responsável pelo preparo das merendas que auxiliava a nutricionista do município após o cardápio e os alimentos terem sido selecionados por ela. Porém uma das

preocupações dos produtores era se realmente iriam receber o valor vendido, sendo que, era um momento em que as contas públicas do município não estavam em dias com os fornecedores (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE, 2013).

Segundo o ex. secretário de educação no município o Sr. Aldair essa tentativa de compra de alimentos da agricultura familiar por meio do PNAE não teve êxito, porque faltava, além da contratação da nutricionista, adequações nas escolas que não foram realizadas pelo poder público tendo inviabilizado todo o programa de ação para a compra de alimentos pelo programa (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Por meio dos dados da agricultura familiar disponível no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação referente ao PNAE no município de São Felipe/BA a partir do ano de 2011 ao de 2015 (Tabela 23) foi possível perceber que algumas dessas dificuldades foram sendo superadas, possibilitando que, no ano de 2013, ocorresse a compra de apenas 3,68% de alimentos para as escolas públicas municipais provenientes da agricultura familiar, o que consideramos esse valor baixo referente ao que a lei propõe para essa finalidade de no mínimo 30%.

Em 2015 as escolas do município passaram por reformas e as cozinhas adequadas para atender ao PNAE obtendo bons resultados com a venda de mais de 34,7% de alimentos provenientes da agricultura familiar, porém nem todos os alimentos foram da produção dos agricultores familiares do município (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Tabela 23 – São Felipe/BA: Evolução do PNAE de 2011 a 2015

Ano	Valor transferido	Valor aquisições agricultura familiar	Percentual (%)
2011	287.700,00	-	0,00
2012	365.028,00	-	0,00
2013	377.612,00	13.889,90	3,68
2014	414.918,00	-	0,00
2015	643.352,00	219.209,90	34,07

Fonte: Elaborado por JESUS, S. S. B. de. Com base no FNDE, 2011; 2015

O que nos deixa dúvidas a que ponto o PNAE está sendo positivo para os agricultores familiares desse município uma vez que cumpriu a meta mínima dos 30% da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar no ano de 2015, mas não leva em consideração elaborar um cardápio que priorize a venda dos produtos dos agricultores familiares do município. Nesse sentido, perguntamos até

que ponto o PNAE no município tem proporcionado melhorias aos agricultores familiares e desenvolvimento das localidades rurais no município?

De acordo com a Lei nº 11.947/2009 referente a essa questão, quando o município não tem alimentos suficientes busca-se em outros da mesma região.

Nesse sentido o Art. 12 dessa mesma Lei diz que:

Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada (Lei nº 11.947/2009).

Pelo que diz a lei o município se respalda cumprindo os 30% da compra de alimentos da agricultura familiar. Porém, ao adquirir de outros municípios mesmo que sendo da mesma região não considera a importância da comercialização dos alimentos provenientes da agricultura familiar local, o que, dessa maneira, mostra a falta de interesse ou de conhecimento dos gestores que estavam a frente da operação do PNAE no município.

De acordo com o FNDE (2015) para que o programa cumpra além das obrigações com a alimentação escolar o apoio ao desenvolvimento sustentável local é importante principalmente quando prioriza a compra de produtos diversificados, orgânicos ou agroecológicos provenientes de agricultores familiares, assentamentos rurais e comunidades indígenas e quilombolas produzidos considerando primeiramente o município ou quando os municípios não os produzem os da mesma região. Sendo que, quando essas considerações são levadas em conta, o município gera emprego e renda além de valorizar hábitos alimentares por meio de produtos produzidos nas localidades rurais.

Segundo o técnico agrícola do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sr. Nailson dos Santos Conceição, essa questão foi debatida muitas vezes em reuniões do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) com a nutricionista para que adequasse o cardápio aos alimentos que os agricultores familiares do município pudessem fornecer. Mas a nutricionista justificava que alguns produtos apresentados deixavam a alimentação com baixos valores nutricionais e que a falta de um levantamento de todos os produtos cultivados pelos agricultores familiares no município prejudicava essa adequação, fazendo com que fossem solicitados alimentos produzidos em

outros municípios da mesma região (JESUS, S. S. B. de. PESQUISA DE CAMPO, 2016).

O que fica claro é que o PNAE tem como proposta a garantia de no mínimo 30% da compra de alimentos para alimentação escolar. Porém se não for aplicado o recurso de maneira que considere a comercialização dos produtos da agricultura familiar local valorizando os produtos dos agricultores familiares do município, conseqüentemente implicará no desenvolvimento rural. Da maneira como o programa vem sendo operacionalizado pelos gestores públicos no município, ele não conseguirá melhorar a comercialização dos produtos e a condição dos agricultores familiares. Ou seja, continuando a compra de alimentos em outros municípios da região e não elaborando um cardápio que priorize os produtos da agricultura familiar local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da aplicação do método estudo de caso utilizando vários outros métodos como ferramentas foi possível estruturar a pesquisa. De posse desses levantamentos a pesquisa empírica foi sendo construída no intuito de responder os objetivos propostos para o entendimento da produção do espaço agrário do município de São Felipe/BA.

A delimitação das sete localidades rurais para a pesquisa possibilitou entender a produção do espaço agrário do município de São Felipe/BA. Desde sua ocupação esta que se deu inicialmente pelos primeiros agricultores, os irmãos Felipe e Tiago dias Gato; em seguida, conhecer os agricultores desse município que foram se identificando como lavradores e, timidamente, como agricultores familiares. Porém, desconhecendo o termo agricultor camponês, mesmo apresentando fortes características desses sujeitos que vivem no/do campo.

Os agricultores familiares entrevistados desse município na sua maioria (90,7%) se reconhecem como lavradores; já 8,9% se reconhece como agricultores familiares; enquanto que 0,4% se reconhece como agricultores camponeses. Verificamos uma tímida associação ao termo camponês e que os agricultores familiares do município de São Felipe/BA, ainda não discutem dentro de suas organizações sociais os conceitos de agricultor familiar e camponês. Conceitos esses importantes que podem levar os agricultores a refletirem o seu reconhecimento apenas como lavradores.

Nas localidades pesquisadas foi comum perceber a partir das praças que melhorias foram realizadas por agentes políticos locais atendendo solicitações dos agricultores familiares e que a infraestrutura no centro estimula as localidades a se urbanizarem. Porém, uma impressão que desaparece após adentrarmos as propriedades rurais dos agricultores e verificarmos as diferentes dificuldades que os mesmos enfrentam em suas localidades. Dificuldades que muitos agentes políticos aproveitam para deixar agricultores familiares cativos de favores em trocas de votos nas eleições municipais. Como foi o caso da localidade da Vila Caraipe e Pitinga.

Os agricultores desse município na sua maioria (98,1%) são minifundiários e para manterem-se no campo utilizam como estratégia o trabalho de diarista em outras propriedades localizadas na própria localidade ou em outras. Sendo uma das formas de atividades pluriativas que os agricultores encontraram para permanecer

no campo, principalmente para os 30,2% dos agricultores que não possuem terras para plantar suas roças.

As atividades pluriativas como prestação de serviços diversos na própria localidade e também na cidade são desenvolvidas entre os 69,8% dos agricultores familiares entrevistados nessa pesquisa (225) que possuem terra, mesmo que em pequena área produzem alimentos para sustento familiar e o excedente vende em busca de recursos para adquirirem outros produtos. Essas atividades ocorrem após plantarem seus cultivos em suas propriedades.

A relação na produção de alguns agricultores familiares do município de São Felipe/BA priorizando o plantio para o consumo da família e o excedente para a venda é uma das características de agricultores camponeses que Lamarche (1993) e Wanderley (2013) atribuem a essa classe de agricultores por possuir características no modo de produzir únicas e particulares possíveis de serem identificadas. Sendo que dessa forma encontramos várias características entre esses agricultores familiares que os identificam como agricultores familiares camponeses. Essas características devem ser reconhecidas e preservadas entre os agricultores familiares do município de São Felipe/BA para o fortalecimento dessa classe de agricultor de origens camponesas.

Os agricultores demonstram, com isso, que apesar de não se reconhecerem como camponeses apresentam fortes características desses sujeitos. Pois a maneira como parte dos agricultores familiares utiliza suas práticas tradicionais no modo de produzir e como adquirem as sementes (através de trocas entre agricultores nas localidades, preservando tipos de sementes tradicionais que foram passadas por gerações, as sementes crioulas) os identificam como camponeses. O cultivo e a preservação de sementes crioulas poderá agregar valor para uma comercialização mais justa, a partir da produção dos agricultores desse município, demonstrando uma especificidade de agricultores familiares preocupados em produzir alimentos com qualidade.

Além do trabalho de diarista, na agricultura familiar se desenvolvem outras atividades pluriativas, a exemplo do trabalho artesanal desenvolvido por mulheres agricultoras fortalecendo a permanência no campo por meio do aumento da renda das famílias. Por meio de seu trabalho as mulheres, em algumas localidades, tem sido a força para o incentivo ao desenvolvimento no meio rural no município. É o caso das mulheres do Bom Gosto que participam de uma cooperativa que produzem

e vendem seus produtos nas cantinas da UFRB campus de Cruz das Almas/BA. Porém, em outras localidades a falta da participação delas nas organizações sociais não permite seu empoderamento.

A venda da produção dos agricultores familiares de São Felipe ocorre, na sua maioria (65,3%), para os atravessadores eles não se arriscam com os cultivos, mas ganham sob a produção e a força do trabalho dos agricultores, sendo assim uma forma de exploração do trabalho e da produção dos agricultores rurais. Porém, com a inserção principalmente das mulheres na produção de bolos, doces, sucos, beiju e outros alimentos a partir dos cultivos da mandioca e aipim, por meio do associativismo e do cooperativismo, ocorreu a venda de parte (4,9%) da produção para as lanchonetes da UFRB e também para supermercados da cidade de São Felipe. Mesmo que ainda seja uma pequena parte da produção desses agricultores vendida dessa maneira favorece e estimula outros agricultores familiares a buscarem meios de vender seus cultivos a preços justos e de forma direta aos clientes sem a intermediação de atravessadores.

A partir dos dados verificados e analisados em campo foi possível perceber que, a concentração de terra no município e o retalhamento de lotes em áreas menores que 5 hectares, ocorra dificuldades para os agricultores familiares produzirem alimentos em quantidades suficientes para atender aos programas PAA (3,5%) e PNAE (4%) de forma individual. Isso justifica, também, o pouco acesso de produtores a esses programas no município. As ações desenvolvidas pelos agentes políticos que executam esses programas no município deveriam estar mais integradas para que ocorresse acesso dos agricultores familiares aos dois programas simultaneamente.

No que se refere aos agricultores familiares minifundistas eles produzem mandioca, milho, amendoim, feijão, inhame, aipim, batata doce, banana, hortaliças, laranja e limão, criam algumas cabeças de gado, porco, bode, cavalo, jumento e muitas galinhas caipiras, produtos que alimentam parte da população brasileira. O que afirma a potencialidade dessa categoria de agricultor produzir de forma coletiva a partir da organização e fortalecimento do cooperativismo no município alimentos para suprir a mesa da população local, regional e aos programas PAA e PNAE.

Para os agricultores que conseguiram dar uma definição para o agricultor familiar camponês leva-nos acreditar que esse agricultor é o que não possui terra, ou se a possui é pouca, mas que vive e trabalha no campo. Isso porque esses

agricultores acreditam que o agricultor familiar ao trabalhar na roça com a família possui algum pedaço de terra, mesmo que em pequena quantidade: enquanto o camponês eles associaram aos agricultores que não possuem terra.

Alguns agricultores familiares no município possuem características de agricultores camponeses, identificadas pelo modo tradicional de produzir por meio de instrumentos simples. Uma parte da produção (27,6%) é direcionada para a feira livre no município para a compra de alimentos que não produzem e objetos necessários à manutenção da família. A unidade familiar de produção em que o trabalho é desenvolvido pelos membros familiares e pouco ou nenhum uso de insumos químicos. Porém, os agricultores por não saberem a importância desse conceito não querem ser associados ao termo “camponês”.

Diante das análises realizadas pode-se afirmar que os principais resultados das políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE) para a agricultura familiar no município de São Felipe foram:

- A partir do incentivo pelo Estado através da EBDA com apoio da prefeitura municipal e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para o acesso dos agricultores familiares ao PRONAF, as organizações associativas rurais foram sendo estruturadas nas localidades rurais do município. Inicialmente, de forma esclarecedora levando os agricultores a formação de suas associações sem intermédio de agentes políticos. Após algumas associações estruturadas agentes políticos se apropriaram desse meio para estruturarem outras associações nas localidades que ainda não existiam deixando os agricultores reféns de seus favores. Isso enfraqueceu os grupos de agricultores e não permitiu que os mesmos tivessem autonomia para desenvolverem suas associações;

- A participação dos agricultores nas Associações Rurais e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais possibilitou que eles discutissem as dificuldades de produção para o acesso as políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE), porém necessita de mais ações dos agricultores familiares para que sejam formuladas soluções e que possam vencer as dificuldades exigindo do governo estadual e municipal medidas pontuais a partir das necessidades dos agricultores familiares;

- Entre as políticas públicas (PRONAF, PAA e o PNAE) a mais acessada pelos agricultores familiares nas localidades pesquisadas no município de São Felipe/BA foi o PRONAF (B, C e o PRONAFINHO), equivalendo a 28,4% dos 225 agricultores pesquisados. O qual possibilitou aos agricultores entrevistados que

acessaram o programa principalmente aos que tiveram assistência técnica (6,7%) aumentar a produção e comprar mais áreas (entre um ou dois hectares). No entanto, os que não tiveram (21,7%) a assistência técnica não obtiveram bons resultados em suas plantações acabaram muitos deles tendo dificuldades para pagar o financiamento com os Bancos (Nordeste ou Brasil) devido a fatores climáticos e pragas nos cultivos que influenciaram na produção favorecendo ao endividamento dos agricultores familiares no município. Isso dificultou o acesso dos agricultores aos Programas;

- Foi possível perceber também que os agricultores familiares das localidades que receberam alguma assistência técnica, a partir do PRONAF, vêm produzindo seus cultivos utilizando grandes quantidades de adubos químicos e agrotóxicos como é o caso da localidade Chaves. Considera-se que esses agricultores familiares vêm organizando a produção para atingir quantidade suficiente para o mercado, deixando de produzir alimentos de qualidade para a família e perdendo, também, o modo tradicional de produzir;

Compreende-se com Lamarche (1993), que quanto mais próximo o agricultor familiar estiver do modelo de produzir para o mercado externo, mas difícil de reproduzir suas formas originais de produção. Dessa maneira entende-se que os agricultores que receberam alguma assistência técnica foram orientados a produzir com novas técnicas e insumos sem considerar as que possuíam em suas propriedades para aumentar a produção e gerar renda para pagar o financiamento e adquirir novas áreas para plantar com apoio do PRONAF. Ou seja, uma espécie de ciclo para que tudo funcione em função do programa. Dessa forma que o PRONAF foi sendo acessado pelos agricultores familiares no município onde alguns receberam assistência técnica outros não. Essa situação deve ser discutida no CMDRS, por seus representantes, para que quando outros projetos do PRONAF venham a ser estruturados para o acesso de agricultores familiares implantado no município isso possa ser esclarecido para melhor benefício destes.

Para Santos (2007) a formação do Conselho favorece espaços de discussões entre participação de cada representação onde ocorre a deliberação das propostas apresentadas. Contudo, grande parcela de agricultores familiares desconhece sua existência. No que se refere ao Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável a nível municipal, para uma boa funcionalidade é imprescindível, a iniciativa e interesse do gestor municipal.

No que se refere ao CMDRS do município de São Felipe/BA o mesmo passou por modificações a partir de 2015 na composição de sua estrutura, assim, vem atuando com 50% de sua representação com participação dos presidentes das associações rurais e da sociedade civil o que isso favorece espaço de discussões para apresentação de propostas de melhoria em relação a assistência técnica, acesso as políticas públicas e outras para os agricultores familiares.

- Nas localidades analisadas os agricultores familiares, antes de acessar o PRONAF já possuíam uma expertise⁵² adquirida com conhecimentos passados por gerações anteriores que foram aperfeiçoadas com a prática ao longo dos anos. Entretanto, não tem sido suficiente para que os agricultores familiares melhorem a vida no campo aumentando a produtividade proporcionando a melhoria das famílias. Há a necessidade de que haja apoio de uma assistência técnica que identifique o modo tradicional desses agricultores familiares, considere e construa junto com os agricultores familiares a melhor maneira de produzir agregando valor à produção e vendendo direto aos consumidores;

- Foi notório perceber que a partir do acesso as políticas públicas a renda dos agricultores melhorou em consideração ao que viviam antes do acesso às das políticas. Todavia, essa realidade ainda não conseguiu se concretizar de maneira efetiva em melhorias nas condições de vida para os agricultores familiares; também não conseguiu atingir mais agricultores no município, principalmente os minifundistas;

- Enquanto que o PAA (apesar de ter ocorrido acesso pelos agricultores em três momentos) ainda não atingiu um número satisfatório de agricultores familiares. Mas, parte dos agricultores familiares que acessaram esse programa consideraram-se satisfeitos. No entanto, é necessário mais ações e empenho dos gestores públicos para que esse programa seja mais acessado;

- Em relação ao PNAE o município comprou, em 2015, 34% de alimentos diretamente da agricultura familiar, mas a compra não atingiu grande contingente de agricultores familiares do município. Os produtos foram de origem da agricultura familiar, mas poucos foram fornecidos por agricultores familiares do município. Há a necessidade de mais ações do Conselho de Alimentação Escolar para que essa realidade possa mudar e que essa política de fato se amplie para as localidades

⁵² Entendido aqui como um “saber fazer”.

aumentando o número de fornecedores dos alimentos de agricultores familiares do município de São Felipe desde que, o Conselho tem poder deliberativo na execução do PNAE;

- Em relação ao Bolsa Família (34%) e Aposentadoria Rural (30,5%) foram as políticas direcionadas para o campo que vem conseguindo melhorar significativamente a vida das famílias dos agricultores familiares no município (quando existe um membro delas com o acesso a esses programas). Por meio principalmente da Aposentadoria Rural os agricultores conseguiram dar prosseguimento à sua permanência na zona rural proporcionando um mínimo de dignidade para seus familiares com a compra de produtos industrializados e alimentos. Essas políticas foram as que mais estão satisfazendo os agricultores familiares nas localidades rurais do município;

- Foi possível perceber também que, mesmo com as dificuldades para a geração de renda, as famílias dos agricultores lutaram e lutam pela permanência no campo. Todavia, quando as dificuldades se tornaram extremas antes do acesso a algumas políticas públicas PRONAF, Aposentadoria Rural e o Bolsa Família algumas pessoas das famílias dos agricultores familiares tinham que sair para centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho para sobreviverem e ajudarem os que ficaram nas propriedades rurais. Essa situação diminuiu após o acesso a essas políticas públicas, mas ainda elas não garantem que pessoas das famílias dos agricultores deixem de sair para outros centros em busca de melhorias. As famílias que resistiram às dificuldades nas localidades consideraram um fator crucial para a não migração de pessoas: o medo da violência nos centros urbanos.

Os resultados mostram que várias dificuldades apontadas através das principais análises dos resultados, estão impedindo que o PRONAF, PNAE e o PAA possam garantir o desenvolvimento da agricultura familiar no município e a concretização de melhores condições de vida para as famílias dos agricultores familiares em São Felipe. E que falta mais empenho dos agentes políticos locais para desburocratizar o acesso às políticas públicas (PRONAF, PAA e o PNAE) e possam atingir mais agricultores familiares e promover desenvolvimento rural ao município.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998. Disponível

em:<ftp://ftp.sp.gov.br/_ftpinstitutodeterras/abramovay.doc> Acesso em: 13 de Jan. de 2016.

_____; VEIGA, José Eli da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 1999.

Texto para discussão nº 641. Convênio FIPE/IPEA 07/97. Tiragem: 110 exemplares, p. 7-47, Brasília, abril de 1999. Disponível

em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf> Acesso em: 30 de jan. de 2016.

AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério. Ferreira. dos. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. In: **Anais do XXXIX Congresso da Sociedade brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Recife, PE, Brasil. 2001. Disponível

em:<http://www.gpublic.info/sites/default/files/biblioteca/denru_agribrasil.pdf> Acessado em: 17 de dez. de 2015.

ALMEIDA, Rhaiany Zavarize Dala Costa de. Associativismo na agricultura familiar e capital social: uma alternativa para o desenvolvimento no meio rural brasileiro.

CONITER 3. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades.

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014, ISSN 2316-266X, n.3, v. 2, p. 385-402.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. – 4. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **REVISTA NERA** – Ano 13, Nº. 16 – Janeiro/Junho de 2010, p. 1-11. Disponível em:<<http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1362-3896-1-PB.pdf>> Acesso em: 08 de Agosto de 2017.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sinalização dos trabalhadores do campo (1963). In:_____. WELCH, Clifford Andrew [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 73-75.

ANDRIOLI, Antonio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs). **Transgênicos**: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos. 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Darwin, Os transgênicos e a imunodeficiência. In: ANDRIOLI, Antonio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs) (2012). **Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo: Expressão Popular.

AQUINO, Joacir Rufino; SANTOS, Robério Ferreira dos. Novos desafios para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nordestina. **Revista Raízes Ensaio** Vol. 21, Nº. 01, jan. – jun. / 2002.

_____; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: CATIA, Grisa; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** (Org.). – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>> Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Governo da Bahia define pela extinção da EBDA**. 15 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/noticias,governo-da-bahia-define-pela-extincao-da-ebda,81663>> Acesso em: 16 de Nov. de 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: **São Felipe, BA. 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-felipe_ba> Acesso em: 30 de mar. De 2015.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo**. Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo: estrutura agrária. Salvador: Bahia, [1972]. 57. T.I.

BELIK, Walter. **Avaliação da operacionalização do programa Pronaf**. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/pesquisas/artigo.html>>. Acesso em: 02 de mai. de 2016.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **Agroamigo**: apresentação. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>> Acesso em: 13 de Jan. de 2017.

BRASIL. **CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL**. *Resolução nº. 2.101 de 24 de agosto de 1994 do Conselho Monetário Nacional*. Crédito Rural. Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) - Safra de Verão 1994/95. 1994. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2101_v2_l.pdf> Acesso em: 02 de mai. de 2016.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 16 de janeiro de 2017.

_____. **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível

em:<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/legislacao-federal/leis/lei_n4504_301164.pdf> Acesso em: 20 de Nov. de 2016.

_____. **LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm> Acesso em: 03 de Agosto. De 2017.

_____. **LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm> Acesso em: 23 de Nov. de 2016.

_____. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> Acesso em: 06 de Agost. de 2015.

_____. **LEI 11. 326 DE JUNHO DE 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 23 de Nov. de 2016.

_____. **Portaria MDA 21 DAP – Alterada 33-22.05.2014.** Disponível em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemada/files/user_arquivos_64/PORTARIA_MDA_21_DAP_-_ALTERADA_33_-_22.05.2014.pdf> Acesso em: 20 de mar. de 2016.

_____. **LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm> Acesso em: 24 de mar. de 2016.

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo.** – Salvador: EDUFBA, 2008.

BRUMER, Anita. Rural Social Welfare and gender. **Sociologias**, n. 7, p. 50-81, 2002.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In:_____; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20408> Acesso em: 24 de mar. de 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista (1979). In: _____. WELCH, Clifford Andrew [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 97-115.

CHAVES, Gilvânia Nunes. **Cooperativismo e Desenvolvimento Local: Análise do Cooperativismo Agrícola dos produtores de mandioca de São Felipe/BA**. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus/BA, 2010.

CONCEIÇÃO, Nailson dos Santos. Entrevista concedida em trabalho de campo, agosto de 2016.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentação – PAA: Resultados das Ações da Conab em 2013**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_02_18_14_25_08_sumario_executivo_12.pdf> Acesso em: 20 de abr. de 2017.

CUNHA, Wellington Alvim Da. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. 2015. 150. f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6494/texto%20completo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 de mai. de 2017.

DAGNINO, Renato; GOMES, Erasmo. Sistema de inovação social para prefeituras. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA INOVAÇÃO**. Anais. São Paulo, 2000.

DAVID, Cesar de; CORRÊA, Walquíria Krüger. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira: de 1960 aos dias atuais. **Geosul**, v. 17, n. 33, p. 23-44, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/.../12655>> Acesso em: 31 de jan. de 2016.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_19/Livro%20Brasil%20Rural%20em%20Debate.pdf. Acesso em: 11 de Nov. de 2016.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos**. Cesta básica recua em 25 capitais. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2016/201611cestabasica.pdf>> Acesso em: 16 de janeiro de 2017.

ESCUDO SOCIAL. **Seminário Independente, Noticioso e Literário. 1934**. Brasil. Nº 1.121. Ano 33 (Bahia). São Felipe, 1 de fevereiro de 1994.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. **A agricultura Familiar no Brasil e no Nordeste**. Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 2000.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO - (FETAESP). **PENAE**: Programa Nacional de Alimentos Escolar, 2011. Disponível em:<<http://www.fetaesp.org.br/fetaesp/idex.php/politica-agricola/pnae>> Acesso em: 02 de Fevereiro de 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: AGB, 2002.**

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O Descoroamento da Princesa do Sertão**: De “chão” à território, o “vazio” no processo da valorização do espaço. 2013. 410 f. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2013.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004. 216p.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados da Agricultura Familiar: Aquisições da Agricultura Familiar em São Felipe de 2011 a 2015**. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 20 de abr. de 2017.

_____. **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**. 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>> Acesso em: Fev. de 2017.

_____. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-legislacao?start=10>> Acesso em: Abr. de 2017.

_____. Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. 2015. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>>. Acesso em: 20 de abr. de 2017.

_____. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008. Disponível em:<

ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf> Acesso em: Fev. de 2017.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova instituição democrática participativa**. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em:<
<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6650?mode=full>> Acesso em: 21 de Nov. de 2016.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual " fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013. Disponível em:< www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103...> Acesso em: 30 de jan. de 2016.

GERADI, Lúcia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara Christine Nentwig. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GERMANI, Guiomar. Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, vol. 2, n. 2, p. 115-147, 2006. Disponível em:< <http://www.geografar.ufba.br/publicacoes>> Acesso em abr. de 2015.

GeografAR. **Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária**. São Felipe - BA (1950 - 2006). Projeto GeografAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/CNPq).Disponível em:< <http://www.geografar.ufba.br>>. Acesso em: 20 de fev. de 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6ª ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/DDAS), Rio de Janeiro/RJ, 2012.

_____.SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** (Org.). – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.Disponível em:<
<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>> Acesso em: 22 de novembro de 2015.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná. Vol. 1, 2002, p. 53.Disponível em:<<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=868>> Acesso em: 05 de Out. de 2015.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil**. Projeto UTF/BRA/036/BRA, 1998. Disponível

em:<http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/Cadernos%20da%20Terra%205.pdf> Acesso em: 29 de Set. de 2015.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, - 2ª edição, 1982. _____. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros (1963). In:_____.WELCH, Clifford Andrew [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 45-55.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. **ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA**, São Paulo, v. 4, p. 370-392, 2008. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/.../MODERNIZACAO%20DA%20AGRICULTURA%20> Acesso em: 29 de jan. de 2016.

HUSSERL, Edmund. **A idéia da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2010**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292910&search=||info%20gr%20E1ficos:-informa%20E7%20F5es-completas>> acesso em 30 de set. de 2014.

_____. **Área Territorial Oficial**. Resolução Nº 01, de 15 de janeiro de 2013.

Disponível em:<

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/pdf/DOU_23_01_2013.pdf> Acesso em: 30 de mar de 2015.

_____. **Cidades@**. Bahia. Dom Macedo Costa. Histórico. Disponível em:<[www.http://cod.ibge.gov.br/2W15](http://cod.ibge.gov.br/2W15)>. Acesso em: 29 de fev. de 2016.

_____. **Estimativa de população para 1º de julho de 2014**. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 30 de mar. de 2015.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1958. v. 21, p. 321-324. Disponível em:<

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_21.pdf> Acesso em: 08 de fev. de 2016.

_____. **Recenseamento do Brasil**. Rio de Janeiro, 1929. v. 5, p. 160. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6484.pdf>> Acesso em: 07 de Fev. de 2016.

_____. **IBGE**. Recenseamento do Brasil. 1920. Volume III (3ª Parte). **Agricultura: Superfície do Brasil. Área recenseada e área cultivada. Produção agrícola. Produção florestal. Produção animal**. Rio de Janeiro, 1924. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6456.pdf>> Acesso em: 22 de mar. de 2017.

IGC. **Instituto Geográfico e Cartográfico**, 2011. Municípios e Distritos do Estado de São Paulo. Disponível em:<

www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/municipios_e_distritos.pdf> Acesso em: 15 de set. de 2015.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Tabela com módulo fiscal dos municípios: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2013. Disponível em:< <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>> Acesso em:<28 de mar. de 2016.

JESUS, Simone Soares Batista de. **A Construção de metodologias como modelo de gestão com base na tecnologia social para a COMASFE** – Cooperativa agrícola dos produtores de mandioca do município de São Felipe Bahia. Artigo (Pós-Graduação/Especialização) apresentado ao Curso Sociedade, Inovação e Tecnologia Social da UFRB, 2012.

LACERDA, Guilherme Narciso de. **Capitalismo e Produção Familiar na Agricultura Brasileira**. – São Paulo: Publicação do IPE-USP (Instituto de pesquisa Econômica da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo), 1985. COMART.

LAMARCHER, Hughes. **A agricultura familiar: comparação internacional** (coord.); tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. – Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

LEÃO, Sônia de Oliveira. **Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia**. 2ª ed. SUDENE-DPG-SER, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev. 2006. Disponível em:< www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf> Acesso em: 20 de Jul. de 2016.

LIMA, Luciana Leite. Análise de políticas públicas: considerações sobre a utilidade da perspectiva neo-institucional e do conceito de autonomia relativa do Estado. **Revista Sociais e Humanas**, v. 19, n. 2, p. 101-110, 2006. Disponível em:<cascavel.ufsm.br › Capa › v. 19, n. 2 (2006) › Lima> Acesso em: 29 de jan. de 2016.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. – 9. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PAA. Resumo da aplicação do recurso do PAA entre 2003 e 2012**. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/hist%C3%B3rico-da-execu%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 10 de mar. de 2017.

_____. Anuário estatístico do crédito rural (Até 2012). Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/base-de-dados-do-cr%C3%A9dito-pronaf>> Acesso em: 10 de abr. de 2017.

_____. **PAA DATA. Dados Gerais. Resumo de Execução, Brasil de 2011 a 2016.**

Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=docs>

Acesso em: 05 de abr. de 2017.

_____. **PLANO SAFRA 2015/2017. Agricultura Familiar Alimentos Saudáveis para o Brasil.** Disponível

em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/plano%20safra%20cartilha.pdf> Acesso em: 04 de setembro de 2017.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Balço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 2003 a 2010.**

Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=docs>

Acesso em: 04 de abr. de 2017.

_____. Relatório: Bolsa Família - Pagamento por Município em Outubro/2015.

Disponível

em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/bolsa_familia/pagamentobolsafam%C3%ADlia_out2015_municipios.pdf> Acesso em: 28 de Julho de 2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos de censo agropecuário 2016, feliz aniversário Camponês. **XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária.** De 09 a 13 de novembro de 2016. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 1 CD-ROM: ISBN: 978-85-69567-18-9.

MIELITZ NETO, Guilherme Adalberto; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOCELIN, Cassia Engres. **Pobreza Rural e o Programa Bolsa Família.** O caso dos beneficiários da comunidade de São João do Barro Preto – Júlio de Castilhos/RS. 2011. 130f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

NASCIUTTI, Jacyara C. Rochael et al. Cooperação e autonomia: desafios das cooperativas populares. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2003, vol. 6. p. 91-107. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172003000200007> Acesso em: 21 de fev. de 2017.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NERI, Marcelo Côrtes. **“Microempresários Nordestinos Rurais e Impactos do Agroamigo”.** Rio de Janeiro: FGV, 2012. Disponível em:<

http://www.cps.fgv.br/cps/bd/crag/3Crag_Agroamigo.pdf> Acesso em: 13 de Jan. de 2017.

OLIVEIRA, ARIIVALDO. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. In: Revista Terra Livre, v. 2, nº 21, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades**: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro, 2006.175 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica/RJ.

Disponível em:<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/d_benedito_anselmo_2006.pdf> Acesso em: 21 de fev. de 2017.

OLIVEIRA, Valdeane dos Santos. **O Plano Diretor do município de São Felipe e a questão ambiental: Uma análise da Barragem da Copioba e Serra da Copioba – 2001-2012**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. Presidente Prudente, [2003]. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

PAIVA, Luis Henrique; FALÇÃO, Tiago; BARTHOLLO, Letícia. Do bolsa família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20408> Acesso em: 24 de mar. de 2016.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013. Disponível em:<https://www.ufrb.edu.br/proext/images/A_trajetria_do_Programa_Nacional_de_Alimentao_Escolar_no_perodo_de_2003_-_2010.pdf> Acesso em: 19 de abr. de 2017.

PEREIRA, Geusa da Purificação et al. Experiência de assessoria como mecanismo de fortalecimento da economia solidária. **Em Extensão**, v. 14, n. 1, p. 134-152, 2015. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/viewFile/30657/pdf>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

PINTO, Ivana S; ALMEIDA, A. S. **Agricultura familiar e o programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Cruz das Almas - Ba**. Artigo (Pós-Graduação/Especialização) apresentado ao curso Sociedade, Inovação e Tecnologia Social da UFRB, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE. **Relatório das atividades da Secretaria de Agricultura municipal, 2009.**

_____. **Relatório da Secretaria de Agricultura municipal.** 2010.

_____. **Plano de Ação/PAA São Felipe, 2009 a 2013.** 2013.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente:** pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis (Brasil) - ISSN 1807-1384. Vol. 1, No 1, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>> Acesso em: 31 dez. de 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida (1963).In: _____. WELCH, Clifford Andrew [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 57-72.

RIBAS, Priscila Pauly; MATSUMURA, Aida Terezinha Santos. A química dos agrotóxicos: impacto sobre a saúde e a saúde e meio ambiente. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 10, n. 14, p. 149-158, jul./dez. 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnico e Tempo, Razão e Emoção.** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. – (Coleção Milton Santos: 1) 4ª edição.

_____. **O Centro da Cidade do Salvador:** Estudo de Geografia Urbana. – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.

SANTOS, S. R. dos. **Agricultura Familiar no Brasil.** 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acessado em 08/06/2011.

SANTOS, F. S. **Crise Agrícola no Recôncavo Baiano (1890-1910): Município de São Felipe/Bahia.** 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.

SANTOS, José Antonio Lobo dos. **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana-BA (1999-2006).** 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. **Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel: sujeição da renda da terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê - BA.** 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências – Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SARDINHA, Solange. Entrevista concedida em trabalho de campo, agosto de 2016.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento no Brasil: o desafio da (re) construção das políticas de apoio à

agricultura familiar. **GEO UERJ** – Ano 14, nº 23, v. 2, 2º semestre de 2012, p. 656-683. Disponível em:<
www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/.../5411> Acesso em:
29 de jan. de 2016.

SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel. 09. A desproteção social dos trabalhadores rurais nos acidentes de trabalho. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 109-117, 2011.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In:_____ (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. – 2ª ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50. Disponível em:<www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf> Acesso em: 14 de abr. de 2015.

_____, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 18, nº. 51, p. 99-121, fevereiro / 2003. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>> Acesso em: 29 de junh. De 2015.

SEI. **Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia**. Limite Municipal, 2015 - Estado da Bahia. CD-ROM, Salvador, 2015.

_____. **Sistema de Informações municipais**. Disponível em:<
http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp> Acesso em: 20 de set. de 2015.

_____. **Estatística dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 2013. v. 4, n. 1, p. 265. Disponível em:<
http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&id=76&Itemid=110>
Acesso em: 20 de mai. de 2016.

SILVA, Domingos. Nascimento. Aspectos de formação do espaço agrário brasileiro. **REVISTA BAHIA AGRÍCOLA**, v.3, nº3, p. 27-29, set. 1999.

SILVA, Heller da Osvaldo. A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme e A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. II: do mito à realidade, de Hugues Lamarche (coord.) **Revista de Sociologia e Política**, nº 12, junho, 1999, p. 161-167. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23801212>>. Acesso em: 05 de Out. de 2015.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. Coleção Primeiros Passos, 4ª Edição, 1981.

SILVA, José Ribeiro da. JESUS, Paulo de. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. **V Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação – CONNEPI**, 2010.

SILVA, Lenyra Rique. da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto. – (Caminhos da geografia), 1991.

SILVEIRA, Helton Fleck da; CARDOSO, Carlos Estevão Leite. O porquê do Projeto Reniva: Rede de multiplicação e transferência de materiais propagativos de mandioca com qualidade genética e fitossanitária para o estado da Bahia (Reniva) – avanços e desafios: relato de experiência. EMBRAPA. **Boletins Técnicos de 05/02/2015**. Disponível em: <<http://www.projetobiomacaatinga.com.br/imagens/05022015110210.pdf>> Acesso em: 30 de Nov. de 2016.

SIMÕES, Henrique Campos. **O achamento do Brasil**: A carta de Pero Vaz de Caminha El-Rei Rei D. Manuel, em quadrinho/ Salvador: EGBA, Ilhéus: Editus, 1999.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO FELIPE. **Relatório Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Felipe, 2009**.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 18 de jan. de 2016.

STEDILE, João Pedro. (org). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda 1960 – 1980. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, Jodenir C. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005. Disponível em: <www.cptl.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf> Acesso em 17 de janeiro de 2014.

VEIGA, José Eli. da. **O Brasil Rural Ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. Estudos avançados 15 (43), 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>> Acesso em: 15 de junh. De 2015.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1963). In: _____. WELCH, Clifford Andrew [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 89-96.

VELOSO, TATIANA. Entrevista concedida em trabalho de Pré-campo, novembro de 2015.

WANDERLEY, Maria. de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2013. Disponível em:<
<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>> Acesso em: 12 de jan. de 2016.

WELCH, Clifford Andrew... [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1/ organização, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. planejamento e métodos. – 4ª ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. Social programs in Brazil: a study on the family allowance program in brazilian northeast countryside. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 147-164, 2015. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792015000100147&script=sci_arttext>
Acesso em: 27 de mar de 2016.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos Agricultores Familiares cadastrados ou não nas Associações Rurais do Município de São Felipe - BA

Eixos do Questionário:

1- informações gerais; 2- dados específicos sobre a organização da agricultura familiar e políticas públicas no município; 3- assistência técnica e práticas agrícolas; 4- produção e mercado; 5- ocupação da mão-de-obra; 6- renda; 7- melhorias das condições de vida e avaliação das políticas públicas.

1- Informações gerais:

1.1 Localidade _____

1.2 Idade. _____; Sexo () M () F

1.3 Escolaridade. () Não alfabetizado () 1º a 4º série () 5º a 8º série () 1º ao 3º ano () 3º grau.

1.4 Quantas pessoas na família? _____

2- Dados específicos sobre a organização do agricultor familiar e as políticas públicas PRONAF, PAA e PNAE no município;

2.1 Participa de alguma organização social?

Associação: () Sim () Não

Desde quando se cadastrou? _____

Cooperativa: () Sim () Não

Desde quando se cadastrou? _____

2.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais: () Sim () Não

Desde quando se cadastrou? _____

2.3 Já acessou as políticas públicas da agricultura familiar como:

PRONAF: _____ Para que produto: _____

Ainda acessa? Sim () Não ()

Outros Programas:

Bolsa Família: _____ Desde Quando: _____

Aposentadoria Rural: _____ Desde Quando: _____

2.3 Como soube dessas políticas públicas e programas

() rádio () televisão () jornal () banco () Associação Rural ()

Sindicato Secretaria de Agricultura () amigos () outros ()

2.4 Conhece os objetivos dessas políticas públicas: Quais?

PRONAF: () sim, quais? _____ () Não

PAA: () sim, quais? _____ () Não

PNAE: () sim, quais? _____ () Não

2.4 Conhece o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. () sim () não

2.5 Houve alguma modificação no tamanho de sua propriedade depois de ter acessado alguma política pública (PRONAF, PAA, PNAE, BOLSA FAMILIA E APOSENTADORIA RURAL).

() sim, ampliou () sim, diminuiu () não. Quantos hectares?

3- Assistência Técnica e práticas agrícolas:

3.1 Você recebia assistência técnica antes de acessar alguma política pública (PRONAF, PAA, PNAE, BOLSA FAMILIA E APOSENTADORIA RURAL) ?

() sim, através de que órgão _____, () não.

3.2 Após acessar tem recebido assistência técnica depois? () sim, através de que órgão _____ () não.

3.3 Que modelo utiliza para realizar a produção agrícola:

() o tradicional (passado pelas gerações antiga)

() o convencional (utilizando máquinas e defensivos)

3.4 No plantio utiliza sementes:

() próprias () compradas () ou doadas pelo governo

3.5 Usa sistema de irrigação

() sim, () não

3.6 Utiliza curva nível para plantar nas áreas de declive

() sim, () não

4- Produção agropecuária e mercado

4.1 O que produzia antes das políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE, BOLSA FAMILIA E APOSENTADORIA RURAL)?

() mandioca () milho () amendoim () laranja () hortaliças () limão

() cana-de-açúcar () banana () café () côco-da-baia () mamão

() maracujá () Tangerina () Batata doce () feijão () fumo

() outro _____

4.2 O que produz depois dessas políticas públicas? () mandioca () milho

() amendoim () laranja () hortaliças () limão () cana-de-açúcar

() banana () café () côco- da-baia () mamão () maracujá ()

Tangerina () Batata doce () feijão () fumo ()

() outro _____

4.4 Quais/qual produto vende para o PRONAF, PAA e PNAE?

4.5 Que tipo de animais criava antes de acessar alguma política pública (PRONAF, PAA, PNAE, BOLSA FAMILIA E APOSENTADORIA RURAL)?

() boi () frango () porco () bode () cavalo () jumento () galinha () nenhum () outro _____

Que tipo de animais criam depois dessas políticas públicas. () boi () frango () porco () bode () cavalo () jumento () galinha () nenhum

() outro _____

4.6 Que quantidade da produção direcionada à venda?

() nenhuma 0%, () uma pequena parte 10%, () metade 50%, () quase toda 80%, () Toda a produção 100%.

4.7 Quantidade da produção familiar que passou a ser consumida pela família depois de acessar as políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE, BOLSA FAMILIA E APOSENTADORIA RURAL).

() nenhuma 0% () uma pequena parte 10% () metade 50% () quase toda 80% () Toda a produção 100%.

4.8 Onde vendia a produção antes das políticas públicas? () feira livre () centro de abastecimento () supermercado () atravessador () de porta em porta () outro.

4.9 Onde vende a produção após o acesso às políticas públicas? () feira livre, () centro de abastecimento () supermercado () atravessador () de porta em porta () outro _____.

4.10 Que ferramentas e implementos utilizava antes dessas políticas (PRONAF, PAA, PNAE, BOLSA FAMILIA E APOSENTADORIA RURAL).?

() Enxada () facão () foice () trator () colheitadeira () outro _____

() adubação tipo: () gado () Químico () frango

4.11 Que ferramentas e implementos utiliza com essas políticas?

() Enxada () facão () foice () trator () colheitadeira () Outro _____

() adubação tipo: () gado () frango () Químico

4.12 Ao acessar alguma política pública houve aumento ou diminuição da produção?

() sim, aumentou () sim, diminuiu () não, ficou como estava, Por que?

5- Ocupação da Mão-de-obra:

5.1 Você trabalhava fora de sua propriedade antes de acessar alguma política pública? () sim, onde? _____

() não, Por quê? _____

5.2 Você trabalha fora de sua propriedade agora com o acesso a alguma política pública? () sim, onde? _____

() não, Por quê? _____

5.3 Antes dessas políticas públicas saíram pessoas da família para viver na cidade?

() sim, () não. Onde? _____ Por quê? _____

5.3 Depois delas saíram pessoas da família para viver na cidade? () sim, () não.

Onde? _____ Por quê? _____

5.4 Além da agropecuária você desenvolve outro tipo de atividade? () sim, qual? _____, () não, por quê? _____

6- Renda:

6.1 O valor do financiamento oferecido pelo Pronaf é satisfatório?

() sim, () não, por que? _____

6.2 Os preços oferecidos para a venda dos produtos agrícolas nos programas PAA e PNAE é satisfatório?

(), Não () por que? _____

6.3 Antes de acessar essas políticas (PRONAF, PAA, PNAE, BOLSA FAMILIA E APOSENTADORIA RURAL) sua renda era satisfatória para a sobrevivência da família? () sim, () não. Por que? _____

6.4 Com o acesso a elas sua renda está sendo satisfatória para a sobrevivência da família? () sim, () não, por que? _____

6.5 Antes de acessar alguma política pública qual era sua renda media por mês aproximada? () menos de 1SM⁵³, () entre 1 e 3 SM, () entre 3 e 5 SM, () outro

6.6 Depois de acessar a essas políticas qual a sua renda media por mês aproximada? () menos de 1 SM, () entre 1 e 3 SM, () entre 3 e 5 SM, () outro

7- Melhoria de vida:

⁵³ SM – Salário em vigor (08/Agosto/2016) é igual a R\$ 840,00.

7.1 Com o acesso a elas, a família passou a consumir novos tipos de alimentos? () sim, () não, quais? _____

7.2 Antes do (PRONAF, PAA, PNAE, BOLSA FAMILIA E APOSENTADORIA RURAL) quais eram os principais bens de uso doméstico da família? () Geladeira () fogão () rádio () TV () cama () mesa () sofá () máquina de lavar () micro-ondas () celular () telefone fixo ()

7.3 Quais os principais bens de uso doméstico que foram adquiridos após as políticas públicas? () Geladeira () fogão () rádio () TV () cama () mesa () sofá () máquina de lavar () micro-ondas () celular () telefone fixo

7.4 O consumo de energia elétrica aumentou com o acesso a essas políticas públicas. () sim, quanto? _____ () não.

7.5 Em que o apoio dessas políticas ajuda a melhorar ou não a vida de sua família? _____

7.6 De zero a dez que nota você dá ao PRONAF, PAA e PNAE? _____ por quê? _____

7.6.1 E o BOLSA FAMILIA E APOSENTADORIA RURAL? _____ por quê? _____

7.7 Que proposta você deixa para melhorar sua relação com essas políticas públicas? _____

7.8 Você sabe o que ser um:

7.8.1 Camponês:

Sim ()

O que é? _____

Não ()

7.8.2. Agricultor familiar:

Sim ()

O que é? _____

Não ()

7.8.3 Como você se identifica.

() camponês () produtor rural () Agricultor familiar () lavrador

() outro _____

APÊNDICE B – Roteiro de Questionário Semiestruturado aplicado para entrevista com Secretário de Agricultura do município de São Felipe/BA

1) Como foi iniciado o Pronaf no município de São Felipe?

2) Quais os Bancos que financiaram o crédito aos agricultores do município?

3) Quais órgãos prestavam assistência técnica aos agricultores no município?

4) Quais as políticas públicas que os agricultores familiares mais acessam no município?

5) Como os agricultores estão organizados no município?

APÊNDICE C – Roteiro de Questionário Semiestruturado para entrevista com presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Felipe/BA

- 1) Como atua o Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de São Felipe para auxiliar os agricultores familiares?

- 2) Como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi iniciado no município?

- 3) Os representantes que iniciaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município foram dos agricultores familiares rurais ou de lideranças políticas?

- 4) Quais as maiores dificuldades dos agricultores familiares no município para desenvolverem seus cultivos?

- 5) Existem muitos agricultores familiares que não possuem terra desenvolvendo atividades pluriativas e como o Sindicato dos Trabalhadores rurais tem orientado esses agricultores?

- 6) Por que os agricultores familiares do município de São Felipe se reconhecem como lavradores?

APÊNDICE D – Roteiro de Questionário Semiestruturado para entrevista com Técnico Agrícola do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Felipe/BA

1) Como ocorreu o acesso dos agricultores familiares ao PAA no município?

2) Qual o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na operação do PAA junto aos agricultores familiares?

3) Quais as associações rurais que mais se destaca no município? E esse destaque é atribuído a que?

4) Existe a influência de agentes políticos nas associações rurais no município?

5) Quantas associações e cooperativas existem no município e estão regularizadas no município?

APÊNDICE E – Roteiro de Questionário Semiestruturado para entrevista com Técnica Agrícola da Secretaria de Agricultura do município de São Felipe/BA

1) Como foi instituído o Pronaf no município qual foi sua colaboração?

2) Quais os Bancos que financiaram o crédito do Pronaf no município?

3) Como ocorreu o surgimento do associativismo no município?

4) Quantos produtores acessaram o Pronaf no município no processo inicial de instituição e quais eram o mais acessado?

5) Quais foram e são os maiores problemas para o acesso do Pronaf pelos agricultores familiares do município?

APÊNDICE F – Roteiro de Questionário Semiestruturado para entrevista com Técnica Operacional do PAA da Secretaria de Agricultura do município de São Felipe/BA

1) Quando foi iniciado o PAA e o PNAE no município de São Felipe/BA?

2) Quais foram às instituições que receberam os produtos do PAA?

3) Quais os valores de compras, a modalidade e as dificuldades para implantar o PAA e PNAE no município?

4) Quais foram os produtos vendidos e o preço comercializado?

APÊNDICE G – Pré-campo: Roteiro de Questionário Semiestruturado para entrevista com agentes políticos do município na 2ª Feira da Agricultura Familiar em São Felipe/BA

1º) Qual o objetivo dessa Feira da Agricultura Familiar para o homem que vive no/do campo em São Felipe?

2º) Quais as políticas públicas voltadas á produção agrícola está presente no município e em que medida os produtores rurais tem acesso?

3ª) Qual o destino da produção da agricultura familiar no município. Existe exportação da produção nesse município? Qual e para onde?

4ª) Em relação as práticas agrícolas. Como tem sido realizada a produção considerando o manejo do solo e uso de agrotóxicos?

5º) Quais os produtos agrícolas mais expressivo no município em termos de produção e comercialização?

APÊNDICE H – Pré-campo: Roteiro de Questionário Semiestruturado para entrevista com Agricultores Familiares do município na 2ª Feira da Agricultura Familiar em São Felipe/BA

1º) Você se considera um produtor da agricultura familiar?

Sim () Não () Justifique:

2ª) Sabe o que significa ser:

Agricultor Familiar () Sim () Não

Pequeno Agricultor () Sim () Não

Grande Produtor () Sim () Não

Camponês () Sim () Não

3ª) Como realiza as práticas agrícolas de sua produção. Considerando:

Manejo do solo: -----

Uso de agrotóxicos:- -----

Sementes:-----

Mão de obra:-----

Membros da família:-----

Contratação de trabalhadores:-----

4ª) Como comercializa sua produção?

Feira livre do município () Município vizinhos () Ceasa em Salvador ()

Diretamente ao atravessador () Diretamente aos programas do governo ()

Exportação () outras formas ()

5ª) O que você produz? Qual a media de produção anual?

6ª) Você está inserido em alguma Organização como:

Associação ()

Cooperativas ()

Outras ()

7º) O que a feira da agricultura familiar representa para você?
